

**IV CONGRESSO DE  
DIVERSIDADE CULTURAL E  
INTERCULTURALIDADE DE  
ANGRA DOS REIS**

**DEMOCRACIA E  
DIREITOS HUMANOS**

*De 7 a 9 de novembro de 2019*

**CADERNO DE  
RESUMOS**

**REALIZAÇÃO**

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS – IEAR  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF**



**IV CONGRESSO DE DIVERSIDADE CULTURAL E INTERCULTURALIDADE DE ANGRA DOS REIS - DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS -**

**7, 8 E 9 DE NOVEMBRO DE 2019**

**DEBATES, EXIBIÇÃO DE FILMES, PÔSTER, OFICINAS, LANÇAMENTOS DE LIVROS**

Realização

**SEIAR**

Parcerias



Autores da Arte: Elaine Senemo e Luiz Mayo

## PARCERIAS

Centro Acadêmico Manoel Moraes – CAMM

Centro Acadêmico Luísa Mahin – CALM

Centro Acadêmico Rui Ribeiro de Castro – CARRC

Centro de Educação Federal Tecnológica – CEFET Angra

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro –

CEDERJ

Coletivo de alunxs LGBT's da UFF/IEAR – DIVERSIFICA

Coletivo de Estudantes Negros da UFF/IEAR- UBUNTUFF

Coletivo de Mulheres Negras Winnie Mandela

Conselho Municipal de Educação de Angra dos Reis – CMEAR

Diretório Acadêmico Florestan Fernandes- DAFF

Fórum de Comunidades Tradicionais – FCT

Fórum EJA Sul Fluminense

Moradia Autogestionária Retiro – UFF – MARUFF

Sociedade Angrense de Proteção Ecológica – SAPE

Secretaria de Educação de Angra dos Reis – SEC

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo do Estado do RJ –

SINDIPETRO

Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação – SEPE Angra

Superintendência de Documentação – SDC/UFF

Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Culturas –

GPMC/UFRRJ

Coletivo Independente Nhoirú Eté –

Apoiadores e Amigos das Comunidades Indígenas no Rio de Janeiro

Ficha catalográfica automática -  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

I22c Iear uff, Instituto de Educação de Angra dos Reis  
Caderno de Resumos do IV Congresso de Diversidade Cultural e  
Interculturalidade de Angra dos Reis : Democracia e Direitos  
Humanos / Instituto de Educação de Angra dos Reis Iear uff ;  
IEAR UFF, Angra dos Reis, 2019.  
155 f.

1. Caderno de resumos. 2. Produção intelectual. I. UFF,  
Instituto de Educação de Angra dos Reis. III. Título.

CDD -

**Editoração do Caderno de Resumos**  
**Adriano Vargas Freitas**

## APRESENTAÇÃO

Desde o processo de redemocratização, consolidada com a Constituição de 1988, vivemos atualmente o momento de maiores retrocessos e ameaças a nossa democracia. O golpe parlamentar de 2016 desencadeou, primeiro, um governo ilegítimo de caráter privatista e contrário às garantias sociais e, em seguida, uma radicalização de políticas contra a democracia.

O caráter profundamente antidemocrático do atual governo passa por declarações que não existe racismo no Brasil, que defende que não deve haver nem um centímetro de terra demarcada para indígenas e quilombolas; que tem criminalizado professores, estudantes, ativistas e movimentos sociais; que corta verbas para a Educação; que elimina a agenda em defesa do meio ambiente; que tem buscado desmontar os sindicatos, com o fim da contribuição sindical descontada em folha; que procura eliminar a agenda de Direitos Humanos e das políticas para as mulheres e pessoas LGBTQ; que declara que a ditadura empresarial militar advinda do golpe de 1964 foi um bem para o Brasil e os torturadores deveriam ser considerados heróis... São tantos os ataques efetuados pelo atual governo contra as agendas fundamentais para a constituição de uma sociedade democrática que não caberiam nessa apresentação.

O fato é que o governo opera um processo de corrosão da democracia que tem como foco o ataque às agendas que servem de base para o estabelecimento da igualdade e que podemos reunir sob o que chamamos de Direitos Humanos. O ideário dos Direitos Humanos não deve ser visto como mera afirmação das igualdades em abstrato (como ocorre na abordagem conservadora sobre essas ideias), mas como horizonte de construção concreta da igualdade. A gramática dos Direitos Humanos ganha, portanto, realidade a partir das lutas concretas dos povos por seus direitos. No caso brasileiro, uma agenda de Direitos Humanos como fundamento para a construção de uma sociedade democrática passa pela luta contra o racismo, a violência de gênero, o machismo, a homofobia, a misoginia, a transfobia, bem como pela defesa dos direitos dos indígenas, dos povos tradicionais e dos movimentos por terra e moradia. Nossa formação escravocrata e colonial exige que a luta pela democracia seja a luta pelos Direitos Humanos encarnados por todas essas bandeiras. E é contra essas lutas que se engendram no Brasil os mecanismos da criminalidade violenta e da violência estatal. São os corpos dos jovens negros, das mulheres negras, dos/as homossexuais e dos/as transexuais que carregam as marcas dessas violências.

Diante desse cenário e dessas preocupações que definimos “Democracia e Direitos Humanos” como tema para o IV Congresso de Diversidade Cultural e Interculturalidade de Angra dos Reis. As questões da interculturalidade e da diversidade cultural e suas articulações com as lutas por direitos e igualdade são chaves importantes não apenas para que haja resistência aos ataques autoritários em curso, mas para que formulemos uma agenda de defesa e consolidação da democracia. Como forma de marcar esse posicionamento, em 2019, todas as mesas serão compostas por mulheres e a mostra de cinema (curtas) será apenas para realizadoras mulheres. Procuramos, com isso, simbolicamente, responder às lutas das mulheres e combater o preconceito de

gênero e o feminicídio. É também uma forma de reconhecer que a luta das mulheres está na vanguarda dos horizontes de consolidação da democracia no Brasil.

O congresso deste ano se alinha, portanto, à urgência das lutas de defesa pela democracia que se adensam, como tem ficado demonstrado nas grandes manifestações em defesa da educação e contra a reforma da previdência. Esperamos que nossos debates e reflexões se articulem com as ações que abram espaço para a realização dos anseios populares por um país mais justo e democrático. Como no samba enredo campeão deste ano da Estação Primeira de Mangueira, pretendemos colaborar para a escrita da verdadeira história de nosso povo.

...

***Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento  
Tem sangue retinto pisado  
Atrás do herói emoldurado  
Mulheres, tamoios, mulatos  
Eu quero um país que não está no retrato  
Brasil, o teu nome é Dandara  
E a tua cara é de cariri  
Não veio do céu  
Nem das mãos de Isabel  
A liberdade é um dragão no mar de Aracati...***

## PROGRAMAÇÃO

**1º DIA: 07/11/19 (quinta-feira) - Local: IEAR/UFF (Av. do Trabalhador, 179, Jacuecanga, Angra dos Reis)**

18h às 20h - Credenciamento  
19h às 19h30 - Abertura do Congresso (Coral Indígena e apresentação musical em libras – projeto “mãos que cantam”)  
19h30 às 21h - Mesa de abertura: Democracia e Direitos Humanos  
Convidadas: Sandra Benites (professora Guarani e Doutoranda do Museu Nacional) e Dra. Ana Paula Procópio (Proafro/UERJ)

**2º DIA: 08/11/2019 (sexta-feira) - Local: IEAR/UFF**

8h - Credenciamento  
9h às 11h - Mesa: Educação, Democracia e Direitos Humanos  
Mediação: Maria das Dores Pereira Mota Dodora (SEPE Volta Redonda)  
Convidadas: Dra. Ana Ivenicki (UFRJ) e Ma. Gisele Martins (Jornalista e ativista do Movimento de Favelas da Maré)  
11h às 12h30 - Exibição de Filmes  
12h30 às 13h30 - Almoço  
13h30 às 17h - Comunicação Oral por Eixo Temático  
17h às 18h - Pôster\*  
17h às 18h - Oficinas  
17h às 18h - Lançamento de livros  
18h às 19h30 - Exibição de Filmes  
18h30 às 19h30 - Apresentação teatral “cantadoras de história”, (Resultado do projeto de iniciação Teatral do Sesc Paraty)  
\* Os painéis autoexplicativos estarão disponíveis durante todo o Congresso

**3º DIA: 09/11/2019 (sábado) - Local: Campus do IEAR/UFF – Retiro**

8h - Credenciamento  
9h às 12h30 - Mesa: Direitos Humanos, Territórios e Saberes  
Mediação: Elisângela Lima (Ubutuff e MARUFF)  
Convidadas: Eunice Pereira da Silva (CIMI), Franciane Kerexu (Magistério Indígena), Maria Fernanda (rapper), Sílvia Bittencourt (Pedagoga) e Ana Paula da Silva Lima (Estudante da E. M. Cleusa Jordão)  
12h30 às 13h30 - Almoço  
13h30 às 20h - Atividades Culturais

## **COMISSÃO ORGANIZADORA**

Prof. Dr. Adriano Vargas Freitas – IEAR/UFF  
Pedagogo Angelo Marcio da Silva – CEFET/RJ – Angra dos Reis  
Prof. Dr. Augusto Lima – IEAR/UFF  
Graduanda Bianca Leticia Vale – IEAR/ UFF – MARUFF  
Prof. Dr. Diogo Marçal Cirqueira – IEAR/UFF  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Eliana de Oliveira Teixeira – SEC  
Graduando Fabiano Trajano de Souza Junior – IEAR/ UFF – NEA AIPIM  
Cineasta Fábio Martins – Quilombo do Campinho  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Franciane Torres dos Santos Nunes– SEC  
Graduanda Josiene Mazzini da Costa – IEAR/ UFF  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Kátia Antunes Zephiro- SEPE ANGRA/ GPMC  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Leila Mattos Haddad de Monteiro Marinho – FÓRUM EJA Sul Fluminense  
Graduando Lucas Nascimento – Diversifica  
Prof.<sup>a</sup> Mestranda Luciana das Neves Rosa Costa – PPGEDUC/UFRRJ  
Graduanda Maria Carolina Farnezi – UBUNTUFF  
Graduando Mario Sergio Soares – IEAR/ UFF – MARUFF – UBUNTUFF  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Norielem de Jesus Martins – SEC/ GPMC  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Roselée Aparecida Oliveira dos Santos – GPMC  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Sandra Regina Cardoso de Brito – Fórum EJA Sul Fluminense  
Pedagoga Ma. Silvia Bitencourt da Silva – GPMC/UFRRJ  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Wilza Lima dos Santos – Rede Formad/GPPFa/UNIRIO

## **COMITÊ CIENTÍFICO**

Prof. Dr. Adriano Vargas Freitas – IEAR/UFF  
Prof. Ms. Allan Rodrigues – IEAR/ UFF  
Fisioterapeuta Andréia Gomes Mendes Martins – Clínica da Dor/ PMAR  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Clarissa Craveiro – IEAR/UFF  
Prof. Dr. Domingos Nobre – IEAR/UFF  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Eliana de Oliveira Teixeira – SECT  
Prof.<sup>a</sup> Franciane Torres – SEC/ PPGEDUC  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Kelly Maia Cordeiro – ObEE/UFRRJ  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Leila Mattos Haddad de Monteiro Marinho – FÓRUM EJA Sul Fluminense  
Prof. Dr. Lício Caetano do Rego Monteiro – IEAR/UFF  
Prof.<sup>a</sup> Mestranda Luciana das Neves Rosa Costa – PPGEDUC/UFRRJ  
Graduanda Maria Carolina Farnezi – UBUNTUFF  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Nathalia Lacerda de Carvalho – SAPÊ  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Norielem de Jesus Martins – SEC  
Psicóloga Renata de Souza Carvalhaes – UERJ  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Lopes Costa Prado – IEAR/UFF  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Silva Bergo – IEAR/UFF  
Ass. Social Rosária de Fátima de Sá Pereira da Silva – SEC/ PPGSS UFRJ  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Roselée Aparecida dos Santos Oliveira – GPMC/UFRRJ  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Sandra Regina Cardoso de Brito – Fórum EJA Sul Fluminense  
Profa. Dr.<sup>a</sup> Silmara Lídia Marton – IEAR/ UFF  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Silvana Matos Uhmman – IEAR/ UFF  
Pedagoga Ma. Silvia Bitencourt da Silva – GPMC/UFRRJ  
Pedagoga Mestranda Wellen Cristina de Oliveira Bhering – PPGEDUC/UFRRJ  
Prof. Dr. William de Goes Ribeiro – IEAR/UFF  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Wilza Lima dos Santos – Rede Formad/GPPFa/UNIRIO



## EIXOS TEMÁTICOS

### 1. Educação para as Relações Étnico Raciais.

#### Coordenadores(as):

Prof.<sup>a</sup> Ma. Roselée Aparecida Oliveira dos Santos – GPMC

Prof.<sup>a</sup> Ma. Norielem de Jesus Martins – SEC/GPMC

Pedagoga Ma. Sílvia Bitencourt da Silva – GPMC/UFRRJ

Prof.<sup>a</sup> Mestranda Luciana das Neves Rosa Costa – PPGEDUC/UFRRJ

**Ementa:** O artigo 26- da LDB, por meio das leis 10.639/03 e 11.645/08, estabelece o ensino da História da África, e da História e Cultura afro-brasileira e Indígena nos sistemas de ensino. Compreendemos que a inclusão destas temáticas nas Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, significa o reconhecimento da importância do combate ao preconceito, ao racismo e à discriminação. Essas leis são importantes instrumentos de orientação e de ação, pois são leis afirmativas, que promovem a necessária valorização das matrizes culturais que fazem do Brasil o país rico, múltiplo e plural que somos. Este Eixo Temático espera receber trabalhos que tratem de pesquisas e projetos que abordem a temática Afro e/ ou indígena na educação, bem como ações de combate ao racismo nas escolas e demais espaços educativos.

### 2. Práticas Socioeconômicas, Culturais e de Saúde Alternativas

#### Coordenadores(as):

Prof.<sup>a</sup> Ma. Wilza Lima dos Santos – Rede Formad/GPPFa/UNIRIO

Fisioterapeuta Andréia Gomes Mendes Martins – Clínica da Dor/ PMAR

**Ementa:** O sistema capitalista implementa uma forma avassaladora de domínio de mercado, produção e distribuição de bens e serviços, transformando tudo e todos em meras mercadorias, objetivando lucros fáceis. Para se contrapor a essas práticas, inúmeras atividades alternativas vêm sendo organizadas e praticadas por movimentos e pessoas, nas cidades e nos campos, em busca de uma vida melhor para os seres humanos e o planeta. Este GT pretende abrir espaços para a educação, debate e construção de diálogos que apresentem e fomentem ideias e propostas numa perspectiva alternativa ao que vem sendo praticado pelo sistema.

### **3. Territorialidade, Sustentabilidade, Identidades e Comunidades**

**Tradicionais.**

**Coordenadores(as):**

Prof. Dr. Lício Caetano do Rego Monteiro – IEAR/ UFF

Ms. Rafael Ribeiro – SAPÊ

Prof<sup>a</sup> Ma. Franciane Torres dos Santos Nunes– SEC

Prof<sup>a</sup> Ma. Nathalia Lacerda de Carvalho – SAPÊ

**Ementa:** As comunidades tradicionais têm assumido um protagonismo crescente na região da Costa Verde, através de lutas e atividades que envolvem diferentes aspectos da vida social da região. Sendo assim, este eixo discutirá as expressões destas comunidades e suas demandas em termos de territorialidade, sustentabilidade e identidade, palavras-chave nesse processo, que tende a se manifestar de forma decisiva na educação e na cultura local. Compreendemos que as territorialidades revelam a íntima relação entre a resistência de povos e culturas, a defesa de suas terras e as formas de organização de seus territórios e identidades, no qual as sustentabilidades aparecem também como um conceito em disputa seja na arena ambiental, seja nos aspectos econômicos e sociais.

### **4. Política LGBT, Gênero e Sexualidades**

**Coordenadores(as):**

Psicóloga Ma. Renata de Souza Carvalhaes – SEC

Graduanda Maria Carolina Farnezi (UBUNTUFF)

Graduando Lucas Nascimento (Diversifica)

Pedagoga Mestranda Wellen Cristina de Oliveira Bhering – PPGEDUC/UFRRJ

**Ementa:** Gênero e sexualidade são conceitos social e historicamente construídos sobre o prisma das diferenças biológicas e possuem complexas dimensões e interseções. Este eixo temático, portanto, se propõe a receber relatos de pesquisas e práticas que abarquem a construção das identidades de gênero, política LGBT, a sexualidade, o corpo, o impacto do racismo e sua interseccionalidade com outras formas de discriminação em nossa sociedade.

### **5. Direitos Humanos, Religiões e Religiosidades**

**Coordenadores(as):**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Silva Bergo – IEAR/UFF

Ass. Social Rosária de Fátima de Sá Pereira da Silva – SEC/ PPGSS UFRJ

**Ementa:** Este eixo espera receber trabalhos que abordem as religiões e religiosidades enquanto conhecimentos, que discutam o caráter laico da educação pública e as religiões, a intolerância religiosa e a diversidade na escola, bem como experiências de ensino religioso nos currículos escolares.

## **6. Movimentos Sociais, Direitos Humanos e Políticas Públicas de Acesso e Permanência na Educação de Jovens, Adultos e Idosos**

### **Coordenadoras:**

Prof.<sup>a</sup> Ma. Leila Mattos Haddad de Monteiro Marinho – Fórum EJA Sul Fluminense

Prof.<sup>a</sup> Ma. Sandra Regina Cardoso de Brito – Fórum EJA Sul Fluminense

Prof.<sup>a</sup> Ma. Eliana Teixeira – SEC

**Ementa:** Este eixo temático propõe-se a refletir sobre questões relacionadas à educação como direito humano que contribui para ampliar o acesso à outros direitos, como saúde e justiça, por exemplo. Sob esse aspecto, a educação se circunscreve no campo das lutas sociais, sendo espaço de atuação dos movimentos sociais. Na Educação de Jovens e Adultos as lutas têm girado em torno do reconhecimento, nas políticas públicas de acesso e permanência na modalidade, da necessidade de problematizar a chamada evasão na EJA, compreendendo-a no âmbito de “idas e vindas” inerentes à complexidade da vida adulta, com vistas à flexibilização de processos que visam o acesso e a permanência e que trabalhem na perspectiva da busca ativa e da construção de propostas pedagógicas que considerem a diversidade de sujeitos que vivenciam a EJA, bem como suas necessidades e condições de vida e sobrevivência.

## **7. Educação no Campo, Indígena, Quilombola, Caiçara, Ilhas, Sertões, Populações Itinerantes.**

### **Coordenadores(as):**

Prof. Dr. Domingos Nobre (IEAR/UFF)

Prof.<sup>a</sup> Ma. Kátia Zéphiro (SEPE / GPMC)

**Ementa:** Este eixo temático busca abordar as variadas formas de pertencimento sociocultural dos atores que hoje lutam por políticas públicas específicas e universais de educação e cultura, que levem em conta e respeitem os contextos locais, cosmovisão, religiões, línguas e linguagens destes diferentes grupos sociais. Esperamos receber trabalhos que abordem, entre outros temas: a luta por direitos básicos em educação e cultura, o fortalecimento das identidades étnicas, os pertencimentos culturais, o direito à educação diferenciada, a luta pela terra, o respeito à diversidade cultural e religiosa, as manifestações culturais locais, bem como projetos educacionais e culturais voltados para essas populações.

### **8. Diversidade Cultural, Inclusão e Acessibilidade.**

#### **Coordenadores(as):**

Prof<sup>a</sup> Ma. Silvana Matos Uhmman – IEAR/ UFF

Prof<sup>a</sup> Ma. Kelly Maia Cordeiro- PUC RIO

**Ementa:** A partir da década de 1990, seguindo um movimento mundial, no Brasil são adotadas políticas cada vez mais direcionadas para a perspectiva inclusiva. Na direção de debater e avançar sobre as produções dessa temática, esse eixo espera receber trabalhos, provenientes de pesquisa acadêmica ou relato de experiência, que discutam a diversidade cultural, processos de inclusão social, processos de inclusão educacional, práticas de ensino em EE, políticas públicas para inclusão, avaliação educacional e tecnologia assistiva. No âmbito da escola, escolas especiais, do Atendimento Educacional Especializado, documentos oficiais entre outros.

### **9. Currículo, Práticas Pedagógicas e Interculturalidade.**

#### **Coordenadores(as):**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Clarissa Craveiro – IEAR/UFF.

Prof. Dr. Adriano Vargas Freitas – IEAR/UFF.

Prof. Ms. Allan Rodrigues

Prof. Dr. William de Goes Ribeiro – IEAR/UFF .

**Ementa:** No atual cenário educacional e político vivenciamos momentos de grandes embates envolvendo interesses conflituosos, que geram diversas propostas que envolvem finalidades educacionais distintas. Estas questões vão desde a implementação de uma Base Nacional Curricular Comum, até discussões envolvendo “escola sem partido”, passando por uma série de outros projetos que dizem respeito a “currículo”. Propomos neste GT discutir as múltiplas dimensões de currículo em diferentes contextos, de tal forma a abarcar o amplo “campo do currículo”, e especificidades em disputas. Pretendemos, em especial, atribuir visibilidade às pesquisas a partir do campo do currículo, cujos temas digam respeito à interculturalidade, considerando que as pesquisas recentes nesta área têm atribuído centralidade à dimensão cultural e às diferenças culturais, salientando a especificidade da discussão acadêmica em torno das políticas curriculares e dos seus efeitos nos diferentes enfoques e sistemas educativos, tais como: Formação de Professores, Práticas Pedagógicas, Etnomatemática, Etnociência, Educação de Jovens e Adultos, Educação para as Relações Étnico-Raciais, dentre outros.

## **10. Infância e Diversidade**

### **Coordenadores(as):**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Lopes Costa Prado – IEAR/UFF;

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Silmara Lídia Marton – IEAR/UFF

**Ementa:** A emergência dos estudos sociais da infância nas últimas décadas se deve, em grande parte, às críticas dirigidas à visão que historicamente as ciências sociais e humanas apresentaram sobre infância e crianças. A infância foi representada, em geral, como universal e biologicamente determinada. E as crianças, com frequência, foram silenciadas pelas teorias, vistas apenas como vir-a-ser, como futuros adultos, futuros cidadãos, tendo desconsiderada a sua participação na construção da história e da cultura. Com esse Eixo Temático espera-se receber trabalhos que, em consonância com os estudos sociais da infância, enfatizem as culturas das crianças, de diferentes pertencas étnico-raciais, e a participação delas na construção de culturas majoritárias, compartilhadas com os adultos. Entram aqui trabalhos sobre objetos, significados, brinquedos, brincadeiras, músicas e histórias que expressem o olhar de crianças, em contraste com a produção cultural de outros grupos geracionais, e que a partir disso tragam problematizações para se pensar a educação.

## Algumas informações sobre o IV Congresso de Diversidade Cultural e Interculturalidade de Angra dos Reis:

Quantidade de resumos/trabalhos inscritos: **223**

Distribuição pelos eixos:

Eixo	Quantidade de inscrições		
	Comunicação	Poster	Total
1. Educação para as Relações Étnico Raciais.	29	3	32
2. Práticas Socioeconômicas, Culturais e de Saúde Alternativas	13	3	16
3. Territorialidade, Sustentabilidade, Identidades e Comunidades Tradicionais	20	-	20
4. Política LGBT, Gênero e Sexualidades	26	-	26
5. Direitos Humanos, Religiões e Religiosidades	11	-	11
6. Movimentos Sociais, Direitos Humanos e Políticas Públicas de Acesso e Permanência na Educação de Jovens, Adultos e Idosos	17	1	18
7. Educação no Campo, Indígena, Quilombola, Caiçara, Ilhas, Sertões, Populações Itinerantes	23	-	23
8. Diversidade Cultural, Inclusão e Acessibilidade	21	3	24
9. Currículo, Práticas Pedagógicas e Interculturalidade	37	10	47
10. Infância e Diversidade	6	-	6
<b>Total de resumos inscritos</b>	<b>203</b>	<b>20</b>	<b>223</b>

Algumas das instituições/órgãos de procedência dos autores dos trabalhos:

Instituição / Entidade (do 1o autor)
Associação Elas Existem - Mulheres Encarceradas
Associação universitária Latino Americana
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (diferentes localidades)
Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência
Centro Latino Americano de Gênero e Sexualidade
Centro Universitário Adventista de São Paulo
CIEP 055 - João Gregório Galindo
Colégio de Aplicação da UERJ
Colégio de Aplicação da UFRJ
Colégio Estadual Brigadeiro Nóbrega
Colégio Estadual Nazira Salomão
Colégio Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda
Colégio Pedro II
Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada
Coletivo Mulheres Negras Mãe Terra
Escola Comunitária Cirandas
Escola Municipal Cleusa Fortes de Pinho Jordão
Escola Municipal Coronel João Pedro de Almeida.
Escola Municipal Prefeito Toscano de Britto
Escola Municipal Santos Dumont
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis
Fórum de Comunidades Tradicionais de Paraty
Fórum de Comunidades Tradicionais de Ubatuba
Fundação CEDERJ (diferentes localidades)
Fundação Educacional de Duque de Caxias
Fundação Oswaldo Cruz
GatoMídia
Instituto Federal Fluminense
Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert
Liga Cultural Afro-brasileira
Museu da Vida
Núcleo de Pesquisa Infâncias, Juventudes e Políticas Públicas
Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina
Observatorio Cultural das Aldeias
Olho de dentro filmes
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Angra dos Reis
Prefeitura Municipal de Maricá
Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis
Secretaria Municipal de Educação de Paraty

Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro
Secretaria municipal de Educação, Cultura e Esporte
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Campos dos Goytacazes
Universidade Estácio de Sá (de diferentes localidades)
Universidade Estadual da Bahia
Universidade Estadual de Campinas
Universidade Estadual de Londrina
Universidade Estadual de Mato Grosso
Universidade Estadual de Minas Gerais
Universidade estadual do Amazonas
Universidade Estadual do Norte Fluminense (diversas localidades)
Universidade Estadual do Paraná
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (de diferentes localidades)
Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal de Juiz de Fora
Universidade Federal de Mato Grosso
Universidade Federal de Santa Catarina
Universidade Federal de São João del Rei
Universidade Federal do Paraná
Universidade Federal do Rio de Janeiro (diferentes localidades)
Universidade Federal do Sul da Bahia
Universidade Federal Fluminense (de diferentes localidades)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Universidade Popular de Arte e Ciência
Universidade Salgado de Oliveira



## RESUMOS DOS TRABALHOS

# Sumário

	Página
<b>Eixo 1</b>	
Educação para as relações Étnico Raciais .....	17
<b>Eixo 2</b>	
Práticas Socioeconômicas, Culturais e de Saúde Alternativas ....	37
<b>Eixo 3</b>	
Territorialidade, Sustentabilidade, Identidades e Comunidades Tradicionais .....	46
<b>Eixo 4</b>	
Política LGBT, Gênero e Sexualidades .....	58
<b>Eixo 5</b>	
Direitos Humanos, Religiões e Religiosidades .....	76
<b>Eixo 6</b>	
Movimentos Sociais, Direitos Humanos e Políticas Públicas de Acesso e Permanência na Educação de Jovens, Adultos e Idosos .....	84
<b>Eixo 7</b>	
Educação no Campo, Indígena, Quilombola, Caiçara, Ilhas, Sertões, Populações Itinerantes .....	94
<b>Eixo 8</b>	
Diversidade Cultural, Inclusão e Acessibilidade .....	109
<b>Eixo 9</b>	
Currículo, Práticas Pedagógicas e Interculturalidade .....	123
<b>Eixo 10</b>	
Infância e Diversidade .....	154

## Eixo 1

### Educação para as relações Étnico Raciais

#### "NÃO TEM PRETINHO NA TURMA DA MÔNICA"

Luciana do Sacramento Bezerra  
Escola Municipal Santos Dumont/Angra dos Reis

O presente relato de experiência é fruto de questionamento surgido na minha turma de Educação Infantil durante desenvolvimento do projeto da escola realizado com as turmas de pré-escola sobre a Literatura do autor Maurício de Sousa. Uma criança quis saber a razão pela qual não tinha criança negra nos gibis que eu apresentava. Deixei que expressassem suas ideias. Duas crianças disseram que tinha sim, um menino chamado Jeremias. Instiguei a turma sobre a falta de mais personagens negros e lembraram do Ronaldinho Gaúcho. Chamei atenção sobre a ausência de uma personagem negra feminina. Neste momento, várias meninas falaram em tom de reclamação que não tinha essa personagem. Combinamos que iríamos pesquisar. Identifiquei que desde a década de sessenta e conseqüentemente após cinquenta e nove anos de existência é que uma Família negra foi incluída nos gibis de Maurício de Sousa.

Educação, Representatividade, Artes.

Poster

#### A MITIGAÇÃO DO DIREITO A HONRA, A IMAGEM E A INTEGRIDADE MORAL E FÍSICA DO JOVEM NEGRO NOS CASOS DE VIOLÊNCIA POLICIAL

Alan Barroso dos Santos  
UNESA

O presente trabalho visa abordar aspectos de mitigação do direito a imagem, honra, integridade moral e física dos jovens negros diante das abordagens policiais sob ótica do direito Constitucional a imagem e do racismo estrutural existente na cultura brasileira. O jovem negro, sobretudo o morador de comunidade, vive diariamente o temor da abordagem policial, não só esta, como a exclusão pautada no estereótipo criado pela sociedade brasileira ao não reconhecer sua miscigenação. Além disso, tal fato se subsiste como uma herança maldita da escravidão, a ponto que, após 130 anos do processo de abolição, o negro ainda é sub-julgado pela sua cor, inferindo-se, a este, características ligadas a marginalização, a incapacidade intelectual dentre outros impropérios mitigadores morais de direito. Assim, o presente trabalho visa abordar sobre a existência de norma constitucional que assegura tratamento igualitário, todavia, a moral cultural existente que exclui tal ser do pilar da sociedade e cria obstáculos para o acesso a dignidade d pessoa humana, sofrendo toda e qualquer sorte pelos abusos de autoridade.

Equidade, Racismo, Abordagem policial, Imagem

Poster

## **RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE ANGRA DOS REIS**

Waldelilo Santos de Melo  
NEABI - UENF

O debate sobre as relações étnico-raciais é necessário para compreender as relações sociais e políticas estabelecidas na história do Brasil, os processos de construção dos conceitos raciais, na estrutura do pensamento social brasileiro, bem como seu ocultamento, inclusive servindo de embasamento para a construção de políticas de estado racistas. Desenvolver um artigo do tipo “Estado da Arte” é fundamental para o mapeamento das referências de pesquisas finalizadas. É nesta perspectiva que se desenvolvem os objetivos deste artigo “Estado da Arte”, analisar produções acadêmicas mapeadas a partir do Banco de Teses e Dissertações da Capes e destacar as temáticas das relações étnico-raciais em Angra dos Reis, litoral sul do Rio de Janeiro. A análise dos títulos e resumos buscou ouvir as vozes que enunciavam a conectividade em rede destas pesquisas, sendo possível compor um corpus de análise compreensível. A representatividade política dos movimentos de resistência étnico-raciais se faz presente nas investigações que compreenderam as necessidades e urgências que afetam o cotidiano de populações racialmente excluídas do processo democrático.

Comunidades Tradicionais; Étnico-raciais; Angra dos Reis.

Comunicação oral

## **365 DIAS DE EDUCAÇÃO COM A HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENAS NA ESCOLA, POR UMA EDUCAÇÃO INTERDISCIPLINAR E INTERCULTURAL**

Maiara de Sousa Bispo  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Instituto Interdisciplinar Nova Iguaçu

Este trabalho visa discutir as problemáticas envolvidas na educação quanto ao ensino da história e da cultura indígenas, contemplando a lei 11.645/08. Visto que, na prática das salas de aula, vemos repetidamente como o indivíduo indígena é apresentado de forma reducionista e folclórica em um dia específico (e arrisco dizer, o único), dia 19 de abril, o “dia do índio”. A importância desse projeto se dá pelo fato de que há lacunas na educação brasileira nesse aspecto por não apresentar o oficial dia de luta dos povos indígenas na proporção e intensidade merecidas. Situação que se agrava ao passo em que professores perpetuam estereótipos do indígena ao mencionarem em suas aulas uma cultura compactada e congelada ao invés de apresentarem o indígena como ser plural com uma cultura em movimento. Nesse sentido, a partir da leitura de textos de autores indígenas como Daniel Munduruku e Ailton Krenak somada à contribuição da dissertação da Thais Elisa Silva da Silveira (a respeito do ensino de história envolvendo os indígenas em contexto urbano na região metropolitana do Rio de Janeiro) e ao livro Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro de José Ribamar Bessa Freire, proponho aos professores da educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental a implementação de um ensino interdisciplinar e intercultural que contextualize e conecte disciplinas como a de história, geografia e ciências aos saberes e invenções indígenas, tendo como materiais de apoio ao ensino, vídeos, músicas e literatura indígenas, por exemplo. Essa abordagem pode (e deve) ser realizada de forma gradual aliada às disciplinas do currículo ao longo do ano letivo, estimulando a aprendizagem das crianças ao compreenderem as diversas etnias em sua complexidade, valor e atualidade. Além da proposta de uma educação interdisciplinar e intercultural mencionada, sugiro o que não devemos fazer na referida data: não reproduzir preconceitos em sala de aula ao

generalizar o indígena dizendo que todos andam nus, vivem na floresta em ocas e são canibais; não vestir as crianças com cocares e colares de macarrão pintados; não representar o indígena somente pelo o que os livros mostram em séculos passados, entre outras práticas ainda tão presentes em nosso cotidiano que reforçam preconceitos. Então, pretende-se a partir do entendimento mais amplo sobre o assunto, proporcionar às crianças uma nova ótica ao enxergar o indígena como qualquer outro ser humano que possui particularidades e cultura transitória.

Lei 11.645/08; História e Cultura Indígenas; Educação Interdisciplinar e Intercultural.

Comunicação oral

### **A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA MENINA NEGRA E O PAPEL DA ESCOLA NESSE PROCESSO**

Monique Virgílio Rodrigues

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

O presente trabalho tem como objetivo discutir o processo de construção de identidade de meninas negras dentro da sociedade, bem como reconhecer o papel da escola nesse processo. Questiona-se aqui qual o ideal a ser seguido? Há um modelo estético perfeito a respeito de corpo, cabelo, fenótipos, etc? de que modo a escola pode promover a representatividade para que as meninas possam se espelhar e se construir com segurança e autenticidade? Ser negro no Brasil já é um grande desafio, devido a toda discriminação e preconceito sofridos, e esse desafio se torna ainda maior, quando se trata de uma mulher negra. A escola é um local onde as pessoas podem conviver todas juntas, sendo um local que possibilita a socialização de pessoas de várias culturas, credos, valores, características e raças, sendo fundamental na formação do indivíduo, onde se deveria ser um local onde prevalecesse a igualdade de culturas e raças. Mas infelizmente devido a influência da cultura europeia, é possível se observar práticas de segregação e discriminação nesse espaço. Para melhor compreensão da temática trataremos primeiramente da lei 10.639/ 2003 e suas implicações para as práticas pedagógicas no ambiente escolar. Posteriormente, discutiremos a importância da pedagogia multirracial. Por fim, apontaremos como a escola pode promover práticas para a construção da identidade positiva em meninas negras. O trabalho trata-se de uma revisão de literatura sistêmica. .Acreditamos que tal estudo é de suma importância para repensar as práticas pedagógicas como elemento de construção de autoestima de crianças negra.

Menina, identidade, escola e racismo

Comunicação oral

### **A CONSTRUÇÃO DO COLETIVO UBUNTUFF E O SEU IMPACTO DENTRO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS.**

Lucas Ferreira do Nascimento

Instituto de Educação de Angra dos Reis - IEAR/UFRJ

Neste trabalho, apresentamos o processo de criação do coletivo de estudantes negros do Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense e refletimos sobre a sua importância no combate ao racismo estrutural. Compreendemos a importância de se entender os saberes produzidos pelo movimento negro, que é educador de si e ao mesmo tempo tem a possibilidade de educar o estado, os sujeitos

não negros e influenciar as políticas de educação. Nesse processo, nós que fazemos parte do movimento negro, avançamos no autoconhecimento e, sobretudo, compreendemos o perverso impacto do racismo nas estruturas do estado brasileiro. A partir da construção desses conhecimentos que são particulares, construímos nossa luta cotidiana pela superação do racismo. A cultura da branquitude hierarquiza os diferentes saberes e tende a inferiorizar os conhecimentos dos sujeitos negros. Com o processo de entrada desses sujeitos em espaços de disputas e de formulações de narrativas como a universidade, eles trazem consigo seus próprios conhecimentos, que são baseados em suas vivências, para confrontar os conhecimentos “tradicionais”. Uma das formas de lutar é se auto organizando em coletivos estudantis dentro dos espaços da universidade. Nós, estudantes negros do Instituto de Educação de Angra dos Reis, entendendo os processos brutais do racismo estrutural que está intrinsicamente em todos os sistemas da universidade, construímos em 17 de Maio de 2016 o coletivo de estudantes negras e negros - UBUNTUFF , que possui o nome inspirado em uma filosofia de origem africana que significa “Sou o que sou pelo que nós somos’. No primeiro momento, cada estudante falou sobre sua trajetória e de como o racismo afetou sua caminhada desde a infância até a entrada na Universidade e sobre como pensavam a construção de um coletivo negro. Decidimos que, para além do coletivo, é importante pensar em estratégias para amenizar os impactos do racismo estrutural na universidade e construir um espaço de afeto e de acolhimento, principalmente para os estudantes oriundos de outros lugares. O UBUNTUFF nasce pela luta dos estudantes negros que vieram antes de nós e que já refletiam sobre os processos racistas que envolvem a universidade. Nascemos também da luta interseccional, pois compreendemos a importância das lutas das mulheres negras e dos lgbt’s negros.

coletivo- negro movimento-negro ubuntu

Comunicação oral

### **A ESCOLA QUE A COMUNIDADE NÃO QUERIA**

Julia Nelly dos Santos Pereira  
SME

O CIEP Dr Antoine Margarinos Torres Filho situado na rua São Miguel, s/N, Morro do Borel, Tijuca, Rio de Janeiro é uma escola da 2ª. Coordenadoria Regional de Educação (CRE) que atende da educação infantil ao 5º. Ano do ensino fundamental, em horário integral. Ele tem uma história peculiar e curiosa por ter sido motivo de contestações e até ter sido execrado pela comunidade e hoje é considerada uma escola de alto padrão de qualidade. Cabe esclarecer que sua construção foi feita no único campo de futebol da comunidade e ainda sofreu com o impacto da derrota política de Darcy Ribeiro em 1986 para o governo estadual demorando nove anos para finalizar sua construção. A cessão do terreno foi feita em 1983 pelo presidente da associação de moradores, sr José Ivan em seu 2º mandato e este foi um dos maiores motivos de seu desgaste político. O terreno era um espaço de lazer comunitário e sua localização também complicava um setor comercial da favela que era o tráfico de drogas tendo em vista que a principal boca de fumo era em frente ao terreno cedido. “É preciso compreender o que diz Glen: “o espaço é talvez, a mercadoria mais valiosa na favela; para muitos moradores, luz natural em casa é luxo.” P. 43. A ideia deste trabalho é problematizar a construção de uma escola para a comunidade e não com a comunidade. Desse modo, as políticas públicas avançam sem se preocupar com a posição de quem pode e sabe escolher o que é melhor para si. Vale lembrar que por aspectos históricos os moradores das comunidades de favela são quase sempre negros oriundos de um processo escravocrata que construiu a sociedade brasileira.

escola de favela, Borel, lazer, espaço e conflito

Comunicação oral

### **ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NEGRAS**

Cristina Lucia Silva dos Santos Moraes  
UNIVERSO

O presente estudo investigou as altas habilidades/superdotação em crianças e adolescentes negros da Escola Municipal Dr. Lauro Travassos na Caputera, Angra dos Reis, RJ. Para tanto, aplicaram-se os seguintes instrumentos padronizados: Teste das Matrizes Progressivas de Raven (2004) e as Escalas de Renzulli, Escala para la Valoración de las Características de Comportamiento de los Estudiantes Superiores (2001). Dos 156 alunos matriculados, 89 foram avaliados usando como critério a autorização dos pais para que seus filhos participassem da pesquisa. Dos 89 estudantes pesquisados, 71 são negros, 1 é indígena (guarani) e 17 são brancos. Os resultados mostraram que, dos pesquisados 9%, são superdotados (IS), que chamamos de Intelectualmente Superior e, desses, 6,7% são negros e 2,3% são brancos. No total de 71 negros pesquisados, encontramos 11% talentosos (MS), que denominamos Média Superior, 32% ficaram na média (MD), 8,9% estão na média inferior (MI) e 20% (ID) Intelectualmente deficiente. Conclui-se que essa escola precisa de um programa que atenda aos superdotados como garante a legislação, “o atendimento diferenciado aos alunos com altas habilidades/superdotação” (capítulo V da Lei 9.394/96). Sugere-se que, além de programações para atender aos alunos com altas habilidades/superdotação, tenha-se também um programa para atender aos talentosos com proposta de Enriquecimento de Renzulli, que, potencializadas suas habilidades, poderão alcançar o patamar dos superdotados. Para essa escola de maioria negra, a aplicação da Lei 10649/03, que torna obrigatória o ensino da História da África e do negro no Brasil, tem um significado muito maior, pois ela terá uma educação voltada para as questões étnicas raciais para que os negros com altas habilidades/superdotação possam desenvolver suas potencialidades.

Altas habilidades, superdotação, crianças negras, escola, adolescentes

Comunicação oral

### **ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO: “NOSSAS VIDAS(LUTAS) NEGRAS.”**

Nathalia Dias do Nascimento  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

O trabalho busca analisar o documentário “Nossas vidas (lutas) negras” produzido por discentes da Licenciatura em Educação do Campo (LEC), pertencentes ao grupo de trabalho denominado Movimentos Negros e Relações étnico-raciais da LEC na UFRRJ. O documentário, composto de entrevistas semi-estruturadas com 11 pessoas da Baixada Fluminense, foi apresentado no segundo semestre de 2018 a todos os estudantes da LEC/UFRRJ. Partindo de um recorte, discorreremos especificamente três das diversas entrevistas realizadas. Aqui trazemos a fala de uma senhora de 66 anos, um jovem de 19 anos estudante de uma universidade particular e outro jovem de 19 anos de uma universidade pública. Tentaremos identificar se o contexto de cada um contribui ou não para a compreensão dessas pessoas sobre a questão racial. O

documentário teve como objetivo identificar qual a percepção e consciência racial das pessoas que vivem na Baixada Fluminense, Estado do Rio de Janeiro. Visto que o objeto da análise eram as pessoas e suas visões sobre suas realidades, num primeiro momento, realizamos perguntas padronizadas para observar se a idade, seus cotidianos em família e o local onde vivem e o que fazem, influenciam de alguma maneira essa percepção. Em seguida, foram feitas perguntas de cunho racial, entrando assim de fato na temática principal. Pudemos perceber a diferença entre os diversos pontos de vista. Embora todas as pessoas compreendam o que é racismo, quando discutido sobre a influência desta temática em seus cotidianos, as opiniões apareceram de forma muito divergentes. Contudo, constatou-se que as vivências e o contexto onde estão inseridas, interferem na assimilação do racismo como estrutural em suas vidas, bem como o fato de que muitas das ações do dia a dia estão carregadas de preconceito e são despercebidas não somente pelas pessoas entrevistadas, mas também por grande parte da sociedade. O diálogo conceitual que faremos a partir do documentário e do recorte escolhido, será com o conceito de racismo estrutural, tendo como referência a publicação de Almeida (2019)

consciência racial; racismo; vidas negras; Baixada Fluminense

Comunicação oral

### **APARTHEID ESTRUTURAL/INSTITUCIONAL BRASILEIRO**

Mario Sergio Soares  
UFF/Angra dos Reis

Este trabalho aborda uma temática sobre alguns processos de auto afirmação dos corpos pretos na sociedade. O mesmo, busca com isso, problematizar uma realidade presente no cotidiano das pessoas pretas, desde seu nascimento até o fim de seus dias. Como a criança tem a identidade destruída na infância e por que existe uma busca por uma identidade na maturidade. Qual o motivo para querer se auto afirmar e quais os resultados dessa auto afirmação? Como o Apartheid Estrutural Brasileiro é sutilmente pernicioso e tenta destruir a identidade dos pretos, causando infinitos males psicológicos em relação a sua condição de sujeito. Balizado por artigos relativos, que tratam dos temas: Silêncio da escola, o despreparo de professores, autoafirmação, resignificação dos corpos pretos.

Educação,; Apartheid Estrutural Brasil, Apartheid, Educação, Auto Afirmação, Racismo

Comunicação oral

### **AUDIOVISUAL COMO INSTRUMENTO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

Karine Pinheiro ferreira  
João Carlos Ramos  
Universidade Federal rural do Rio de Janeiro

Com a implementação da lei 10.639/03, percebemos a importância de uma formação adequada aos futuros professores da educação básica. Essa formação necessita dar conta de um processo de ensino-aprendizagem que vai muito além dos conteúdos programáticos e que, de fato, colabore para o enfrentamento ao racismo. Neste sentido, o documentário “Estrelas que nos formam”, proposto pelos discentes do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ, no período de alternância, ao qual foram realizadas diversas entrevistas com professores negros da UFRRJ, coordenado

pelo Grupo de Trabalho Movimentos Negros e Relações Étnico-Raciais da LEC/UFRRJ. Este documentário, produzido por estudantes e professores da UFRRJ, teve como objetivo entrevistar professores negros da UFRRJ apresentando suas trajetórias acadêmicas e como lidam com o racismo e a luta antirracista na sociedade e no meio acadêmico, sendo este o primeiro de uma série que está sendo produzido. Entretanto, após as primeiras tomadas das entrevistas, percebemos que a qualidade das filmagens produzidas ainda não estavam de acordo com a intencionalidade do projeto, que era dar conta de um minidocumentário produzido de forma independente, mas que fosse capaz de dar a dimensão audiovisual necessária acerca da reflexão sobre como o racismo é enfrentado por professores negros dentro do espaço institucional e na sociedade como um todo. Com isso, visando um aperfeiçoamento da técnica de captação de imagens e som, para a segunda leva de entrevistas, foi proposta a oficina “Modos de Ver”, em parceria com o LEAM (Laboratório de Estudos e Aprontos Multimídia), coordenado pelo professor Valter Filé do IM/UFRRJ e pelo GT. Ministrada pelo próprio professor Valter, a oficina mostrou técnicas simples de captação de imagem e som, utilizando-se apenas de um celular, relacionando a imagem como didática e os diversos olhares que podem surgir através dela. Assim, apresentaremos neste trabalho, algumas de nossas impressões e análises acerca do potencial didático e de instrumento de pesquisa que algumas técnicas básicas de audiovisual podem nos possibilitar na ampliação de nossos conhecimentos sobre relações raciais, racismo e antirracismo.

audiovisual, pesquisa, professores negros, didática

Comunicação oral

### **BAÍA INDÍGENA - EXPERIÊNCIA EDUCATIVA**

Lais Amanda Ribeiro Pimentel

C.E. Brigadeiro Nóbrega e CIEP 055 - João Gregório Galindo

O presente trabalho busca apresentar o processo de aplicação do projeto Baía Indígena em duas escolas estaduais do município de Angra dos Reis, a saber, o C.E. Brigadeiro Nóbrega e o CIEP 55 - João Gregório Galindo, tendo como público-alvo os estudantes do 1º ano do ensino médio, no âmbito da disciplina de Sociologia. Entre os objetivos centrais do projeto está o rompimento de estereótipos sobre os povos indígenas e o reconhecimento da herança e presença da cultura indígena na Baía da Ilha Grande, mais especificamente, no território de Angra dos Reis, visando contribuir para uma educação anti-racista. O projeto é resultado da Avaliação Final da Fase I (Temática Indígena) do Curso de Formação Semi-Presencial em Relações Étnico-Raciais do Departamento de Diversidade e Inclusão da Secretaria de Educação de Angra dos Reis, cursado pela proponente no 1º semestre de 2019.

cultura indígena, educação anti-racista, território

Comunicação oral

### **CULTURA E MITOLOGIA YORUBÁ PARA JOVENS LEITORES: CONCEBENDO UM CURRÍCULO CONTRA-HEGEMÔNICO EM AULAS DE LITERATURA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**

André Luís Mourão de Uzêda

Colégio de Aplicação da UFRJ



Pela seguinte proposta de comunicação oral propomos apresentar esboço de plano de curso para as aulas de Língua Portuguesa e Literatura com turmas de 7º ano de Ensino Fundamental no Colégio de Aplicação da UFRJ em 2020, por meio do qual assumimos atitude contra-hegemônica e de positiva referência da cultura afro-brasileira em sala de aula. Para tanto, partiremos da adoção, como leitura paradidática, do romance juvenil Aimó: uma viagem pelo mundo dos orixás (2017), de Reginaldo Prandi, para trabalhar a cultura e a mitologia Yorubá no currículo do seriado, em que se prevê o trabalho durante todo um trimestre com o gênero literário “narrativa mitológica”. Nossa perspectiva será voltada para uma formação literária em sentido decolonial e para as relações étnico-raciais, fundamentados nos pressupostos da lei 10.639/2003, tomando como central o conceito de “Pedagogia das encruzilhadas” discutido por Rufino (2019) e apoiando-nos nas discussões de Caputo (2012) para uma educação antirracista dos estudantes frente às religiões de matriz africana, especialmente no caso do Candomblé. Em nossa apresentação, situaremos brevemente o contexto do Colégio de Aplicação da UFRJ como unidade voltada para a formação de futuros professores, discutiremos panoramicamente o currículo de Língua Portuguesa e Literatura do seriado e esboçaremos a proposta didática ainda em vias de construção, pontuando aspectos do referido romance a serem trabalhados nas aulas. Nesse sentido, guiamo-nos no intuito de evidenciar e valorizar a cultura negra herdada dos ancestrais africanos escravizados e reelaborada em diáspora. Ao final da comunicação, trazemos para debate os desafios para a formação dos jovens leitores em perspectiva decolonial considerando a atual conjuntura política em grave contexto de conservadorismo e de ataque frontal à vida da população negra brasileira, especialmente no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Cultura e Mitologia Yorubá, Currículo de literatura no Ensino Fundamental, Decolonialidade, Educação para as relações étnico-raciais, Formação de leitores literários

Comunicação oral

### **DA RAIZ À FOLHA: O JONGO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO DE EDUCAÇÃO ANTI-RACISTA**

Lucas Vinicius Kimer de França  
Universidade Estácio de Sá

Desde seu surgimento o jongo foi um instrumento criado pelos negros que foram escravizados no Brasil, se apresentando com formas de expressões diversas, tais como: divertimento, acalanto ou resistência à escravidão. Composto por pontos cantados, tambores e em formato de roda, instalado na região sudeste do Brasil, hoje o jongo é considerado patrimônio imaterial e continua sendo utilizado como instrumento de resistência por vários grupos, assim como sendo fomentado em inúmeros espaços com finalidade de manifestar a identidade, memória e cultura negra. O Jongo Folha de Amendoeira desde 2010 utiliza o jongo como ferramenta pedagógica e oferece oficinas de identidade negra em vários espaços como favelas, praças, escolas e etc. Acreditamos que essa ferramenta estimula o auto reconhecimento, valores e práticas do povo negro, da mesma maneira que contribui para uma educação anti-racista. Com esse contato direto as crianças, adolescentes e adultos que participam das oficinas de identidade negra se interessam pelo tema e assim ficam abertos para um diálogo aonde absorvem as mensagens que o grupo tem como proposta passar. O objetivo do artigo é trazer algumas análises sobre o jongo em instituições de ensino como formato pedagógico atingindo principalmente crianças e adolescentes em formação intelectual com atividades cantadas em formas de pontos, brincadeiras, oficinas, conversas, excursões para comunidades jogueiras tradicionais, entre outras. Experiências e práticas que

contam a história oposta da eurocêntrica, afirmam a identidade negra, valorizam a história de negros “ esquecidos ” e não citados nos livros, desconstruem pensamentos racistas, levam materiais didáticos para dentro de sala para que assim essas crianças criem questionamentos sobre sociedade e compreendam a dívida histórica que existe com a população negra que luta diariamente para um espaço igualitário.

jongo, educação, anti-racista

Comunicação oral

### **DISPARIDADE ETNO RACIAL EM CAPIVARI-SP E SUAS IMPRESSÕES NA ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA**

Amanda Cristina de Oliveira Valêncio

Instituto de educação Angra dos Reis-IEAR/UFF

Em meio a minha trajetória na universidade pude notar que a questão racial me chamava a atenção. Incomodava olhar ao meu redor e notar que havia poucos colegas negros em sala. E justamente por conta desse ambiente onde aprendemos a nos questionar e a problematizar tudo o que está à nossa volta, surge então, o interesse de pesquisar sobre a escolarização da população negra no período da segregação racial na cidade de Capivari-SP, mesmo não havendo uma segregação formal é notório a desigualdade entre negros(pretos e pardos) e brancos. O objetivo central deste trabalho é analisar como se deu a escolarização das pessoas negras na cidade Paulista, no período da segregação. Sabemos que no Brasil não houve uma segregação fundamentada em lei, contudo havia uma separação entre negros e brancos e essa tinha um bom funcionamento. Assim como em outras partes do Brasil, Capivari passou por um período em que essa separação era explícita e vivenciada no cotidiano dos moradores. Tendo como base teórica estudos de Henriques(2001); Gomes(2011); Nogueira (1998); Bastos e Ramos(2005) entre outros teóricos que busca compreender a defasagem na educação e a desigualdade social entre a população negra e branca. Nesse sentido esta pesquisa enfatiza a desigualdade na educação das raças na sociedade capivariana e seus impactos na população negra. Estudar esse conceito passou a ser uma bandeira levantada. Como negra e futura pedagoga, encontrei a possibilidade de explorar o tema que vem ganhando espaços para debate dia após dia. Através dessa pesquisa, espero conhecer um pouco mais da história de nossos antepassados e contribuir de alguma maneira para gerações futuras, conhecendo melhor os problemas educacionais que estão ligados às práticas de racismo e preconceito.

Racial, desigualdade e educação

Comunicação oral

### **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ANÁLISE DA POLÍTICA PEDAGÓGICA DA ESCOLA MUNICIPAL ÁUREA PIRES DA GAMA**

maria margarida ferreira

IEAR/UFF

A Lei 10639/2003, que estabelece o ensino de História da África e da Cultura afro - brasileira nos sistemas de ensino, sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva , pela primeira vez na educação brasileira, traz à tona o debate sobre as questões raciais dentro e fora do âmbito escolar, levando a sociedade brasileira a refletir sobre as práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias, que historicamente permeou as

práticas educativas e o cotidiano escolar. Nesse sentido busco refletir a Lei acima citada incide no currículo da EJA de uma escola inserida dentro de uma escola Municipal inserida em uma área Quilombola. Quilombo Santa Rita do Bracuí.

Educação de Jovens e Adultos, Educação Étnico Racial, Projeto Politico Pedagógico

Comunicação oral

### **ENSINO DE ARTE AFROBRASILEIRA: DIÁRIO DE UMA SAGA VIVIDA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Gabriela da Silva Dezidério

Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis

No ano de 2012 ingressei na educação. Interessada por arte afrobrasileira, busquei inserir este tema em minhas aulas. No entanto, os equívocos e resistências em relação à arte afrobrasileira eram tão grandes que acabei por perceber que era impossível falar deste seguimento sem que antes houvesse uma sensibilização e ou contextualização, que por vezes me fazia sentir como se fosse necessário justificar e até defender a necessidade de abordar esta pauta. Tornava-se ainda mais estranho quando esta resistência partia do corpo docente. Este artigo tem como objetivo analisar as questões que envolvem o ensino de arte e cultura afrobrasileira em escolas do ensino fundamental da rede pública das cidades de Volta Redonda e Angra dos Reis. Buscando apontar aspectos que dificultam ou inviabilizam sua abordagem efetiva, tomando como referência principal minha vivência como arte educadora.

Ensino, arte educação, arte afrobrasileira, intolerância religiosa.

Comunicação oral

### **ENSINO DE FILOSOFIA E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA CIDADE DE SEROPÉDICA/RJ**

**ANDERSON EUGÊNIO SANTOS**

Renato Nogueira

Marcelo Moraes

CEFET/RJ

UFRRJ

UERJ

O objetivo geral do projeto de pesquisa é trabalhar o ensino de filosofia e os conhecimentos de história e culturas afro-brasileiros, africanos e dos povos indígenas. Em complemento, analisar concomitantemente as legislações referentes à inclusão dos conteúdos obrigatórios de História e Cultura Africana, Afro-brasileira e indígena no currículo de Filosofia, e como essa demanda tem sido tratada pelo Ensino Fundamental II na rede Municipal de Seropédica, que têm Filosofia na sua matriz curricular, articulando com as Leis 11.639/03 e 11.645/08.

Ensino de Filosofia, Educação das Relações Étnico-Raciais, Cidade de Seropédica

Comunicação oral

### **ENTRE TRAMAS, MARCAS E RAÍZES: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM ARTE CONECTADA COM A HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS**

Flávia Gisele Nascimento  
Unespar - FAP

Este estudo tem como objetivo investigar quais questões sobre a arte, a história e a cultura dos povos indígenas, os(as) alunos(as) de um curso de Licenciatura em Arte Visuais, de uma instituição pública de Curitiba, apresentavam em sua formação, com foco no período em que cursaram a Educação Básica. Quais marcas, memórias e afetos ficaram nesse processo de formação sobre os povos indígenas? A pesquisa inicia em 2018, ano das eleições no país, o qual é marcado por demonstrações explícitas de preconceito e racismo contra vários grupos e classes sociais. Diante desse cenário caótico, sendo uma professora de uma instituição pública formadora de outros(as) professores(as) em Arte, pensei como poderia contribuir de forma mais efetiva para formar uma sociedade que conheça a história do outro e consequentemente respeite e valorize as suas diferenças. Pensando em todas essas questões, criei em 2019, uma disciplina optativa intitulada Diversidade Cultural Brasileira, com duas ofertas, uma no período da manhã e outra no período da noite. As turmas são formadas por alunos(as) de diferentes anos do curso de licenciatura e também tem uma aluna de uma outra instituição pública. Nesse processo de formação, professora e alunos(as) vão descobrindo artistas, escritores(as), filósofos, cineastas, músicos, professores(as), lideranças, dentre outros(as) personalidades indígenas, negras, mulheres e LGBT. A cada passo dessa trajetória é discutido a história que é contada somente por um grupo, em detrimento de outros grupos, que são apagados, silenciados, além de sofrerem preconceito e racismo. Os(as) participantes da disciplina começam a pensar sobre as suas ancestralidades que muitas vezes não são abordadas na família. Muitas questões começam a surgir nessa travessia, mas essa pesquisa está em processo e o relato apresenta muitas perguntas, mas não tem a intenção de responder todas elas, a proposta é pensar a arte, a cultura e a história dos povos indígenas que muitas vezes é invisibilizada nas universidades, na escola, na mídia e na sociedade.

Povos indígenas, Formação, Cultura, Arte.

Comunicação oral

### **INDICADORES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES RACIAIS**

Bárbara Hilário de Souza Valverde Castilho  
IESP/UERJ

A questão racial é inseparável da realidade social brasileira, porém, somente entrou no debate público, em termos de enfrentamento dos problemas de relações raciais, nas últimas décadas, com sua crescente politização, a partir da atuação do movimento negro no processo de redemocratização. Também contribuíram para o maior reconhecimento do tema estudos que analisaram as desigualdades raciais, por meio da utilização de indicadores sociais, como Hasenbalg (1979), Valle Silva (1980) e Oliveira, Porcaro e Araujo (1985). Apesar disso, foi somente no início desse século, no governo petista, e também com fundamental atuação do movimento negro, que uma agenda de políticas para a promoção da igualdade racial foi estabelecida, em que se destaca a política de ação afirmativa para ingresso no ensino superior (FERES, 2004; LIMA, 2010). No período, houve a retomada do desenvolvimento e o fortalecimento de políticas sociais, que possibilitaram a redução da pobreza, de desigualdades sociais e raciais, que, no entanto, permanecem enormes, sendo uma das principais marcas da sociedade brasileira (PAIXÃO et al. 2010). Esgotado esse modelo de desenvolvimento, nos anos

mais recentes, observou-se o estabelecimento de uma crise econômica e política e o enfraquecimento da democracia, com consequências para as condições de vida da população. Nesse contexto e para o propósito do eixo temático "Educação para as Relações Étnico Raciais", a presente comunicação fornece uma análise, a partir da utilização de indicadores sociais, de um quadro de desigualdades entre brancos e negros na educação no Brasil, que consiste em um dos principais espaços em que as assimetrias se expressam. Esse trabalho tem por objetivo enfatizar a importância dos indicadores sociais enquanto instrumento para o ensino sobre o tema das relações raciais e para os processos de políticas públicas para a promoção da igualdade racial no país.

Indicadores sociais, educação, relações raciais, desigualdades raciais

Comunicação oral

**JAIKUAA, NHANHEMBO´E, JAIKO VY OJEUIVE (CONHECER, APRENDER E CONVIVER).**

Mariana Paladino

Alberto Alvares

Silvana Mendes Lima

Ana Laura Monsores

Universidade Federal Fluminense

Na presente comunicação propomos descrever e discutir uma das ações do projeto de extensão "Patrimônio cultural, conhecimentos tradicionais e educação indígena". Trata-se de um Curso de Língua e Cultura Guarani que coordenamos duas das autoras e ministra, o professor e cineasta guarani, Alberto Alvares. O curso se iniciou em 2014 e até a presente data vem sendo realizado no campus de Gragoatá (UFF-Niterói) aos sábados. Contamos com a participação de um público variado: estudantes de licenciaturas da UFF e de outras universidades, estudantes de cursos de pós-graduação e, principalmente, professores da rede de educação básica de Niterói, Rio de Janeiro e São Gonçalo. O curso tem despertado cada vez mais o interesse dos participantes em aprofundar seus conhecimentos e vivências junto com povos indígenas. Entre os desdobramentos mais significativos que destacamos nesses 6 anos de realização, podemos mencionar o fato do Prolem, sabendo da existência do curso, ter implementado por primeira vez um curso de língua indígena, convidando o próprio Alberto como professor. Também percebemos um impacto significativo nos percursos de vários estudantes que escolheram como temas de TCC e/ou dissertações de mestrado estudar questões vinculadas ao povo guarani ou a outros povos indígenas. E, por fim, o envolvimento crescente de professores da educação básica que estão implementando nas suas aulas os conhecimentos adquiridos ao longo do curso e contribuindo para visibilizar a temática indígena, bem como a situação contemporânea e as lutas do povo guarani e de outros povos, de forma mais geral. Vários participantes do curso enfatizam como a experiência tem proporcionado não apenas conhecimentos ou "conteúdos", mas sobretudo vivências e novos olhares que os afetam como pessoas e profissionais. Cabe destacar que o curso envolve a realização de oficinas, desde cantos guarani, produção de artesanato e construção de jogos e também visitas à aldeia Ara Hovy, localizada em Itaipuaçu. Entendemos que a aprendizagem da língua e o contato com o povo guarani implica em apreendermos seus modos de ser, sentir, pensar e viver. Para Alberto, o curso tem sido muito significativo, no aspecto da valorização dos saberes Guarani, alcançando os "multiplicadores do conhecimento "Arandu nhemboaxaa", que contribuem para desconstrução de conceitos equivocados sobre os povos indígenas, repassado por muitos anos nas escolas e livros didáticos.

Língua e cultura guarani, ensino, visibilidade e reconhecimento.

Comunicação oral

### **LEI 10.639/11: REFLEXÕES SOBRE A NECESSIDADE DE SUA IMPLEMENTAÇÃO EM ESPAÇOS SOCIOEDUCATIVOS**

Maria Priscila dos Santos de Jesus

Associação Elas Existem-Mulheres Encarceradas

A concepção sobre a socioeducação surge no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que foi uma conquista histórica que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Partindo da concepção de educação social, a socioeducação é um conjunto articulado de programas, serviços e ações desenvolvidos a partir da articulação entre práticas educativas, demandas sociais e direitos humanos com o objetivo de mobilizar nos jovens novos posicionamentos sem, contudo, romper com as regras éticas e sociais vigentes (BISINOTO, 2015). O perfil racial dos/as adolescentes em restrição e privação de liberdade no Brasil é formado majoritariamente por pretos e pardos, assim como o perfil racial dos adultos presos. Segundo o SINASE-2016, 59,08% dos adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade foram considerados de cor parda/preta. Esse dado nos coloca diante de uma situação de reflexão sobre como o modelo socioeducativo vigente se organiza para acolher esses sujeitos. Quais práticas pedagógicas devem ser abordadas no contexto socioeducativo que contemple a diversidade racial presente neste grupo? Pensar a efetivação da lei 10.639/03 dentro de espaços de privação de liberdade é possibilitar uma perspectiva de diálogo decolonial. Identificar os desafios e possibilidades da implementação da lei e pensar coletivamente estratégias pedagógicas para viabilização da sua implementação, na socioeducação, são pontos que precisam ser aprofundados no debate sobre educação e relações raciais e na luta antirracista. Não podemos perder de vista que os/as adolescentes negros/as inseridos no contexto da socioeducação, já trazem consigo muitas marcas provocadas pelo racismo estrutural. Essa "desproporção racial", como dizem pudicamente os criminólogos, é ainda mais pronunciada entre os jovens, primeiro alvo da política de penalização da miséria (WACQUANT, 2001, p. 61). O olhar atento e a escuta sensível, são caminhos possíveis para a construção de uma práxis pedagógica que contemple esses sujeitos. A importância da efetivação da lei 10.639/03 nos espaços de privação de liberdade se justifica a partir do entendimento de que conhecer a verdadeira história do seu povo é também uma maneira de se (re)conhecer como sujeito histórico.

Educação decolonial, socioeducação, lei 10,639/03.

Comunicação oral

### **LINGUAGEM CARTOGRÁFICA E INFÂNCIAS: TECENDO LEITURAS DE MUNDO NOS ANOS INICIAIS**

Vinícius de Luna Chagas Costa

Diomario da Silva Junior

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Nos anos iniciais do ensino fundamental o principal objetivo é ler e escrever, porém os materiais apresentam mapas que a maioria das crianças na educação básica ainda não consegue ler ou entender por falta de uma alfabetização cartográfica. A gravidade desta afirmação reside no fato de que justamente nesta etapa de ensino as crianças começam

a construir visões sobre si e expectativas de futuro. É provável que inicialmente a criança faça a leitura do espaço pela observação direta da realidade, porém são os mapas que possibilitam a localização e orientação geográfica, aproximando lugares que não são acessíveis diante de uma visão global, bem como a representação dos lugares que ela vê e experiência em seu cotidiano. Como professores de geografia da educação básica, entendemos que a cartografia se oferece como ferramenta para representar o que aconteceu e o que está acontecendo no território. Este tipo de leitura reage à ideia de um não lugar, que coincide com o não reconhecimento da criança como sujeito da geografia. É fundamental que o território seja apresentado e discutido, inclusive superando o obstáculo da falta de referência de mapas regionais ou locais, cada vez menos presentes na concepção dos livros didáticos de geografia. Os mapas, ao deixar de mostrar esses referenciais tornam-se instrumento de construção de não existências sociais, fruto de uma cartografia escolar limitada pela racionalidade ocidental, identificada como uma manifestação de violência epistêmica no campo da geografia. Estamos diante, portanto de uma situação em que a leitura da paisagem exige que o lugar seja conhecido através do cruzamento de referenciais como a história, o movimento, as formas de relação com o ambiente e a cultura, que resultam do social. Este trabalho se propõe a avaliar a cartografia apresentada em duas obras didáticas aprovadas pelo PNLD 2019 e utilizada por professores da rede municipal de Mesquita-RJ.

Cartografia, Infâncias, pedagogia decolonial, educação antirracista, geografia

Comunicação oral

### **MINHA BONECA PRETA OU MINHA BONECA DE PANO PRETO**

Aparecida Cristina Perfeito dos Santos  
Coletivo Mulheres Negras Mãe Terra

Uma menina conta as memórias que tem do convívio com a avó que a ensinou a amar dia ancestralidade.

Ancestralidade, identidade, africanidade e família

Poster

### **OFICINAS DA REDE PRETA: CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁTICA EDUCATIVA EMANCIPATÓRIA E ANTIRRACISTA**

Carmen Evelyn Rodrigues Mourão  
Hilda da Silva Gomes  
Museu da Vida/COC/Fiocruz

O Museu da Vida (MV) é um espaço de educação não formal, situado no campus Fiocruz em Manguinhos (RJ) e que também desenvolve programas voltados para a juventude dos territórios de Manguinhos, Maré, Jacarezinho e adjacências. A partir de 2012 é criado o Programa de Iniciação à Produção Cultural do Museu da Vida que completa a sua 8ª edição este ano. É uma ação educativa anual, desenvolvida de abril a dezembro nas tardes de segunda a quinta-feira. Voltada para moradores deste territórios, de 16 a 19 anos, estudantes do segundo e terceiro ano do ensino médio. O Programa é organizado em módulos: Identidade, Cidadania e Historicidade; Ciência e Cultura, Noções e Práticas de Produção Cultural; oficinas de Comunicação e Expressão; visitas técnicas e estágio. Trilla (1998) destaca que a educação não-formal permite além de

contribuições de diversas áreas, a composição de diferentes bagagens culturais. Esta compreensão pode fazer com que algumas práticas da educação não-formal apresentem-se como uma proposta de educação emancipatória que busca a partir das relações vividas no cotidiano, a autonomia, o pensamento crítico, a organização de argumentação e o empoderamento. Dentro destes pressupostos, a Lei nº 10.639/03 se estabelece como uma estratégia de combate e superação do racismo e em conjunto com a Educação museal pode elaborar uma dinâmica de reflexão-ação-reflexão sobre os resultados do racismo que podem ser detectados nas relações institucionais. Falar sobre o racismo enquanto tema ainda indizível apesar de visível faz parte da função social e educativa dos museus que podem se colocar como interlocutores com a sociedade a fim de contribuir para a superação das iniquidades sociais. Desde 2012, 170 jovens tem compartilhado conosco as suas angústias, sonhos, esperanças, projetos de vida e construindo conhecimentos estabelecendo relações com temas que os impactam diretamente como a desigualdade social, as questões de gênero, a discriminação, o preconceito e o racismo. Este trabalho relata a experiência desenvolvida por mulheres negras, ativistas e acadêmicas, na organização e desenvolvimento de oficinas oferecidas ao Pró-Cultural.

Educação emancipatória, Relações etno-raciais, Juventude, Práticas antirracistas.

Comunicação oral

**OS POVOS BANTU E A DECOLONIALIDADE: MATUTANDO AS POSSIBILIDADES E CONQUISTAS A PARTIR DA LITERATURA AFRO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ARTIGO 26-A DA LDBEN NO CHÃO DA ESCOLA.**

WUDSON GUILHERME DE OLIVEIRA  
UFRRJ

O objetivo deste trabalho é apresentar reflexões acerca da necessidade de implementação das Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08, bem como o compromisso para que se consolide a sua efetivação no Ensino de História. Para o sucesso desta proposta, trabalhamos os aspectos culturais e geográficos do Continente Africano e suas contribuições transportadas para o Brasil pelos grupos étnicos chamados Bantus, inspirados em livros de literaturas africanas, indígenas e afro-brasileiras e com o intuito de promover o fortalecimento da identidade e autoestima dos estudantes afro-brasileiros e a promoção do respeito à nossa ascendência africana por parte dos alunados negros e os não negros, desenvolvemos está atividade sobre alguma etnias africanas trazidas para o Brasil, cujo a presença foi identificada em nossa cartografia esse legado cultural ainda visibilizado. Com uma turma do 1º Ano do Ensino Médio, composta por alunados jovens negros (as), pardos (as) e brancos (as) inseridos em uma instituição privada de educação na cidade do Rio de Janeiro, evidenciamos uma pedagogia antirracista e decolonial a partir de pesquisas amparadas na afroperspectivas. Consideramos ser, de suma importância descolonizar os pensamentos baseados em moldes eurocêtricos, para que possamos revisar as correntes hegemônicas presentes em nossa sociedade e em especial nos currículos utilizados no chão da escola, que se articulam na disciplina de História. Nesse sentido, este artigo levanta uma discursão acerca de uma educação étnico-racial, combatendo as reversões dos preconceitos, das discriminações nos espaços educacionais, traçando e construindo estratégias sólidas para a contribuição da valorização e a construção das identidades negras em prol da redução do racismo.

Educação Étnico-racial. Povos Bantu. Decolonialidade.

Comunicação oral



## **PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO NO ENSINO DE SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Luane Bento dos Santos  
PPGCIS/PUC/Rio

Neste trabalho, procuramos demonstrar como temos inserido em nossa atividade docente, no currículo de sociologia do ensino médio, nas turmas do curso técnico de formação de professores, a legislação federal de n. 11.645/2008 na Educação Básica. Para esclarecimentos, descreveremos uma atividade em andamento que está sendo realizada com as turmas do primeiro ano escolar. A atividade ocorre no município de São Gonçalo, no bairro de Alcântara, em uma escola pertencente a rede estadual. Outro ponto a ser mencionado é que desenvolvemos atividades que buscam aplicar a legislação federal em nosso currículo de sociologia desde ano de 2013 quando assumimos o cargo de docente da Secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro. O ensino de Sociologia na Educação Básica prioriza uma série de debates acerca das relações sociais, culturais e de poder nas sociedades, especificamente no primeiro ano do ensino médio existe uma interessante carga horária sobre aspectos da cultura e a formação do indivíduo. No entanto, neste currículo mínimo de sociologia o espaço para as temáticas étnico-raciais são apresentados somente pela ótica dos conflitos existentes na sociedade brasileira. Há destaque para as problemáticas do racismo, discriminações raciais, preconceito e a importância da adoção de ações afirmativas pelo Estado. Porém, no currículo mínimo ou até nos livros didáticos a ser seguido pelos docentes não há menção as inúmeras manifestações culturais afro-brasileiras, indígenas e afro-indígenas e quando essas aparecem são de formas pontuais sem modelo explicativo porquê são vistas e colocadas como manifestações culturais que formam os patrimônios culturais afro-brasileiros. E estamos falando de manifestações culturais já reconhecidas pelo Estado como a Capoeira e o ofício das Baianas de Acarajé. Por essas razões, acreditamos que seja pertinente abordar no contexto de sala aula as manifestações culturais que estão em processo de reconhecimento e que fazem parte das memórias e tradições vivenciadas por tantos povos tradicionais. Nosso Referencial Teórico é apoiado nos estudos da Antropologia Social, Relações Étnico-raciais e Ensino de Sociologia. Os métodos e técnicas de pesquisa utilizados são: levantamento bibliográfico, revisão de literatura e observação participante.

Patrimônio Cultural Afro-brasileiro, Lei 11.645/2008, Cultura, Ensino de Sociologia, Práticas Pedagógicas

Comunicação oral

## **PEC-G COMO POLÍTICA PÚBLICA NA LUTA CONTRA O RACISMO: O QUE NOS DIZ AS ALUNAS AFRICANAS.**

Suelen Pereira Estevam da Silva  
UFRRJ

Este trabalho se volta a pesquisar as alunas que vem de outros países, do continente africano vinculadas ao Programa Estudante – Convênio de Graduação - PEEG, querendo me aprofundar sobre questões raciais, abordamos neste trabalho o tratamento que estas alunas recebem, através das falas e olhares delas, como funciona o racismo institucional nas universidades do Rio de Janeiro, como são recepcionadas e o preparo do programa para recebe-las. Nosso objetivo aqui é identificar como gênero e raça operam na trajetória educacional e escolares de alunas africanas beneficiárias do

Programa PEC-G. Utilizamos metodologia de pesquisa o “snowball” ou bola de neve, através de questionário semiaberto, com mulheres negras, africanas, em território brasileiro, em universidades públicas no Rio de Janeiro e ainda vinculadas ao programa PECG. O trabalho busca apresentar um breve panorama histórico do PEC-G, e sua implantação no país, o crescente número de alunos estrangeiros vinculados a este programa nas universidades públicas nos últimos anos e como o racismo estrutural afeta a estas alunas, como suas vidas são afetadas no cotidiano pelas ações desenvolvidas com base nas questões raciais, como essas ações interferem na vida acadêmica e social. Suas falas ao longo da pesquisa nos mostram que a universidade é um reflexo dos problemas sociais e raciais.

PEC-G, Alunas africanas, Educação,.

Comunicação oral

### **PRETOS E PARDOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA: UMA BREVE REFLEXÃO**

Gisele Ferreira da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O estudo objetivou realizar uma reflexão acerca das impressões sobre si, de alunos (as) negros (as) da Educação de Jovens e Adultos. O trabalho é também relacionado aos percursos para a construção da Pesquisa de Doutorado que perpassará por questões referentes aos alunos negros do Programa de Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental), da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, campo onde atuo profissionalmente. A origem deste relato se deve às dúvidas e questionamentos dos alunos sobre o que seriam as classificações por cor/raça utilizadas na sociedade. Para alguns deles, nomenclaturas como, moreno, moreninho, escurinho, etc poderiam ser usadas oficialmente para se referir ao quesito cor/raça. No cotidiano das aulas, fazemos rodas de debate e leituras. Assim, surgiu a possibilidade de uma reflexão a partir das respostas dos alunos a um pequeno conjunto de três questões escritas sobre o tema. Naquele momento, o objetivo era pontuar como eles se autodeclararam e por que. O uso do termo raça/racismo considera fatores sociais, culturais, ideológicos. Desta forma, o tema abrange dois pontos presentes em nossa sociedade de uma forma complexa. Traz a questão do preconceito sofrido historicamente pela população negra e traz à tona a visão de um grupo (alunos da Educação de Jovens e Adultos) que, de certa maneira, em alguns momentos de seu percurso, se viu excluído do atendimento de políticas públicas de educação, seja por dificuldades dentro e fora da escola, evasão, questões de trabalho etc. Deste modo, se o conceito ampliado de raça está ligado a aspectos ideológicos e sociais, confirma-se a ideia de que a autodeclaração de cor perpassa questões de identificação: como, em que lugar e em que grupo cada cidadão se vê. Para as reflexões, o estudo contou com contribuições do estudioso Munanga para ajudar a entender a questão da raça na sociedade brasileira; dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, sobre dados estatísticos na educação; recorre-se também aos conceitos do pesquisador Agamben como ponto de apoio para compreender estados de exceção que se tornaram normas e abrangem estas políticas educacionais; além de outros autores como aporte para discussão sobre o lugar da população negra no Brasil e para uma educação antirracista.

pretos, pardos, educação, antirracista

Comunicação oral

### **PROJETO AMORAS: VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NA INFÂNCIA**

Thayná Santana da Costa

Eliene Soares Silva

Angeliny Gomes Cilira

Sabrina Daniela Lopes Viana

UNASP - Centro Universitário Adventista de São Paulo

Apresentação: O racismo traz impactos nocivos à saúde da população negra, inclusive na infância. Crianças vítimas de racismo podem desenvolver sentimentos de inferioridade, desvalorização e negação de sua identidade. A escola pode ser um espaço de aprendizagem, valorização das diferenças étnico-raciais e enfrentamento do racismo. Objetivo: Desenvolver um projeto de valorização da identidade negra e de discussão sobre o racismo com crianças de dois a dez anos a partir da leitura do livro Amoras. Metodologia: Trata-se de um relato de experiência de um projeto de extensão universitária desenvolvido por 22 estudantes e 4 docentes para 1100 crianças de Ensino Infantil e Fundamental 1. O projeto consistiu na leitura e na encenação do Livro Amoras de autoria do rapper Emicida, por universitários e docentes negros. Resultados: O autor do livro, de forma lúdica, relaciona elementos do cotidiano com as características da população negra, valorizando a cor da pele “Amoras quanto mais escuras, mais doces são”, textura e volume dos cabelos e a cor dos olhos “Com olhos de jabuticaba e os cabelos de nuvem”, além de mencionar personalidades negras como Martin Luther King, Zumbi dos Palmares, Malcon X e Dandara. Durante a ação, as crianças relataram situações de racismo que passam ou já passaram, algumas delas demonstraram perplexidade diante da diversidade religiosa, das possibilidades de tons de pele (foi utilizada a caixa de lápis de cor “Tons de Pele” para realizar pintura de desenho) e com a quantidade de universitários negros que desenvolveram o projeto. Considerações: O projeto se mostrou importante como forma de valorização e aceitação da identidade negra e de discussão de questões raciais com crianças, estudantes universitários e professores. Além de possibilitar o protagonismo da comunidade negra acadêmica envolvida.

Identidade Negra, Racismo, Literatura Infantil, Escola, Universidade

Comunicação oral

### **RACISMO: PRODUTO REAL DE UM TERMO FICTÍCIO**

WANDERSON OLIVEIRA SILVA

Universidade Federal Fluminense - UFF

O presente trabalho visa demonstrar a construção sócio-histórica do conceito de “raça” e, também, no meio dessa construção, a formação do pensamento racializado, ou seja, racista. Pretendemos apontar a invalidade da utilização do termo “raça” como diferenciador/classificador da diversidade humana e, ainda, o porquê da dificuldade em livrarmo-nos desse conceito. Ademais, há a intenção de apontar as diferenças conceituais entre raça e racismo e também entre preconceito e discriminação. Entender como surgiram tais conceitos e como eles dinamizam-se socialmente é fundamental para compreender as dinâmicas (política, econômica, jurídica e subjetiva) da sociedade brasileira. Entendemos que o racismo estrutural é o organizador das relações sociais brasileiras e que, sendo assim, deve ser combatido teórica e politicamente, entretanto, para estabelecer-se apto(a) a esse combate é necessária, de antemão, a compreensão da construção sócio-histórica dos termos acima mencionados. Partindo desse entendimento, e buscando colaborar, é que oferecemos alguns pontos de nosso

empreendimento que, desejamos, possam ser úteis para iniciar-se nas questões e temáticas racializadas.

Raça; Racismo; Conceito; Preconceito; e Discriminação.

Comunicação oral

### **RELAÇÕES RACIAIS E O LIVRO: NOVAS POSSIBILIDADES**

Vera Lúcia Vasconcelos

INstituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM)

A proposta deste trabalho, confecção de livros, ocorre ao final do semestre letivo, na disciplina Relações Étnico-Raciais e Educação, após a análise de vários livros didáticos voltados para as séries iniciais do Ensino Fundamental e da constatação das lacunas existentes sobre a cultura afro-brasileira nos mesmos. Para esta atividade, várias referências foram utilizadas, aliás, a recomendação é que se utilize todo material da disciplina, como, vídeos, filmes, textos, entre outros. Entretanto, o trabalho tem como base a Lei 10.639/2003, uma medida de ação afirmativa que torna obrigatória a inclusão do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos dos estabelecimentos de ensino públicos e particulares da educação básica. A confecção dos livros, sobretudo, voltados para o Ensino fundamental, tem como objetivo contribuir para a criação de uma positividade na identidade dos não brancos, bem como formar cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial através de textos e ilustrações. Foram utilizados diversos materiais na elaboração dos livros, como: caixa de sabão em pó, feltro, caixas de papelão, tecidos coloridos, caixas de presente, palha, emborrachado E.V.A, entre outros, pois esse item foi de livre escolha dos grupos, já que a atividade foi feita em equipe. Os livros foram expostos no Projeto Olhares África/Brasil, em novembro de 2013, 2014 e 2015, na Semana Pedagógica do ISEPAM, em outubro de 2014, no aniversário do NEABI/UENF, novembro de 2014, no Auditório da Educação Infantil do ISEPAM, novembro de 2014, e no III Encontro Entre Ativistas Afro-Brasileiros e Afro-Americanos, realizado no ISEPAM em agosto de 2015. Nessa exposição, que, teve como título “Relações Raciais e o livro: novas possibilidades”, o público visitante demonstrou interesse e curiosidade, levando muitos a manusearem o material exposto. Os comentários ressaltavam, sobretudo, a criatividade usada para a construção dos livros.

Relações Étnico-Raciais, Lei 10639/2003, Livro didático, Confecção de livros

Poster

### **VOZES QUE ECOAM: LEI 10.639/03 E O RESGATE DA MEMÓRIA DE UM POVO**

Jéssica Gomes da Silva

UFF

O continente africano tem um passado histórico bastante semelhante ao do Brasil. Sem uma historiografia que pudesse explicar as questões sociopolíticas ligadas a um passado bélico, de luta pela libertação, encontra na literatura, a oportunidade de registrar sua história. Por isso, a literatura africana, tal como a literatura que se fazia inicialmente no Brasil, é tão marcada por um instinto de nacionalidade. Tal instinto anseia manter vivo e latente no âmago de seu povo, os traços de sua cultura e de seus costumes, os aspectos identitários de gerações que a modernidade e o processo de aculturação tentam – infelizmente com sucesso – apagar diariamente ao enfatizar elementos da cultura colonizadora, europeia, em detrimento da cultura africana. Tendo em vista tal

cenário é que emerge a lei 10.639/03, alterada pela lei 11.645/08 que torna obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. É nessa lei que o presente trabalho discorrerá, mostrando a sua importância na luta contra o apagamento da cultura de um povo há muito massacrado por uma sociedade que tem dado voz apenas a história dos vencedores. Para tanto, tomar-se-á como norte, as produções do autor moçambicano Mia Couto com a finalidade de ilustrar a importância de levar para a sala de aula textos que façam do contexto do educando.

Ensino, cultura, literatura, identidade, lei 10.639/03

Poster

## Eixo 2

### Práticas Socioeconômicas, Culturais e de Saúde Alternativas

#### **“PRÁTICAS CÊNICAS: LOUCURA SIM, MAS TEM SEU MÉTODO E OFICINA DE AÇÃO EXPRESSIVA NO HOTEL E SPA DA LOUCURA COMO PSQUIATRIA CULTURAL”**

Bianca Leticia Vale

UFF/IEAR e UPAC - Universidade Popular de Arte e Ciência

A oficina de ação expressiva foi oferecida pela Hotel da Loucura e a Universidade Popular de Arte e Ciência (UPAC) de 2012 até 2016, coordenado pelo Dr. Vitor Pordeus em formato de teatro de arena no Instituto Municipal Nise da Silveira, no Engenho de Dentro, ministrada por Gabriela, Mirian Rodrigues, Bianca Vale e Linda Marina. A oficina tinha como intuito o estímulo da capacidade de expressão e relação com os outros, sendo uma dentre as outras políticas públicas realizadas pelo hotel da loucura, que visa promoção da saúde, como também a realização de montagem do espetáculo “Loucura sim, mas tem seu método”, baseado em Hamlet de Shakespeare. As atividades foram possíveis a partir do convite do secretário municipal de saúde, Hans Dohmann, à Vitor Pordeus em criar a pasta de saúde e cultura na secretaria municipal, nascendo o Núcleo de Cultura, Ciência e Saúde, os Agentes Culturais de Saúde, as Escolas Populares de Saúde, a Universidade Popular de Arte e Ciência, o Teatro de DioNises e o Hotel e Spa da Loucura. O trabalho foi possível a partir de práticas inspiradas pela médica alagoana Nise da Silveira, que se recusou a aplicar eletrochoques em “pacientes” e dedicou suas ações à tratamentos humanizados, contra o eletrochoque e a lobotomia que causava traumas, em defesa do afeto e métodos alternativos de tratamento por meio da arte. O presente trabalho busca apresentar as experiências e resultados da oficina e montagem de espetáculo, que de fato serviu como mecanismo de cura e emancipação dos clientes, usuários dos serviços do SUS e outros integrantes. As práticas cênicas serviram como aprendizado àqueles que as experienciaram, proliferando-se por outros atores que formam uma rede, pela universidade popular de arte e ciência, mesmo depois de ter acabado o hotel da loucura, diante a nomeação de novo secretário e consequentemente troca do coordenador do núcleo por questões políticas.

Psiquiatria Cultural; Nise da Silveira; Promoção da Saúde; Teatro; Arte e Ciência

Comunicação oral

#### **“TEATRO: ‘LOUCURA SIM, MAS TEM SEU MÉTODO’ E ‘OFICINA DE AÇÃO EXPRESSIVA’ NO HOTEL E SPA DA LOUCURA COMO TRATAMENTO PSQUIÁTRICO CULTURAL”**

Bianca Leticia Granja Vale

UFF/IEAR e UPAC

A “Oficina de Ação Expressiva” foi oferecida pelo Hotel da Loucura e a Universidade Popular de Arte e Ciência (UPAC) de 2012 até 2016, coordenado pelo Dr. Vitor Pordeus

em formato de teatro de arena no Instituto Municipal Nise da Silveira, no Engenho de Dentro, Rio de Janeiro, ministrada por Gabriela Haviaras, Mirian Rodrigues, Bianca Vale e Linda Marina. A oficina tinha como intuito o estímulo da capacidade de expressão e relação com os outros, sendo uma dentre as outras políticas públicas realizadas pelo Hotel da Loucura, que visa promoção da saúde, como também a realização de montagem do espetáculo “Loucura sim, mas tem seu método”, baseado em Hamlet, de Shakespeare. As atividades foram possíveis a partir do convite do Secretário Municipal de Saúde, Hans Dohmann, à Vitor Pordeus em criar o Setor de Saúde e Cultura na Secretaria Municipal de Saúde, nascendo assim, o Núcleo de Cultura, Ciência e Saúde, criando nele a função dos Agentes Culturais de Saúde, as Escolas Populares de Saúde, a Universidade Popular de Arte e Ciência, o Teatro de DioNises e o Hotel e Spa da Loucura, como políticas públicas de Saúde Mental no município do Rio. O trabalho foi possível a partir de práticas inspiradas pela médica alagoana Nise da Silveira, que se recusou a aplicar eletrochoques em “pacientes” e dedicou suas ações à tratamentos humanizados, contra o eletrochoque e a lobotomia que causava traumas, em defesa do afeto e métodos alternativos de tratamento por meio da Arte. O presente trabalho busca apresentar as experiências e resultados da oficina e montagem de espetáculo, que de fato serviu como mecanismo de cura e emancipação dos clientes, usuários dos serviços do SUS e outros integrantes. As práticas cênicas serviram como aprendizado àqueles que as experienciaram, proliferando-se por entre outros atores que formam uma rede, pela Universidade Popular de Arte e Ciência, mesmo depois de ter acabado o Hotel da Loucura, diante a nomeação de novo secretário e consequentemente troca do coordenador do núcleo por questões políticas.

Psiquiatria Cultural; Nise da Silveira; Promoção da Saúde; Políticas Públicas; Arte e Ciência.

Comunicação oral

### **AGRICULTURA E MULHER: O CASO DA FEIRA DE AGRICULTURA DA UFMG**

Elizabeth Cristiane dos Santos  
Igor Simoni Homem de Carvalho  
Fabiana de Carvalho Dias Araújo  
UFRRJ

Os alimentos orgânicos passaram a ser encontrados em várias feiras de agricultura familiar fortalecendo os vínculos da Agroecologia. Esta se consolida com a participação intensa da mulher e reforça o empoderamento feminismo trazendo o foco principal das práticas sociais que são esquecidas em outras formas de comercialização de alimentos. Nesse estudo, objetivamos conhecer a participação feminina na Feira de Agricultura Familiar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - que fica em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. Nos sintetizamos em investigar este papel dentro da agricultura no ponto de vista dos comerciantes e/ou produtores da feira de agricultura da UFMG e apurar algumas características sócios-econômicas das mulheres que nela atuam. Foi aplicado um questionário na referida Feira com 7 questões com perguntas abertas e fechadas em novembro de 2018. Como resultado da investigação, 50% de participação de homens nos questionários, 40% de mulheres e 10% de homem e mulher na frente da barraca participante. Percebeu-se a idade predominante é entre 21 e 39 anos, com intensa atividade desde o plantio até o comércio dos alimentos e metade se dedica somente a atividade da agricultura familiar em contraponto a outra metade que tem outra atuação fora desta. Desta forma, podemos constatar uma interação excelente da concepção do produto até chegar ao consumidor final, colaborando com primordiais linhas da Agroecologia como a preservação. E, de supra forma com a presença feminina

de fato do processo produtivo e o reconhecimento por todos. Desta forma, a Feira de Agricultura da UFMG oferece uma integração perfeita aos princípios agroecológicos da terra a mesa do consumidor passando pela realização em termos social-econômica para os produtores/comerciantes do campo das regiões próximas a capital mineira. As mulheres são reconhecidas como suprainportantes e atuantes no processo produtivo da agricultura e tem o total apoio de todos os envolvidos.

Agroecologia, Agricultura Familiar, Mulher, Empoderamento

Poster

**AGROECOLOGIA NA ESCOLA: NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ANGRA DOS REIS.**

Rogério Lourenço de Lima  
Charles Leite Gonçalves  
Jaqueline Tenório de Araújo  
UFF/IEAR - Angra dos Reis

A Educação Ambiental experiencia um intenso processo de empobrecimento e esvaziamento do debate socioambiental em sua dimensão pedagógica - Educação Básica. Portanto, é pertinente a emergência de debates e práticas que possibilitem a construção de conhecimentos sobre sociedade e natureza que estejam alinhadas à abordagens com viés crítico quanto à questão socioambiental, enfrentando este atual desafio tendo a totalidade como categoria de análise fundamental pensada para a formação, estudo e produção de conhecimentos sobre o meio ambiente. Neste sentido, o CIEP 055 João Gregório Galindo, localizado na periferia de Angra dos Reis, vem construindo o projeto Agroecologia na Escola, que prevê atividades contínuas e permanentes relacionando teoria e prática. No tocante ao referencial teórico-metodológico, defende-se uma perspectiva diagnóstica e processual que está vinculada aos saberes locais da comunidade na qual o projeto está alocado. Dentro do espaço escolar, desenvolve-se um sistema agroflorestal adotando uma perspectiva pedagógica orientada pelos mutirões agroflorestais e agroecológicos. Pela necessidade de continuidade e permanência do projeto no espaço escolar, em constante e indissociável diálogo com a comunidade, as considerações que podem ser realizadas até o presente momento tem estreita relação com o caráter ainda experimental de suas ações desenvolvidas desde o primeiro semestre letivo desde ano. Espera-se do projeto sua difusão e popularização aos mais diferentes espaços, para que sua proposta possa inspirar outros atores e atorras do território com um olhar atento à autonomia, transformação e emancipação social de todas as pessoas que constroem esse movimento.

Agroecologia, Educação Básica, Educação Ambiental, Sociedade e Natureza.

Poster

**CARTOGRAFIA DO COOPERATIVISMO NA COSTA VERDE: POR UMA GESTÃO DE RESÍDUOS SOCIALMENTE INCLUSIVA E PARTICIPATIVA**

Bárbara da Costa Amoras  
Maria Raquel Passos Lima  
Universidade Federal Fluminense - IEAR



A temática dos resíduos é frequentemente pautada a partir de uma ótica baseada na dicotomia entre “sujeira” e “limpeza”, que atualiza e legitima o simulacro da pobreza, associado a atividade de catação. Todavia, ao contrário desse reflexo, os resíduos se apresentam como coisas de valor, que viabilizam um tipo de mercado e uma forma de comércio, por meio das relações de trabalho entre os catadores. As cooperativas são apresentadas pelo movimento político dos catadores como instrumentos de emancipação construídos por meio de uma organização de caráter popular. Estas organizações emergem como uma resposta possível às contradições do sistema econômico capitalista e suas crises, que se desdobram em competições no mercado formal e assegurado, estabelecidas de forma desigual e assimétrica de forma cada vez mais expressiva no século XXI. Nesse sentido, as cooperativas por seu caráter coletivo e autogestionário são alçadas como estratégias alternativas ao desemprego e se ressignificam a partir do caráter de inclusão social e emancipação econômica aos catadores de materiais recicláveis frente a lógica econômica moderna, com o horizonte na regulamentação da atividade profissional destes trabalhadores. Diante disso, a cartografia é apresentada como uma tecnologia social capaz de incidir no cenário da gestão de resíduos da Costa Verde, de modo a auxiliar na promoção da coleta seletiva socialmente inclusiva segundo os princípios da sustentabilidade e da justiça social. Por meio de metodologias qualitativas que visam não apenas à elaboração de um mapa e de um banco de dados digital enquanto um produto acabado os resultados materializados a partir da plataforma digital ressaltam a relevância da temática socioambiental e se apresentam como um recurso positivo para a categoria dos catadores e para o seu processo emancipatório baseado na organização autogestionária, como um instrumento de combate a invisibilidade dessa categoria a fim de proporcionar reconhecimento acerca da importância econômica e sobretudo socioambiental dos catadores para a sociedade.

Cartografia, Cooperativismo, Políticas Públicas

Comunicação oral

### **CINECLUBE UFF NA RUA: DIALOGOS ENTRA INFÂNCIAS, EDUCAÇÃO E POLÍTICA - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Juliana Gomes de Andrade

IEAR – UFF

O presente trabalho propõe apresentar um pouco do que tem sido a experiência do projeto de extensão Cineclube UFF na Rua: diálogos entre Infâncias, Educação e Política, realizado por docentes e discentes do Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR/UFF), desde o início de 2019, que surgiu da vontade e da necessidade de ampliar os espaços de comunhão e debates entre a universidade e a comunidade. O cinema é um dispositivo de criação de ideias, pensamento e diálogo entre os espectadores. Nesse sentido, essa proposta visa preencher o espaço público com cultura por meio da projeção de filmes propiciando assim o diálogo entre universidade e a comunidade externa para socializar conhecimento, saberes e experiências estéticas. Visa dessa maneira ocupar culturalmente o espaço público nos arredores do IEAR e, mais amplamente, da cidade de Angra dos Reis e região. Nosso cineclube é itinerante e acontece cada vez em um ponto diferente da cidade, levando exhibições de filmes, debates e oficinas pra população. Todas as atividades são gratuitas e abertas ao público. Neste trabalho, pretendo fazer um recorte sobre algumas das exhibições que aconteceram no primeiro semestre de 2019, relatando não só as experiências, mas também as reflexões provocadas por meio dos filmes escolhidos e das rodas de bate papo realizadas após as sessões. Para além das experiências individuais,

extremamente importantes também, o cinema proporciona uma experiência coletiva que torna aquele momento algo especial, caso contrário não teríamos mais salas de exibições, visto que a tecnologia hoje nos permite acessar qualquer filme até mesmo em uma tela de celular. É a experiência coletiva que faz com que o cinema permaneça vivo até hoje. Seja dentro de uma sala de cinema propriamente dita ou em exibições em espaços diversos, como no caso do Cineclube, assistir um filme com outras pessoas é uma experiência distinta. E é confiando na potência desses encontros e das trocas que eles proporcionam que o projeto vem se construindo e se fortalecendo, mesmo em frente a um governo que se mostra cada vez mais inimigo da arte e da educação.

Cineclube, extensão, infância, educação, política

Comunicação oral

### **CURIOSIDADE EPISTEMOLÓGICA E MICROPOLÍTICA: NOVOS OLHARES PARA GRUPO DE IDOSOS**

Rogério Thales Santana de Almeida  
UFF Niterói

Esse estudo é um relato de experiência decorrente da participação em um grupo de idosos como estagiário em um posto de saúde em Niterói, constituindo se como uma pesquisa participante, na qual realizo um breve panorama sobre como um grupo de idosos é um lugar para trabalhar a corporificação de categorias como democracia e questões de acesso a direitos, e a partir desse exercício os próprios usuários trazem indagações sobre suas vivências problematizando entre eles. O encontro que começava durante a manhã em uma sala tão iluminada que esquecíamos facilmente que estávamos em uma unidade de saúde, inciávamos com uma música na qual todos cantavam e dançavam, composta por mais de vinte idosos que de forma assídua estavam toda semana no mesmo espaço, encontrando novas pessoas e novas formas de enxergar o mundo, indivíduos que por causa de uma construção social reproduzem inúmeras vertentes do conservadorismo, que estão acostumados a não indagar, deparam se no grupo uma nova forma de sociabilidade e com relatos que de início dialogam sobre as dificuldades cotidianas, como suas vozes não são ouvidas. O grupo é um espaço de novas experiências relacionados ao viver e existir; para elaborar a venda de artesanatos que algumas idosas produziam era realizado uma votação, na qual primeiramente discutíamos a relevância da democracia e que como era importante cada um refletir sobre o seu voto, no final já com o resultado perguntávamos se a opção mais votada realmente abrangia a todos e como aquela escolha excluía mais ainda as outras pessoas. Aos poucos estes reconheceram o significado da palavra democracia e analisaram de modo crítico, começando a refletir sobre o mundo que estavam não mais acriticamente encetando questões inéditas sobre o viver e a relação com os outros, sobre o atendimento em uma unidade pública e o porque que este era precarizado; em uma unidade de saúde que eu via como um lugar para buscar quando me machucasse, encontrei a esperança para compartilhar experiências e perceber a potência do conhecimento.

Saúde, idosos, grupos, existir.

Comunicação oral

### **EDUCAÇÃO E ARTE PARA TODA PARTE**

mario sergio soares

uff/angra

Este resumo,tem a proposta de descrever as possibilidades que só a arte consegue,tendo em vista seu poder imensurável.Sabendo disso é que trazemos a proposta de uma atuação da UFF/Angra,pelo viés cultural, no intuito oferecer opções de lazer e cultura através da música. Levando em consideração a capacidade artística de vários alunos e alunas, e valendo se das mesmas,pretendemos com isso estabelecer de forma periódica fortalecer um laço de harmonia com a comunidade angrense. A princípio teremos uma roda de samba mensal,que será feita na Praça do Peixe no centro de Angra,podendo ser efetuada de modo itinerante em outros bairros da cidade.Pretendemos com isso também,propagar e fortalecer o nome da UFF/Angra,como promotora de cultura na cidade. Começaremos com uma roda de samba formado,por alunos e alunas da UFF,com a participação de artistas da cidade. Mas,serão incluídos,Djs-para tocar nos intervalos-músicos solos-voz e violão dos mais variados ritmos.

educação arte

Comunicação oral

### **ETNODESENVOLVIMENTO: AS LOUCEIRAS DO MARUANUM E O PROTAGONISMO FEMININO NA ECONOMIA LOCAL**

Bárbara da Costa Amoras

Universidade Federal Fluminense - UFF

Nesse trabalho será discutido o conceito de etnodesenvolvimento a partir das estratégias de manutenção étnica e econômica alçadas pela comunidade do Maruanum - Ap, vinculada institucionalmente a Associação de Mulheres do Maruanum – ALOMA. O objeto dessa pesquisa é a produção das louceiras e sua participação na economia local, tendo como hipótese a atuação protagonista das mulheres, que proporciona uma dinâmica na economia local, cultiva saberes e fazeres culturais étnicos, resultados do imbricamento entre práticas do negro e do índio. Nesse sentido, o questionamento norteador desse trabalho é de que forma o protagonismo feminino das louceiras do Maruanum viabiliza a manutenção histórico-social da comunidade a partir da atividade socioeconômica de produção artesanal das louças. Os procedimentos metodológicos foram desenvolvidos por pesquisa de cunho bibliográfico por memórias sobre o Maruanum e sobre a produção das louceiras.

Etnodesenvolvimento, Louceiras, Maruanum.

Comunicação oral

### **OS VERDADEIROS LUGARES NÃO ESTÃO NO MAPA**

João Araió

Olho de dentro filmes

Dezessete anos depois de ter deixado minha cidade natal, volto para a casa onde cresci, num pequeno bairro da região ribeirinha do delta do rio Parnaíba, no Piauí. Lá reencontro minha avó Luísa, que povoou a minha infância. Mulher preta, de raízes afro-indígenas, matriarca de uma família de onze filhxs. Como muitas mulheres de sua geração e origem, ela não teve acesso à possibilidade de registrar e representar suas memórias e afetos através de imagens e sons. A única foto que ela guarda de si é a da carteira de

identidade. Uma lacuna que se reproduz graças ao processo histórico de racismo, exclusão e apagamento das subjetividades e identidades coletivas das minorias étnico-raciais, fenômeno que afeta hábitos, relações, códigos morais, estética, modos de viver e se ver. O objeto deste trabalho de apresentação é o processo de concepção do curta-metragem documental "Os verdadeiros lugares não estão no mapa", pequeno registro fílmico originado do retorno às minhas raízes e do reencontro com minha avó. O filme busca resgatar esses afetos e memórias ancestrais enterrados sob a falta de uma autorrepresentação e de narrativas sobre nossas próprias histórias. É fruto da interminável tentativa de montar um quebra-cabeça de ausências para chegar a uma presença que habita o espaço cotidiano dela. Que mora na ancestralidade que o seu corpo carrega no lugar de agora. No esforço de manter sua identidade num tempo em que nossas lembranças e vivências são pilhadas e adulteradas pelo olhar colonizador. É a tentativa de percorrer, a partir de uma cartografia dos afetos e do retrato de seu espaço cotidiano, os quintais da memória que ainda resiste nela. Para recompor esse álbum de fotografias esquecido na poeira de um tempo. E revê-la nesse retrato, plena, renovada, rejuvenescida. Em que ela mesma se reconheça. E me rever nela, num presente que ainda há de chegar aqui.

Memória, Ancestralidade, Autorrepresentação, Narrativas

Comunicação oral

### **TEATRO COMO FERRAMENTA DE EXPRESSÃO SOCIAL**

Richard Marx R. Do Nascimento

UFF-ANGRA

O trabalho a ser desenvolvido é uma oficina de teatro que tem o objetivo de fomentar a arte cênica dentro da universidade, dando ênfase no fazer teatral não apenas para um benefício pessoal, mas também como uma riquíssima forma de promover a cidadania. Esta oficina buscará convergir elementos das artes cênicas como: interpretação, expressão corporal, voz, resistência física e concentração. Para isso, será estabelecido um processo, a partir de um grupo de alunos que, monitorados, promoverão e realizarão, durante o período da oficina, exercícios de corpo, voz, jogos teatrais e experimentos cênicos e ao final, realizarão uma apresentação, criada e dirigida de forma colaborativa pelos envolvidos. Justificativa: A oficina " " segue uma "linha" pedagógica de alguns mestres do teatro, como: Stanislavski, Viola Spolin e o Augusto Boal, buscando apresentar diferentes perspectivas de artistas, exercícios práticos e conceitos teóricos, visando o desenvolvimento pessoal e coletivo dos envolvidos. Neste sentido, a condução do trabalho proposto estimulará a reflexão e contribuirá para o aprendizado do aluno-participando, fornecendo-lhe subsídios para um maior entendimento de seu fazer teatral. A oficina também pretende estimular estes atores aprendizes a trabalhar com elementos importantes para a vida, não só no teatro, como; concentração, aceitação e o não preconceito.

Teatro-Fomento-Arte

Comunicação oral

### **UM OLHAR DA FAVELA**

João Araió  
Thamyra Thâmara  
Raull Santiago  
GatoMídia

O objetivo desta apresentação é a exposição da temática de dois filmes documentais, “Descolonize o olhar” e “A minha vida é aqui”, realizados com tecnologia 360° e produzidos por jovens de comunidades do Rio de Janeiro. Os filmes focam o cotidiano, a memória e as narrativas da favela a partir da ótica e vivência de seus próprios moradores e trazem uma experiência de valorização da vida e das relações humanas em contraponto às narrativas de violência e medo. “Descolonize o olhar” revela os desafios, complexidades e potências de quem vive em comunidade através dos lugares de deslocamento de Bira Carvalho, morador da Maré que ficou cadeirante aos 21 anos após levar um tiro. Partindo da experiência de imersão no seu dia a dia e da necessidade de registrar em imagem os flagrantes da vida que encontra nos becos e vielas, o documentário traz outras percepções do território para além da narrativa da violência. O filme foi selecionado para ser exibido na Assembléia Geral da ONU, coincidindo com a primeira Cúpula dos ODS, que discute a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). “A minha vida é aqui” retrata a trajetória de Lúcia Cabral, educadora e assistente social moradora do Complexo do Alemão que se tornou referência para crianças e jovens em sua comunidade ao aliar saúde, tecnologia e consciência ambiental. Conhecida por todos como Tia Lúcia, sua principal missão é assegurar para as gerações futuras o legado da favela como um espaço de inspiração, solidariedade e intensa relação humana. Os filmes tem cerca de 4 minutos cada e sua exibição é feita através dos óculos de visualização em realidade virtual que estarão disponíveis ao público.

Favela, Memória, Tecnologia, Narrativas

Comunicação oral

### **UTILIZAÇÃO DAS ERVAS MEDICINAIS COMO TRATAMENTO ALTERNATIVO NA SAÚDE EM COMUNIDADES CARENTES DO RIO DE JANEIRO. BAIROS NOVA IGUAÇU X TAQUARA**

Gizele Vidal Bilheo de Mattos  
Solange Brito Salgado  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- campus Seropédica

A pesquisa aqui apresentada foi desenvolvida por ocasião do Trabalho Integrado 2016-2 do Curso Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Campus Seropédica, partindo de pesquisas anteriores realizadas em 2016.1 na disciplina Agroecologia que visaram resgatar a cultura ancestral dos raizeiros da Baixada Fluminense, especificamente no Município de Nova Iguaçu-RJ, visando assim, preservar o conhecimento dessa tradição popular milenar. Esta pesquisa tem como foco central a utilização das plantas medicinais em espaços diversos, como uma alternativa de tratamento para população que não tem acesso a políticas de saúde que as contemplem em sua especificidade. Dessa forma trataremos um enfoque sobre o trabalho realizado pela Pastoral da Saúde num espaço cedido pela Paróquia de Santa Luzia, no Bairro da Luz, Município de Nova Iguaçu, em Maurília, raizeira moradora do Quilombo do Bracuí e no indígena Yapan Mauês e seu Espaço dos Naturais no Bairro Taquara – RJ. A Pastoral da Saúde faz um trabalho com o Método Bioenergético ou Bio Saúde trazido para o Brasil pelo padre Renato Roque Barth missionário que trabalhava com a

população carente e com os camponeses. Ele aprendeu a técnica e a trouxe para o Brasil no ano de 1993. A técnica foi disseminada por várias partes do país, como um tratamento alternativo para os males da saúde do povo sofrido e sem acesso a uma saúde de qualidade. O tratamento feito através da BioSaúde é pautado na orientação sobre a forma correta de alimentação e na aquisição hábitos saudáveis , unidos ao uso de chás caseiros, como forma de equilibrar a energia corporal , Maurília é uma camponesa moradora de Quilombo que traz os conhecimentos adquiridos de seus avós e pais para auxiliar nas mazelas da saúde do povo de sua comunidade e o índio Yapuan que traz a sabedoria ancestral de sua tribo localizada na Amazônia, para socorrer aqueles que o procuram no seu recanto.

Agroecologia, Plantas medicinais, tratamento alternativo

Poster

### **YOGA DE RUA**

Andre Andrade Pereira  
UFF

O Yoga de Rua vem completando 4 anos de atividades da cidade do Rio de Janeiro. Oferece práticas de yoga para a população em situação de rua, 3 vezes por semana, e serve um almoço vegetariano ao final das aulas. Ao longo do tempo vimos ampliando a rede de parcerias e essa atuação descentralizada tem nos chamado a atenção. Café da manhã, capoeira, yoga, almoço, banho, atividades educacionais, artísticas e de acolhimento e um jantar compõem um dia de ações de parceiros que vem ampliando vínculos de um grupo de pessoas que moram nas ruas da cidade. Ao invés de uma instituição centralizada, estamos percebendo a riqueza das iniciativas pequenas, espontâneas, em rede e sem custos administrativos. Quais impactos temos percebido nos participantes, nos voluntários e na relação entre todos os envolvidos? Como esse modelo de organização se inspira nas próprias bases filosóficas da yoga? Essas são perguntas que nós movem nesse trabalho.

População de Rua, economia colaborativa, yoga

Comunicação oral

## **Eixo 3**

### **Territorialidade, Sustentabilidade, Identidades e Comunidades Tradicionais**

#### **CARTOGRAFIA SOCIAL COMO INSTRUMENTO NOS PROCESSOS DE DEMARCAÇÃO DE TERRA E AUTONOMIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS: UMA ANÁLISE DO QUILOMBO DA FAZENDA – UBATUBA/SP**

Jairo Pimentel Brandão

Universidade Federal Fluminense – IEAR

O presente trabalho visa analisar o processo de demarcação de terra no Quilombo da Fazenda, em Ubatuba, SP após a inserção da Cartografia Social no processo de negociação do território entre o Estado de São Paulo – representado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), a Fundação Florestal (FF) e o Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) – e a Associação dos Remanescente do Quilombo da Fazenda (ARQF). O objetivo da pesquisa é uma proposta de reconhecimento da Cartografia Social como uma alternativa para que as comunidades possam utilizar de ferramentas para construir sua própria cartografia, baseada em seus usos e marcos históricos da área, para desta forma, contribuir com a retomada desse processo de negociação com as instituições do estado. Durante o processo cartográfico coletivo com a comunidade da Fazenda, foram construídos um mapa social e um relatório que atualmente figuram o processo para a titulação definitiva do quilombo. O processo que anteriormente estava na escala estadual, após a inserção do Grupo Para o Fortalecimento da Autonomia Territorial – Cartonomia (UFF/IEAR), por meio do Fórum de Comunidades Tradicionais (FTC), passou para escala federal. O documento em formato de mapa constituído pela Cartografia Social no quilombo da fazenda, acirrou os anos de luta entre a comunidade da Fazenda e o estado de São Paulo, dando visibilidade aos órgãos competentes aos conflitos diários vividos por essas famílias, assim como a suas territorialidades.

Quilombo; cartografia social; políticas públicas

Comunicação oral

#### **CARTOGRAFIA SOCIAL E A APROPRIAÇÃO DAS TÉCNICAS POR COMUNIDADES TRADICIONAIS: OS CONFLITOS TERRITORIAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA ILHA DA MARAMBAIA**

Lorena de Jesus Trindade Amorim

Mara Edilara Batista de Oliveira

Universidade Federal Fluminense de Angra dos Reis

Esse trabalho é o resultado do projeto PIBIC em andamento, intitulado “A Territorialidade da Comunidade Quilombola da Marambaia a partir da Cartografia Social: Conflitos e Resistências em Terra de Quilombo”. A pesquisa pretende abordar os intensos conflitos

vivenciados pelas comunidades e povos tradicionais, diante do desenvolvimento desigual e combinado no campo brasileiro (OLIVEIRA, 2007), e mais especificamente o caso da comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia. Até o momento da pesquisa nos dedicamos a estudar sobre o tema da Cartografia Social, principalmente enquanto uma subversão, ou apropriação, das chamadas Cartografias “oficiais”, que nos foram impostas desde a colonização e que são, até hoje, controladas por instituições de poder como peças fundamentais no processo de constituição do sistema-mundo-moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2012), como as de caráter militar no Brasil. Essa temática nos chamou atenção devido a especificidade da comunidade quilombola da Ilha da Marambaia, com a qual estamos coordenando um processo de cartográfico, junto ao Grupo de Pesquisa, CARTONOMIA. Esse processo busca levantar os territórios de uso da comunidade quilombola na Ilha, assim como suas práticas e saberes, ou seja, a expressão de suas territorialidades no espaço.

Cartografia Social - Comunidade Tradicionais - Territorialidade

Comunicação oral

### **CIDADE E RAÇA: POR UMA NOVA EPISTEMOLOGIA URBANA**

Ranieri Barbosa Elizario

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ)

Este ensaio busca aprofundar o debate teórico e empírico sobre a correlação entre a cidade e raça e seus reflexos na constituição da vida urbana, que de forma explícita ou sutil faz parte de um projeto de hierarquização de espaços e exclusão racial em escala global. Parte da necessidade de advogar não apenas pelo incremento de políticas públicas que possam mitigar os efeitos da segregação do espaço em contexto neoliberal, mas também contribuir com entendimento refletido no ambiente urbano em contexto social-histórico, de matriz colonial escravocrata. Visa contribuir para possibilidade de novas molduras para o contexto social urbano nas cidades brasileiras. A justificativa para defesa de uma racionalidade na leitura de espaço urbano nas cidades brasileiras, parte não apenas de um recorte de classe ao reconhecer a incapacidade generalizada do Estado no desenvolvimento de políticas urbanas em resposta a crescente demanda por serviços e melhorias no bem-estar social. Tal incapacidade tem como consequência múltiplas formas desterritorialização e exclusão de grupos sociais, onde a clivagem étnica é usada como ferramenta da manutenção de uma agenda racial fundada na sociedade colonial europeia. Tal afirmação pode ser constatada a partir do mapeamento empírico de indicadores de ocupação do território urbano por raça, assim começa a se descortinar um novo campo de investigações, com novas perguntas, revelando que os padrões de segregação que a cidade adotou historicamente não se impuseram apenas como uma questão de classes sociais, mas também no âmbito racial. Diante deste contexto, este ensaio busca trazer para o debate a dinâmica da forma urbana com foco na relação entre raça e cidade em busca de uma urbanidade racial democrática.

Território; Raça; Relações de poder

Comunicação oral



**CONCEITO DE REDE SEGUNDO MILTON SANTOS - ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA - COMANDO VERMELHO**

Dayene Maria Santos de Paula  
Universidade Federal Fluminense - IEAR

Este artigo pretende ilustrar historicamente o percurso da segunda maior facção do Brasil, Comando Vermelho - CV demonstrando como se originou a facção na Ilha Grande, e seu aperfeiçoamento ao longo do tempo. Tem como proposta compreender como as redes dessa facção e como influenciam no território nacional, nas organizações das cidades, nas relações entre regiões e países. Analisar as relações estabelecidas através de fixos e fluxos desta organização, utilizando como metodologia o conceito de Rede (Por uma Geografia das Redes) do Milton Santos Natureza do espaço (1996).

Criminalidade, Redes, Território

Comunicação oral

**DIREITO AO TERRITÓRIO: UMA NOTA SOBRE OS PROCESSOS DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL**

Daiane Felix dos Santos  
Ana Paula Almeida da Silva  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Antes da chegada dos portugueses em território brasileiro, as estimativas apontam que habitavam no país cerca de 5 milhões de pessoas, após o ano de 1500, até os dias atuais, esse contingente populacional está reduzido a pouco mais de 700.000 pessoas. Segundo Luciano (2006, p.17) “a história é testemunha das diversas tragédias ocasionadas pelos colonizadores”. Houve muitos massacres, guerras, doenças, genocídios, etnocídios e tantos outros acontecimentos ruins, que foram eliminando pouco a pouco diversas etnias presentes nesse país. Uma das questões geográficas e históricas mais polêmicas no espaço brasileiro a ser resolvida é a demarcação dos territórios indígenas. De acordo com a Constituição Federal em seus artigos: 231 e 232 reconhece o respeito às formas de organização própria indígena, além de suas crenças costumes, usos e tradições bem como os direitos originários dos povos indígenas sobre suas terras, no entanto esses direitos não têm sido respeitados o Relatório de Violência contra povos indígenas (2017), os processos de regularização das terras indígenas quase não avançaram. Isso demonstra que o Estado brasileiro é diretamente responsável por grande parte da violação dos direitos indígenas, prioritariamente, pela omissão do Poder Executivo através do descumprimento do prazo para demarcação das terras.

Direito, Povos indígenas, Território e Violência.

Comunicação oral

## **DIREITO E A LUTA DOS POVOS INDÍGENAS: PLURALISMO E IDENTIDADE ÉTNICA**

Ana Paula Almeida da Silva

Jeferson Fernando Celos

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Universidade Federal do Sul da Bahia- UFSB

A história não se esgota nos marcos da concepção hegemônica. Como afirmado por Roberto Aguiar (1984, passim), onde existe poder, controle, imposições, vai sendo incubada a contra-hegemonia, surgindo espaços e movimentos de resistência, contestação, luta social. Ao longo do tempo, concepções jurídicas distintas coincidiram com aquela que se apresentava como hegemônica, o que atesta uma pluralidade de concepções sobre o sentido e as funções do fenômeno jurídico. A finalidade da abordagem crítico-dialética é a de apontar as insuficiências, limitações e contradições da concepção hegemônica para dar conta de uma realidade altamente complexa e contraditória como, por exemplo, a brasileira. Mas é importante consignar que a antítese contra-hegemônica não se propõe a explodir toda a construção cultural da modernidade ocidental. Uma crítica consequente partirá do paradigma hegemônico para buscar as condições de sua superação. Os movimentos populares, em face das insuficiências da democracia representativa, vão criando formas diversas de atuação, nos marcos da democracia participativa, mediante contestação e confrontação, propondo uma mudança nas bases materiais da sociedade. Entende-se que todas essas reivindicações são jurídicas, por trazerem em seu bojo aspirações direcionadas à viabilização do humano, não a sua opressão e marginalização. É esse o componente ético a assinalar a legitimidade dessa atuação, a resistência tem significado, na trajetória indígena, a ocupação de todos os espaços possíveis para uma intervenção que procura afirmar a especificidade e dignidade de suas tradições culturais, a sua organização social e a própria sobrevivência étnica - na verdade, sobrevivência dos diversos povos indígenas, evitando-se concebê-los como um grupo homogêneo, condição negada pela realidade das diversas etnias. Por isso a importância de se discutir o pluralismo jurídico, pois abre espaço para o avanço de outras formas de se entender e atuar a juridicidade, de modo contra-hegemônico.

Direito, povos indígenas e pluralismo jurídico.

Comunicação oral

## **DIREITOS HUMANOS E REFÚGIO: UMA ETNOGRAFIA NA DIÁSPORA**

Bruno Antonio Cerchi

Universidade Federal do Paraná

O presente artigo retrata o contexto de refugiados sírios no Brasil. Através de entrevistas e observação direta e participante, foi-se analisado do ponto de vista dos direitos humanos a vida de famílias que foram obrigadas a sair de seu país de origem – a Síria. Percebe-se que estas tiveram pouco auxílio, desde a chegada, onde a Polícia Federal – sem nenhum tipo de formação especializada – simplesmente funciona como uma barreira para a legalização dessas pessoas. De outro lado, a Cáritas, principal instituição que atua diretamente com os refugiados e seu estabelecimento, possuindo em sua política uma lógica humanitária, acaba por substituir o Estado Brasileiro e adotando sua responsabilidade frente a esses grupos. Contudo, na prática, essa política humanitária acaba sendo deteriorada e erroneamente vista como eficaz.

Refugiados, Etnografia, Polícia Federal, Cáritas, Direitos Humanos

Comunicação oral

**DISCURSO E IDENTIDADE: “ENTRE FOTO (e) GRAFIAS”:**

Lubélia de Paula Souza Barbosa  
UFF Campus Gragoatá

Segundo Baitello Junior (2005), “nossa era contemporânea pratica a Iconofagia: ou nós devoramos as imagens, ou são as imagens que nos devoram”. (BAITELLO JUNIOR, 2005, p. 35). O autorretrato, as fotografias expostas publicamente em redes virtuais conduzem o sentido de uma autobiografia, uma narrativa e visualidade do Eu. Assim, a fotografia representa mais um instrumento de comprovação de vivências do cotidiano e passa a se configurar como a linguagem efetiva das narrativas pessoais. Neste sentido, as imagens fotográficas proporcionaram um remodelamento com relação à produção e consumo de imagens difundidas nas mídias sociais. A “identidade” é concebida como componente mais abrangente de mudança, que está desarticulando as estruturas da sociedade moderna e afetando os conjuntos de referências que ofereciam aos sujeitos um apoio estável no mundo social. As identidades são modificadas em um processo individual de constituição incansável, e não mais de responsabilidade comum que provocava somente certo amoldamento às regras sociais. Neste contexto, pretendemos discutir como os jovens constroem representações de si mesmos e de suas relações com o mundo através do consumo de bens culturais, sejam globalizados ou localizados. Procuramos evidências de que eles desenvolvem uma postura estética que pode ser considerada como processo de construção de um olhar para o outro. O foco de investigação é a questão da Fotografia: da espetacularização, padrões, a cultura digital e o processo da disseminação do Selfie em redes sociais, em especial, no Instagram. Hall (2000) destaca que: “A questão da identidade está sendo extremamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades, fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado [...]” (HALL, 2000, p. 07). De acordo com Anderson (1989) “Comunidades imaginadas” a imaginação que é expressa através da mídia, em geral, é o que vai reinventar os laços das comunidades com uma origem perdida. Desta forma, parece relevante para nós compreender o papel dos meios de comunicação em muitas comunidades. (MARTIN-BARBERO, 1997).

Fotografia, Identidades, Redes Sociais, Jovens, Comunidades Imaginadas.

Comunicação oral

**EMPODERAMENTO JUVENIL: EXPERIÊNCIA DE AUTOGESTÃO DO NÚCLEO JOVEM DO FÓRUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS -ANGRA DOS REIS, PARATY E UBATUBA**

Luisa Vilas Boas Cardoso  
Carolina Santos Natividade  
Fabiana Ramos  
Marcela Albino Cananéia

Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba/ Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina

O Fórum de Comunidades Tradicionais - FCT, é um movimento social que surgiu a partir da união das três etnias indígenas, quilombolas e caiçaras originários da região da

Bocaina - Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, em busca de fortalecimento e unificação das lutas por direitos básicos, principalmente ao território. Sua criação deu início em 2006 consolidando-se em 2007, a partir do surgimento de políticas importantes para os Povos e Comunidades Tradicionais como o Decreto – 6040/2007 que institui a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, somando-se ao Tratado Internacional - Convenção 169 OIT. Objetivos: Contar sobre a organização da juventude do FCT e seus processos formativos, através da oralidade juvenil. Metodologia: Trata-se de um relato da experiência realizado por juventudes integrantes do Núcleo Jovem do FCT (NJFCT). Resultados: A primeira formação das juventudes foi em 2009, por meio de uma ação entre o FCT e a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, chamado de “Intervivência Campo e Campus”. Em 2014, acontece uma nova oportunidade formativa, fruto de uma articulação feita pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS): o Programa Vivência e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde. Por conta da participação crescente da juventude nos processos de formação e nas reuniões do FCT, surge em 2015 o NJFCT. O coletivo definiu que suas características seriam de autogestão, buscando formação e autoformação baseadas na educação popular, de modo a valorizar os conhecimentos e interesses da juventude, sempre em consonância com a luta dos mais velhos pela defesa do território. Atualmente, a organização do NJFCT tem se concentrado nos Encontros de Formações, que reúnem cerca de sessenta jovens indígenas, caiçaras e quilombolas para dialogar e trocar experiências sobre temáticas relevantes as juventudes das comunidades tradicionais. Além destas, também estão sendo feitas formações em comunicação popular, com o apoio da equipe de comunicadores do OTSS, e de militância, através do Estágio Interdisciplinar de Vivência - da Zona da Mata Mineira. Considerações: As juventudes ao passarem por esses processos de formação têm alcançado melhor às ferramentas viáveis e necessárias para pleitear políticas públicas e com isso assegurar à permanência dos povos e comunidades tradicionais no seu território.

Juventudes, Comunidades Tradicionais, Identidades

Comunicação oral

### **IDENTIDADE DA MULHER NEGRA NO TERRITÓRIO DO CAMPO: SUSTENTABILIDADE RURAL**

Elaine Ferreira de Oliveira

Universidade federal Rural do Rio de Janeiro

O trabalho que apresentamos faz parte de uma pesquisa em andamento sobre a identidade da mulher negra no campo. Tem como objetivo principal a análise da diversidade das mulheres negras do campo, localizadas na Baixada Fluminense. Nesta pesquisa, identificamos que há uma ausência de estudos sobre mulheres no campo com o recorte racial, o que caracteriza uma invisibilidade sobre estudos e pesquisas em relação a mulher negra no campo. Esta invisibilidade incomoda quando se percebe que esses grupos de camponesas são somente analisadas de forma homogênea, sem distinguir suas identidades enquanto mulheres negras do campo. Em nossa pesquisa, até o presente momento, em toda literatura acadêmica consultada, quase todos os relatos referentes ao campesinato abordam as camponesas como classe única, sem suas diversidades raciais. Por outro lado, percebemos, em nossas pesquisas de campo, que as mulheres negras vêm ganhando cada vez mais espaço no meio rural em vários aspectos como o administrativo, no plantio e a frente das grandes ou pequenas propriedades, se empoderando cada vez mais e sendo visibilizadas em suas constantes buscas e reconhecimento. Porém, essas mulheres ainda são classificadas como trabalhadoras, sem a preocupação de relatar suas origens e etnias. Anulando a

percepção de que grande parte dessas mulheres camponesas são constituídas por mulher negras. Nossa pesquisa tem como recorte um espaço de dois assentamentos localizados na Baixada Fluminense no Rio de Janeiro: os territórios rurais de assentamentos no município de Nova Iguaçu e de Queimados, conhecidos como Marapicu e Campo Alegre. Portanto, um dos grandes desafios e objetivos que teremos nessa pesquisa, primeiramente será a identificação dessas mulheres enquanto negras e, em seguida, como elas se veem enquanto camponesas. A importância da auto identificação é um ponto chave para uma visibilidade completa e em todos os seus processos, principalmente no que tange aos seus direitos. Por fim, cabe ressaltar que o trabalho de identificação, enquanto camponesas negras, pode contribuir na visibilidade de suas histórias para além das grandes lutas e conquistas feministas de modo geral, na medida em que, essa auto afirmação em suas lutas juntos aos assentamentos, possibilita ampliar a busca de seus direitos de cultivo e da reforma agrária.

Mulheres negras, Campo, invisibilidade, identidades

Comunicação oral

### **IDENTIDADE- QUAL E A SUA RAIZ ?**

Cristiane Carla Pantoja Santos

Oca - observatorio Cultural das Aldeias

O objetivo do trabalho é trazer o pertencimento étnico das populações " pardas - indígenas " tao presente ao nosso cotidiano e esquecida através da história . O indígena principalmente a .mulher sai em busca do seu bem viver através do artesanato ,gerando sustentabilidade e geração de renda a localidade que reside sendo na Aldeia ou no eixo - urbano.E com isso tudo o levantamento que indígenas sofrem até hoje com a intolerância religiosa e a perca de seus direitos.

Indígenas , sustentabilidade , religião, renda ,identidades

Comunicação oral

### **NAO SOU INDIO SOU GUARANI E A LUTA NATURAL CONTRA O ESTADO**

Reinaldo de Jesus Cunha

AULA - ASSOCIAÇÃO UNIVERSITARIA LATINO AMERICANA

Este trabalho "escrito na casca da arvore". É o resultado do apanhado sobre o lugar de fala indígena dentro do universo guarani em contraposição a Juruá, colonizador branco. O Tema: "Não sou índio, Sou Guarani", foi pautado após entrevista com o Pajé/Cacique ( acende fogo) de nome ( branco ) Augustinho da Silva, (99), que na oportunidade da participação da Assembleia Ordinária do CEDIND/Conselho Estadual dos Direitos Indígenas RJ, em Paraty, (27/06/19) nos concedeu gentilmente uma entrevista, onde teceu comentários falando da natureza viva e do universo cosmológico/guarani; A relação com os parentes indígenas guaranis; A dificuldade da Livre Circulação do Povo Guarani e animais" no território de Juruá. O texto também faz uma reflexão de mundos opostos: O de Nhanderú, que não delimita cerca e permite a livre circulação de homens e animais no universo de Juruá. E do território de Juruá com suas cercas e arames farpados, para impedir a livre circulação de homens e animais, nesta vastidão de terras e florestas. E os que ousam pular a cerca sem aviso prévio, serem mortos sumariamente inclusive com apoio estatal. Recente, com a eleição do Presidente Jair Bolsonaro: Os "Proprietários de Terra e Grileiros", tem intensificado o desmatamento em terras

indígenas. A fala do presidente, tem dado ressonância, uma espécie de salvo conduto e livre arbítrio, para matar e exterminar todos os seres vivos: aí incluindo homens e animais da floresta. Nesse trabalho trazemos também: A narrativa do Pajé/Cacique Miguel Karai Tataxi, (119); A sua luta pela paz e convivência pacífica com Juruá em uma “Terra Sem Lei”. Além de um resumo dos principais problemas nas aldeias guaranis do Estado do Rio de Janeiro. Além da reflexão do Lançamento do Protocolo de Consulta Prévia Tekoa Itaxi Mirim, no Centro Cultural de Paraty, com a presença dos guaranis e autoridades públicas, onde foi elaborado o Protocolo de Consulta Prévia, a ser respeitado por Juruá e representantes da administração pública. E por último: Um Resumo Conclusivo da militância no CEDIND (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas); A participação nas Assembleias Ordinárias e/ou Extraordinária realizadas tanto no contexto urbano na Cidade do Rio de Janeiro, bem como: nas Aldeias em reuniões descentralizadas. Usaremos como fontes de pesquisa: entrevistas, relatos de reuniões, material de pesquisa bibliográficas em livros, site, redes sociais, blogs, palestras, seminários, cursos de extensão sobre questões indígenas e outros.

guarani; cosmologia; demarcação; território; demarcação.

Comunicação oral

### **NÚCLEO COMUNITÁRIO DE SUSTENTABILIDADE DA BACIA ESCOLA DO RETIRO**

Anderson Mululo Sato

Lucas Dantas Sá

Eliane Aparecida de Oliveira Fogliati

IEAR/UFF

NCS-Retiro

A água é um elemento de integração de diversos elementos dos sistemas socioambientais das paisagens. A sua gestão depende de dados e informações hidrológicas, participação ativa dos usuários e um modelo de governança hídrica. O município de Angra dos Reis/RJ é reconhecido nacionalmente como cenário de frequentes desastres relacionados às fortes chuvas, mas os últimos anos expuseram desastres pela escassez de água, com a decretação de estado de emergência hídrica em 2015. É amplamente abordado na literatura que a gestão da água deve ser realizada de forma participativa, com envolvimento e protagonismo dos usuários. No entanto, sabe-se que na maioria dos casos a participação efetiva das comunidades neste processo de gestão nos comitês de bacia é aquém do desejado e necessário. Neste sentido, propõem-se o desenvolvimento de uma tecnologia social inovadora, com a formação dos Núcleos Comunitários de Sustentabilidade (NCS) para a gestão ambiental local adotando como recorte espacial um sistema ou bacia hidrográfica, que passa a ser tratada como Bacia Escola. Bacia Escola é um sistema hidrográfico ou bacia hidrográfica na qual se desenvolvem pesquisas científicas, atividades de educação ambiental e gestão ambiental participativa. Busca-se desta forma estimular a discussão e prática comunitárias sobre sustentabilidade, iniciando a abordagem sobre o elemento integrador água, com direta participação das populações locais e outros atores locais (empresários, parceiros e poder público). O desenvolvimento da Bacia Escola-NCS não possui outras iniciativas similares na região da Costa Verde e pode servir como referência para um novo modelo de gestão ambiental. Este projeto começou na Bacia Escola do Retiro no ano de 2017 com intensa integração e protagonismo da comunidade local, elaboração de um diagnóstico dos desafios ambientais relacionados à água, um plano de ação comunitário, realizados eventos ambientais e efetivação de diversas ações, como a ampliação do programa de coleta de óleo vegetal usado, implantação de coleta seletiva, ampliação da capacidade de reservação de água, aprovação de um projeto de

saneamento de esgoto e formação do próprio NCS que discute constantemente os desafios ambientais da bacia escola e que tem ampliado sua atuação em outros fórum públicos relacionados ao meio ambiente.

Água, Bacia Escola, Núcleo Comunitário de Sustentabilidade, Gestão Ambiental

Comunicação oral

### **REFLEXÕES SOBRE A VISIBILIDADE DA MULHER NEGRA NO CAMPO: SUSTENTABILIDADE RURAL**

Elaine Ferreira de Oliveira

UFRRJ universidade federal rural do Rio de janeiro

O trabalho que apresentamos faz parte de uma pesquisa em andamento sobre a identidade da mulher negra no campo. Tem como objetivo principal a análise da diversidade das mulheres negras do campo, localizadas na Baixada Fluminense. Nesta pesquisa, identificamos que há uma ausência de estudos sobre mulheres no campo com o recorte racial, o que caracteriza uma invisibilidade sobre estudos e pesquisas em relação a mulher negra no campo. Esta invisibilidade incomoda quando se percebe que esses grupos de camponesas são somente analisadas de forma homogênea, sem distinguir suas identidades enquanto mulheres negras do campo. Em nossa pesquisa, até o presente momento, em toda literatura acadêmica consultada, quase todos os relatos referentes ao campesinato abordam as camponesas como classe única, sem suas diversidades raciais. Por outro lado, percebemos, em nossas pesquisas de campo, que as mulheres negras vêm ganhando cada vez mais espaço no meio rural em vários aspectos como o administrativo, no plantio e a frente das grandes ou pequenas propriedades, se empoderando cada vez mais e sendo visibilizadas em suas constantes buscas e reconhecimento. Porém, essas mulheres ainda são classificadas como trabalhadoras, sem a preocupação de relatar suas origens e etnias. Anulando a percepção de que grande parte dessas mulheres camponesas são constituídas por mulher negras. Nossa pesquisa tem como recorte um espaço de dois assentamentos localizados na Baixada Fluminense no Rio de Janeiro: os territórios rurais de assentamentos no município de Nova Iguaçu e de Queimados, conhecidos como Marapicu e Campo Alegre. Portanto, um dos grandes desafios e objetivos que teremos nessa pesquisa, primeiramente será a identificação dessas mulheres enquanto negras e, em seguida, como elas se veem enquanto camponesas. A importância da auto identificação é um ponto chave para uma visibilidade completa e em todos os seus processos, principalmente no que tange aos seus direitos. Por fim, cabe ressaltar que o trabalho de identificação, enquanto camponesas negras, pode contribuir na visibilidade de suas histórias para além das grandes lutas e conquistas feministas de modo geral, na medida em que, essa auto afirmação em suas lutas juntos aos assentamentos, possibilita ampliar a busca de seus direitos de cultivo e da reforma agrária.

Mulheres negras, Campo, invisibilidade, identidades

Comunicação oral

**RELATÓRIO DA PESQUISA: POLÍTICAS PÚBLICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS PROCESSOS SOCIOAMBIENTAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE MOÇAMBIQUE E BRASIL**

Lucas Santos de Oliveira

Universidade Federal Fluminense- Niterói

Neste projeto o objetivo inicial visava à produção de conhecimentos relevantes sobre o enquadramento institucional dos processos socioambientais no meio acadêmico e político (principalmente na sociedade civil), em Moçambique no contexto contemporâneo. Objetivava dar continuidade ao projeto de mobilidade internacional, financiado pela CAPES, em parceria com o departamento de sociologia da Universidade Eduardo Mondlane, onde foi desenvolvido trabalho de campo no final de 2016, realizado pelo professor Sidnei Clemente Peres; e segundo semestre de 2017, quando realizei junto a meu colega de trabalho Mateus Almeida, e que se encontrava em fase de transcrição de entrevistas, sistematização e análise de dados. Esta pesquisa baseou-se na releitura das bibliografias recolhidas durante o trabalho de campo, bem como de referências utilizadas durante a produção destas. Grande parte do conteúdo retirado da internet é oriunda dos sites das organizações com as quais foi feita interlocução, sendo de extrema utilidade o repositório acadêmico da Universidade Eduardo Mondlane (UEM); bem como, os acervos digitais do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE) e Observatório do Meio Rural (OMR).

Estado, Movimentos Sociais, Desenvolvimento, Moçambique, Brasil

Comunicação oral

**REPRESENTAÇÕES DA NATUREZA NO DISCURSO AMBIENTAL: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SOB A PERSPECTIVA HISTÓRICO-GEOGRÁFICA**

Nathalia Lacerda de Carvalho

Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Prefeitura Municipal de Angra dos Reis

Compreender as matrizes de pensamento contidas nas representações sobre a natureza é uma ferramenta para analisar como estas ideias se disseminam, colonizam imaginários e orientam práticas. O objetivo deste trabalho é identificar algumas ideias-chave sobre a natureza e contribuir para a reflexão sobre o modo de apropriação destes discursos. Estas ideia-chave seriam: a) a necessidade de superação da natureza em direção à civilização e ao desenvolvimento; b) a natureza como paraíso divino que precisa ser mantido intocado para a contemplação e preservação; c) a natureza como um manancial de recursos a serem explorados. d) a natureza enquanto bem comum voltada ao bem viver. Para tal, serão apresentadas as discussões de Keith Tomas (1983), William Cronon (1996), Murray Bookchin (1987) e Silvia Rivera Cusicanqui (2015). Keith Tomas discute como o pensamento dos teólogos ingleses dos séculos XVI, XVII e XVIII forneceu os alicerces morais (através da ideia de processo civilizatório) para o domínio do homem sobre a natureza. Esta perspectiva orientou o período moderno e perdura até os dias atuais nos discursos sobre o desenvolvimento. Segundo Cronon (1996), é no fim do século XIX que a natureza passa a ser objeto de contemplação, de refúgio da vida urbana e possibilidade de recuperação do planeta. Estas ideias subsidiam os discursos ambientais voltados para a proteção integral através da demarcação de unidades de conservação. A sacralização da natureza é reproduzida em contextos diversos e contém uma dimensão simbólica que justifica práticas heterônomas como a desterritorialização de populações. Na esteira desse debate, Bookchin (1987) propõe um confronto entre a ecologia profunda (deep ecology) e a ecologia social (social ecology) para melhor compreendermos os contornos do movimento ecológico e o caráter



político de suas agendas. Da natureza maldita, à natureza como um santuário intocado e, posteriormente, a natureza como manancial de recursos. Silvia Rivera Cusicanqui colabora para, através do pensamento andino e de uma perspectiva anti-colonial, compreendermos a cosmovisão de sociedades que estabelecem “outra relação com o mundo dos sujeitos não humanos” e também outra relação com a natureza. Por fim, o trabalho sugere que todas as ideias citadas acima seguem atualizadas de acordo com a necessidade dos diferentes agentes em instrumentalizar o discurso ambiental.

Natureza; Ambiente; Discurso

Comunicação oral

### **UM OLHAR PARA A (DES) TERRITORIALIDADE NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS CONVENCIONAIS**

Roberta Lopo Bezerra

Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada

O presente trabalho é fruto de alguns anos de vivências como professora de Geografia e como Coordenadora Pedagógica da EMEF Professora Pequenininha Calixto, em Paraty. Buscamos articular uma reflexão no campo conceitual entre Teoria da Cultura, na Antropologia, e da categoria de Território, na Geografia, com a prática escolar tradicional (convencional). Conceituar cultura tem sido objetivo de diferentes áreas do conhecimento científico desde o Iluminismo. Cultura como cultivo, cultura como erudição ou hegemonia são algumas destas vertentes de estudo (CUCHE, 2002). Na Geografia, a categoria de Território como relação de poder em Raffestin (1993) deu abertura para construção de ampla discussão colonial, apropriada a posteriori por diferentes discursos, inclusive dos movimentos sociais. A escola enquanto instituição, historicamente, carrega diferentes momentos reprodutores de entendimento de cultura. Importante destacar que educação e educação escolar são processos distintos e que a primeira está intimamente ligada à produção e transmissão de símbolos, desde a linguagem articulada, enquanto a segunda é instituição relativamente recente, formadora de elites no Iluminismo e somente dirigida às massas no século XIX, com objetivo de instruir para o trabalho no contexto da Revolução Industrial. De modo que temos a escola como locus pré determinado em sua função, adequada às classes as quais se destinava (e se destina), transmitindo os símbolos que lhe foram estipulados para determinado fim (MOSE, 2013). Mas, e o Território? Tem sido discutido e incorporado pelo discurso escolar? Qual é o papel da escola enquanto instituição hegemônica, quando se propõe a dialogar com diferentes territorialidades (GONÇALVES, 2004)? Quem é o sujeito da relação social quando a proposta de diálogo é unilateral? A EMEF Pequenininha Calixto é a maior escola Municipal de anos finais da Educação Básica da cidade de Paraty, localizada em área urbana, e recebe estudantes de diferentes comunidades de zona rural, urbana e costeira, de tradição caiçara, quilombola, indígena, imigrantes e migrantes, periféricos, etc. E vamos nos desdobrar sobre alguns elementos dessa realidade em busca de pistas para construir essas investigações.

Educação, território, territorialidade, conflitos.

Comunicação oral

**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL E COMUNIDADES TRADICIONAIS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE PARATY (RJ)**

Luiza Amaro Pessoa

Universidade Federal Fluminense - IEAR

Conhecida como um ambiente de múltiplos usos, a Baía da Ilha Grande abriga atividades de variadas vertentes e objetivos. Fatores socio-históricos comuns na composição do território são a alta riqueza e diversidade das comunidades tradicionais existentes, povos que compõem e resistem possuindo relações estreitas com o meio ambiente. Dentre as formas de ocupação, enquanto algumas ocorrem de forma harmoniosa com a natureza, outras causam sérios impactos aos ecossistemas, a exemplo de empreendimentos como usinas nucleares, estaleiros e estruturas de turismo em massa. Com o objetivo de contribuir para a conservação desse ambiente, as unidades de conservação do local trabalham de forma ampliada, caso da Estação Ecológica de Tamoios, criada em 1996 e parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) na categoria de proteção integral, abrangendo 29 áreas compostas por lajes, ilhas e rochedos e com o objetivo principal de contribuir para a conservação da Baía da Ilha Grande. Fazendo uma análise espacial acerca dos atores que compõem esse território, questões são colocadas sobre as possibilidades de atenuar relações entre os que contribuem para a conservação, tendo em vista as ameaças socioambientais das formas de ocupações predatórias de outros atores sociais. Com o objetivo de mitigar conflitos existentes entre a ESEC Tamoios e a Comunidade de Pescadores Artesanais de Tarituba/Paraty foi instaurado um termo de compromisso que permite a instalação de um aparato pesqueiro da comunidade em uma área que faz parte da Unidade de Conservação, mediante algumas obrigatoriedades de compromissos firmados tanto da UC quanto dos pescadores para a utilização do aparato. O aparato fruto do termo de compromisso é denominado de cerco fixo flutuante, modalidade de pesca artesanal tradicional dos povos da região. Tendo em vista a desvalorização do papel fundamental das unidades de conservação e também das comunidades tradicionais para a conservação do meio ambiente, é extremamente importante a boa relação e a coexistência desses atores sociais. Quanto a mitigação dos conflitos é perceptível a melhora na relação entre a unidade de conservação e a comunidade, característica importante no cenário político atual.

Unidade de conservação, pesca artesanal, cerco fixo flutuante.

Comunicação oral

## **Eixo 4**

### **Política LGBT, Gênero e Sexualidades**

#### **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E QUESTÕES DE GÊNERO: PERSPECTIVAS DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ACERCA DE SUA ESCOLARIZAÇÃO**

Wellen Cristina de Oliveira Bhering  
UFRRJ/Pmar

O presente trabalho constitui parte integrante de uma pesquisa de dissertação em andamento e tem como temática central as perspectivas de mulheres, vítimas de violência doméstica e estudantes da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, acerca de sua escolarização, buscando compreender suas trajetórias, expectativas e desafios frente às questões de gênero (opressão, diferença e desigualdades) que perpassam seus ambientes sociais, familiar e escolar. A questão central do estudo se baseia no seguinte questionamento: Quais são as perspectivas, sentidos atribuídos e desafios encontrados por mulheres vítimas de violência doméstica matriculadas na Educação de Jovens e Adultos em relação à sua escolarização? Para compreender a questão central, faz-se necessário também discutir e aprofundar em outras questões que perpassam o objeto de estudo, tais como: Quais são os perfis que caracterizam os sujeitos da pesquisa? Quais principais motivações as levaram a interromper e posteriormente retomar seus estudos? Como as questões de gênero implicam em suas trajetórias escolares? Quais conceitos teóricos e estudos feministas contribuem para a compreensão da estrutura social geradora das violências e desigualdades em que estão inseridas? Como fatores como gênero, raça, classe, orientação sexual e outros podem acentuar a vulnerabilidade dos sujeitos frente às situações de violência? A pesquisa de caráter quanti-qualitativa utiliza métodos mistos para a compreensão do problema de estudo, constituindo como métodos principais a análise de estatísticas referente às violências vivenciadas por mulheres no Estado do Rio de Janeiro bem como no município de Angra dos Reis, questionários e entrevistas semiestruturadas realizadas com as alunas que declaram viver ou terem vivenciado durante seu percurso escolar situações de violência doméstica.

Educação de Jovens e Adultos, Violência Doméstica, Escolarização

Comunicação oral

#### **PROCESSOS COLETIVOS DE APRENDIZAGEM DAS MULHERES DO CAMPO: AVANÇO NAS MOBILIZAÇÕES E RETROCESSOS NA SOCIEDADE.**

Flávia Tauffner de Souza  
Inny Accioly  
IEAR - UFF

O presente trabalho descreve uma pesquisa conduzida por análise de documentos e bibliografias que abordam a temática da mulher camponesa e a observação participante na Marcha das Margaridas 2019. O objetivo desse trabalho é apresentar o processo de aprendizagem coletiva das mulheres do campo analisando os avanços e retrocessos nas lutas e conquistas, bem como verificar o que motiva a mobilização e como ocorre a luta das mulheres rurais. A pesquisa também dialoga com o conceito de movimento da consciência apresentado no livro Ensaio sobre a consciência e emancipação de Mauro Iasi, buscando compreender como ocorre o processo de consciência das mulheres rurais e qual o papel do coletivo neste processo. Trata-se de uma pesquisa ainda em andamento e, portanto, sem pretensão de respostas conclusivas.

mulher camponesa - marcha das margaridas - lutas e mobilizações

Comunicação oral

**“NAMORAR É SÓ SOFRÊNCIA”: NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES AFETIVO- SEXUAIS DE ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA NA REGIÃO COSTA VERDE (RJ)**

Renata de Souza Carvalhaes

Claudia Mercedes Mora Cárdenas

Instituto de Medicina Social/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de mestrado que objetivou compreender como as violências nas relações afetivo-sexuais na adolescência são significadas por estudantes de uma escola estadual da região Costa Verde do estado do Rio de Janeiro. O corpus da pesquisa deriva da observação participante no espaço escolar e de entrevistas em profundidade com 3 moças e 3 rapazes entre 18 e 24 anos. Os eixos de análise privilegiados foram: as trajetórias afetivo-sexuais, as experiências que envolvem algum tipo de ação violenta no relacionamento e as agências dos adolescentes diante dos conflitos. Os resultados revelam que as agressões entre casais se naturalizam no cotidiano e reforçam a dicotomia vítima e agressor. Múltiplas narrativas que envolvem algum tipo de agressão não foram classificadas como violentas, mas como “experiências negativas”. Os interlocutores tendem a agenciar individualmente as violências vividas, pois o receio de julgamentos morais produz uma seleção do que pode ou não ser dito aos pares ou à família. A reprodução de padrões sociais de gênero contribui para a manutenção de hierarquias e desigualdades que atingem a moças e rapazes de diferentes formas. O silenciamento a respeito do tema contribui para a invisibilidade da violência no namoro e no “ficar”, e consequentemente a não procura de cuidado junto aos serviços de saúde. Apresenta-se como desafio a expansão de estudos que possibilitem compreender melhor a violência nas relações afetivo-sexuais de adolescentes.

Adolescência, gênero, sexualidade, relações afetivo-sexuais, violência.

Comunicação oral

**“VOCÊ NÃO É HOMEM, VOCÊ É VIADO.” GÊNERO, EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES EM ALUNES DE ESCOLAS DE FORMAÇÃO MILITARES DO RIO DE JANEIRO**

Guilherme da Silva Pereira

UNIRIO-Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Inicialmente, saliento que esta pesquisa está em fase de desenvolvimento, não tendo ainda resultados/conclusões para apresentar. O que se propõe aqui é introduzir e dialogar sobre o tema e o campo da pesquisa. Dito isto, em tempos onde retrocessos democráticos são naturalizados, assumir posturas tidas aos movimentos conservadores como revolucionárias é uma afronta. Dialogar com questões de gênero e assumir posicionamentos caros aos movimentos feministas vem se constituindo numa postura cada vez mais política. Fugir da pseudoneutralidade e combater ações antidemocráticas pode se tornar um embate ferrenho para os variados grupos que disputam a legitimação de discursos de poder que façam a manutenção de posições historicamente hegemônicas. Sou negro, gay, filho de um nordestino e uma carioca, irmão de três, amigo de vários, aluno de muitos. Sou tudo isto, mas também um só. Desassociar isto das minhas práticas, das minhas experiências seria esvaziar por completo aquilo que também sou (porque sou muitas outras coisas. E junto destas categorias ainda se soma o lugar que ocupo enquanto profissão, porque estou militar. Passei por uma Escola de Formação Militar em 2014 e desde então trabalho como um servidor público das Forças Armadas. Ribeiro (2019) destaca o lugar de fala a partir da localização social, salientando que “todos temos lugar de fala, pois falamos de localização social.” Lido cotidianamente com posicionamentos que me confrontam enquanto minha raça e orientação; meu local de trabalho trás questões que me desafiam a pensar sobre os aportes epistemológicos dos quais adquiri nos anos da graduação. Sendo assim, minhas observações sobre meu locus social, pensando sobre como a construção das masculinidades são produzidas nos ambientes militares, me levaram a escolher este foco de pesquisa. Repensar representações e práticas do ‘ser homem’ em alunEs de Escolas de Formação Militares e a construção de suas masculinidades, vem de encontro a minha própria experiência enquanto militar e aluno de uma escola de formação das Forças Armadas. Sendo assim, proponho pensar as trajetórias e experiências dos sujeitos que passam pelas Escolas de Formação Militares e como suas masculinidades são construídas ao longo de suas trajetórias. Buscando salientar para a existência de múltiplas masculinidades e não somente uma.

Masculinidades. Gênero. Educação. Sexualidade. Militar.

Comunicação oral

### **A ATENÇÃO A SAÚDE DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NEGRAS VITIMAS DE VIOLÊNCIA: UM OLHAR INTERSECCIONAL SOBRE OS SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DO RIO**

RENATA DE SOUZA SILVA

CENTRO LATINO AMERICANO DE GENERO E SEXUALIDADE

O presente trabalho tem por objetivo compreender como se configura o atendimento em saúde nos serviços de emergência da rede municipal do Rio de Janeiro, no que tange às travestis e transexuais negras vítimas de violência física, levando em conta o artigo 2º da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que defini estratégias setoriais e intersetoriais que visam reduzir a morbidade e a mortalidade de travestis e transexuais, levando em consideração as necessidades desta população, incluídas as especificidades de raça/etnia, classe e gênero. Como também a promoção de ações educativas na rotina dos serviços de saúde, que proporcionem a eliminação do preconceito com base em gênero, classe, raça/etnia. Para se apreender sobre a configuração destes atendimentos serão utilizados conceitos de gênero, sexualidade, raça/etnia e classe, vislumbrando estas como categorias interseccionais no construto das relações sociais e também como estes

incidem diretamente na configuração, construção e estruturação das políticas públicas de atendimento a população LGBTQ.

**INTERSECCIONALIDADE, GÊNERO, LGBTQ, VIOLÊNCIA**

Comunicação oral

**A CRIMINALIZAÇÃO DA LGBTQIFOBIA COMO UMA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: IMPASSES E COMPLEXIDADES**

Lucas Abreu do Nascimento

Universidade Federal Fluminense/Instituto de Educação de Angra dos Reis

O presente trabalho, fruto da pesquisa que está sendo realizada no trabalho de conclusão de curso, pretende iniciar uma discussão, teoricamente, do que está em debate sobre o tema da criminalização da LGBTQIfobia, conceito debatido desde 2006 no Brasil. Dentro desse aspecto, o trabalho faz uma crítica à criminalização como uma política de promoção dos direitos humanos, demonstrando seus impasses e complexidades quando analisados os dados de encarceramento em massa no Brasil. Inicialmente, questiona-se em como se promove uma política de direitos humanos que proteja a população LGBTQI das constantes violências se, para isso, acredita-se no direito penal em matéria de atuação criminológica para tratar uma questão estrutural que perpassa não só o campo do direito, mas da educação, da própria política, da religião e na implementação de políticas públicas. Nesse sentido, será analisado os dados do Banco de Monitoramento das Prisões de 2018, que demonstra o quantitativo de presos no Brasil com objetivo de fazer uma reflexão na atuação seletiva do direito penal e de como essa criminalização está moldada pela lógica punitiva e não educativa. Por consequência, o trabalho inicia uma discussão que não se esgota aqui, de modo a instigar pesquisadores da área para uma discussão complexa que leve em consideração toda a problemática que envolve, no Brasil, apostar na lógica punitiva para tratar o fenômeno estrutural que abarca a LGBTQIfobia.

Direitos Humanos; Encarceramento em Massa; Criminalização; Direito Penal.

Comunicação oral

**AÇÕES AFIRMATIVAS, POPULAÇÃO LGBT E SERVIÇO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO GÊNERO E SEXUALIDADE – TECENDO REDES DE SABERES MÚLTIPLOS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ).**

Paulo Santos Freitas Junior

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes (SMECE) - Campos dos Goytacazes/RJ; Núcleo de Pesquisa Infâncias, Juventudes e Políticas Públicas (NIJUP) - Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ICS DER) - Universidade Federal Fluminense (UFF) - Campos dos Goytacazes/RJ.

A comunicação oral terá por objetivo apresentar a experiência do Projeto Gênero e Sexualidade – tecendo redes de saberes múltiplos, que vem sendo desenvolvido pelo expositor, um assistente social, em parceria com o professor Rafael França dos Santos, desde dezembro de 2017, em Campos dos Goytacazes (RJ), com a finalidade de qualificar profissionais da rede pública do referido município no tema da diversidade de gênero e sexual. País campeão mundial em assassinatos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (LGBT's), o Brasil não desenvolve, de forma mais ampla, ações afirmativas efetivas para essa população mesmo quando a maior parte do

aparato legal nele existente preconiza a igualdade de direitos, o apreço à tolerância e o combate a todas as formas de preconceito e discriminação. O município de Campos dos Goytacazes (RJ), não está desconectado de um contexto cultural, histórico, político e social mais amplo. Com sua face conservadora, reflete a discriminação, o preconceito e a violência que historicamente vem marcando a população LGBT's em todo o mundo. Tais fatores, dentre outros que poderão ser apresentados durante a comunicação, justificaram a elaboração e implementação daquele projeto. As reflexões a serem apresentadas tem como metodologia a pesquisa bibliográfica sobre o tema e a análise documental dos registros feitos ao longo das atividades realizadas (Avaliação e Relatórios) e pretende contribuir com o debate conquantos se interessem pela questão.

Ações Afirmativas. População LGBT. Serviço Social.

Comunicação oral

### **CARA (MADURO) OU COROA: MODULAÇÕES SOBRE CONDUTAS HOMOSSEXUAIS, GÊNERO E ENVELHECIMENTO NO RIO DE JANEIRO**

Alexandre Gaspari Ribeiro

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) / Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS)

O trabalho pretende apresentar as primeiras reflexões de minha pesquisa, iniciada em 2018, que pretende analisar as relações entre homens com condutas homossexuais que moram em e/ou frequentam áreas centrais e periféricas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e que se enquadram na “meia-idade” – faixa etária elástica e imprecisa, mas que costuma ser situada entre os 40 e os 60 anos. O levantamento também irá abordar homens “jovens”, com idade inferior a esse marco temporal, que mantêm relações sexuais e/ou afetivas com homens mais “velhos”. A pesquisa intenciona tratar como outras categorias sociais de diferenciação operam para aproximar ou distanciar os sujeitos daquilo que é considerado “ser velho”, tanto por parte dos homens “de meia idade” em suas autotaxiações como pelos “jovens” que mantêm proximidade com eles. Por isso, marcadores sociais da diferença como corporeidade, gênero, classe social e raça/cor da pele ganham grande importância, para uma análise em perspectiva interseccional, a fim de perceber situações e relações em que as diferenças são agenciadas por estes homens, estabelecendo (ou não) mecanismos de desigualdade. Metodologicamente, o estudo englobará, além de revisão bibliográfica e acréscimo de novas perspectivas teóricas, pesquisa etnográfica qualitativa, em campos físico – espaços de sociabilização de homens homossexuais “de meia-idade” e “jovens” localizados em áreas consideradas centrais e periféricas da RMRJ – e virtual – comunidades em meio eletrônico destinadas a aproximar não apenas homossexuais “maturados”, mas estes e homens “jovens”, notadamente aquelas listadas na rede social Facebook. Atenção especial será dada ao Grindr, rede social que, segundo seus desenvolvedores, “se tornou a maior rede social para conectar pessoas gays, bi, trans e queer no mundo inteiro”, e que é comumente utilizada como ferramenta para estabelecer contatos eróticos entre homens. Afinal, trata-se de um espaço onde estes homens podem estabelecer variadas imagens de si, seja com o uso de fotos, seja definindo-se por práticas que podem se tornar mais ou menos atrativas no mercado erótico homossexual.

Sexualidades; Gênero; Envelhecimento; Interseccionalidade

Comunicação oral

### **DESCEDIMENTANDO O SIGNIFICANTE "MULHER"**

Josiene Mazzini da Costa  
Iris Aniceto Barros  
UFF - IEAR  
UERJ

Reconhecendo os discursos hegemônicos do patriarcado na sociedade brasileira, este estudo tem como objetivo trazer para o centro da discussão as tentativas de fixação de um sentido de feminismo. Propondo desse modo, descendimentar o discurso amplamente difundido da noção biológica das identidades. Ou seja, compreendemos que há uma tentativa de apagamento da pluralidade do feminismo, assim, propomos retirar o discurso da diferença da margem deste movimento. Consideramos importante pontuar o caráter inicial da discussão aqui levantada, reconhecendo a complexidade dessa temática. Interpretamos que a significação de gênero a partir de uma noção biologicista é construída através de relações de poder que permitem perpetuar estereótipos. A partir disso, corre-se o risco de impor quem e o que faz, ou não faz, parte de determinada concepção de gênero. Assim sendo, a identidade pode ser coisificada, o que possivelmente implica em engessamentos. Consoante com autores pós-estruturais, compreendemos a importância de enfatizar a singularidade do sujeito de forma que abranja a alteridade, interpretando a cultura como prática social de significação e ressignificação que acontece cotidianamente nas relações de poder. Assim, não é possível fixar o que é ser mulher, como uma lista de pré-requisitos, na qual quem não os cumprisse não estaria apta a fazer parte desse significante. Desse modo, reconhecemos que o termo mulher é uma prática discursiva contínua, que está envolto por constantes disputas de poder na tentativa de fixar seu início e fim. É relevante pontuar a luta através dos movimentos feministas como indispensável na busca pela equidade em suas infinitas dimensões. Ademais, evidenciamos a potencialidade do movimento quando visto como um espaço para toda a sociedade, sem, no entanto, colocar a mulher à margem do debate, ou mesmo atenuar seu protagonismo.

Identidade, Movimentos Feministas, Significação, Gênero

Comunicação oral

### **DIREITOS HUMANOS NA PERSPECTIVA DO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO PELO VÍRUS HIV**

Igor Souza de Abreu  
Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF

O vírus da Imunodeficiência humana (HIV) é um retrovírus que atua principalmente nas células do sistema de defesa, chamadas também de CD4 e está intimamente relacionado com o desenvolvimento da patologia e com a possível manifestação da doença, a AIDS. O controle da doença e do vírus HIV tem sido alvo de constantes debates no que concerne a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem com HIV e de sua emancipação enquanto sujeitos de direitos. A patologia se por um lado através do controle farmacológico possibilitou um aumento de sobrevivência das pessoas infectadas, minimizou por outro os riscos da contaminação pelo vírus e consequentemente gerou o aumento da prevalência da doença, principalmente quando se relaciona a infecção às populações-chave e prioritárias para o HIV. Mulheres trabalhadoras do sexo, gays, homens que fazem sexo com homens (HSH), pessoas transgênero, privadas de liberdade ou que usam álcool e outras drogas são hoje os segmentos populacionais mais vulneráveis e que apresentam prevalência superior a ter



exposição e contaminação pelo vírus HIV. Tais condicionantes respondem a uma carência do acesso dessas populações às ações de prevenção, diagnóstico e tratamento do HIV. A infecção está pautada, para além de uma questão de saúde, em um reflexo da falta de acesso à educação, discriminação e violência que ainda prevalecem na realidade de determinados extratos sociais. Tratar Direitos Humanos para pessoas que vivem com HIV perpassa por uma análise que abrange para além das questões impostas à realidade dos indivíduos em sua condição socioeconômica, a necessidade de ater-se também a outros determinantes impostos à condição que a sorologia acarreta, como as questões relacionadas tanto ao estigma e a discriminação decorrentes da infecção pelo vírus HIV quanto a desigualdade de gênero, as barreiras institucionais impostas ao fazer dos profissionais que atuam diretamente com essa população. O direito à dignidade humana é reconhecido como um dos determinantes sociais no processo saúde/doença e atualmente existem leis específicas para a garantia e proteção desses sujeitos contra a violação de direitos. A educação por fim, surge como uma barreira a ser superada de modo que se faça possível potencializar e direcionar recursos que garantam a universalização dos direitos condizentes às situações vividas pelas pessoas com HIV tanto na prevenção da AIDS quanto na garantia concreta do exercício de sua cidadania.

HIV, AIDS, Direitos-humanos, Cidadania, Saúde

Comunicação oral

### **EDUCAÇÃO EM DIVERSIDADE: UMA EXPERIÊNCIA COM PROJETOS DE SAÚDE DIRECIONADOS PARA GAYS E BISSEXUAIS**

Joilson Santana Marques Junior  
ESS/UFRJ

Esse trabalho é um relato de experiência, sobre a experiência de trabalho que vivenciei em dois projetos de educação em saúde, cujo público alvo eram gays jovens, um desse projetos com ênfase em gays negros. O que une essas experiências, em princípio, são a orientação sexual fora da norma e a questão das IST's (infecções sexualmente transmissíveis) e HIV/AIDS. A relação entre sexualidade dissidente e IST's e HIV/AIDS. Não é nova, esta associação, porém esses projetos trabalharam, com a ideia de diálogo entre pares e enfrentamento a homofobia, como parte central do escopo do trabalho de educação e prevenção. Nesse sentido, a educação teve como princípio fundamental a valorização da diversidade. Em 2010 fui educador de pares, nesse momento minhas atividades principais se direcionavam para a divulgação de um serviço de testagem de HIV/AIDS e o diálogo sobre prevenção com gays e bissexuais, essa experiência foi muito significativa, uma vez que eu atuava como mediador entre a instituição e os gays nos espaços principalmente de lazer, a diversidade das questões apresentadas pelas pessoas expostas, o medo e o preconceito que permeava a vida de gays e bissexuais tanto internamente quanto externamente em relação ao estigma de serem os "aidéticos", "promíscuos" de serem o mal, esse trabalho expunha ainda porque o HIV e a AIDS ainda era compreendido como a "doença gay" e do "comportamento sexual inadequada". Quando conversávamos era perceptível como a LGBTfobia, tornava-se um empecilho para a promoção de saúde. Em 2011 fui selecionado para trabalhar em um projeto na Maré que versava sobre racismo, homofobia e saúde, numa relação muito direta com a prevenção HIV/AIDS, O desenvolvimento desse projeto, que ocorria em uma favela no Rio de Janeiro, levou há uma reflexão central de como a violência estava marcando o ser negro/gay, portanto a temática da violência, foi essencial para entender a vulnerabilidade a que estavam expostos, uma vez que a construção dessa identidades é atravessada pelo racismo e a homofobia. É interessante, perceber que a troca, o questionamento, a

tradução, a adequação, a sensibilização e a informação, foram elementos que conduziram as práticas educacionais em espaços não formais.

Diversidade; educação; saúde; gays;

Comunicação oral

**EMPODERAMENTO FEMININO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O DEBATE DA DESIGUALDADE DE GÊNERO E ASSÉDIO SEXUAL COM ALUNAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO.**

Patrícia da Silva Barros

Aline Paixão Miranda Carvalho

CEFET/RJ

Os estudos sobre gênero e diversidade vêm adquirindo um papel de grande importância e visibilidade na pauta das discussões políticas e educacionais. Nota-se, portanto, que a escola pode refletir as desigualdades que percorrem por toda a sociedade, reforçando os preconceitos e privilégios de um sexo sobre o outro. Nessa perspectiva, destacamos a importância do papel do professor como agente sociocultural e político, o qual desenvolva um processo de compreensão e ação na realidade para a construção de uma nova mentalidade, através do empoderamento de sujeitos, entendimento da cultura e sua relação com o poder, pautados na Educação em Direitos Humanos. Nesse sentido, esta pesquisa busca salientar a importância do diálogo entorno das relações de gênero na sociedade, com enfoque no assédio sexual e no machismo, empoderando alunas através de reflexões e trabalhos práticos realizados no espaço educacional. A pesquisa foi realizada em uma escola municipal do Rio de Janeiro, com alunas dos anos finais do ensino fundamental, na disciplina eletiva denominada Feminismo e Empoderamento Feminino. Inicialmente, a conversa se desenvolveu através da exposição de slides, os quais informavam sobre o que é assédio sexual, alguns exemplos de como ele ocorre, o que pode ser feito nessas situações e sobre a cultura do estupro. Em seguida, mostramos dois vídeos “2 minutos para entender a cultura do estupro” e “Mulheres relatam histórias de assédio sexual”, retirados do Youtube. Posteriormente, fizemos uma dinâmica na qual pedimos para que as meninas escrevessem um caso de assédio sexual que elas mesmas tenham sido vítimas ou alguém próximo, e expusessem no papel o sentimento que elas tiveram no momento do assédio. Em seguida, outra dinâmica foi realizada e pedimos para que elaborassem, em dupla, uma frase que seria uma resposta à sociedade pelo que as mulheres vêm sofrendo com o machismo. Sobre a primeira dinâmica, observamos que todas sofreram assédio sexual em algum momento da vida, inclusive pelos meninos da própria escola. Pedimos para que as frases fossem anônimas e posteriormente os papéis foram colocados nos murais da escola. Todas relataram que o sentimento que tiveram quando sofreram o assédio foi de raiva, tristeza e nojo. Na segunda dinâmica, percebemos que as meninas estavam muito eufóricas e felizes. As frases foram de luta e empoderamento. Foi possível observar que todas ficaram muito unidas, ajudando umas às outras, e as frases foram elaboradas coletivamente.

Gênero, Educação, Direitos Humanos, Assédio Sexual, Escola Pública

Comunicação oral

## **GÊNEROS, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE SEXUAL: SILENCIAMENTOS E DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORXS NO SÉCULO XXI**

Ivan Amaro

Roseclair Site

UERJ

UERJ - SME Duque de Caxias

As pesquisas sobre formação docente tem sido objeto de abordagens diversas, como preocupações múltiplas desde os anos 1970 (CANDAU, 1982), FELDENS (1983), LÜDKE (1994), BRZEZINSKI (2006), ANDRÉ (2006). As preocupações recaem sobre a atuação do profissional da educação; especificidades e da natureza do trabalho docente; os conhecimentos e habilidades; as relações entre qualificação e desqualificação; as condições de trabalho; e, mais recentemente, sobre as identidades docentes e especificidades de gênero (ANDRÉ, 2006; BRZEZINSKI, 2014). Para Louro (2014) a escola é atravessada pelos gêneros. Discursos circulam sobre atributos ditos femininos como norteadores do “ser professora” – cuidado, bondade, docilidade, meiguice - indicando um ideal de feminilidade essencializado. Ainda que a escola seja ocupada majoritariamente pelas mulheres, os conhecimentos transmitidos são construídos pela ótica masculina. Assim, questões complexas orientam nossas pesquisas: como as relações de gênero se apresentaram nos marcos legais da formação docente no início do século XXI? Que concepções de gênero estão presentes nesta formação? Como estão sendo inseridas as discussões sobre as mudanças identitárias e reivindicações de movimentos sociais feministas, lésbicos, gays, transexuais na formação docente inicial e em serviço? Esta pesquisa de Mestrado, em andamento, com orientação do Prof. Dr. Ivan Amaro, tem como problematização inicial investigar os processos de (in) visibilização das temáticas de gênero e sexualidades nos currículos de formação de professorxs, em específico nos cursos de Pedagogia e em cursos/atividades de formação continuada, e suas implicações nas práticas pedagógicas docentes. Pretende-se, a partir das análises das produções acadêmicas sobre o assunto, produzir um “estado da arte” (FERREIRA, 2002; VERMELHO & AREU, 2005; ROMANOWSKI & ENS, 2006) abrangendo o período de 2000 a 2019 para identificar como as pesquisas vêm se desenvolvendo, quais as tendências temáticas, que referenciais teórico-metodológicos mais tem sido utilizados.

gênero, sexualidade, formação de professores, diversidade sexual

Comunicação oral

## **HERDEIRAS DE AQUALTUNE, DANDARA E TERESA: A LUTA DAS MULHERES QUILOMBOLAS**

Rita de Cássia Almeida Souza

Maria Regina de Avila Moreira

Universidade Federal de Santa Catarina

O trabalho tem como objetivo tratar das especificidades de gênero no contexto da luta do povo quilombola e do apagamento e escanteamento a papéis secundários e/ou subalternos vivenciados pelas mulheres negras em todo o processo de formação sócio histórica do Brasil, além de discutir a realidade da luta e resistência das mulheres quilombolas, apreendendo-as como resultado das relações estruturais da sociabilidade contemporânea, onde o racismo institucional expressa a perpetuação de relações de exploração e poder. De cunho bibliográfico e documental, o presente resumo compõe a construção de um artigo que analisa os resultados da publicação Racismo e Violência contra Quilombos (2018), fruto de uma pesquisa organizada pela Coordenação Nacional

de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e pela organização Terra de Direitos. Por meio da sistematização de dados da resistência quilombola, recupera-se a história de mulheres que têm suas vidas inscritas e marcadas por esse processo e, após análise, fica explícito que a violência impetrada aos corpos dessas mulheres tem caráter racista, patriarcal e misógino, dadas as características dos assassinatos de mulheres negras em posição de liderança quilombola. Conclui-se que essas mortes estão intimamente conectadas a disputa territorial, mesmo quando se trata de violência doméstica e que a titulação de terras é imprescindível para que não só as mulheres, mas todo o povo de quilombo, tenha uma vida digna e segura. Assim, a luta por território é mais que reivindicação por moradia. É luta pela história, pelo direito à subjetividade, à vida. Em discurso proferido na Universidade Federal da Bahia em 2017, Angela Davis afirma que a liderança feminista negra é coletiva, portanto a articulação das mulheres quilombolas é de vital importância sociopolítica para o grupo ao qual pertencem e assassinar uma mulher líder é atingir a raiz que sustenta o povo negro. Sem memória crítica e socialmente referenciada não há verdade e, assim, o trabalho procura trazer aspectos que contribuam para a socialização desse debate, com vistas a instigar ao seu aprofundamento, além de se constituir, como cada estudo e pesquisa sobre o tema, mais um elemento de resistência.

Mulheres quilombolas, assassinatos, violência, gênero, território.

Comunicação oral

#### **JANELAS PARA O CONHECIMENTO: CINEMA, ARTE E DEBATE NA PREVENÇÃO DE DST/AIDS**

Shirlena Campos de Souza Amaral

Jéssica Evelyn Vasconcelos Alves

Maria Helena Ribeiro Barbosa,

Mariana Siqueira Duarte

Universidade Estadual do norte fluminense Darcy Ribeiro - UENF

O presente trabalho decorre de projeto de Extensão, inserido no PROGRAMA DE PREVENÇÃO ÀS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (DST)/AIDS – UENF, que tem como objetivo disseminar informações qualificadas sobre as doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, por meio de debates e discussões a partir do cinema, mediante a exibição de longa e curta metragem e documentários. Atualmente, as ações vêm sendo desenvolvidas na UENF e tendo como público alvo o IFF. No âmbito do ensino, o projeto vem dialogando com a disciplina optativa Educação e Sexualidade, criada no projeto, e ofertada aos discentes dos cursos de graduação da UENF, visando, por intermédio de conteúdo cinematográfico, uma aprendizagem coletiva à luz de metodologias que endossam futuras práticas docentes. Metodologicamente, inicialmente, recorre-se à pesquisa bibliográfica para aprofundamento do referencial teórico, assim como, reuniões em grupo para direcionar as ações do projeto. A metodologia adotada é a Educação entre pares (Peer educato). Também, fez-se uso de aplicação de questionário aos discentes da disciplina. Destaca-se que para as atividades de exibição de material cinematográfico e de participação na disciplina Educação e Sexualidade, previamente, foram delimitados textos dentre os referenciais teóricos entre eles (Butler 2003) e (Louro 2004) e, posteriormente, foram realizadas ações do projeto para com o público-alvo. Nesse sentido, as ações contaram com a exibição e debate do documentário *She's beautiful when she's angry*, no qual tratou-se da epistemologia feminista, bem como da aplicação de um questionário aos discentes da disciplina, de modo a traçar o perfil da turma e evidenciar os posicionamentos acerca das temáticas que envolvem Educação e Sexualidade. Considera-se o grande e

interesse dos discentes para com a temática, nos aspectos de qualificação profissional e pessoal.

Educação, Sexualidade, Gênero, Cinema

Comunicação oral

**LACRAÇÃO: POR QUE AINDA PRECISAMOS CONVERSAR SOBRE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA?**

Leandro Lopes do Nascimento  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Segundo Houaiss o significado denotativo da palavra lacração refere-se ao ato ou efeito de lacrar, fechar, selar com lacre. Porém, a expressão foi popularizada conotativamente na comunidade LGBTQI+ . Lacrou é um elogio para quem foi muito bem; lacra quem usa de bons argumentos para garantir que não seja desacreditado. Neste sentido, conversar (ainda) sobre gênero e orientação sexual na escola é lacrar. No instante em que escrevo, uma guerra semântica está em curso colocando em disputa discursos ultraconservadores e progressistas. A título de exemplo cito dois movimentos que indicam como estão sendo construídos novos paradigmas discursivos: O governo federal censura uma propaganda do Banco do Brasil, entre outras coisas, por conter a palavra escolhida para o título deste trabalho, justamente por sua origem, advinda de um grupo, cujas pautas de acesso e ampliação da cidadania vem sendo minadas; e a retirada de toda e qualquer referência à palavra gênero, de maneira geral, de todos dos Planos Municipais de Educação, que por sua vez alinham-se ao Plano Nacional de Educação. No entanto “o campo das políticas públicas educacionais é também espaço-tempo de disputa, portanto, não são simplesmente determinativas dos fazeres cotidianos escolares”. (AMARO, p.28, 2018). A presente pesquisa em andamento pretende responder sobre a pergunta de seu título: Por que ainda precisamos conversar sobre gênero e orientação sexual na escola? Ou seria melhor: Por que, mais do que nunca, precisamos conversar sobre gênero e orientação sexual na escola? A hipótese é a de que jovens sofrem violências diversas por conta de suas performances e é papel da escola desconstruir essa cultura de violência, então se faz urgente ouvi-los para investigar suas demandas, representações e percepções sobre esse cotidiano escolar, para mapear que ações acontecem na escola, segundo sua ótica, que abrem espaços de diálogo. Para atingir este objetivo, considerarei os projetos sistematizados, ações menos articuladas, práticas cotidianas, intervenções e proposições que visam desarticular a intolerância e disputam poder com certa resistência.

Discurso, Juventude LGBTQI+, Escola, Decolonialismo

Comunicação oral

**MANDA NUDES! A REPRESENTAÇÃO FÁLICA NAS INTERAÇÕES ENTRE HOMENS NO GRINDR**

Ruann Moutinho Ruani  
Dilton Ribeiro Couto Junior  
UERJ/FEBF  
UERJ/FEBF

A masculinidade é uma categoria socialmente construída que vem operando na regulação das interações humanas, colocando em xeque a forma como determinados corpos, gêneros e sexualidades são performatizados cotidianamente. O presente trabalho é fruto de pesquisa de Mestrado em andamento e se propõe a investigar sobre como a performatização das masculinidades dissidentes abre fissuras na manutenção das normas regulatórias de gênero vigentes. Amparado por uma perspectiva pós-estruturalista, o estudo vem adotando a conversa online como procedimento metodológico na interação com usuários do aplicativo Grindr, o que nos permite tecer reflexões, em parceria com os sujeitos da pesquisa, sobre possibilidades de viver/existir para além do regime heterocentrado. Dado o exposto, a presente pesquisa se debruça sobre formas de relações e representações de homens autodeclarados gays interconectados via aplicativo Grindr. Preliminarmente, a pesquisa identificou uma gama de signos e significados específicos, os quais adquirem sentidos quando relacionados ao padrão de masculinidade dominante. De fotos de perfis exaltando músculos proeminentes a emoticons de berinjela com representação fálica, passando por perfis que rejeitam explicitamente aspectos considerados femininos em possíveis parceiros. A partir da mediação do digital em rede nas relações sexuais entre homens geograficamente dispersos, a investigação investiga como são construídas e vivenciadas formas dissidentes de masculinidades, mais especificamente aquelas que fogem ao modelo de masculinidade heteronormativa ocidental. O falo, neste contexto, encontra centralidade nas falas. As possibilidades de trocas de fotos íntimas, as famosas nudes, é elemento recorrente nas interações. Neste contexto, pênis maiores, ou ditos “avantajados” possuem um atrativo diferenciado. O mesmo ocorre em perfis que ostentam em seus nicks os centímetros do órgão genital. Ainda que em fase inicial, o estudo vem identificando o quanto o tamanho do pênis constitui-se como verdadeiro medidor da “potência” masculina dos homens que usufruem das experiências sociais/afetivas do Grindr.

Cibercultura, conversas online, performatização, masculinidades

Comunicação oral

**MASCULINIDADE HEGEMÔNICA. UM RELATO SOBRE SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES POR ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

Aline Paixão Miranda Carvalho  
Patrícia da Silva Barros  
Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

Este trabalho se constitui como um conjunto de primeiras reflexões a partir da experiência de uma disciplina eletiva ministrada em uma escola pública da periferia do Rio de Janeiro. A disciplina chamada “Masculinidade Tóxica” se propõe a discutir sobre as construções das masculinidades e a masculinidade hegemônica, e vem desenvolvendo suas atividades desde agosto de 2019, exclusivamente com vinte seis meninos, entre treze e quinze anos, matriculados no ensino fundamental II de uma escola municipal carioca. Importante destacar que a disciplina eletiva que os alunos

curram em cada semestre é escolhida pelos próprios, sem intervenção dos professores. As reflexões expostas neste relato partem de alguns encontros semanais que mostram os dilemas, impasses e comportamentos vividos e partilhados por meninos que vivem em comunidades periféricas e violentas, situadas no Rio de Janeiro, acerca da construção de suas masculinidades. As discussões sobre a temática em questão surgiram a partir da cobrança dos próprios meninos que estavam se sentido fora do debate das questões de gênero na escola, trazendo à tona as disparidades entre o crescente empoderamento feminino e os debates entorno das construções sociais das masculinidades. O resultado desses poucos encontros realizados até agora é um relato, misto de histórias narradas pelos alunos, que mostram o quanto a masculinidade hegemônica, ratificada por uma narrativa social e por uma ideologia patriarcal, que valoriza homens brancos, heterossexuais, viris e másculos, afeta o emocional e a formação dos meninos para a igualdade de gênero, se tornando demasiadamente tóxica para eles e para a vida em sociedade, suscitando importantes questões que precisam ser enfrentadas pela escola, como: o abandono paternal, a agressividade, a internalização das emoções, o assédio sexual e os preconceitos de gênero. Julgamos serem essenciais essas discussões no espaço escolar, quando falamos sobre uma educação voltada verdadeiramente para a formação de sujeitos, para igualdade entre os gêneros e o respeito à diversidade.

Masculinidade Tóxica, Adolescentes, Patriarcado, Igualdade de gênero.

Comunicação oral

### **MASCULINIDADES PLURAIS: REFLEXÕES SOBRE OS DIFERENTES SIGNIFICADOS DO QUE É "SER HOMEM"**

Bárbara Celi de Souza Aguiar Cardoso  
Universidade Federal Fluminense

Ao trabalhar com problemáticas de gênero, é preciso ter em mente que não estamos acorrentados a padrões imutáveis: escolhas podem ser feitas, assim como ressignificações e estabelecimento de novas relações. Porém tais escolhas sempre serão feitas em contextos sociais concretos (Connell, 1995:86), o que significa afirmar que não existe uma essência em “ser homem” (Vale de Almeida, 1996:162). No que se refere especificamente à expressão das emoções e sentimentos pelos homens não é diferente. Enquanto alguns grupos incentivam o controle emocional masculino através de um discurso de que os homens precisam ser fortes e seguros, outros questionam essa perspectiva, entendendo-a como um modelo de masculinidade que gera insegurança, violência e sofrimento. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo argumentar no sentido de existir uma pluralidade de estilos de masculinidade construídos em torno da esfera das emoções. Para tanto, foi analisado o documentário “O silêncio dos homens” (2019), assim como o vídeo “O que a mulher mais quer de um homem?” (2016), do canal no Youtube da Igreja Universal.

gênero; estilos de masculinidades; emoções

Comunicação oral

**MATERNIDADE, GÊNERO, DECOLONIALIDADE, FEMINISMO DESCOLONIAL.**

Priscilla Bezerra Barbosa

Ufrj

O presente trabalho debate a temática da maternidade e suas construções sociais. A proposta que apresento visa refletir sobre a maternidade que é exercida unilateralmente pela mulher e denominada atualmente como maternidade solo. Tal proposição se dá em razão da intenção que tenho de discutir, com base numa reflexão que perpassa pela perspectiva decolonial de gênero, a ideia de maternidade que vem vigorando ao longo da história da família burguesa, bem como sobre o papel da mulher que foi delineado a partir do imaginário moderno-colonial. Para tal, pretendo buscar apoio, no feminismo decolonial ao qual fui apresentada através do contato com textos da filósofa argentina María Lugones que propõe considerarmos a existência de uma matriz colonial de gênero pela qual se amplia e aprofunda a opressão e a imposição de hierarquias advindas de uma lógica do colonizador europeu. Considero que a proposta de pesquisa que aqui venho apresentando tenha sua importância pautada na necessidade histórica, social e política que existe atualmente de pensarmos e repensarmos a mulher em sua multiplicidade, partindo de uma desconstrução ou resignificação do gênero socialmente construído e dos papéis a ele atribuídos. Considerando que os processos em torno das ideias de maternidade se dão em consonância com as perspectivas históricas acerca dos ideais de família e casamento, penso ainda que uma discussão sobre o gênero e seus papéis, seja necessária para atender aos meus anseios nesta pesquisa. Portanto, proponho o estabelecimento de um diálogo que seja pautado a partir de discussões que reflitam acerca da construção da ideia de gênero e dos papéis advindos dessa construção. Para tal, considerando a ligação histórico-social existente entre família, casamento e maternidade, opto por estabelecer as bases de minhas reflexões numa perspectiva teórica que seja decolonial, especificamente, bebendo da fonte dos estudos apresentados até o momento, pelo grupo denominado Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade.

Maternidade, gênero, decolonialidade, feminismo decolonial

Comunicação oral

**MULHER-MARAVILHA: CINEMA E SUPER-HERÓIS PARA DISCUTIR FEMINISMO NA ESCOLA**

Arthur Gibson Pereira Pinto

Escola Municipal Cleusa Fortes de Pinho Jordão

O presente trabalho busca apontar possibilidades didáticas na utilização do filme “Mulher-Maravilha” (2017) em interface com alguns quadros da personagem no ensino de História da educação básica, visando discussões relacionadas à temática do feminismo. Os atuais filmes de super-heróis, que conformam o empreendimento cinematográfico de maior sucesso entre os jovens no Brasil e no mundo, podem ser uma ótima oportunidade para estabelecer relações com o universo cultural de nossos alunos, uma vez que o professor esteja preparado para estudar este universo em sua historicidade. O filme “Mulher-Maravilha”, em particular, se constrói em diálogo com as discussões contemporâneas sobre as demandas e pautas consideradas feministas, o que o habilita enquanto uma interessante ferramenta para a educação. Mais que isso, existem elementos na criação da personagem e na construção de algumas de suas primeiras histórias que indicam uma interessante e contraditória relação com as discussões acumuladas pelos movimentos feministas de fins do século XIX e início do século XX. Analisar a personagem em sua historicidade e os caminhos que ela percorreu



ao longo dos anos possibilita assim estabelecer uma reflexão sobre as pautas feministas atuais em retrospecto, compreendendo o longo caminho que os movimentos de mulheres percorreram ao longo dos anos.

Feminismo, Ensino de História, Cinema, Super-heróis

Comunicação oral

### **OS EMBATES FEMININOS NA PRIMEIRA REPÚBLICA COMO FORMA DE EMANCIPAÇÃO FEMININA**

Anna Clara Granado  
PPGE - UFF

Este artigo foi pautado em uma produção bibliográfica e fontes empíricas que nos remetem às seguintes temáticas: feminismo, educação e cidadania na Primeira República. Especificamente, meu objeto de estudo são as lutas de ativistas como Bertha Lutz e de entidades como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que ao longo de sua existência, unirão forças para combater as desigualdades sociais e sexuais no trabalho. Neste estudo observo e apresento que alguns direitos foram duramente negados para parcelas da sociedade brasileira, fazendo com que operárias e intelectuais oriundas das camadas médias urbanas se mobilizassem contra a divisão social e sexual do trabalho, a naturalização do “papel” da mulher na sociedade e a discriminação político-eleitoral. Ao fim e ao cabo, focada no passado, mas atenta ao presente, discuto a forte opressão de gênero e outros preconceitos existentes em nossa excludente sociedade.

Educação, Primeira República; Emancipação feminina.

Comunicação oral

### **PRISMA DA INTERSECCIONALIDADE EM TORNO DOS AVANÇOS E RETROCESSOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO NO BRASIL**

Elisângela Oliveira Lima  
UFF IEAR

Interseccionalidade é uma categoria que busca considerar sobreposições de opressões, com o intuito de promover políticas públicas inclusivas e jurisprudência atenta à sobreposição das opressões de gênero e raça. O objetivo central do artigo é considerar a categoria no esforço de pensar os avanços e retrocessos em políticas públicas de gênero no Brasil, precisamente, a partir da Constituição de 1988 e do contexto de globalização.

Interseccionalidade, Políticas Públicas.

Comunicação oral

## **RACISMO, LGBTFOBIA E SUAS INTERSECCIONALIDADES NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE**

Vitor Gabriel Ferreira de Araujo

Victor Luiz Santanna de Oliveira / Nome Social: Ana Victoria Santanna de Oliveira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

O presente trabalho apresenta uma análise a partir de entrevista realizada com o Professor Dr. Jonas Alves, pesquisador em Gênero e Sexualidade, e membro do corpo docente do curso de Pedagogia do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Campus Nova Iguaçu. Esta entrevista faz parte do documentário: “Estrelas que nos formam”, apresentado como trabalho integrado do grupo de trabalho Movimentos negros e Relações Étnico-Raciais da Licenciatura em Educação do Campo, Campus Seropédica da UFRRJ, no período letivo 2019-1. Este documentário teve como objetivo identificar como os professores entrevistados lidam com o racismo no meio acadêmico, considerando suas relações com a instituição, seus pares, educandos e com formas de inserção da luta antirracista em seu projeto pedagógico, e com o racismo na sociedade e em seu processo de formação enquanto sujeito. Foi realizada uma entrevista semi estruturada, com perguntas agrupadas em categorias a fim de alcançar os objetivos pré determinados para a entrevista, dentro destas durante as considerações finais foi aberta ao entrevistado a possibilidade de também realizar perguntas aos entrevistadores. Ao abrir-se a possibilidade, o entrevistado os questionou sobre como percebem o racismo e a lgbtfobia, o que trouxe a tona diversos pontos em comuns em todos os seus percursos formativos enquanto pessoas negras e LGBT, no que tange às suas sexualidades, identidades e performances de gênero em suas diferentes formas. Sendo de gerações diferentes e territórios diferentes, o diálogo entre nós, nos levou a uma discussão entre pares sobre como tais opressões sempre estiveram presente nas construções de nossas identidades. As percepções sobre como o entrevistado sofre o racismo, sempre apresenta em suas nuances a homofobia, uma vez que o mesmo se identifica enquanto homem gay estando o racismo e homofobia sempre ligados na sua construção enquanto sujeito. Levando então a uma reflexão sobre como estas intersecções criam estruturas de somas de opressões e também de privilégios.

Lgbtfobia; Racismo; Interseccionalidade; LGBT; Gênero e Sexualidade

Comunicação oral

## **SOBRE MÁSCARAS E SENSIBILIDADE: O PAPEL DO EDUCADOR E DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DE UMA MASCULINIDADE SÁDIA.**

João Paulo Jesus Rodrigues

UFF - IEAR

O homem contemporâneo se encontra atravessado pelo que é classificado como a “crise da masculinidade”. Isso se dá pelas profundas transformações nos papéis de gênero na sociedade ocidental, modificados principalmente pelos novos espaços ocupados por mulheres na cultura e na divisão sexual do trabalho. Nesse cenário, o homem se encontra perdido diante da obsolescência de seus velhos símbolos de masculinidade como figura autoritária e violenta. Tais transformações surgem nos impactos causados pelos movimentos feminista -- no século XIX -- e LGBT -- na década de 60, os quais abrem o questionamento sobre uma sociedade alicerçada em um esquema patriarcal de hierarquia. Posteriormente, vemos este “poder” impactando diretamente na destruição do próprio homem, que dificilmente alcança a figura idealizada pela sociedade, não sabendo, muitas vezes, lidar com as próprias emoções por conta da supressão dos

sentimentos em sua construção que envolve repulsa pelos pelos símbolos de feminilidade. O presente trabalho é fruto de estudos sobre títulos relacionados a questões ligadas à masculinidade, ao feminismo e ao movimento LGBT, de observações sobre a atualidade e de reflexões sobre as questões de gênero, pretendendo assim refletir sobre o papel da escola como perpetuador de conflitos de gênero, quando encaramos a atual crescente presença da religião e do militarismo no espaço escolar e o papel do educador como mediador e transformador nesse conflito. Por fim, será apresentada uma proposta para a construção de um coletivo para o acolhimento de homens que desejam à busca pelo autoconhecimento, o despertar da sensibilidade e o estudo sobre questões relacionadas a gênero e sexualidade. Desse modo, propõem-se a criação de um coletivo, gerado pela demanda e ideias dos próprios participantes e, conjunto.

masculinidade, gênero, educação, escola, machismo

Comunicação oral

### **SOCOS, CHUTES E PONTAPÉS: POSSIBILIDADES DE DESCONSTRUÇÃO DO HOMEM MACHISTA - AGRESSIVO - A PARTIR DA PRIMEIRA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Bruno Alves Faria

Adriana do Carmo Corrêa Gonçalves

Especialista em Orientação Educacional e Pedagógica ( IAVM / UCAM). Atua na rede privada de ensino.

Doutora em Educação (UFRJ). Professora da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF / UERJ).

A violência dentro do espaço escolar é um desafio a ser enfrentado. Agressões físicas e verbais, muitas vezes, ganham proporções midiáticas. Essa questão é utilizada como bandeira, inclusive, de forma empobrecida, para o projeto de implementação de escolas militarizadas em todo país. Observa-se, nesse cenário agressivo, a participação mais acentuada do gênero masculino, o que gera uma série de indagações. Adota-se como questão, a proposição de que – possivelmente - seja no âmbito familiar ou escolar, desde a Educação Infantil, que as muitas faces do machismo são promovidas, incentivadas e perpetuadas de forma implícita, ou explícita; reforçando a masculinidade hegemônica (CONNELL, 2013). Apesar das conquistas legais, o PNE e as DCNEIS, por exemplo, ainda convivemos com brincadeiras, já na Educação Infantil, segmentadas por gênero, sendo os meninos, geralmente, incentivados a práticas recreativas mais aventureiras, baseadas em simulações de lutas, por exemplo. Deste modo, admite-se que as interações e as brincadeiras proporcionadas para as crianças na primeira etapa da educação básica contribuem para legitimar um perfil masculino relacionado com a agressividade/violência. No bojo dessa questão, percebe-se que os educadores se encontram numa encruzilhada, que tem como cerne as discussões de gênero. Pois há uma onda conservadora, sobretudo por parte de uma camada de cristãos ligados ao Movimento Escola sem Partido, tentando cercear esse debate. Vale ressaltar, que ser homem ou mulher se constrói num contexto cultural, como sinaliza Louro (2008). Diante do exposto, o presente trabalho tem por finalidade compreender: de que forma o reforço da masculinidade hegemônica, desde a educação infantil - especialmente por parte dos professores - contribui, ou não, com a formação do machismo. E se a religiosidade do professor cristão, engajado no movimento Escola sem Partido, pode colaborar num “tipo” de fazer pedagógico conservador. A temática pode ampliar a reflexão sobre os estudos de gênero, sobretudo na escola. E problematizar a questão do machismo e violência.

Gênero, Machismo, Violência, Escola

Comunicação oral

**TRANSEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: A ANTIDEMOCRACIA DAS TRANSIDENTIDADES NO COTIDIANO ESCOLAR**

Bruno Rodrigues Ganem  
Febf / UERJ

Era na casa de minha avó que o armário e as cortinas se abriam, ali com seus vestidos e colares, eu existia para além, fugia deste mundo e me (re)conhecia; num primeiro ato de encenação de mim mesmo. Um ensaio festivo de fantasia para uma estreia lotada de preconceitos. Como, àquela época, transcender as dinâmicas heteronormativas e inquestionáveis que protagonizavam meu dia a dia? Desde o núcleo familiar até a escola; uma “tecnologia dos gêneros” (LAURETIS, 1987) formando e naturalizando os corpos, atitudes e pensamentos. Hoje como professor em sala de aula e em pesquisa percebo que a experiência vivida há 30 anos ainda persiste. Numa das escolas em que leciono tive a oportunidade de ser professor de uma aluna transexual. Jéssica, como se reconhecia, transgrediu os padrões e transformou-se ali, com/na escola. Numa jornada difícil e lidando com uma docência falha ela, forçosamente, foi expulsa sem concluir os estudos. Assim, as questões relacionadas às identidades sexuais e de gênero no dia a dia da escola se tornaram determinantes em minha prática. Uma escola que produz discursos e formas de exclusão de alunos e alunas trans, e quer regular vidas dissidentes e precarizadas. A governabilidade dos corpos (FOUCAULT, 2014) colocando pessoas trans em situação de precariedade (BUTLER, 2006) a partir de normas inteligíveis e enquadramentos que determinam vidas que podemos ou não chorar (AMARO, 2018); vidas que nem sempre são passíveis de luto (BUTLER, 2006). Como espaços que podem contribuir para uma segregação de todas as ordens, as escolas carecem de reconfigurações do currículo que inaugurem novas práticas, mais sensíveis e promovedoras de equidade e respeito. A pesquisa em andamento (PPGECC / Febf - UERJ) aponta para a necessidade da mobilização das escolas e educadores/as contra as violências às identidades transgressoras que não se instauram sob o suporte da heteronormatividade, assumindo uma postura combativa diante de contextos sexistas e desiguais. É urgente que a educação democrática garanta um movimento de transformação cidadã dentro das escolas. Como referencial metodológico, temos nos guiado pelas conversas como metodologia de pesquisa, buscando compartilhar trajetórias, experiências e reflexões com quem se vai produzindo a pesquisa e que se tornam também narradoras e fazedoras na pronúncia do mundo (SERPA, 2018); compreendendo suas narrativas de resistência e exclusão vivenciadas dentro do ambiente escolar.

transexualidade, educação, escola, violência, expulsão

Comunicação oral

## **Eixo 5**

### **Direitos Humanos, Religiões e Religiosidades**

#### **A MUDIATIZAÇÃO DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA: DISCURSOS PRÓ E CONTRA**

Deusdete Inácio

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Este trabalho é uma análise de dois vídeos disponíveis no youtube sobre o tema intolerância religiosa. No primeiro, temos um famoso padre que durante a celebração de uma missa, em meio à pregação, trata de forma desrespeitosa as religiões de matriz africana. Segue com tom irônico, desafiador e faz declarações pejorativas, em tom de comicidade, contra as oferendas e cultos afro-brasileiros. No segundo, um líder das religiões de matriz africana se posiciona contrariamente à atitude do referido padre e solicita que o vídeo em questão seja retirado da plataforma, já que sua atitude se configurava um ato de incentivo à intolerância religiosa. Esta se manifesta através da demonização das religiões não cristãs e seus princípios sobre o sagrado. Para tal veículos como Tv, no rádio e a rede web são utilizados como meio de divulgação. Dias após sua pregação, o padre aqui referido, após a repercussão negativa de suas palavras, veio à público desculpar-se. Nesta ocasião, foi convidado pelo líder religioso, aqui abordado para que visitasse um terreiro que havia sido invadido e depredado. Simbolicamente, esta atitude atuou como um pedido de desculpas pelas ideias expressas anteriormente. Todos estes momentos (a fala do padre, a declaração do líder afro-brasileiro e a visita ao terreiro) foram acompanhados e repercutidos pelos meios de comunicação. Nosso objetivo aqui é - através destes dois vídeos - analisar a midiatização da intolerância religiosa, pelos que a praticam, bem como pelos grupos dos movimentos sociais que se organizam contra ela. Assim, os meios de comunicação de massa, são ferramentas utilizadas por ambos os grupos, embora, com objetivos diversos. Desejamos, também, identificar nos discursos, as diversas formas de agressão sofridas pelos praticantes das religiões afro-brasileiras e da mudança pública de atitudes, após uma demanda, por parte dos adeptos, bem como saber se a retratação pública é fruto de uma ação voluntária, ou se por pressão da mídia. Este é um trabalho desenvolvido no âmbito do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ, no grupo temático Relações Raciais e Movimentos Sociais Negros.

Relações raciais, intolerância religiosa, midiatização, religiões de matriz africana.

Comunicação oral

#### **A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA RELIGIOSA**

SÂNIO EDUARDO FONTES DE AQUINO

Universidade Estácio de Sá - RJ

Estudar a representatividade política implica a compreensão de vários aspectos, seja pelo viés jurídico, ético ou moral e – principalmente - religioso. Porém, a pesquisa opta pela abordagem jurídica. Muitas implicações desta seara norteiam a questão da possibilidade de se promover restrições legais à elegibilidade de líderes eclesiais. Estudar essas linhagens e pesquisar sobre um assunto tão polêmico e atual é de suma

importância, visto que, emana um estudo interdisciplinar, com necessidade de discussão dos aspectos ético e jurídico para se construir uma sustentação jurídica coerente favorável à restrição do direito eleitoral afeto e decorrente de outro fundamental. Discutir a representatividade política religiosa é pensar no direito a pluralidade constitucional, e na possibilidade legislativa de situações em que é "permitido" sobrepor restrição a este valor republicano, a saber, a representatividade política, mormente o direito de ser votado. Trata-se de um estudo com o objetivo expor aspectos da participação de líderes religiosos nos processo eleitoral brasileiro. Propõe-se uma adição às hipóteses de inelegibilidade, a partir das seguintes premissas básicas a respeito da representatividade política religiosa. Contém análise da representatividade religiosa; discute a representatividade política de acordo com o princípio da liberdade religiosa; analisa a laicidade, o princípio da pluralidade e sua importância na participação popular do processo legislativo; mostra que o pluripartidarismo e a representatividade social são mecanismos jurídicos de organização de grupos nas suas diversidades cultural e social e discute o papel do controle da heterogeneidade social, considerando a garantia do interesse público instrumentalizada. O estudo parte do método bibliográfico e analisa o conteúdo doutrinário, jurisprudencial e legislativo sobre o tema, bem como a consulta de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, predominando também a consulta de livros e revistas norteadoras do tema. Além disso, pesquisou-se também o meio eletrônico, de modo a analisar jurisprudência em sites a respeito do tema. A pesquisa bibliográfica desenvolve-se com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, formando assim um conhecimento elaborado sobre a temática abordada.

Representação, política, cidadania, voto, religião, obediência, coronelismo

Comunicação oral

### **BAIXADA FLUMINENSE, EDUCAÇÃO E CANDOMBLÉ: INSURGÊNCIAS E PERSPECTIVAS OUTRAS, NUM DEBATE DECOLONIAL**

Sandra Regina de Souza Cruz

Unirio

A Baixada Fluminense, localizada no Estado do Rio de Janeiro, é celeiro de grande diversidade étnico-cultural e religiosa. Fruto da exclusão dos mais pobres das áreas nobres da Capital e do crescimento desordenado, a Baixada Fluminense tornou-se uma das regiões mais populosas do país e também uma das mais economicamente carentes, sempre estigmatizada por suas mazelas. Entretanto, este espaço mostra-se rico em diversidade cultural, social, ambiental e religiosa, contribuindo de forma significativa para crescimento do Estado do Rio de Janeiro. Com uma população formada majoritariamente por Afro-brasileiros, é a segunda maior área geográfica em concentração de terreiros de cultos afro-brasileiros do país. Pensar e analisar esse espaço, onde o atravessamento cultural-religioso mostra-se latente, possibilita perceber a forma incisiva como ele interfere na formação de um povo, em suas identidades, em seus aprendizados, em suas práticas cotidianas. Neste contexto, a pesquisa visa perceber a religiosidade como viés de cultura, embasado no conhecimento científico; compreender o processo educacional ocorrido nos terreiros de candomblé através da oralidade, como um mecanismo de garantia às informações, o respeito às tradições e a manutenção de uma religiosidade. Desta forma, o trabalho torna-se um elemento de reflexão à cerca da implementação da Lei 10.639/03 investigando as práticas pedagógicas ocorridas nas escolas do município de Nova Iguaçu e suas relações com os Afro-brasileiros.

Baixada Fluminense/ Educação/Candomblé

Comunicação oral

## **INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO BRASIL: ANALISANDO DISCUSSÕES NO YOUTUBE**

**FABIANA HELENA DA SILVA**

Deusdete Inácio

Magali Menezes dos Santos

Sandra Eliana Silva

UFRRJ

Este trabalho é fruto de uma análise realizada em três vídeos publicados pela TV Senado no Youtube. Este material foi produzido durante um encontro de representantes das religiões de matriz africana com a Comissão de Direitos Humanos em Brasília, em outubro de 2015. Objetivou-se identificar nos discursos as diversas formas de agressão sofridas pelos praticantes das religiões afro-brasileiras. Dentre as queixas apresentadas, percebemos aquelas relacionadas aos ambientes onde ocorrem os cultos. Há ataques às casas de santo e terreiros, invasão, incêndios, depredação, despejo, falta de concessão de alvará pelas prefeituras, necessidade de adequação das casas para abafar o som dos atabaques e demais instrumentos utilizados e destruição dos símbolos sagrados. Também foram relatadas agressões aos adeptos, tais como apedrejamento, humilhação pública, xingamentos, homicídios e diversos outros atos de intolerância e perseguição religiosa. Identificou-se ainda, denúncias sobre o despreparo de agentes públicos para lidar com os registros de ocorrências que são caracterizadas, na maioria das vezes, como pequenos furtos, brigas de grupos rivais, brigas de parentes ou vizinhos, enquanto que na realidade deveriam ser enquadrados como crime de racismo. Em alguns casos, os responsáveis pelas casas de santo, temendo represarias, não realizam registro de ocorrência, o que acaba por diminuir o número de notificações e minimizar a gravidade dos fatos. Através dos vídeos analisados sabemos que tais fatos ocorrem em diversos pontos do território nacional. Os praticantes destas religiões sofrem preconceito em instituições públicas e hospitais. A liberdade de praticar qualquer crença é garantida a todos os cidadãos brasileiros, está na Constituição Federal, no Estatuto da Igualdade Racial e no Código Penal. Devemos compreender o campo teológico das religiões afro-brasileiras, para que nosso país avance na construção de uma sociedade realmente laica, longe da postura de imposição de verdades a todo custo. Ressaltamos a importância da ampliação destes debates nas escolas e instituições diversas, bem como a participação desses grupos religiosos em audiências nas casas legislativas.

Intolerância Religiosa, religiões afro-brasileiras, religiões de matriz africana, racismo religioso, perseguição religiosa

Comunicação oral

## **MULHERES, NEGRAS CANDOBLECISTAS DA BAIXADA FLUMINENSE: RELATO DE RACISMO RELIGIOSO**

Magali Meneses dos Santos

Dyanna Santos Coutinho

Sandra Eliana Silva Barroso

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Este trabalho é resultado de uma série intitulada “Nossas vidas (lutas) negras” produzido por discentes da Licenciatura em Educação do Campo, pertencentes ao grupo temático de Relações étnico-raciais da UFRRJ. Como proposta, nós os estudantes construímos um roteiro que aborda a trajetória das pessoas negras da Baixada Fluminense independente de seus credos religiosos. Nosso objetivo era identificar qual a percepção dos entrevistados sobre as questões do racismo, das relações raciais e às múltiplas formas de manifestação deste fenômeno social. Ao observar a fala de duas mulheres adultas na faixa de cinquenta anos, uma cozinheira e a outra professora, seus relatos centrou-se nas vitórias e, ao mesmo tempo inúmeras dificuldades enfrentadas, como pessoas de pele negra. Uma faz parte do movimento APNS – Agente Pastoral do Negro no Brasil- moradora de Seropédica, anseia por um futuro melhor, que as histórias do povo negro relata a trajetória de um povo de luta, resistência contada pelos antepassados não pode ser em vão. A outra iniciada nas religiões de matriz africana, residente, na cidade de Nova Iguaçu, segundo ela, no cenário atual, as pessoas que seguem esta prática religiosa, muitas vezes necessitam negar publicamente o seu pertencimento religioso, a um grupo de pessoas que demonizam as religiões de matriz africana, em nome de outras manifestações de fé. Assim, ocorre o fenômeno da intolerância religiosa que é uma das formas de racismo praticado por grupos neopentecostais. A Constituição fala que o Estado é laico, portanto, independe de qualquer instituição religiosa ou credo. Logo, cabe aos órgãos competentes, a proteção de qualquer prática religiosa. Mas, em muitos casos, esse tipo de comportamento ainda é pouco investigado pelas autoridades.

Relação Racial, Religiosidade, Laicidade

Comunicação oral

## **O ENSINO RELIGIOSO E OS SEM RELIGIÃO**

Gilson Carreira Junior

Especialização em Juventude no Mundo Contemporâneo - FAJE/BH

O resumo, ora em estudo, pretende propor uma reflexão acerca do ensino Religioso, em uma realidade de escola católica e a temática dos sem religião, presente nas juventudes. Uma discussão que nos leve ao entendimento desta realidade e aceitação de sua vivência, como ferramenta de estudo das juventudes contemporâneas e suas religiosidades, ou não religião, haja vista, o processo de amadurecimento e formação das religiosidades como uma dimensão, parte de uma construção social e ainda é um paradigma nas relações. O estudo visa também abordar de forma crítica a relação das juventudes com religiosidade e como isso se dá com as relações, nas mais diversas esferas e concepções da palavra. A discussão que nos leva ao contraponto de religião x religiosidade é de extrema relevância à pesquisa sobre a postura das juventudes e suas realidades contemporâneas. Sendo que a análise sociologia das juventudes, deve se apoiar no fato da categoria social estudada, ou seja, as juventudes acompanham de modo acirrado as mudanças da sociedade, de forma que lidamos com a multiplicidade da palavra juventude, visto que, nossa intenção é justamente entender o mundo juvenil e sua relação com a religiosidade. Apoiado pelo teórico Gerog Simmel, analisaremos os



dados e informações do sem denominação religiosa, matriculados na escola católica e que compõe o currículo de ensino religioso. Pois para Simmel, a humanidade se apega a uma espécie de movimento entre natureza e História: os dados sensoriais são organizados baseados nas organizações culturais, entre as quais existe também a religiosidade, que exerce a sua eficácia noutra nível, isto é, moldando as vivências da vida prática, assim como os conteúdos, e colocando-os na normatividade de significado própria, isto é, a religião, dentro da qual corresponde um significado novo. Portanto, dedicamo-nos a identificar a contemporaneidade das juventudes, vista como categoria social, suas formas de pensar, agir, seus costumes e sua formação, para então, explorar as formas de religiosidade na fase juvenil.

Juventudes, Religiosidades, Ensino Religioso

Comunicação oral

### **RELIGIÃO E SEXUALIDADE: UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA JUVENTUDE**

RENATA DE SOUZA SILVA

CENTRO LATINO AMERICANO DE GÊNERO E SEXUALIDADE

A temática da relação entre sexualidade e juventude tem despertado um forte interesse das ciências humanas nos últimos anos, visto que esta correlação possibilita uma via de acesso intrigante acerca do desenvolvimento das relações sociais entre homens e mulheres. Como ponto de partida desta análise se fez necessário compreender que as posições geracionais, neste caso juventude, devem ser vistas como interseccionais na organização da vida humana, tornando assim possível ponderar que os diversos formatos e condições de cunho sócio políticos e culturais, incidem diretamente sobre os comportamentos desta faixa da sociedade e como estes se comportam em relação a sexualidade, tendo em vista sua correlação com o exercício religioso. Pretende-se com este estudo possibilitar uma compreensão acerca da valorização da religião nas relações de gênero e sexualidade pela juventude e como as mais diversas formas de representação destas categorias incidem sobre os comportamentos sexuais e reprodutivos destes atores. Por meio de pesquisa dividida em duas etapas, sendo a primeira de caráter bibliográfico, levando em conta o método crítico dialético, para assim partindo da historicidade, definições contemporâneas, suas classificações, causas e determinantes, analise as categorias gênero, juventude e religião e suas correlações. Na segunda etapa, que consiste na coleta de dados por meio de entrevistas dirigidas com participantes na faixa de idade de 15 a 25 anos, de quatro capitais brasileira: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e Curitiba a fim de possibilitar um olhar acerca das nuances que envolvem os novos conceitos atribuídos a religião e sua incidência sobre os relações afetivo sexuais e de gênero da juventude.

Juventude, Religião, Sexualidade.

Comunicação oral

**RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA: LEGALIDADE CONSTITUCIONAL  
AMEAÇADA PELA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA**

Geiziane Angelica de Souza Costa  
UERJ

O presente trabalho visa discutir sobre a sociedade brasileira, marcada pela diversidade de povos e como esta repercute na cultura e em sua relação com a religiosidade e com o sagrado. Trata-se de um patrimônio herdado pelos diferentes grupos que constituem a sociedade que, independente da posição social e econômica, devem compreender e respeitar as diferentes matrizes que constituem esse mosaico de fé e também ausência dela. A Constituição Federal garante como direito e garantia fundamental a liberdade de crença, (BRASIL, 1988. Art. 5º – VI), Entretanto, este direito vem sendo constantemente atacado. É comum visualizar, em muros e viadutos das cidades, frases pintadas dizendo “Só Jesus expulsa satanás das pessoas” e, em muitas vezes, a palavra satanás substituída por Exu, Tranca Rua, Pomba gira, entidades essas, próprias das religiões afro-brasileiras. Propaga-se a milhões de pessoas a ideia de que as religiões afro-brasileiras são causadoras dos problemas que comumente afetam as pessoas. Há uma incitação a violência e acumulam-se os casos em que templos religiosos de Umbanda, de Candomblé, são invadidos e tem suas imagens destruídas. O caso mais recente noticiado pelo jornal Estadão (18 de agosto de 2019), aponta o episódio ocorrido na Baixada Fluminense, em que a polícia identificou o mandante prendendo oito traficantes acusados de fazer parte do grupo chamado Bonde de Jesus. Segundo a matéria, estima-se ainda que existam hoje 200 terreiros sob ameaça e os casos seguem sendo investigados pela Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi), esfera própria para o caso, criada desde 2018. Cabe ressaltar que, pela Lei 7.716/89, crimes de intolerância religiosa são encaminhados à Varas Criminais. Segundo o Código Penal, no artigo 208, é prática delituosa que tem pena prevista de um a três anos de detenção, não havendo prescrição para o crime. É necessária uma educação que conduza para reflexão e respeito as diferenças afim de legitimar na prática a liberdade religiosa em um Brasil que se diz de “todos os santos”.

Religiosidade Afro-Brasileira; Intolerância Religiosa, Racismo Religioso.

Comunicação oral

**UMA ENCRUZILHADA ENTRE POLÍTICA E SUBJETIVIDADE: DESAFIOS DA  
PSICOLOGIA CONTEMPORÂNEA**

Ellen A. de Araujo Rosa  
Márcio Neto de Araujo  
Edyelle Carolina de A. Rosa  
PPGFi/UFRRJ  
Estácio de Sá

O presente trabalho pretende expor as tendências da psicologia contemporânea e problematizar a sua relação com os problemas políticos enfrentados pelos sujeitos. Entendendo a psicologia como ciência da subjetividade, é mister que a coloquemos diante dos atravessamentos políticos do Brasil hodierno e discutamos acerca da sua contundência nesse âmbito. Em tempos de "cura gay", por exemplo, o que podemos considerar doença e o que podemos considerar cura? Estamos em uma encruzilhada! Seria a filosofia dos ancestrais que nelas habitam a saída? Tentaremos responder!

Política, ancestralidade, encruzilhada, subjetividade.

Comunicação oral

**UMA REFLEXÃO SOBRE A DIFÍCIL REALIDADE DAS MULHERES NEGRA QUE FREQUENTAM OS PRESÍDIOS DO COMPLEXOS PENITENCIÁRIOS DE BANGU I NO RIO DE JANEIRO**

Leila da Silva Xavier

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

O presente trabalho é parte de minha dissertação de mestrado e as reflexões que apresento dizem respeito aos diferentes problemas enfrentados pelas mulheres negras que frequentam os presídios e unidades de internações no Estado do Rio de Janeiro. Esse registro, é fruto de uma inquietação iniciada na primeira etapa a cumprir para realizar as visitas semanais a um familiar que cumpria pena no complexo penitenciário de Bangu I. O setor das carteirinhas, como é chamado, me proporcionou um momento singular, por se tratar da etapa inicial de alguns processos dolorosos a serem vividos pelo por mim e outros familiares. O objetivo dessa reflexão é mostrar que a sentença dos detentos que compõe a população carcerária, em sua maioria de homens negros, são estendidas as mães, tias, esposas, irmãs e todas que assumem a responsabilidade de darem assistência aos seus presos. Vale ressaltar, que a maior parcela delas era de mulheres negras, oriundas de regiões periféricas, subempregadas e com baixa escolaridade. Enfrentar o sistema penitenciário, sua burocracia e humilhações, é mais um desafio na vida dessas mulheres, já que a grande maioria são as únicas mantenedoras de suas famílias. Nessa experiência, foi possível evidenciar uma realidade até então desconhecida onde o amor e a solidariedade convivem lado a lado com a barbárie, pois somente emergido desses sentimentos, é possível suportar as várias violações e constrangimentos que o sistema penitenciário impõe as mulheres negras que estão de alguma forma igualmente aos homens negros sentenciadas.

Mulheres Negras; Sistema Penitenciário; População carcerária.

Comunicação oral

**YOGA NA UFF**

André Andrade Pereira

UFF

Há dois anos estamos promovendo grupos de prática de yoga na UFF o que vem atraindo além da comunidade acadêmica (estudantes, técnicos e professores) a intensa participação de moradores do bairro. Com poucos professores de yoga na cidade, essa prática vem sendo indicada pelos profissionais de saúde da região e muitos alunos têm vindo em busca de bem estar e saúde. Tendo raízes milenares na Índia, sendo uma prática integrativa de corpo e mente, a yoga acaba tocando em dimensões da espiritualidade dos praticantes. Meditação, o uso de mantras no início de no final das aulas, o uso do sânscrito na denominação dos asanas (posições), os textos que são propostos aos participantes, tudo isso acaba promovendo uma dimensão espiritual a prática. O Vedanta, filosofia da Índia, que preconiza a unidade de todas as coisas, tem uma propensão natural à tolerância e a recusa de todo dogmatismo e sectarismo. A prática de yoga sendo primordialmente uma prática corporal, com ênfase na respiração e na concentração da mente, pode ser feita por pessoas de todas as religiões e mesmo pessoas sem religião. E a sensação de bem estar, paz interior, o autoconhecimento e o auto-domínio, são benefícios que estão a disposição de todos, independente de ideologias político-religiosas. Ademais a prática potencializa a força para cada um

alcançar suas metas de vida, sejam elas quais forem, inclusive a realização em Deus (autorrealização). Estar sensível a essas dimensões plurais, respeitando o objetivo de cada sujeito, tem sido um dos caminhos dessa prática aqui na Universidade. Trazer à tona essas questões são de grande riqueza para a ampliação dos caminhos de diálogo e tolerância.

Yoga, tolerância, pluralismo, paz, autorrealização

Comunicação oral

## **Eixo 6**

# **Movimentos Sociais, Direitos Humanos e Políticas Públicas de Acesso e Permanência na Educação de Jovens, Adultos e Idosos**

### **A RUA NO PAPEL E A CASA DE PAPELÃO: POSSIBILIDADES DE CONEXÕES LOCAL/GLOBAL**

João Pedro Sanson

Universidade Federal Fluminense

Este artigo analisa o impacto das ações do coletivo Remontacomunidade (que promove ações com a população em situação de rua e é composto por alunos e professores da UFF, além de cidadãos niteroienses, e membros dos movimentos sociais) sobre a produção e fortalecimento de laços comunitários entre a população em situação de rua na praça da cantareira (localizada em frente ao campus da UFF), os ambulantes e transeuntes do local, e a comunidade universitária. O objetivo é fazer alguns apontamentos acerca da questão da população em situação de rua, no que tange a estigmatização dessas pessoas no plano dos discursos públicos e no do acesso à urbe, e também no que diz respeito à garantia de direitos cívicos por meio de políticas públicas e instituições de manutenção da situação de rua. Na primeira parte da discussão serão apresentados argumentos que evidenciem algumas situações de estigma e violações de direitos vivenciadas pelas pessoas em situação de rua, arranjando estes fatos em uma espécie de panorama da realidade cotidiana com a qual estas pessoas lidam e negociam diariamente, como diz J. G. C. Magnani, a abordagem que se tem na primeira parte será “de perto e de dentro”. Na segunda parte será feita uma descrição analítica de algumas políticas públicas e instituições oficiais voltadas para a população em situação de rua, com uma perspectiva macro, que J. G. C. Magnani chama “de longe e de fora”. Na terceira parte desenvolvo uma discussão sobre a falta de aparatos institucionais para a efetivação de políticas já existentes, e também sobre a relação entre a falta de laços de pertencimento e os processos de estigmatização. Finalizo analisando o Coletivo Remontacomunidade enquanto uma ferramenta de produção e expansão de laços de pertencimento entre diferentes usuários da cidade, ressaltando a importância da atuação em rede de diferentes coletividades em favor do entrecruzamento geral de diversas realidades locais.

População em situação de rua; movimentos sociais; políticas públicas; coletivização.

Comunicação oral

## **A AFETIVIDADE E EMPATIA CONTRA A EVASÃO NA EJA**

Aline Rosa da Silva

Secretaria de Educação

Atualmente, pensar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) como modalidade de ensino que atende adultos e idosos que buscam a alfabetização é um equívoco, pois muitos dos jovens que frequentam a EJA são adolescentes que, por diversos motivos, abandonaram o ensino regular, talvez por uma frequente repetência e a pressa em escolarizar-se, devido às exigências do mercado de trabalho e à necessidade de inserção na sociedade. Segundo Brunel (2004), o fenômeno do rejuvenescimento nesta modalidade de ensino começou a surgir no panorama brasileiro a partir dos anos 90. Este artigo é o resultado das inquietações e angústias surgida durante um período de quase dois anos dirigindo a Educação de Jovens e Adultos de uma Escola Municipal, em Angra dos Reis. Algumas situações vivenciadas, que permeada pela afetividade e um olhar holístico, fez diferença na vida de alguns estudantes que serão relatadas e que traçam o perfil dos sujeitos da época. A afetividade refere-se à disposição do ser humano de ser afetado pelo mundo externo/interno, por sensações agradáveis ou desagradáveis. Segundo Almeida (1999) “O estado 7 emocional intenso inibe a atividade cognitiva: a elevada ansiedade é incompatível com um bom nível de funcionamento da inteligência.” O cenário de vulnerabilidade em que os jovens da EJA estão inseridos, estabelecer relações entre vínculos afetivos e permanência desses sujeitos se faz necessário. Um diálogo aberto, um ambiente permeado pelo acolhimento e empatia, ajuda fazer com que os sujeitos tenham vontade, proporcionando bem-estar e prazer em ir à escola. A sensibilidade solidária é uma forma de conhecer o mundo que nasce do encontro e do reconhecimento da dignidade humana dos que estão “dentro e-fora” do sistema social; um conhecimento marcado pela afetividade, empatia e compaixão (sentir na sua pele a dor do/a outro/a). Por isso mesmo, é um conhecimento e uma sensibilidade que estão comprometidos, que vivem a relação de interdependência e mútuo reconhecimento de um modo existencial, visceral, e não somente intelectual. (ASSMANN, 2000, p.134). Relatos emocionantes fizeram parte da minha trajetória na Escola, e saber que muitos que choraram e sorriram por diferentes motivos, estão prosseguindo os estudos e vencendo os desafios diários, faz refletirmos que estamos na profissão certa.

Afetividade, Empatia, EJA

Comunicação oral

## **A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DOS SUJEITOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Américo Homem da Rocha Filho

GEPEJA/UFRRJ

Penso a educação a distância (EaD) na educação de jovens e adultos (EJA), como uma estratégia para enfrentar o fenômeno da baixa escolaridade de jovens e adultos e também a evasão nessa modalidade. Entretanto, essa perspectiva está longe de se constituir um consenso, visto que a EaD vem provocando muitas discussões e polêmicas que parecem estar longe de terminar, como por exemplo a ideia de que a EaD contribui para o fechamento das salas de aula e escolas presenciais na EJA. Vamos relatar uma experiência realizada no Centro Municipal de Referência de Educação de Jovens e Adultos (CREJA), localizado na Cidade do Rio de Janeiro, com a implementação de uma nova modalidade, a Educação a Distância (EaD) para Jovens e Adultos nessa instituição que até então só oferecia o ensino semipresencial com duas horas diárias de aula. A criação do CREJA em 2004 teve como objetivo principal atender alunos impossibilitados

de frequentar as escolas do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) com quatro horas diárias de aula, e que por conta disso, paravam de estudar. O CREJA, por conta da sua localização, no Centro do Rio, com muitas opções de transporte público, e com apenas duas horas de aula, foi a oportunidade de muitos retornarem a escola. Em 2012, mais uma modalidade, como mais uma oportunidade foi dada para quem estava fora da escola, que por conta do trabalho, e outros motivos, pudesse retornar a escola. Em maio, desse mesmo ano, começa a primeira turma de Educação a Distância (EaD) em uma escola de EJA na Cidade do Rio de Janeiro. Falaremos um pouco dessa história, a relação com os alunos nessa nova modalidade, a implementação da modalidade no CREJA, os relatos de alguns alunos. E concluímos mostrando que a EaD na EJA pode ser mais uma oportunidade de retorno a escola, de recuperação da autoestima de vários sujeitos que não sonhavam mais e que por muitos motivos tinham o acesso e a permanência na EJA negados pelo sistema. Defendemos que a Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos venha a ser mais uma possibilidade de retorno e permanência na escola desses sujeitos em que o direito a educação lhe foi negado.

EaD, EJA, ACESSO, PERMANÊNCIA

Comunicação oral

### **A HISTÓRIA DA EJA EM MACAÉ, NO ÂMBITO MUNICIPAL, CONTADA ATRAVÉS DA HISTÓRIA DO COLÉGIO MUNICIPAL PEDRO ADAMI**

Julio Cesar de Moura Dias

PPG EDU UFF

No presente artigo pretendemos contar a história da EJA no âmbito municipal em Macaé, a partir da história do Colégio Municipal Pedro Adami (CMPA), que por estar localizado no maior distrito da região serrana do município, distante do centro administrativo cerca de 40 quilômetros, todas as iniciativas tomadas pela SEMED eram ao mesmo tempo implantadas na região central do município e no CMPA. Assim, pesquisando nos documentos e fotos arquivados na secretaria da escola, além das informações fornecidas por ex-alunos e funcionários que viveram e/ou vivenciaram esta história, desde a sua criação em 1992, com as primeiras turmas do ensino técnico noturno, passando pelo ensino regular noturno e as primeiras iniciativas de implantação da EJA, nos os convênios com a Organização Não Governamental (ONG) Viva Rio e com o Serviço Social da Indústria (SESI) através do sistema SESI EDUCA, até que finalmente, em 2006 se iniciasse a implementação da modalidade EJA nas escolas da rede municipal, inclusive no CMPA. Mas infelizmente nos últimos anos presenciamos o negligenciamento da EJA por parte da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e seu desmonte total só não ocorreu pelo empenho da comunidade escolar que denuncia, divulga e defende a continuidade da EJA no Colégio Municipal Pedro Adami.

EJA em Macaé, História da EJA, Colégio Municipal Pedro Adami, Defesa da EJA

Comunicação oral

### **A REDUÇÃO DA OFERTA DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.**

Fabrcia do Nascimento Silva de Oliveira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ

O presente artigo tem por objetivo analisar o fenômeno da redução do número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no ensino fundamental no município do Rio de Janeiro, no período de 2017 e 2018. Para tal, o texto apresenta dados quantitativos dos bancos de dados do INEP/MEC sobre diminuição ou aumento do número de matrículas na EJA ensino fundamental. Foi analisado primordialmente no decorrer da pesquisa o número de matrículas ofertadas no ensino fundamental na modalidade Educação Jovens e Adultos – EJA na rede municipal rural. O estudo aponta a gravidade da situação de diminuição da oferta e, conseqüentemente, para o fechamento de turmas na rede municipal do Rio de Janeiro. Depois da análise do Censo escolar dos respectivos anos 2017 e 2018, problematizaremos a redução da matrícula no que tange a modalidade EJA no ensino fundamental. O procedimento de análise metodológica foi documental. Analisamos a partir dos dados do Censo Escolar a diminuição do número de matrícula no ensino fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA no município do Rio de Janeiro.

Redução de matrículas; EJA; Ensino fundamental; Rio de Janeiro.

Comunicação oral

### **APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA NA NOVA EJA: DIREITO ESVASIADO**

Eliane Lopes Werneck de Andrade

Universidade Federal Fluminense

Neste texto, apresentam-se considerações advindas de uma investigação de cunho qualitativo, inserida no contexto da Educação Matemática e finalizada em 2016, cujo objetivo foi analisar como são vivenciados os processos de aprendizagem em matemática no Ensino Médio acelerado, vinculado à política educacional Nova EJA da SEEDUC RJ. Para isso, estudou-se a metodologia proposta pelo material do programa e resultados de interações entre a pesquisadora e cinco estudantes de uma turma de formandos no 1º semestre de 2015. Fundamentou-se o estudo em referenciais teóricos das áreas da Educação e Educação Matemática, tendo os princípios da perspectiva freireana como um dos principais alicerces das análises de conteúdo. Os resultados indicaram que apesar do avanço teórico relativo ao tema, em geral, na educação básica, os processos que possibilitam as construções de aprendizados continuam tutelados por metodologias e currículos que promovem ensino de conteúdos descontextualizados, cujos preceitos são desmotivadores, distantes de abordagens que inspiram diálogos e escuta que viabilizem menor distanciamento entre alguns conteúdos escolares e práticas cotidianas dos sujeitos. Cabe ressaltar, que com a pesquisa observou-se que a esfera estadual pretendia reconfigurar o modelo de EJA presencial na rede pública fluminense, pois o avanço do ensino à distância (EAD) foi introduzido de forma sutil e crescente pela SEEDUC RJ a partir da implantação do Programa Autonomia em 2009 (conhecido material produzido pela Fundação Roberto Marinho), e aprofundado, tanto por meio da alteração da nomenclatura Centro de Estudos Supletivos (CES) para Centro de Estudos de Jovens e Adultos (CEJA) pela Resolução SEEDUC nº 4673/2011, como pela implantação do Programa Nova EJA em 2013, ambos sob estruturação metodológica da Fundação CECIERJ. O desmantelamento acelerado, por meio do fechamento de várias turmas direcionadas a este público, reitera as conjecturas e considerações realizadas naquele momento, visto que concorrem para redução do direito constitucional de



pessoas provenientes das classes populares ao ensino em cursos presenciais da rede, sob a insígnia de maior alijamento e escassez de recursos direcionados à educação pública nos dois níveis de ensino formal. Fato, que também aponta para redução de quadros de docentes servidores em função das mudanças na legislação trabalhista, em curso.

Aprendizagem; EJA; Educação Matemática; Política educacional.

Comunicação oral

### **COTAS PARA QUÊ? RACISMO INSTITUCIONAL E EDUCAÇÃO**

Stefany Silva Matos

UERJ/ FEBF

O presente trabalho visa discutir o papel das cotas raciais em concurso como instrumento de combate ao racismo institucional. Sabemos que a população negra é constantemente privada de direitos devido a instalação do racismo no imaginário social, fato esse que implica diretamente nas possibilidades de acesso à educação, permanência e posteriormente, sua inserção no mercado de trabalho. O Estatuto da igualdade racial traz em um dos seus dispositivos a necessidade de se pensar políticas públicas para ampliação do acesso ao mercado de trabalho. A lei 12.990 estabelece a reserva de vagas para negros em concurso público para órgãos federais e auxiliou para que Estados e municípios reconhecesse tal necessidade. Esse estudo utiliza uma metodologia de revisão de literatura, apoiado nas ideias de Otávio Ianni (1987) e Silvio de Almeida (2018). Consideramos a temática como de sua relevância para o campo da educação, haja vista que o racismo também é um processo educativo.

Racismo institucional, docencia, educação.

Comunicação oral

### **CRISES E TRANSFORMAÇÕES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS DE ANGRA DOS REIS**

Rafael de Abreu Ferraz

CAP/UERJ

No presente trabalho buscamos refletir a respeito da diversidade na educação de jovens, adultos e idosos de Angra dos Reis. Para tanto, consideramos o desenvolvimento, as políticas públicas e as memórias dos sujeitos envolvidos, uma vez que estes elementos formam uma tríade de análise que constitui o universo que revela as mais recentes transformações vividas por este município. Angra dos Reis é um espaço que nos possibilita esta análise, uma vez que, nos últimos anos, vem sendo objeto de novas lutas e de novas resistências em função da adoção de políticas públicas educacionais que se caracterizam pelo fechamento de escolas, redução da oferta de vagas na EJA, transferência de trabalhadores do seu local de origem, entre outros fatores. Esta reorganização é entendida como uma crise que decorre de uma nova política pautada, por exemplo, na prática da nucleação escolar e na retirada ainda maior, para não dizer em uma negação, de direitos, em um processo que resulta no movimento de (des) territorialização e (re) territorialização que, por sua vez, compromete o acesso e a permanência de jovens, adultos e idosos na EJA.

Diversidade, EJA, Políticas Públicas

Comunicação oral

### **EDUCAÇÃO E TRABALHO: PERSPECTIVAS DE FUTURO PROFISSIONAL PARA A JUVENTUDE**

Vito Renato Rizzo  
UFRRJ

O estudo a seguir propõe uma reflexão sobre as perspectivas profissionais de jovens fluminenses, em especial estudantes da modalidade de EJA - Educação de Jovens e Adultos, provenientes em sua maioria, de classes sociais precarizadas. Entender as motivações das possíveis escolhas profissionais desses jovens, parte da premissa da compreender habitus de classe observando as características presentes nos desejos e nas pretensões desses estudantes. Essa reflexão possibilita agrupar elementos importantes para propor caminhos de políticas públicas alinhadas as demandas populares, e que possibilitem adequar os desejos e pretensões desses jovens, tendo por finalidade estabelecer estratégias para serem desenvolvidas pelas escolas que atendem essa juventude. Busca-se assim, identificar as práticas existentes na relação educação, trabalho e juventude, tendo como momento histórico, movimento governamentais que possibilitam a precarização do trabalho, a flexibilização de contratos e a exploração de mão de obra, que ganham terreno em nossa sociedade, sobretudo na segunda metade desta década.

Educação, trabalho, juventude e perspectivas profissionais.

Comunicação oral

### **EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E OS DESAFIOS DA EJA**

Maria Aparecida Moreira de Alencar  
IEAR

O Projeto integra a proposta de ensino-pesquisa-extensão denominada "Laboratório de Educação Matemática", desenvolvido no interior da Universidade Federal Fluminense(UFF) no Instituto de Educação de Angra dos Reis(IEAR) em parceria com Grupos de estudo em Etnomatemática da UFF (GETUFF) e de Práticas curriculares em Educação Matemática da PUC/SP. A motivação emergiu da experiência profissional e acadêmica de seu coordenador e da verificação da necessidade de pesquisas e ações que apontem caminhos que possam ampliar a qualidade da capacitação de especificidades de professores que ensinam matemática na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos municípios da Costa Verde ( Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty) e por consequência , melhorar o processo ensino/aprendizagem dessa modalidade educacional. Pelas coletas de dados, nas escolas e nas pesquisas publicadas em periódicos, percebemos a dificuldade se tratando da EJA. Uma delas é a evasão. Nessa modalidade, a maioria dos estudantes trabalham , e devido ao cansaço de sua jornada não acham um atrativo nos conteúdos estudados. Essa situação foi presenciada em séries iniciais de uma Escola do Bairro de Monsuaba em Angra dos Reis, na qual os conteúdos de matemática eram os mesmos aplicados às crianças, sem atentar para as diferentes dos estudantes adultos A participação nesta pesquisa me gerou a aquisição de novos e importantes saberes relacionados à EJA. E me incentivou a desenvolver a prática de ir em busca das respostas e com elas compor um material que possa ser útil para aqueles que estão se formando e também ajudar os professores que já atuam com a modalidade EJA. Consideramos que a pouca produção nesta área

de estudo é mais uma constatação da pouca atenção que o tema tem recebido em pesquisas na área da Educação e/ou da Educação Matemática, o que reveste de grande importância o trabalho que desenvolvemos, e que futuramente dará diversos frutos: publicação de artigos em revistas, apresentação do trabalho em congressos, e produção de materiais didáticos a serem utilizados em cursos para professores dos municípios da Costa Verde.

Educação- Matemática e EJA

Comunicação oral

### **GRADES, TRANCAS E CADEADOS: UMA OBSERVAÇÃO E REFLEXÃO SOBRE O AMBIENTE ESCOLAR**

Julio Cesar de Moura Dias

PPGEDU - UFF

Este artigo propõe uma reflexão sobre o ambiente escolar, observação a transformação do ambiente escolar em escolas públicas e privadas em todas as partes do país, a partir de exemplos coletados em páginas oficiais de prefeituras, governos estaduais e escolas particulares, complementadas com matérias vinculadas na imprensa e fazendo uma comparação com as instituições educacionais em contexto de restrição e privação de liberdade tendo como foco a colocação de grades.

Educação, Ambiente Escolar, Grades

Comunicação oral

### **JOVENS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE “CORREÇÃO DE FLUXO” PARA SUJEITOS COM TRAJETÓRIAS TRUNCADAS?**

Marcelo Laranjeira Duarte

UFRRJ / PMAR

Este texto apresenta uma síntese da pesquisa / tese de doutorado, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a pesquisa está em fase de desenvolvimento. A proposta da investigação é de discutir / analisar o contexto educacional experimentado por jovens com trajetórias educacionais truncadas, na Rede Municipal de Ensino de Angra dos Reis. De maneira mais específica, interessa-nos interrogar acerca da presença de jovens – que não realizaram uma trajetória considerada satisfatória no ensino regular – na modalidade EJA, no que diz respeito ao nível de Ensino Fundamental. A análise será desenvolvida a partir de dois eixos: a) Produção de demandas de alunos pelo próprio sistema escolar, ou seja, quando a própria escola/sistema de ensino utiliza a Educação de Jovens e Adultos como uma espécie de “correção de fluxo” / “aceleração” da trajetória escolar de jovens em situação de distorção idade / série; b) Pela posição ocupada pelos alunos jovens nas escolas de EJA. Para fins conceituais, utilizamos o termo “juvenilização”, no que se refere ao aumento significativo do quantitativo de jovens (ainda em idade de cursar o ensino regular) nas classes de Educação de Jovens e Adultos (SPÓSITO, 1998; BARRETO, 2012; ROMÂNIO, 2011; DUARTE, 2015). Percebendo os limites da pesquisa, em linhas gerais, buscamos observar processos e elementos presentes no sistema escolar que geram enormes quantitativos de alunos jovens nas turmas de EJA, modalidade esta que se apresenta, historicamente, como lugar destinado aos adultos e

idosos que não tiveram acesso ao ensino ou não concluíram as etapas da Educação Básica. Observar estes processos e elementos implica perceber, refletir e problematizar questões relacionadas ao “ser jovem”, suas demandas específicas, vivências, pressões, lutas, diversidade e as muitas formas de desigualdades sociais e econômicas existentes.

Educação de Jovens e Adultos, Juventudes, Desigualdade

Comunicação oral

### **MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS - A EXPERIÊNCIA EXITOSA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM ANGRA DOS REIS-RJ**

Hugo Rafael Rufino Vilela  
IEAR UFF

O objetivo desse trabalho é fazer um levantamento de dados históricos das experiências de exercício da participação popular por meio da democracia participativa no município de Angra dos Reis-RJ, tendo como foco a implementação do Orçamento Participativo, que possibilitou a participação popular na tomada de decisão nas discussões referentes ao orçamento municipal. O orçamento Participativo de Angra dos Reis foi implementado entre os anos de 1989 e 2000. Outro ponto importante para a análise contida neste trabalho está na observação da participação dos diferentes atores que contribuíram durante o funcionamento do conselho de orçamento e na gestão da prefeitura. Para isso, são considerados o contexto de mudança de paradigma das transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas em Angra dos Reis e no Brasil; apontando para a ampliação do associativismo da sociedade civil.

Movimentos sociais; cidadania; Democracia participativa; Políticas Públicas; Angra dos Reis

Comunicação oral

### **O LIVRO "A MENINA QUE GOSTAVA DE ESTUDAR, VIVER E SONHAR"**

Edineide de Sousa Pereira  
UFRRJ

O relato é sobre diferença do ensino entre 1960 à 1964, através de uma ferramenta pedagógica; Em um conto infantil "A menina que gostava de estudar, viver e sonhar"; Um estudo da "A leitura do mundo precede a leitura da palavra", afirmou Paulo Freire na obra intitulada "A Importância do Ato de Ler", o livro de história de vida, com indagações sobre a diferença de ensino entre 1960 a 1964, o conto de literatura infantil, que perpassa desde do campesinato até a ditadura militar. Um mergulho na história da educação em comparação com a educação jovens e adultos, abordagem do latifúndio, e o sistema educacional elitizado, concessão educacional em troca de ascensão, silenciamento e apagamento da história. “Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso.” Alice Walker História da educação “conformismo”.

• Baseados em educar, a formar e conforma Educação Jovens e Adultos “”  
O que se tornou a palavra Mobral “o burro” “atrasado” ignorante e a palavra EJA não tem essa conotação pejorativa, o uso da imagem fala muito mais, o EJA sempre esteve ligada a esses movimentos de como se hierarquiza as relações sociais de como alguns grupos se tornam hegemônicos e outros são silenciados, as relações das memórias e as relações de poder são fundamentais quando pensa na relação de Jovens e Adultos

se a gente não prestar atenção nas imagens a gente acaba perpetuando a desigualdade social, a negação do direito de fala, em projeto de emudecer o indivíduo por falta da leitura de suas práticas sociais, que a leitura de mundo oportuniza a oralidade e suas experiências para conscientização do sujeito. O EJA - educação jovens e adultos tem um diversidade e experiências de vida que exige da docência uma diversificação de metodologia, que desenvolva plenamente a virtualidade do ser humano através da Educação integral.

Historias de vida, Educação popular, Estudo da realidade, educação integral, que vise desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano.

Comunicação oral

### **PERSPECTIVAS E SUBSIDIO COMO FERRAMENTA PARA TRABALHAR COM TEMAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Bruna Gonçalves Gomes

Christiane Silva Quintanilha

Luciene Conceição Nascimento Gervásio

Rejani Silveira de Brito Bento

UFRRJ

Este trabalho tem como objetivo elucidar a influência e importância das perspectivas e dar subsidio e criar ferramentas para trabalhar com temas na educação de jovens e adultos. Visando mostrar a construção e estruturação do portfólio para aprendizagem não somente para adquirir conhecimentos escolarizados, mas também para compreender o mundo que o cerca. Dessa forma inserindo os conteúdos no seu contexto de vida, podendo proporcionar interação e interesse nesses alunos trabalhando temas geradores, implementando diálogos entre experiências vividas e seus saberes construídos durante seu percurso formativo aprendendo constantemente de forma individual e coletiva. assim como apresentaremos propostas de intervenção para esta temática com sugestões para a formação desses discentes dentro de uma concepção de conscientização e atuação na vida cotidiana. Ressaltamos algumas “reflexões” com conteúdos de Paulo Freire com propostas práticas e pedagógicas levando ferramentas da educação popular e materiais didáticos refletindo as possibilidades e alternativas para a formulação de tais estratégias trabalhando ideias nesse processo de aprendizagem. Provocando os profissionais da educação para um reflexionar sobre suas práticas. O presente trabalho também aborda a relação de valorizar os vários saberes de cada indivíduo, mostrar como eles são importantes e que somado aos relatos e experiências vivenciadas irão enriquecer o processo de aprendizagem, onde o importante é o resgate e a valorização da sua ancestralidade, territorialidade, para que não se perca a importante contribuição cultural de cada povo. É uma proposta que se insere em uma abordagem qualitativa permitindo o crescimento e formação de cada individuo além de expor conteúdos abordados em cada realidade reconhecendo suas histórias, culturas e relações sociais.

Educação, Território , Cultura , Temas Geradores.

Poster

## **POP RUA E UNIVERSIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE COLETIVIDADE E POTÊNCIA**

Helen Pereira Ferreira  
Maria Paula Gonzaga Magalhães  
Universidade Federal Fluminense

Este resumo relata a experiência do Projeto de Extensão Universitária - A população em situação de rua, a praça, a Universidade e a potência dos encontros – nasce diante do crescimento da população em situação de rua no entorno da Universidade Federal Fluminense-UFF. A pop rua (termo usado pelos militantes da área) é formada por grupos heterogêneos, com diferentes históricos de realidade de vida, mas que encontram seu comum na condição de pobreza total e na falta de garantia dos seus direitos. O tema Direitos Humanos, não é compreendido por certa parcela da população brasileira, inclusive, equivocadamente, tem sido alvo de campanhas políticas que repudiam as ações e políticas públicas direcionadas ao assunto. Perante o cenário político-social-econômico em nosso país é preciso enfatizar a necessidade de maiores estudos sobre este cenário, assim como o imperativo de atuações mais consolidadas. Nosso Projeto, realizado pelo Coletivo Remonta Comunidade através de atos com a pop rua tem abarcado atividades, ainda que pontuais, vislumbrando instigar o senso comunitário, resgatar as ações coletivas, proporcionar encontros que unam a comunidade acadêmica à comunidade do entorno da UFF. Promovemos saberes, conhecimentos e experiências. Nossos graduandos atuam diretamente com ações sociais, colocando em prática os conhecimentos produzidos no espaço acadêmico a serviço da sociedade. Iniciamos o trabalho em 2018 com o CineSolidário, onde houve exibição do documentário “A Primeira Pedra” (2017). Desde então as atividades promovidas pelo Coletivo, tem como marca entregar materiais de higiene pessoal, roupas e realizar um lanche coletivo. Não é assistencialismo, nem caridade; nas palavras de Vânia Rosa – militante do Movimento Nacional de População em Situação de Rua: “A necessidade não pode esperar.” Prosseguindo com os trabalhos começamos a distribuir material educativo – cartilha sobre os direitos humanos, panfletos sobre diabetes e hipertensão, direitos dos idosos etc. Atualmente estamos fazendo um mapeamento da pop rua do entorno da UFF através de questionários que estão sendo aplicados por nossos graduandos. O Projeto colabora com a formação plena, despertando no nosso alunado a capacidade de pensar e agir para promover uma educação que respeite a diversidade, pluralidade e a diferença – pressupostos necessários para uma sociedade democrática.

Pop rua, direitos humanos, educação, cultura.

Comunicação oral

## **Eixo 7**

### **Educação no Campo, Indígena, Quilombola, Caiçara, Ilhas, Sertões, Populações Itinerantes**

#### **A CARTOGRAFIA SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE CURRÍCULOS DIFERENCIADOS**

Pedro Henrique dos Santos Neves  
Cláudio Karai Papa da Silva  
Lino Karai Mirim Gonçalves da Silva  
IEAR - UFF

O Programa: “Escolas no Território”, do Grupo de Pesquisa: “Espaços Educativos e Diversidade Cultural”, desenvolve ações de formação de professores no Curso de Magistério Indígena Guarani Mbya do Rio de Janeiro. Na construção do Projeto Político Pedagógico, desenvolveu-se duas metodologias de Diagnóstico Sociocultural da comunidade. Um levantamento sociocultural a partir de questionário aplicado e da técnica da “FOFA”. Para tal, foi realizada uma Oficina de Cartografia Social onde eles levantaram os principais pontos da comunidade e a localização das suas casas em seus núcleos de família extensa (joapygua). Também foi feita uma atualização de levantamento demográfico objetivando demonstrar a distribuição territorial da organização social guarani mbya, baseada nos joapygua. O trabalho objetiva mostrar a importância da Cartografia Social como ferramenta metodológica para ajudar a construção de currículos diferenciados e na criação de um material didático bilíngue, usando ferramentas acessíveis: o Google Earth e Google My Maps.

Escolas no Território, Guarani Mbya e Cartografia Social

Comunicação oral

#### **A PEDAGOGIA DO PARENTE: AS LITERATURAS INDÍGENAS E A FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS**

Rosinere Evaristo  
Mauro Guimarães  
Thamara Evaristo Bittencourt  
UFRRJ

Como educadores e pesquisadores, valorizamos diferentes perspectivas de socializar os conhecimentos. Percebemos na educação indígena, aqui entendida como a Pedagogia do Parente, um belíssimo e amoroso modo de compartilhar saberes construídos, historicamente por seus ancestrais. É necessário dizer que a expressão, A Pedagogia do Parente vem sendo delineada há 14 anos em que estudo a educação e as Literaturas Indígenas, com ênfase na produção literária do escritor Daniel Munduruku, através dos diálogos com o Prof Dr Aristóteles P. Berino e sob a orientação do Prof Dr Mauro Guimarães. É, portanto, nessa perspectiva que nos incorre torcer algumas

considerações sobre a Pedagogia do Parente e as Literaturas Indígenas, como aporte a formação/ação dos educadores ambientais, no desenvolvimento da perspectiva decolonial. Nesse sentido, procura-se provocar a reflexão e discutir a relevância da proposta de inserção de outras epistemologias diversas a hegemônicas, com finalidade de aportar conceitualmente, por exemplo, a partir da cosmologia indígena, como forma de substanciar a formação/ação decolonial de educadores ambientais, via Literaturas Indígenas. Valorizar os conhecimentos tradicionais dos povos originários, suas culturas, línguas e práticas sociais, tendo em vista ainda não possuírem visibilidade nos currículos e nas discussões dos cursos de formação docente. A difusão das Literaturas Indígenas se estabelecem como uma forma de se sobrepor ao “silenciamento literário”, ou a deturpação estereotipada que, durante séculos, domina a realidade brasileira. Percebemos que essas literaturas se destacam pela poética, pelo olhar crítico dos povos e suas narrativas, numa pedagogia vivencial, como detentores de conhecimentos que tem a centralidade numa relação integrada entre humanos e natureza, capazes de estabelecer importantes trocas de saberes necessária a formação/ação de educadores ambientais decolonial.

Literaturas, Indígenas, Formação, Educação Ambiental, Pedagogias

Comunicação oral

### **ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA: O QUE AS PESQUISAS APONTAM?**

Gabriela Nunes Fernandes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

O presente trabalho busca apresentar uma revisão de literatura sobre o tema da alfabetização na educação escolar indígena e para isso, realiza uma pesquisa com diferentes palavras-chave associadas a essa temática, nas principais plataformas acadêmicas do país (Scielo, Banco de Teses e Dissertações da Capes e Google Acadêmico) e em uma revista acadêmica totalmente dedicada à publicação de resultados de pesquisa e documentação sobre populações indígenas, sobretudo, sul-americanas (Revista Tellus). A partir desta revisão bibliográfica, realizada em setembro de 2019, foi possível perceber que no Brasil, estudos nessa direção ainda são bastante escassos. Estão situados majoritariamente nas áreas da educação e da letras/linguística, apesar de serem abordados pelo viés antropológico, histórico e psicológico, demonstrando ser um tema de caráter multidisciplinar. A formação de educadores/as indígenas e a produção de materiais didáticos nas línguas indígenas são necessidades apontadas pela maior parte dos trabalhos pesquisados, assim como as tensões existentes entre o domínio da língua portuguesa e o fortalecimento da língua nativa, seja na oralidade, seja através da escrita. Nosso trabalho também procura discutir os desafios em torno da oralidade e da escrita no contexto da educação escolar indígena, que precisam ser compreendidos como uma tensão intercultural permanente centrada nas reflexões e práticas de professores/as indígenas.

educação escolar indígena, alfabetização indígena, educação bilíngue

Comunicação oral



**CAMINHADA DAS ESCOLAS DO CAMPO DE ANGRA DOS REIS – 2019 EDUCAÇÃO DIFERENCIADA PARTINDO DO ESTUDO DAS REALIDADES LOCAIS**

Rosilda Benácchio

Marília Campos

UFF

UFRRJ

**OBJETIVO:** Abordar a caminhada das escolas da “Educação do Campo” (déc. 1980-2019) na construção da “identidade” desta modalidade em Angra dos Reis, suas relações com as formações continuadas promovidas pela UFF e UFRRJ ao longo do tempo e as narrativas de auto-formação dos sujeitos-educadores dessas escolas, abordando os temas trazidos pela Educação do Campo. Considerando as referências normativas para a Educação do Campo, destacamos a “Resolução CNE/CEB n 1/2002 – Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo que define no Art. 2º – Parágrafo Único: A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade”. Apresentaremos o Histórico das “Escolas do Campo” em Angra dos Reis (1960-2019) e a construção coletiva de uma identidade de Educação do Campo em Angra dos Reis, a saber: a construção de uma política específica com orientações diferenciadas para esta modalidade; a Diversidade dos “Campos” em Angra dos Reis e as transformações por que passa o município; Escolas nesses territórios: única presença do poder público; 17 escolas classificadas como rurais e 21 escolas do campo (30% da rede). Apresentaremos também o histórico das Formações Continuadas, a partir Estudo da Realidade (ER), Freire: Nova Iguaçu– 12 escolas do campo (atividades de extensão em 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019), Queimados – 5 escolas do campo (2018 e 2019), Angra dos Reis – 20 escolas do campo (atividades de extensão em 2013, 2014, 2015, 2016, 2018 e 2019). Atividades e temas: Identidade e currículo da escola do campo; Agroecologia: produção agrícola; soberania alimentar; merenda escolar; fitoterápicos; sementes; histórias de vida, narrativas de auto-formação de educadoras(es), percursos formativos; Materiais didáticos elaborados pelos professores. Por fim, refletiremos Você: urbano ou rural? reconectando a indissociabilidade entre Campo e Cidade: revendo a cultura “urbanocêntrica”; O debate campo/cidade: dois lados de uma mesma moeda; a questão da alimentação e as escolas; o campo não está tão distante de nós... (as gerações). A Educação do Campo como herdeira da Educação Popular e Agroecologia.

Formação de Professores, Estudo da Realidade, Agroecologia

Comunicação oral

**CIGANOS: ETNIA INVISÍVEL E SUA LUTA POR LEGITIMAÇÃO**

Helani Pereira do Amaral

UERJ

A presente pesquisa é baseada na minha provocação pessoal quanto a discriminação sofrida pelo povo cigano. Hoje eles são reconhecidos como minoria étnica erroneamente pois nasceram aqui, deveriam ser considerados brasileiros mas ao nascer não conseguem o registro de nascimento pois não possuem moradia fixa, sem cidadania, tem seus direitos garantidos pelas leis do direito civil, porém na prática o mesmo não acontece e arrastam-se a invisibilidade. Em termos teórico metodológicos pude observar em pesquisa bibliográfica que os sub grupos Ciganos encontram-se em maior número em MG, e SP podendo também ser encontrados em outros estados em

grupos menores e a maioria destes cidadãos brasileiros invisíveis são analfabetos funcionais. Os demais grupos e seus subgrupos hoje já se integraram a sociedade onde muitos fazem parte dos bancos escolares, precisando deixar sua cultura para se formatarem dentro do modelo da normatividade, buscam o reconhecimento de sua etnia e o não esquecimento de sua cultura. Pensando a partir da vivência em campo, como é possível adaptar o currículo para que esse grupo possa sair da marginalidade. A análise busca refletir que se vivemos em uma sociedade plural, é preciso respeitar os diferentes grupos que nela existem e as culturas que os constituem, nas etnias ciganas o cenário não é favorável, sendo necessário desmistificar estes mistérios que recaem sobre eles. Dos grupos que vivem marginalizados, o povo cigano se encontra em pior situação, pois é visto como grupo de ladrões, o que aumenta as perseguições sofridas, e faz com que sua luta por legitimação seja ainda mais solitária. Dessa forma, como punição que esse preconceito cria eles são privados de serviços básicos como atendimento médico, certidão de nascimento, enterro, escola e outros pelo fato de serem nômades. Na Constituição Federal de 1988, é possível encontrar citações sobre os ciganos, onde lhes são reservados os direitos de igualdades mas o que é possível observar na prática, é que ainda não existe uma lei específica que proteja o povo cigano e lhes garanta que tais direitos venham a existir não só no papel.

Ciganos, Currículo, legitimação

Comunicação oral

### **CONHECIMENTOS ANCESTRAIS E LUTAS CONTRA O RACISMO**

Alice Xavier Marques de Oliveira

Fabiana Helena da Silva

Elaine Ferreira de Oliveira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

As populações rurais no Brasil sempre fizeram uso de ervas medicinais por tradição, baixo custo ou por que talvez representam a única alternativa de tratamento possível. O uso de produtos naturais extraídos de ervas é crescente tanto nas populações urbanas quanto na medicina tradicional que faz uso de extrato de plantas na elaboração de medicamentos. Conhecer as principais ervas utilizadas na elaboração de remédios caseiros, pode fornecer dados que auxiliem na preservação e manejo sustentável das mesmas. Esse trabalho foi realizado nas feiras livres do Município de Mangaratiba/RJ em de julho de 2018, objetivando conhecer as plantas que são mais adquiridas, para o tratamento de doenças. Doze pessoas participaram desta pesquisa, sendo oito mulheres e quatro homens, com idades entre 28 e 66 anos. As ervas indicadas como mais adquiridas por esses compradores foram a espinheira santa (*Sorocea guillerminiana*) e canela de velho (*Miconia albicans*). As doenças listadas por esses entrevistados foram as digestivas, endócrinas e nutricionais. Com relação à origem das receitas para confecção dos remédios, a grande maioria respondeu que as obtém com seu familiar e que geralmente confecciona chás, o que nos remete à tradição do uso do remédio caseiro como uma prática ancestral, anterior à medicina tradicional e que as famílias perpetuam este conhecimento e a conservação dessas ervas ao longo do tempo nos cultivos familiares, nas comunidades de povos tradicionais e que o uso dessas ervas hoje permanece mesmo com tanta tecnologia e opções na medicina tradicional. Identificamos ainda dois entrevistados que utilizam essas plantas apenas para fins religiosos, sendo elas a vence demanda (*Piper arboreum*) e a abre caminho (*Lygodium volubile*). Neste sentido, esse trabalho vai tentar refletir sobre a relevância social e cultural dessas ervas que são utilizadas para fins religiosos e como este uso medicinal e a manutenção de uma tradição de matriz africana, contribui para o combate ao racismo

e afirmação de uma educação agroecológica na educação do campo. Além disso, levantaremos a reflexão de como essas tradições afro-brasileiras produzem conhecimento medicinal que na maioria dos debates acadêmicos, são considerados superstições ou são completamente negados enquanto conhecimento válido.

Ervas medicinais; conhecimento tradicional; racismo religioso

Comunicação oral

### **DESAFIOS DA DOCÊNCIA NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO DIFERENCIADA CAIÇARA EM PARATY**

Iaci Sagnori de Mattos

Nelza Galoss

Luciane Marques

Thiago Hydalgo

SME/Paraty

Em 2016 tiveram início as primeiras turmas de 6o ano nas escolas municipais do Pouso da Cajaíba e da Praia do Sono. Neste ano as primeiras turmas chegam ao 9o ano, concluindo um ciclo em que essas escolas vivenciaram uma proposta de educação diferenciada caiçara desenvolvida no âmbito de uma parceria entre o IEAR/UFF e a Secretaria Municipal de Educação. A formação continuada e a reorientação curricular permitem que os conteúdos sejam trabalhados de forma interdisciplinar e relacionados aos temas e conhecimentos trazidos pelas comunidades em que estão situadas as escolas, através de projetos pedagógicos. Nesse processo, o aprendizado e a autonomia docente são fundamentais para se encarar os desafios apresentados pela educação diferenciada. Este trabalho procura trazer alguns dos aspectos que marcaram nossas trajetórias como professores nessas escolas. Como dar atenção ao que está em volta, aos diferentes sentidos que são a porta para o conhecimento? (Nelza). Qual a nossa contribuição na formação dos seres? (Luciane). Nos processos de transformação da realidade, o que vem primeiro, o trabalho ou a linguagem? Que questões o território te demanda, como vai interferir nele e como o território possibilita a intervenção humana? (Iaci). Quais as diferenças no trabalho feito em cada uma das comunidades caiçaras, na forma de agir e pensar, no entorno, nos problemas? (Thiago). A partir dessas perguntas pretendemos estabelecer um diálogo sobre a prática docente e as possibilidades e as dificuldades de uma educação diferenciada caiçara na prática.

prática docente; educação diferenciada; Paraty; caiçaras

Comunicação oral

### **EDUCAÇÃO DIFERENCIADA PARA PERMANÊNCIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS EM SEUS TERRITÓRIOS.**

Indira Alves França

Francisco Xavier Sobrinho

Ronaldo dos Santos

Amanda Regis Faro

Fiocruz

Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (Fiocruz/Fórum de Comunidades Tradicionais)

PosGeo UFF (Niterói)

O Fórum de Comunidade Tradicionais - FCT é um movimento social que reúne caiçaras, indígenas e quilombolas da região de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP), e tem a luta pelo território como principal objetivo. Para isso, o Fórum trabalha com diferentes temáticas que viabilizam e fortalecem a permanência das comunidades em seus territórios: saneamento ecológico, turismo de base comunitária, agroecologia, justiça socioambiental e a luta pela educação diferenciada. A bandeira da educação diferenciada vem sendo discutida pelo FCT desde seu início (2007) e essa disputa envolve tanto a luta pelo acesso a educação escolar (pois muitas comunidades não possuem escola), quanto à luta pela qualidade do ensino. É preciso que a escola, nas comunidades tradicionais, dialogue com a cultura local e trabalhe com um modelo pedagógico que promova o pensamento crítico. Ao longo desse processo, diversos parceiros interessados na temática educacional foram se aproximando do FCT com o objetivo de fortalecer as estratégias de diálogo com o poder público, no sentido de melhorar as condições de educação escolar das comunidades tradicionais. São estudantes, professores, pedagogos, técnicos e pesquisadores de diferentes instituições que se reúnem em um grupo denominado “Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada do FCT”. O coletivo marcou presença em diferentes momentos, como: na elaboração do Plano Municipal de Educação, na implantação do segundo segmento nas escolas das comunidades caiçaras da Praia do Sono e do Pouso da Cajaíba, no diálogo com o Ministério Público Federal, em atividades com os estudantes em diferentes edições da FLIP, no Seminário “Uma outra história de Paraty”, e em reuniões em diferentes comunidades tradicionais que discutem essa pauta. Mas muitos são os desafios, dificuldades e também várias conquistas, como: a presença da educação diferenciada como uma meta do plano municipal de educação, à implantação do segundo segmento nas escolas da Praia do Sono e do Pouso, a implantação de um programa de reorientação curricular para os professores caiçaras das escolas de primeiro e segundo segmento, das escolas quilombolas e das escolas indígenas.

Educação diferenciada, movimento social, território.

Comunicação oral

### **EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU, RJ: DUAS MODALIDADES EM QUESTÃO**

Fabrcia do Nascimento Silva de Oliveira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ

A presente pesquisa em andamento propõe investigar a oferta de vagas na Educação do Campo e na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas doze escolas denominadas do Campo no município de Nova Iguaçu-RJ. Duas modalidades de ensino que travam lutas frente a um projeto de poder que tenta no decorrer da trajetória da educação no Brasil abandonar, espoliar e proibir o acesso da classe trabalhadora operária e campesina ao

processo educacional. Dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) de 2010 e indicam que no meio rural brasileiro, de forma geral, a taxa de analfabetismo somente entre os adultos é de 23,2%. Em contra partida, nas religiões urbanas atinge 7,3% dos adultos. Notemos que na região campesina a taxa de analfabetismo é de três vezes maior que na região urbana. O presente artigo utilizou como referencial teórico os trabalhos de freire (1987 e 1997), Di Pierro (2010), Caldart (2008) e Oliveira (2004). A metodologia foi desenvolvida através de entrevistas semiestruturadas com as gestora e técnicas educacionais da Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu, setor de Educação do Campo e EJA, com o objetivo de investigar o cumprimento da oferta de vagas e possíveis limitações para que seja ofertada a modalidade EJA para os sujeitos do campo.

Educação do campo; EJA; Campesinos

Comunicação oral

### **ESCOLARIZAÇÃO E CULTURA GUARANI MBYA RUMO À UNIVERSIDADE**

Núbia Melo dos Santos

Bianca Leticia Granja Vale

Brenda Batista de Freitas Almeida

João Paulo Jesus Rodrigues

UFF-IEAR

A escolarização é desenvolvida com os alunos indígenas do Curso de Ensino Médio com Habilitação em Magistério Indígena Guarani, em Angra dos Reis. O programa: “Escolarização e Cultura Guarani Mbya Rumo à Universidade” é um conjunto de ações extensionistas que visam colaborar na implementação de políticas públicas de aumento de escolaridade básica, com oferta de habilitação em magistério indígena e produção de material didático bilíngue e intercultural. São ações articuladas ao Ensino e Pesquisa, numa perspectiva de promover igualdades de condições socioculturais às comunidades Guarani no acesso ao Ensino Superior, dentro de um viés de preservação e fortalecimento da identidade cultural indígena. O programa tenta suprir uma dívida histórica e preparar o caminho dos jovens e adultos Guarani para o ingresso na Universidade. O presente trabalho busca apresentar a contextualização do processo de organização e luta política para que o Curso de Magistério Indígena acontecesse; a importância e significação do mesmo para os Guarani; a atuação dos bolsistas e demais colaboradores que fazem acontecer o programa além dos resultados já obtidos e os ainda esperados.

Guarani Mbya, Magistério Indígena,

Comunicação oral

### **EXPERIÊNCIA DE UMA PEDAGOGA, DOCENTE II, ATUANDO NAS SÉRIES INICIAIS NA ESCOLA DENTRO DE UMA ALDEIA INDÍGENA.**

Isabela Figueiredo de Oliveira Borges Silveira

Prefeitura de Maricá

Nesse momento em que o cenário político e educacional apontam para várias tensões na educação, encontro-me atuando como professora de uma turma multisseriada, 4<sup>o</sup> e 5<sup>o</sup> anos, dos anos iniciais em uma Escola Indígena Guarani, no Município de Maricá.

Ao tomar posse no concurso público da referida prefeitura, optei por uma escola Indígena. Tal escolha se deu devido experiência e vivências anteriores com a população indígena, no estado do Acre. Ao apresentar-me na escola, deparai-me com uma turma multisseriada, com discrepância etapa/idade, cujos alunos falam o português “apenas” com os juruás. Meu maior desafio, pensei naquele momento, seria como desenvolver um trabalho em uma escola dentro da Aldeia, sem um currículo indígena, sem que houvesse recebido nenhuma formação para lecionar com o referido público, tendo que prepará-los para, no futuro, estudarem em uma escola regular? Após pesquisas teóricas, conversas com a cacica da Aldeia e com uma professora da escola, optei por começar trabalhando a valorização da identidade indígena. Foi desenvolvido, na escola, o projeto “Identidade Indígena”, o qual ocorreu durante todo o mês de abril deste ano. Foram utilizados texto e ilustrações, os quais apresentavam de forma distorcida os indígenas, isto com o objetivo de incomodá-los e fazê-los criar um texto e ilustrações que representassem realmente seu povo, sua gente. Rodas de conversa sobre identidade, valorização das origens. Reflexão sobre: Quem sou eu? Qual o significado do meu nome? Quem são meus antepassados? Qual a história da minha família? O que eu quero ser? Como poderei, no futuro, ajudar minha aldeia? Foram feitas brincadeiras e danças indígenas, e por fim, o que denominamos “chá da memória” (relato dos dois indígenas mais idosos da Aldeia). Após o término deste projeto, consegui traçar um plano de trabalho tentando conciliar o currículo ainda não indígena, o direito a uma educação diferenciada dos povos indígenas e a cultura do meu público alvo.

educação escolar indígena, guarani, aldeia indígena, valorização da identidade.

Comunicação oral

### **FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO**

Ana Paula dos Santos Mendonça

Tatiane Ferreira da Silva

UFRRJ

A UFRRJ, através do Curso Licenciatura em Educação do Campo vem desenvolvendo na Baixada Fluminense, mais precisamente em Queimados, uma formação continuada de Professores, usando a metodologia do auto-reconhecimento de escolas situadas nas regiões definidas como áreas rurais. Este processo é importante no que diz respeito ao reconhecimento do sujeito aluno e sujeito professor das escolas do campo na Baixada Fluminense. Existe uma negação do Professor em assumir que esta em uma Escola do Campo o que muitas vezes prejudica o desenvolvimento do aluno, que vem da área rural e quando chega ao ambiente escolar à realidade é de uma escola urbana. A iniciativa deste projeto visou valorizar e fortalecer a relação das escolas de Queimados que se encontra em áreas rurais, ampliar as ações de manejo de hortas, promoverem atividades com o intuito de registrar e preservar as memórias sociais das escolas e comunidades implantadas nestas áreas da Baixada.

Educação. Formação. Pertencimento. Conhecimento

Comunicação oral

### **GEOGRAFIA E COSMOLOGIA GUARANI MBYA**

Algemiro da Silva Karai Mirim

CIEGKKR - Colégio Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda

Durante as aulas de “Geografia e Cosmologia Guarani Mbya”, ministradas no Curso de Ensino Médio com Habilitação em Magistério Indígena, reuni os saberes referentes à constituição, ordenamento e arranjo espacial dos diferentes reinos da natureza (mineral, vegetal e animal) que compõem o nosso mundo e lhe conferem uma diferencialidade regional sobre a superfície terrestre. Ressaltamos os diferentes modos de ser (ocupação, apropriação e utilização) e pensar (representação) no/do espaço geográfico que expressam as relações homem-natureza no mundo Guarani Mbya. O objetivo é promover a construção de uma visão ou de visões geográfico-cosmológica(s) de mundo, em que os saberes e os modos de ser e pensar guaranis sejam revalorizados e resignificados, comparando-os com os saberes e modos de ser e pensar de sociedades ocidentais, cujas racionalidades são fundadas em relações sociais capitalistas de produção. Além de buscar sistematizar e registrar técnicas de representação dos saberes astronômicos, cosmológicos e cosmogônicos Guarani Mbya.

Cosmologia Indígena. Cosmologia Guarani Mbya. Geografia Indígena.

Comunicação oral

### **O ENSINO DE SOCIOLOGIA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: ESTUDO DE CASO SOBRE A ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO DE PAULA DIAS-MINAS GERAIS**

João Lopes Neto

Clara Carolina de Oliveira Costa

Universidade Federal de Juiz de Fora

Universidade Federal de Viçosa

A pauta das populações remanescentes quilombolas, sempre estiveram presentes no cenário de luta da população negra brasileira. Através de vários conflitos, em sua maior parte fundiários, se organiza lutas com pautas em prol do reconhecimento da existência de tais povos e suas necessidades, e a luta pelos direitos civis básicos. O cenário educacional, se apresenta enquanto uma dessas reivindicações, levando a implementação, mesmo que tardia, da Educação Escolar Quilombola, onde debates e entraves que cerceiam a implementação desta modalidade de ensino enquanto uma política pública foram propostos e até implementados, mas com uma grande defasagem. Nas escolas quilombolas em funcionamento no estado de Minas Gerais, as estatísticas reproduzem um cenário de descaso total com a referida modalidade diferenciada de ensino, apresentando uma precária estrutura, além do péssimo estado de conservação do transporte escolar, que em algumas comunidades não são nem disponibilizados, sendo necessário fazer o percurso a pé. Além de um fator importantíssimo que é a disparidade do atendimento dos anos iniciais do ensino fundamental comparado com os anos finais e o ensino médio, assim como a baixa cobertura do EJA, tendo em vista a alta população com faixa etária que se encaixa na modalidade do EJA. A Escola Estadual Antônio de Paula Dias é uma escola que está inserida no distrito de Santo Antônio de Pirapetinga da cidade de Piranga, Minas Gerais. Além da escola estar situada numa zona distrital, está específica conta com o fato de estar inserida numa área remanescente quilombola não titulada. Ou seja, apesar de seus moradores se reconhecerem enquanto quilombolas, ainda não houve uma avaliação do Governo Federal para que esse reconhecimento fosse legitimado. A proposta desse

trabalho se deu então, em analisar os aspectos identitários presentes nessa escola, e refletir sobre o funcionamento da sociologia dentro da escola citada.

Sociologia, Educação Escolar Quilombola, Identidade

Comunicação oral

### **ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE GUARANI**

Claudio Benites Karai Papa

Lino Gonçalves da Silva

CIEGKKR - Colégio Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda

As estratégias de organização da juventude indígena Guarani Mbya no Rio de Janeiro e São Paulo. As demandas da juventude indígena. Os Encontros de Jovens indígenas Guarani Mbya.

Juventude Guarani Mbya. Jovens Indígenas. Organização da Juventude Indígena.

Comunicação oral

### **PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO AUDIOVISUAL BILÍNGUE NO MAGISTÉRIO INDÍGENA GUARANI MBYA DO RIO DE JANEIRO**

Stephanie da Silva Magalhães

Thalita Silva Vieira

IEAR/UFF

O presente trabalho objetiva apresentar a metodologia de produção de material didático audiovisual bilíngue produzida no Curso de Ensino Médio com Habilitação em Magistério Indígena Guarani, em Angra dos Reis. A produção do material didático foi feita em caráter de Oficina, na disciplina: "Linguagem Audiovisual", que integra a Formação Pedagógica do Curso, coordenada por Domingos Nobre (IEAR/UFF). O Curso é resultado de um Acordo de Cooperação Técnica firmado entre IEAR/UFF e Seeduc/RJ. A Oficina foi ministrada por Iulik Lomba (UFGD) e patrocinada pelo PROEXT/UFF no âmbito do Programa de Extensão: "Escolarização e Cultura Guarani Mbya Rumo à Universidade". A metodologia adotada foi: 1) Divisão dos alunos em grupos para escolha dos temas/argumentos dos curtas; 2) Debate sobre ideias de cenas e roteiro de cada grupo; 3) Elaboração do storyboard, que é o desenho em quadrinhos de cada cena, para pensar a fotografia do vídeo e os momentos da filmagem; 4) Filmagem das cenas na Aldeia; 5) Decupagem do material bruto filmado; 6) Edição do material filmado; 7) Colocação de legenda com tradução em Português e 8) Exibição de todos os curtas produzidos. O resultado da oficina foi a produção de 4 curtas metragens, que são eles: "Mbya Ete Reko", "Joapygua Reko", "Ka'aguy Mboavaete" e "Xondaro Há'e Tangara Reko". Os curtas fazem parte da Série, em DVDs: "Audiovisual e Cultura Guarani Mbya no Magistério Indígena".

Material Didático Bilíngue; Material Didático Audiovisual; Material Didático Indígena; Material Didático Guarani Mbya.

Comunicação oral



**PROGRAMA ESCOLAS DO TERRITÓRIO: PRÁTICAS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO DIFERENCIADA EM PARATY**

Licio Caetano do Rego Monteiro

José Vitor Sant'anna Monteiro

Yana Carolina Aparecida Santana

Camila dos Reis Oliveiroa

Departamento de Geografia e Políticas Públicas / IEAR / UFF

UFF

O projeto busca analisar as relações entre currículo escolar e saberes tradicionais em contextos de reorientação curricular de escolas de Ensino Fundamental em Paraty. O programa Escolas do Território vem desenvolvendo uma metodologia de reorientação curricular que se desdobra na articulação entre currículo, saberes e território e na abordagem inovadora de mediação entre conceitos integradores e conteúdos programáticos. O objetivo geral é realizar uma interlocução com professores/as, estudantes, gestores e comunidade que atuam na construção de um currículo diferenciado e de um projeto alternativo de escola. Nesse processo, buscamos articular a construção curricular e a formação de professores ao contexto territorial no qual as escolas estão inseridas, mediando abordagens geográficas e pedagógicas. No âmbito da construção curricular, contribuimos para qualificar a relação entre conceitos integradores da Geografia e os conteúdos programáticos desenvolvidos no currículo e sistematizar o projeto tendo em vista a construção de uma memória institucional que articule a prática docente em sala de aula, os projetos pedagógicos desenvolvidos, os mecanismos de avaliação discente e as demandas das comunidades em relação à escola. O desafio a que nos propomos avançar se dá basicamente em duas frentes de investigação e prática: uma articulação entre currículo, saberes e território e uma abordagem inovadora de mediação entre conceitos integradores de Geografia e os conteúdos programáticos. O desafio colocado para a presente investigação é o de trabalhar tais conceitos como conceitos integradores num contexto de reorientação curricular que busca fazer a escola dialogar com os saberes tradicionais.

educação diferenciada; Escolas do Território; currículo

Comunicação oral

**PROJETO “UMA OUTRA HISTORIA DE PARATY” REALIZADO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DIFERENCIADA NAS COMUNIDADES DA PRAIA DO SONO E POUSO DA CAJAÍBA**

Iaci Sagnori de Mattos

Licio Caetano do Rego Monteiro

Domingos Barros Nobre

SME/Paraty

IEAR/UFF

Este trabalho busca apresentar o projeto “Uma outra história de Paraty”, como relato de experiência docente nas escolas municipais das comunidades caiçaras da Praia do Sono e do Pouso da Cajaíba, na zona costeira de Paraty, no período de 2018/2019. Esse foi um dos projetos pedagógicos trabalhados pelo grupo de quatro professores que atua nessas escolas, num processo de formação continuada e reorientação curricular realizado pelo IEAR/UFF e pela SME/Paraty. O desenvolvimento deste projeto contou ainda com apoio do Instituto Ojumoran e do OTSS. Numa primeira etapa, foi um projeto de educação diferenciada em turmas de segundo segmento do ensino fundamental. Para isso organizamos um seminário com o tema do projeto “Uma Outra História de

Paraty”, e convidamos pesquisadores e representantes das comunidades tradicionais do município de Paraty, para falar sobre as histórias ambiental, das mulheres, negros, caiçaras, índios, que foram silenciadas pela narrativa hegemônica da cidade. Estamos elaborando um caderno pedagógico com os relatos das atividades desenvolvidas com os alunos, que será amplamente divulgado. A outra etapa do projeto foi estimular nos estudantes a curiosidade sobre a história da sua comunidade, dos seus conflitos e da permanência em seu território, dos modos de vida dos mais antigos, das transformações ao longo dos anos e conseqüentemente, do seu projeto de futuro enquanto comunidade tradicional. Para responder a essas questões entrevistamos alguns anciões das comunidades para ouvir suas histórias e experiências. Essas histórias foram registradas pelos alunos em textos e vídeos e organizadas para serem reescritas num livro com estes relatos, em formato de cordel, com ilustrações de gravuras e poesias elaboradas com os alunos: "O Sono, Caiçara e a Luta" e "O Pousso, Caiçara e a Luta", inspirados no livro Os Sertões, de Euclides da Cunha, homenageado da FLIP 2019. Os cordéis foram lançados na FLIP de 2019.

educação diferenciada; Paraty; história

Comunicação oral

### **PROJETO REDESCOBRINDO O QUILOMBO SANTA RITA DO BRACUÍ**

Rosilda Benácchio

Marilda Souza

FAbiana Ramos

Marilia Campos

UFF

ARQUISABRA

UFRRJ

O Projeto Redescobrimdo o Quilombo Santa Rita do Bracuí resultou de debates, ações e pesquisas em torno da realidade da Escola Municipal Áurea Pires da Gama localizada no Quilombo Santa Rita do Bracuí – Angra dos Reis/RJ. Os quilombolas, reunidos na ARQUISABRA – Associação dos Remanescentes do Quilombo Santa Rita do Bracuí – chegaram à conclusão de que havia se tornado urgente uma ação político-cultural do Quilombo Santa Rita do Bracuí junto à Escola com o objetivo de retomar o trabalho pedagógico realizado em épocas anteriores (década de 1990-2000), voltado para a cultura e o modo de viver quilombola no Bracuí. Em 2010, Angélica Souza Pinheiro (in memorian), Luciana Adriano da Silva, Fabiana Ramos e Marcos Vinícios Francisco de Almeida iniciaram a sua caminhada em busca de novos conhecimentos no curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Convênio PRONERA-MDA/UFRRJ, voltado para assentados de áreas de Reforma Agrária e Povos Tradicionais. Ao concluírem a Licenciatura no final de 2013, veio a expectativa de contribuir para melhorar o diálogo entre a escola e o quilombo, com o apoio da ARQUISABRA dentro da escola. Por que “redescobrir”? Há duas década atrás foi implementado um trabalho pedagógico duradouro com a história local. Na década de 1990 – 2000 a Áurea Pires era uma das escolas municipais que integravam o Projeto Inter– um Projeto experimental da Secretaria Municipal de Educação que partia dos pressupostos da Educação Popular (Paulo Freire) e do Estudo da Realidade, onde a escola durante este período foi de fato uma escola quilombola. No Projeto Redescobrimdo o Quilombo Santa Rita do Bracuí foram debatidos com os professores os temas: História do Quilombo Santa Rita do Bracuí; SAF Sistema Agroflorestal; Formação e trajetória histórica do Jongos de Santa Rita do Bracuí; DCNs de Educação Quilombola; Educação das Relações Etnicorraciais; História da África e Diáspora;

História oral e narrativas dos griots do Quilombo do Bracuí; Religiões de matriz africana e intolerância religiosa na escola. Em 2014, como resultado do curso de Aperfeiçoamento UFF/UFRRJ/ARQUISABRA desenvolvido na escola, em que os quilombolas foram os formadores dos professores, a Escola Municipal Áurea Pires da Gama se autodeclarou quilombola. Mas estar em território quilombola é condição necessária, mas não suficiente para que a escola seja de fato uma escola quilombola.

Educação Escolar Quilombola, Formação de Professores, Agroecologia

Comunicação oral

### **QUESTÕES DE ALFABETIZAÇÃO EM LÍNGUA GUARANI MBYA**

Domingos Nobre

Anna Beatriz Vecchia

IEAR/UFF

UNIRIO

Durante as Oficinas de Alfabetização para professores indígenas alfabetizadores do Colégio Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda (CIEGKKR), coordenadas pelo Prof. Domingos Nobre do IEAR/UFF, na qual esta ação é uma das frentes de trabalho do Programa: “Escolas do Território”, foram levantadas algumas hipóteses sobre o processo de alfabetização no contexto de uma aldeia indígena, com crianças falantes da Língua Guarani Mbya. Tais hipóteses estão sendo investigadas na pesquisa de Mestrado de Anna Vecchia, no PPGEdu - UNIRIO. Utilizamos os estudos de Emília Ferreiro & Ana Teberosky, sobre a Psicogênese da Língua Escrita, replicando a pesquisa original e tendo como suporte as produções espontâneas dos alunos do Colégio Indígena, identificando quais etapas, elementos, componentes que aparecem e identificando em que medida o contexto sociocultural e linguístico de uma aldeia indígena interfere no processo de aquisição da língua escrita. Entendemos que quando a criança chega ao nível alfabético, ela segue para um período contínuo de ortografização. Sob a luz de uma “Taxionomia de Erros Ortográficos” de Oliveira & Nascimento (1990), começamos a classificar os principais erros ortográficos, em Língua Guarani, cometidos pelos alunos indígenas. Reconhecemos que tal classificação ainda carece de aprofundamento de um olhar linguístico especializado em Guarani Mbya, porém já podemos pensar intervenções pedagógicas para as ocorrências ortográficas. Tais estudos, nos ajudam a refletir sobre a contribuição que a Psicogênese e da Ortografização em Língua Guarani possibilita à formação e a prática de professores indígenas alfabetizadores.

Alfabetização, Guarani Mbya, Formação de professores

Comunicação oral

### **REPRESENTAÇÕES SOBRE O TERRITÓRIO EM ALUNOS DE ESCOLAS QUILOMBOLAS DE PARATY-RJ**

Diogo Marçal Cirqueira

Victor Simão

Pedro Henrique dos Santos Neves

IEAR/UFF

O presente trabalho é fruto do programa de formação continuada e produção de currículos em comunidades tradicionais “Escola do Território”, especificamente do

projeto de “Formação Continuada em Educação Escolar Quilombola”. O objetivo é analisar as representações e interpretações sobre “território” de alunos de Escolas Municipais Campinho da Independência e José Melo, situadas nos Quilombos do Campinho e do Cabral em Paraty-RJ. Para tal análise, nos utilizamos de dados produzidos a partir da aplicação de questionários para diagnóstico sociocultural nas referidas escolas no ano 2018. Buscou-se, através das questões referentes ao “território”, compreender como esses alunos expressam suas relações e, também, seus entendimentos a respeito dos territórios. Com isso, busca-se compreender os processos que atravessam as experiências e a interação socioespacial dos alunos. A partir dos dados coligidos, alguns aspectos ficam patentes na representação dos alunos sobre os territórios: i) a maior parte dos alunos não possuem um amplo conhecimento histórico sobre estes territórios; ii) a representação do rio Carapitanga (Campinho) e da rodovia BR-101 como marcos espaciais nas comunidades que podem representar certa proibição; iii) e, a importância da localização das Escolas nos territórios, apontadas como os locais mais frequentados pelos alunos de ambas comunidades. Por fim, tal investigação emerge como uma forma de ampliar, tanto a compreensão sobre as comunidades quilombolas, quanto otimizar os processos de produção de currículos nas comunidade. Ademais, chamamos a atenção para o papel da escola como instrumento de fortalecimento da identidade quilombola e do território, Contudo, é importante ter em mente que existe uma variedade de métodos para desenvolver esse tipo de diagnóstico. Através desta apresentação, da troca de conhecimento e experiências, buscar metodologias que ajudem cada vez mais sistematizar a percepção do aluno sobre o território.

Quilombo, território, escola, educação escolar quilombola

Comunicação oral

### **UMA RESSIGNIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA BAIXADA FLUMINENSE**

Maria de Fátima Nascimento de Oliveira Silva

Sidney da Silva

Renato Luiz Evaristo dos Santos

Fabiana Helena da Silva

UFRRJ

O retrato dos pequenos posseiros, porém sem a titularidade da posse da terra, expressa a realidade de mais da metade da população da baixada fluminense no Rio de Janeiro e, em Seropédica, cidade que abriga uma das maiores universidades do país, a situação não é diferente, assim como em outros estados do Brasil. A antiga Fazenda Esperança, aonhecido como Bairro Boa Esperança, até o momento, não possui documento de escritura, e os impostos pagos pelos munícipes, não são direcionados a obras públicas ou mesmo ao mínimo de benfeitorias, o que deixa o povo desamparado sem perspectivas. Neste contexto, alguns munícipes de Seropédica, moradores de loteamentos rurais, decidiram apostar na escolarização vislumbrando uma melhoria de vida, através do contato com pessoas que compartilham as mesmas lutas, prestando vestibular para Licenciatura em Educação do Campo, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

PRONERA, PRONACAMPO, PROCAMPO

Comunicação oral

**XONDARO HA'E TANGARA REKO**

Pedro Ribeiro de Souza

Rodrigo Cascabulho

Instituto de Educação de Angra dos Reis/ UFF

O presente trabalho pretende mostrar aos espectadores o vídeo curta-metragem: “Xondaro ha'e Tangara Reko” (“O Modo Guarani do Xondaro e Tangará”), que foi produzido na disciplina: “Linguagem Audiovisual pelos alunos do Ensino Médio com Habilitação em Magistério Indígena do Colégio Indígena Estadual Karai Kuery Renda com o apoio dos bolsistas PIBIC, PROEXT e Licenciatura do IEAR/UFF. A disciplina foi ministrada por Iulik Farias (UFGD) e o vídeo retrata sobre a história e a importância do Xondaro, que é uma dança típica da cultura guarani mbya, fundamental para sua identidade étnica, tendo uma Xejaryi (uma anciã, sábia) falando sobre o mesmo e uma apresentação da dança é feita durante o vídeo.

Magistério Indígena, Xondaro, Guarany Mbya.

Comunicação oral

## **Eixo 8**

### **Diversidade Cultural, Inclusão e Acessibilidade**

#### **A ARTE COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO ESPAÇO URBANO**

Rayne Silva Sena

Universidade Federal de São João del rei (UFSJ)

Este relato tem como proposta expor a dimensão pedagógica da condição de artista de rua, palhaço e malabarista. Ao me colocar em situação de exposição e ao mesmo tempo de observador no espaço urbano, percebo a potência deste como um lugar de expressão, criação e troca cultural. A rua, representada no senso comum apenas como lugar de passagem e transição para outros espaços privados, se torna segundo a perspectiva apresentada um espaço público de diversidade cultural marcado constantemente pelo processo de ensino e aprendizagem, direta ou indiretamente. Da mesma forma que transpareço a imagem e experiência enquanto artista, absorvo um pouco de cada indivíduo que passa com sua bagagem cultural, que se permita ou não a essa troca. O simples fato de exercer a arte na rua me torna alvo de olhares, por detrás dos quais sou interpretado a partir de uma gama complexa de significados e sensações a serem digeridas tanto por mim quanto por aqueles que passam por mim. O espaço urbano se torna um lugar de ensino e aprendizagem, e a arte de rua uma ferramenta pedagógica, à medida em que a diversidade cultural presente neste espaço nos afeta, transformando nossa forma de perceber e de nos colocar no mundo. A rua é um espaço de encontro onde as individualidades tornam-se públicas e inevitavelmente aprendemos e somos influenciados uns pelos outros. A arte de rua pode conectar os indivíduos por ser algo inesperado e extra cotidiano que acontece de forma espontânea e efêmera, surpreendendo as pessoas e as tirando do automatismo do cotidiano, criando uma atmosfera de sociabilidade e interação social.

Arte de rua, circo, pedagogia, sociabilidade

Comunicação oral

#### **A MONITORIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: EXPERIÊNCIAS E IMPASSES**

Adriana Simões Duarte

Aparecida da Silva

CEDERJ-UERJ

IEAR-UFF

Atualmente, a educação vivencia os desafios da Inclusão, que mobiliza tanto políticas públicas quanto sociedade civil. As mudanças nacionais na legislação garantem a ampliação do atendimento educacional e a inclusão dos alunos com necessidades especiais na rede pública de ensino regular. Porém, a garantia na lei de que a inclusão desses alunos aconteça, não necessariamente pressupõe sua efetivação. Pois, é possível identificar a urgência de adequação das instituições educacionais tanto estruturalmente quanto nos seus recursos humanos, a fim de atender qualitativamente os alunos. Portanto, o presente trabalho teve como objetivo relatar a experiência de duas monitoras de educação especial, como facilitadoras do processo de aprendizagem de

alunos com os seguintes quadros: hidrocefalia e TEA, em uma escola municipal localizada em uma comunidade da Ilha Grande em Angra dos Reis/RJ. O trabalho caracteriza-se como estudo exploratório de abordagem qualitativa, e utilizou como instrumento, a reflexão sobre a ação, por ação entende-se a experiência diária como monitoras de educação especial. Como resultado da pesquisa até o momento, é possível identificar que existe uma demanda de monitores nas instituições escolares do município como um todo, visto que há nas escolas alunos com variadas necessidades especiais que não recebem atendimento adequado, além de sobrecarregar os monitores. Revela também que a formação oferecida aos monitores não é suficiente, pois esses não possuem conhecimento prévio das deficiências dos alunos que atendem. Além do fato, que a remuneração é baixa. O acesso a escola também é dificultoso, pois como a escola está localizada em uma Ilha, os custos de transporte são altos e o município não supre esses gastos, o que dificulta tanto a vida cotidiana escolar do monitor quanto sua formação, pois elas acontecem no continente. Mas também reforçam a importância do trabalho dos monitores para a execução do trabalho de inclusão junto aos alunos, já que proporcionam meios de estimular o aprendizado, dando a atenção necessária ao aluno.

Educação Especial, Inclusão, Monitoria

Poster

## **A SEXUALIDADE NO**

Sinval Correa Nunes  
CIAD

Este trabalho pretende analisar as diversas formas de vivenciar a sexualidade das pessoas com deficiência mental, paralisia cerebral. A partir disto quer contribuir com o processo de desmistificação da sexualidade dos mesmos através de um trabalho de educação sexual que tem sido desenvolvido com os familiares e as pessoas com deficiência. O sexo, por sua vez, carrega consigo uma enorme complexidade representativa, sendo assim concebido pelo homem de forma multifacetada. No sexo em si o grande problema da pessoa com paralisia cerebral é a coordenação motora, mas há a questão da deformidade física que os torna improváveis objetos do desejo em nossa sociedade cada vez mais centrada nos padrões de beleza. Há uma revolução nos estudos de sexualidade com a teoria freudiana e a partir dela a criança deixa de ser inocente e passa a ter uma sexualidade ativa desde o início de sua vida. Estabelece a importância fundamental do vínculo primitivo e do espaço do “vir a ser”, básico para o desenvolvimento da sexualidade que sofre interferências do meio social. Os pais de uma criança com limitações crônicas necessitam de assistência e orientação para compreender a situação e o potencial da criança e lidar com os próprios sentimentos de culpa, ansiedade, negação e tristeza. Muitas vezes, interfere o aspecto religioso que propõe uma negação da sexualidade por considerarem os deficientes mentais eternamente crianças ou verdadeiros anjos. Há ainda casos de omissão que acredita ser muito cedo para namorar ou de controle que pretende reprimir a sexualidade deles porque estes não sabem o que fazem. O Centro Integrado de Atendimento a Pessoa com Deficiência no Centro do Rio de Janeiro tem sido o local de desenvolvimento desta pesquisa e tem como proposta fundamental compreender o âmbito da afetividade-sexualidade das pessoas com deficiência levando em conta o seu inquestionável direito de construir e manter vínculos de amor e prazer. Segundo Denari (1998,2003) a vivência da sexualidade não deve ser entendida como uma concessão mas como um direito inerente a todo ser humano.

pessoa com deficiência, sexualidade, CIAD, paralisia cerebral

Comunicação oral

**A UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS GRAFO-TÁTEIS NO ENSINO DE TRIGONOMETRIA PARA ALUNOS COM E SEM DEFICIÊNCIA VISUAL NO COLÉGIO PEDRO II – CAMPUS CENTRO**

Claudio Mendes Dias  
Fábio Garcia Bernardo  
Colégio Pedro II  
Instituto Benjamin Constant

As questões relativas ao ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência visual (DV), tem se tornado mais presente, principalmente quando se refere à inclusão em turmas regulares. Nesse sentido, observa-se que, além de profissionais capacitados para trabalhar com essa demanda em sala de aula, outro ponto que deve ser colocado em pauta, é o desenvolvimento de recursos, materiais e metodologias que possibilitem acessibilidade aos conteúdos e, conseqüentemente, permitam que todos interajam e aprendam dividindo o mesmo espaço escolar. Assim, o objetivo desse trabalho é apresentar e discutir alguns recursos e materiais, como: o multiplano, a tábua de desenhos e materiais grafo-táteis desenvolvidos com material de baixo custo, que foram utilizados para trabalhar o conteúdo de trigonometria para alunos com DV, incluídos em uma turma regular do primeiro ano do ensino médio do Colégio Pedro II – Campus Centro. A partir da adequação assegurada pelas leis, documentos oficiais e pela literatura de pesquisa, o desenvolvimento de material acessível se propõe ainda a produção de conhecimento matemático em um ambiente mais inclusivo, onde todos possam construir seus conhecimentos de forma mais autônoma e participativa. Nesse ponto, e, em parceria com o Instituto Benjamin Constant, conseguimos no primeiro semestre de 2019, adequar gradativamente a utilização desses materiais e recursos de acordo com as necessidades e singularidades dos alunos. Nesse sentido, inspirados na pesquisa baseada em design (DBR), que envolve uma nova metodologia intervencionista, aliando aspectos teóricos da pesquisa em educação com a prática educacional, buscamos criar soluções e identificar oportunidades para que os alunos pudessem participar ativamente das aulas. A experiência revelou as limitações do uso do multiplano e as potencialidades dos materiais grafo-táteis, que propiciaram tanto uma riqueza de detalhes, como uma maior agilidade. Espera-se que os resultados possam colaborar para as discussões acerca da produção e desenvolvimento de materiais acessíveis para o ensino de matemática para alunos com DV, bem como possam contribuir para um processo de ensino e aprendizagem mais adequado às necessidades e singularidades dos alunos.

Deficiência visual, Matemática, Trigonometria, Inclusão.

Comunicação oral

**ACESSO LIVRE E IRRESTRITO ÀS UNIVERSIDADES: O FIM DO VESTIBULAR**

Renata Marins Alvim Gama  
Luiz Frederico Passeri Marins da Silva  
Professora UERJ e doutoranda pelo PPGG/UERJ  
PPGECC/UERJ

Em 2015 a Argentina aprovou uma Lei garantindo o acesso livre e irrestrito às universidades, acabando assim com um dos filtros sociais de acesso às universidades



que é o vestibular, e proibindo quaisquer outros mecanismos de exclusão à educação superior. Sabemos que no Brasil muitos são os socialmente excluídos. São esses os que não têm as mesmas oportunidades na nossa sociedade em relação as pessoas que possuem um capital cultural e econômico superior. Além é claro dos negros e os portadores de deficiências físicas, como cadeirantes, deficientes visuais, auditivos e mentais. Existem, é verdade, leis como a das cotas de vagas nas universidades que visam minimizar a desigualdade social a partir do acesso a esses grupos à educação superior. Dito isso entendemos que é preciso aprender com os argentinos e por isso falar em políticas de inclusão social sem discutir o fim do vestibular, um dos maiores filtros sociais, acaba por não quereremos resolver por completo o problema do acesso de excluídos à educação superior. A Argentina nos mostra que existe a possibilidade real não de atenuar a exclusão à educação superior, mas sim de resolver esse problema por completo, transformando as universidades em lugares de formação para acesso de todos. Se não vejamos: a política das cotas foi e tem sido uma conquista para os socialmente excluídos, porém sabemos que ainda boa parcela, por exemplo, do povo negro ainda se encontra fora dos muros das Universidades, e se formos falar das Universidades públicas esse número só aumenta, tendo em vista que a larga maioria dos negros que cursam o ensino superior se encontram dentro das Universidades Privadas. Por isso discutir o acesso livre e irrestrito às Universidades Públicas com o fim do vestibular aos moldes dos argentinos se faz necessário no Brasil, e esse trabalho pretende discutir não somente como o livre acesso ao ensino superior público pode minimizar ainda mais a exclusão social recorrente no nosso país, bem como de que forma o livre acesso poderia ser implementado no nosso país, e para além disso, não somente trazer todas e todos para a Universidade Pública, mas também políticas de permanência estudantil para que esses possam permanecer nas Universidades Públicas.

Inclusão Social, Universidade Pública, Ensino Superior, Acesso livre e irrestrito,

Comunicação oral

### **AÇÕES SOCIAIS: DA UFF PARA A COMUNIDADE ANGRENSE**

Mario Sergio Soares  
UFF/angra

Este resumo, apresenta apontamentos que visa acabar com um flagrante hiato entre a UFF e a comunidade de Angra dos Reis. Nossa proposta gira em torno de ações sociais em diferentes dimensões, locais e de forma periódica, buscando o estabelecimento de relações duradouras com nosso entorno habitual. O interesse institucional é fator preponderante para o sucesso dessa proposta de trabalho, já que existe um corpo de pessoas dispostas a colocar essa proposta de trabalho em prática. Indo direto ao ponto, as ações se darão em escolas, praças de todos os bairros da cidade e dentro da própria UFF. Trazendo a comunidade. Será oferecido ao público, alguns serviços, a princípio cortes de cabelo, dia de beleza, a ludicidade das brincadeiras, contação de história, música ao vivo, islams, espaço criança-pula pula e ou cama elástica- algodão doce e pipoca, seriam os alimentos que comporiam as ações. Diferente de algumas ações que ocorrem de forma pontual na UFF, a idéia das ações não se encerra em si, pois possibilita uma gama de dimensões que podem ser exploradas por todas as disciplinas, Pedagogia, Geografia e Políticas Públicas. Levando em consideração que somos uma Universidade, onde prevalece a disciplina de humanas, então, qual o seria o impeditivo para a não realização? Considerando o momento tenso com todo esse cenário sombrio, faz-se mais que necessário buscar mostrar à comunidade angrense que somos parceiros dela. As ações deverão funcionar como horas complementares, já que

as equipes serão compostas em sua maioria por estudantes bolsistas, o que não exclui outros voluntários. Parcerias com ONGs, sindicatos, associações de moradores, serão de suma importância. Oferecer lazer, cultura e entretenimento buscando estreitar os e a desmistificação da Universidade e aprender de que forma podemos aprender mais e melhor com a comunidade angrense.

Ações Sociais, Lazer, Cultura, entretenimento

Comunicação oral

### **ANATOMIA DAS PAIXÕES: O CORPO SUJEITO SENSÍVEL**

Edmar Junio Silva de Oliveira

Maira Monteiro Fróes

UFRJ

Partimos de reflexões sobre a natureza do encontro terapêutico na perspectiva de nossa experiência desenvolvida desde 2013 na rede de laboratórios LAMAE- Anatomia das Paixões, Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN)- HCTE, na Cidade Universitária no Rio de Janeiro e em parceria com o Instituto Arte Viva, sediado em Teresina no Estado do Piauí. Damos especial atenção à experiência e os princípios onde apresentaremos, referenciando nossos filmes documentários e fotografias publicadas na rede virtual, nossa experiência com teatro e promoção da saúde mental, constituindo método de cuidado com resultados publicados e documentados que constituíram política pública bem sucedida de promoção da saúde, restando, o desafio de comunicar sobre esses métodos e teorias de forma adequada a sua reprodução nos territórios e nas comunidades.

Anatomia das Paixões, Universidade das Quebradas, Instituto Arte Viva

Comunicação oral

### **APLICABILIDADE DA LEI 11.645 NAS ESCOLAS**

Guaraciara Peixoto Dias

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Este resumo tem como objetivo descrever a experiência da aplicabilidade da lei 11.645 de 10 de março de 2008, nas escolas dos municípios de Seropédica e Nova Iguaçu. Compreendemos que o projeto de extermínio indígena está ainda em curso e também se dá através do esvaziamento de significados da história e de elementos culturais indígenas, inclusive na perpetuação de um imaginário criativo socialmente construído pelo sistema colonizador; sendo assim faz-se necessário ocupar as escolas e espaços educacionais com a história contada a partir dos que foram marginalizados, oprimidos e que continuam resistindo a despeito dos infundados ataques.

Educação diferenciada. Indígenas. Autoidentificação. Povos tradicionais.

Poster

### **AUDIODESCRIÇÃO: DIALÉTICA ENTRE AUTOR E CONSULTOR**

Loide Leite Aragão Pinto  
Felipe Vieira Monteiro  
Instituto Federal Fluminense  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

O objetivo desse trabalho é apresentar o processo de elaboração das audiodescrições do livro acessível O Espelho Mágico, obra disponibilizada em multiformatos de modo atender as especificidades de cada pessoa e permitir que elas possam acessá-lo sem qualquer entrave ou obstáculo que venham a dificultar ou impossibilitar a recepção da mensagem e da expressão artística (pinto, 2019). A audiodescrição é um recurso de acessibilidade comunicacional que traduz informações visuais em verbais, proporcionando uma melhor compreensão de uma obra, principalmente para pessoas com deficiência visual, que é o público alvo. Produzir uma audiodescrição requer dedicação, treino, sensibilidade e técnica. A técnica de audiodescrição consiste na transformação de imagens em palavras para que informações-chave transmitidas visualmente não passem despercebidas e possam também ser acessadas por pessoas cegas ou com baixa visãoll (FRANCO; SILVA, 2009). Lima (2011) orienta para produção de um roteiro que privilegie elementos de concisão, clareza, correção, especificidade e vividez. Na construção dos textos, autora e consultor trabalham de forma a produzir um texto curto, simples e objetivo para o público infanto-juvenil. A audiodescrição do livro O Espelho Mágico está presente nos formatos acessíveis de audiolivro com audiodescrição, Braille para impressão e arquivo em formato TXT para leitor de tela, software leitor de informações textuais, por meio de voz sintetizada, em computadores e dispositivos móveis. A metodologia de trabalho e produção do livro multiformato engloba a luta e as conquistas das pessoas com deficiência, pelos seus direitos, que desencadeiam processos inclusivos e de eliminação de barreiras que conduzem a um novo tipo de sociedade (SASSAKI, 2010), na qual todas as pessoas com deficiência tenham acesso aos diferentes bens culturais e artísticos (BRASIL, 2015). O documento "Nada sobre nós sem nós" orienta para a importância de se incluir pessoas com deficiência, com formação específica como consultores, na produção de material acessível, uma vez que eles são o público-alvo (AMARANTE; LIMA, 2009). Os resultados alcançados mostram que o movimento dialético entre os produtores da audiodescrição é o ponto chave do processo, nessa experiência entre culturas.

Audiodescrição, consultoria, Livro acessível.

Comunicação oral

### **CAFÉ COM INCLUSÃO**

Paulo Santos Freitas Júnior  
Secretaria municipal de Educação, Cultura e Esporte - SMECEs

O poster apresenta a experiência do "Projeto Café com Inclusão", que foi elaborado pelo assistente social Paulo Santos Freitas Júnior e vem sendo desenvolvido, desde 2012, junto a equipe da Sala de Recursos da Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo, situada em Morro do Coco, 12º distrito do Município de Campos dos Goytacazes (RJ). As aproximações teóricas e práticas do Serviço Social no campo educacional se dão em função da dimensão educativa do trabalho dos assistentes sociais. O projeto busca a efetivação de práticas inclusivas por parte da comunidade escolar, para isso, foi criado um espaço permanente e contínuo de debate/reflexão sobre o processo de inclusão da pessoa com deficiência no âmbito da Educação com pais e/ou responsáveis. O projeto

tem se constituído em significativa experiência e importante instrumento no processo de inclusão da pessoa com deficiência na rede regular de ensino do referido município.

Educação, Inclusão, Pessoa com Deficiência, Sala de Recursos, Serviço Social.

Poster

### **CELEBRAÇÃO EM UM ATO PERFORMÁTICO: O MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA COMO SÍMBOLO DA DIVERSIDADE**

Fernanda Maria Macahiba Massagardi  
Universidade Estadual de Campinas

O projeto que aqui se apresenta teve início em Portugal, idealizado e coordenado pela professora Teresa Torres Eça, diretora da Associação de Professores de Expressão e Comunicação Visual do Porto. Intitulado “Comparangoleiros”, foi levado a termo por aproximadamente oito países, em várias edições anuais. No Brasil, sob coordenação de Fernanda Macahiba, na época líder do grupo de pesquisa em Educação Estética do CNPq, foi realizado em parceria com a Associação Nosso Sonho de Habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência, sob orientação de Ana Amália Barbosa; grupo folclórico Beija-fulô, coordenado pela professora Zeneide Alves e integrantes do referido grupo de pesquisa. Aos participantes foram ministradas aulas teóricas, nas quais discutiram o conceito artístico criado por Hélio Oiticica, os Parangolés. Reunindo a dança, a música (fundamentado no samba) e as artes visuais, segundo o artista, o sentido de existência da obra apenas acontece no ato da performance, na qual o corpo se torna suporte desta e cada movimento deslinda novas possibilidades e formas. Após reflexão, cada participante criou seu Parangolé e estes foram reunidos, em data e horário definidos pelos grupos, como símbolo da celebração da diversidade, na medida em que foi realizada uma troca destes antes do ato performático, acontecido no Memorial da América Latina, em São Paulo. Ana Amália Barbosa e os pais das crianças envolvidas coordenaram o transporte seguro para o local. Fernanda Macahiba obteve a autorização de utilização do espaço escolhido e reuniu os diversos grupos. Coube ao coletivo Beija-fulô a escolha do repertório musical e Tiago ‘Ortaet’ Nascimento, ator, integrante do grupo de pesquisa e atualmente Secretário da Cultura da cidade de Guarulhos, promoveu a coreografia, em uma ação brincante e de integração. As imagens foram postadas em redes sociais e compartilhadas com outros países participantes, em uma ação de intercâmbio artístico e cultural.

arte, diversidade, performance

Comunicação oral

### **DEPOIS DAQUELE TOMBO...IMPLEMENTAÇÃO DA ACESSIBILIDADE CULTURAL NO MUSEU DA VIDA**

Hilda da Silva Gomes  
Museu da Vida/COC/Fiocruz

O Museu da Vida (MV), espaço de educação não formal, situado no campus Fiocruz em Manguinhos (RJ), dispõe de áreas expositivas que exploram temáticas relacionadas à ciência, história, arte e saúde. Tem em sua missão, divulgar e popularizar a ciência por meio de aparatos interativos, atividades educativas, objetos museológicos e exposições. Desde 2013, o MV criou o Grupo de trabalho Acessibilidade que tem se dedicado a repensar e rever o atendimento feito ao público de pessoas com deficiência a fim de

desenvolver estratégias educativas mais acessíveis. Em 2017 um acontecimento abalou a estrutura de nosso alicerce: um acidente sofrido por um jovem cego durante uma visita ao MV, assustou, impactou, desafiou e impôs uma mudança no curso da rotina diária no atendimento aos diversos públicos. Foi elaborado um protocolo específico para agendamento com orientações para recepção e acolhimento de público de pessoas com deficiência na chegada ao nosso museu. Já no segundo semestre deste mesmo ano houve aumento na visita deste perfil de público. Registro de 250 pessoas, em 2018 o número subiu para 398 e até o mês de agosto de 2019 recebemos um total de 383 pessoas. O público é bem diverso e constituído de pessoas com deficiência visual (cegas e baixa visão), surdas, com deficiência intelectual, transtorno do espectro autista e com mobilidade reduzida. O protocolo propõe um contato mais próximo levando em conta suas especificidades e objetivos, além de oferecer um espaço de avaliação para contribuir com a melhoria do nosso trabalho educativo. Este relato de experiência, apresenta o esforço na elaboração e adaptação das ações realizadas e pretende demonstrar a implementação da acessibilidade cultural como a dimensão que oportuniza a mudança de postura frente ao reconhecimento dos diversos perfis de público em museus, em especial, a necessária presença das pessoas com deficiência em ambientes culturais. Para registro dos dados foi utilizado o procedimento metodológico de pesquisa descritiva e exploratória, além de levantamento documental para contextualizar a retrospectiva histórica do MV ao longo do período estudado.

Educação museal, Acessibilidade Cultural, Ações educativas acessíveis, Inclusão.

Comunicação oral

### **DESCRIÇÃO ETIMOLÓGICA, CULTURAL E ARTÍSTICA DOS PRINCIPAIS TOPÔNIMOS TUPI-GUARANIS DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS**

Felipe de Souza Vilhena

Colégio Estadual Nazira Salomão/SEEDUC

Povos ancestrais carregam saberes e conhecimentos que retratam a herança cultural e evolutiva de uma civilização. No Brasil, os índios guaranis denominaram diversas regiões e localidades a partir de seus modos de vida e costumes, gerando uma grande quantidade de topônimos tupi-guaranis característicos da língua portuguesa. A descrição dos topônimos tupi-guaranis e as suas representações devem ser divulgadas para a sociedade civil. O presente trabalho identificou os topônimos tupi-guaranis mais relevantes do município de Angra dos Reis e foi feita uma exploração etimológica, cultural e artística com o objetivo de aumentar a representatividade e divulgação dos topônimos na comunidade local. A exploração e divulgação das palavras da língua portuguesa de origem tupi-guarani aproxima a sociedade civil angrense de fatos históricos e culturais que marcaram os processos de implementação e consolidação da língua portuguesa.

Topônimos; Etimologia; Tupi-guarani; Representação cultural; Angra dos Reis.

Comunicação oral

### **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, DIREITO A DIVERSIDADE E AÇÕES AFIRMATIVAS**

Mayara Silva Pinto

UENF

Atrelando os campos de educação com o campo da patrimonialização, o presente artigo pretende discutir sobre educação patrimonial como uma forma de desenvolver o direito a diversidade e a inclusão desse grupo marginalizado historicamente, através da participação dessa comunidade, perpassando na discussão dos saberes decoloniais, como uma forma de permitir a horizontalidade na produção e direito ao conhecimento e nas ações afirmativas, como uma forma de ação dos governo, que se direcionam nesse mesmo sentido.

educação- educação patrimonial-diversidade

Comunicação oral

### **FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL**

Maurício Rocha Cruz

INES/DESU

A educação de surdos no Brasil ocorre desde 1857 e a formação inicial de seus professores fora institucionalizado quase um século depois, ainda que outras atividades formativas tenham se dirigido a esta mesma finalidade. Neste trabalho serão apresentados dados e reflexões que são objeto de investigação do Grupo de Pesquisa Formação de Professores (de) Surdos, do qual este autor é um dos líderes no CNPQ. Neste trabalho nos dirigimos a mapear os esforços institucionais que promoveram a formação inicial de professores de surdos no Brasil e apresentar o estado da arte, digamos assim, do momento vivenciado desta formação. Neste percurso, vamos destacar a abordagem clínica, a abordagem linguística e a abordagem sócioantropológica nos currículos desta formação e suas respectivas relações com as práticas pedagógicas correspondentes na educação básica. As bandeiras da comunidade surda, suas lutas, os Estudos Surdos (área que concentra estudos, pesquisas e manifestações desta comunidade), o documento "A educação que nós surdos queremos", 1999 (escrito por 150 representantes da comunidade surda), serão também objetos de análise ao passo que comparamos suas reivindicações com as políticas adotadas por grande parte dos sistemas de ensino no Brasil. Demonstraremos, através de uma representação gráfica e interativa do mapa do Brasil, as instituições (sedes e polos), com dados de cursos de formação inicial para professores de surdos (assim como os critérios adotados na pesquisa). Serão apresentados dados quantitativos de uma Revisão Sistemática da Literatura que utilizou os mesmos descritores utilizados por Muttão e Lodi (2018) para estudo similar, mas adotando agora o interstício 2015-2018 e incorporando mais alguns descritores. A base de dados escolhida também foi o Catálogo de Teses & Dissertações da Capes. Pretende-se, sobretudo, com estes dados, demonstrar a situação em que a formação inicial de professores de surdos se encontra hoje em nosso país. Apresentaremos, por fim, mapeamentos cruzados com os últimos censos da educação básica de maneira a destacar a distribuição dos alunos surdos e deficientes auditivos no território brasileiro e as áreas de abrangência de formação inicial de professores de surdos no Brasil.

Educação de Surdos, Formação de Professores, Educação Bilíngue, Professor de surdos

Comunicação oral

## **INCLUSÃO ESCOLAR**

Nathaly Edith da Rocha Oliveira Silva Syrio  
UFF-IEAR

O oferecimento de uma escola especial ou uma instituição para pessoas especiais, foi uma trajetória de muita luta. A conquista ocorreu por meio da organização dos pais, sociedade civil e das associações de defesa dos direitos das pessoas com deficiências. Aqui no Brasil as primeiras iniciativas oficiais e particulares para o atendimento de pessoas com deficiências surgiram no século XIX. É importante lembrar que a inclusão é um direito de todos, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Constituição Federal. Porém, ainda temos dificuldades de incluir alunos nas escolas regulares, pois para fazer a inclusão não basta só inserir o aluno na rede regular e sim, fazer adaptações para que o aluno possa aprender, compartilhar momento e a interagir com os outros colegas. Educação Inclusiva é um processo que envolve a participação de todos os estudantes, sem excluir ninguém, em quaisquer estabelecimentos de ensino. É de extrema importância saber que inclusão significa deixar de excluir, ou seja, todos têm que fazer parte de uma mesma comunidade e não de grupos diferentes. Para a Escola se tornar realmente inclusiva tem que ter um Projeto Político Pedagógico com esse objetivo incluído, ter ajuda de pais, das famílias, dos profissionais tanto de fora quanto de dentro da escola, dos alunos, da comunidade e ter um apoio fundamental da Secretaria de Educação, com cursos especializados, formações, entre outros. A inclusão escolar é desafiadora e não se faz somente no ato da matrícula, mas sim na garantia desse aluno na participação com os outros, para que ele possa ser incluído em todas as atividades propostas. Assim, é fundamental que as escolas pudessem ver a inclusão como algo importante, necessário, tendo professores especializados, cursos de extensão, Salas de Recursos, palestras com pessoas que entendam bem sobre esse assunto nas escolas e entre muitas outras atividades que irão ajudar os profissionais a lidar com essas pessoas que possuem algum tipo de deficiência.

Inclusão Escolar, Leis Educacionais, A Importância da Inclusão

Poster

## **MÚSICA E SURDEZ: HÁ APROXIMAÇÕES?**

Bruna Felix Bezerra da Silva  
Silvana Matos Uhmman  
IEAR/UFF

O presente trabalho tem como eixo a relação da música e surdez, buscando perceber suas aproximações e distanciamentos que ocorreram/ocorrem durante os anos. Muitas foram as lutas políticas dos surdos para haver uma compreensão de sua diferença linguística, que por muito tempo não foi compreendida/reconhecida, sendo a música restrita apenas para ouvintes vista o surdo como ser impossibilitado, pois “a música desde sua antiguidade tem sido criada e pensada para ouvintes” (GONÇALVES, 2016). Pensando assim, torna-se importante refletir sobre aproximações e os distanciamentos dos surdos e a música, pois “Acreditar no surdo e nas suas possibilidades musicais mostram-se condições importantes para uma representação dele como ser musical” (FINCK 2009). Dessa forma, há o seguinte problema de pesquisa: Quais as aproximações e quais distanciamentos da utilização da música para as pessoas com surdez? De imediato é possível destacar que é através da vibração e intérprete em Língua de Sinais que se aproxima o surdo da perspectiva da música, porém, é preciso

adaptações incluindo os surdos nessas experiências para que as mesmas façam a ele sentido. Parte-se do entendimento de que música é importante para os sujeitos, seja surdo ou ouvinte por desenvolver percepções fundamentais (SÁ, 2010), não sendo mais possível nos dias de hoje ser algo restrito aos surdos. Contudo buscou-se realizar um Estudo de Caso por meio de entrevistas analisando o contato dos surdos com a música (foram entrevistados alunos surdos que frequentam a modalidade do Ensino Médio). Foi possível perceber que o desejo de querer se apropriar e entender a perspectiva da música faz parte da existência dos surdos entrevistados, visto que nada mais aos surdos deve permanecer restrito. Como resultado, foi possível refletir que a música pode ser compreensível para os surdos, compartilhando vivências entre Libras, interprete e vibrações – para além da compreensão de que música é somente a partir da perspectiva do som. Assim, foi possível destacar que, esse tema apresenta aproximações (adaptações a singularidade dos surdos) e distanciamentos (compreensões restritas da perspectiva musical) e que, sobretudo, quando for de interesse do sujeito surdo, o mesmo tem o direito de conhecer, experimentar e participar de atividades musicais, devendo estas adaptadas as suas singularidades.

Música; Surdez; Inclusão.

Comunicação oral

### **NA NECESSIDADE DA CONSTRUÇÃO DE PRÉ VESTIBULARES COMUNITÁRIOS**

Vinícius Sena do nascimento

Unirio

Em um contexto, onde as desigualdades dão o tom as culturas, parte de um processo de resistência e de fortalecimento de identidades dos condenados a subalternidade, nesse desdobramento vislumbra-se um projeto contra hegemônico na educação e assim através da criação dos pré-vestibular social nossa senhora das Mercês, criar uma estratégia de luta para resinificar e afirmar a necessidade contra a educação já instituída, na consolidação do processo de colonização dos saberes, desta forma, opondo-se aos saberes já instituídos, faz necessário construir caminhos outros, onde as camadas populares, oprimidos, possam desempenhar o protagonismo nas suas lutas na conquista de um saber que os contemplem. Além de ser um lugar para a construção de saberes outros, que produzem debates potentes sobre o espaço que os indivíduos ocupam na sociedade e no sistema, além de criar novas estratégias para a conquista do direito a educação pública com apressa a diversidade. O pré-vestibular foi criado em uma esfera onde os movimentos sociais tiveram as suas atividades atacadas pelas novas políticas neoliberais, após a quebra da ordem democrática no Brasil resultou em cortes de verbas para o ensino superior e da possibilidade na não ocupação dos espaços públicos pelas camadas populares, com isso há um lugar onde se pensa estratégias para a democratização do ensino e acesso ao ensino superior, que é marcado pela ausência dos subalternizados em seus espaços, sendo caracterizado pela ação/mobilização da comunidade.

Educação comunidade insurgência identificade

Comunicação oral



## **NEGROS BRASILEIROS - A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO VOLTADA PARA AS COMUNIDADE NEGRAS DESDE O BRASIL COLÔNIA**

Maria Cristina de Souza

UFF - Universidade Federal Fluminense

A sociedade brasileira adota uma equivocada postura quanto à democracia racial. Um mito que ainda faz parte de nossa construção como povo, por não termos superado de fato as marcas deixadas pela herança da colonização. No período pós-abolição da escravidão, fecharam-se os olhos para os reais problemas da inserção dos negros na sociedade. Ao serem difundidas crenças, as quais regem o pensamento falacioso em que nossa sociedade todos têm os mesmos direitos e acessos, sendo o alcance do "sucesso", uma questão de desempenho e vontade, desprezando a grande necessidade de mudanças que o país ainda precisa para rever suas políticas de equidade racial. Cientistas sociais como Roger Bastide, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, entre outros, academicamente, explanaram essa falácia desmistificando a tese da democracia racial difundida por Gilberto Freire e ainda corroborada pela elite brasileira. Na educação percebemos os maiores reflexos dessa invisibilidade a que grande parte dos negros são relegados. Ao negar as dificuldades por eles vivenciadas sob a alegação da existência de uma "democracia racial", suprime-se a necessidade de medidas reparatórias, dando margens a críticas e discursos de base etnocêntrica. Busco, neste texto monográfico, evidenciar que essa camada da sociedade nunca foi passiva como se tentou classificá-la durante tempos em nossa história, já que, desde o século XIX até os dias atuais, percebe-se a presença dos negros participando ativamente do cotidiano e dos alicerces culturais do país. Descortinar essa parte da história do negro brasileiro é nos posicionar sobre o respeito à diversidade e sobre a consideração a esse grupo étnico como parte fundamental do Brasil.

Historia da educação, negro brasileiro, educação formal

Comunicação oral

## **QUANDO O CORPO É MARCADO PELA DEFICIÊNCIA: ALGUMAS REFLEXÕES**

Silvana Matos Uhmman

IEAR/UFF

O diagnóstico de deficiência é vivenciado por muitas famílias que perpassam situações muitas vezes diferentes das que idealizaram (SÁ E RABINOVICH, 2006). O nascimento de um filho com deficiência afasta a condição de 'normalidade' (que ainda é existente) e, quando expressa por meio do corpo, possibilita olhares das outras pessoas sob forma de anormalidade (CARVALHO, 2010). Assim, por meio de um diálogo com a mãe de uma adolescente com paralisia cerebral, foi possível vivenciar a 'queixa' do diagnóstico de deficiência que é visivelmente expressa pelo corpo (LOURO, 2018). Isso se deve ao fato da necessidade de encarar os olhares preconceituosos das pessoas, já que o corpo de sua filha chama atenção 'aos olhos' das pessoas (GOFFMAN, 1993). Assim, questiona-se: que discursos são produzidos quando a deficiência é exposta pelo corpo? Por meio de um Estudo de Caso de natureza qualitativa, foi possível pensar a relação do corpo com a deficiência, numa tentativa de problematizar a existência de discursos que lamentam esta relação. Os resultados apontam a descoberta da deficiência como já sendo por si só impactante e, que por sua vez, é seguida da tentativa de escondê-la, o que exposta no corpo torna-se impossível: "as pessoas se afastaram, elas ficam olhando, elas têm vergonha de conversarem comigo na rua quando minha filha está junto", ou ainda: "Se pelo menos minha filha não demonstrasse ter deficiência, eu esconderia e nós íamos sofrer bem menos" – destaca a mãe entrevistada. Nisso, é

importante problematizar o que diz Skliar (2015): “As “diferenças”, sejam elas quais forem, não podem nunca ser descritas como melhores ou piores, superiores ou inferiores, boas ou más, normais ou anormais etc” (p.26) – afastando-se, definitivamente, da ideia de normalidade X anormalidade. Trata-se de afastar a lógica do ‘extermínio’ do outro a fim de reconhecê-lo em sua diferença (BITTAR, 2009). Contudo, a deficiência entendida a partir do reconhecimento pode ser uma alternativa para o direito à diferença, em que esta não está apenas em alguns (com mais características consideradas dentro da anormalidade) mas em todas as pessoas, pois todos somos diferentes.

Marcas corporais; Deficiência; Preconceito.

Comunicação oral

### **RELATO DE EXPERIÊNCIA EM MEDIAÇÃO ESCOLAR COM UM ALUNO COM AUTISMO**

MARCELA BARBOSA NEPOMUCENO DE SOUZA OLIVEIRA  
UERJ/PMAR

O presente trabalho teve por principal objetivo apresentar um relato de experiência de inclusão de um aluno com Transtorno do Espectro Autista em uma escola pública do Município de Angra dos Reis, sob a ótica do acompanhante/mediador. Ele emergiu a partir de minha prática enquanto Monitora de Educação Especial. Neste sentido, foram apresentadas as principais ações que têm sido essenciais para a participação do aluno nas aulas e demais atividades desenvolvidas na escola. Também foram descritas outras situações favoráveis à inclusão, como as adaptações curriculares e a presença de uma rede de apoio entre os profissionais e a família. Neste trabalho alguns conceitos são abordados. Entre eles: o de Educação Inclusiva, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e de Mediação Escolar. Nesse estudo percebeu-se que para incluir o aluno com TEA na escola regular, é necessário que todos os educadores tenham uma formação específica sobre Autismo e Atendimento Educacional Especializado (AEE). Também é fundamental a disponibilidade e colaboração de todos da comunidade escolar, para que juntos possamos construir caminhos e estratégias que contribuam para a aprendizagem e autonomia desses alunos, enfatizando suas potencialidades e não suas limitações.

Palavras-chave: Mediação Escolar; Transtorno do Espectro Autista; Educação Inclusiva.

Comunicação oral

### **IMPACTO DA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO NA INTERPESSOALIDADE NA ESCOLA: REFLEXÕES DE UM LICENCIANDO EM HISTÓRIA. 2019**

Sidney da Silva  
Maria de Fátima Nascimento de Oliveira Silva  
Eliane Moreira Geraldino  
valdinere Silva Monteiro de Moraes  
UFRRJ

O objetivo desta monografia é verificar o impacto da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) da Pessoa com deficiência em uma escola pública do Ensino Fundamental de Seropédica/RJ, tendo como foco as relações interpessoais, que denominamos interpessoalidade sob o olhar de um licenciando de História. A LBI aborda vários conceitos e direitos da pessoa com deficiência, entre eles o direito à educação. Esta pesquisa é descritiva, de cunho qualitativo, com influência da pesquisa etnográfica na

educação e da pesquisa narrativa e autonarrativa na análise dos dados. Como estratégia para a coleta de dados, o pesquisador fez uma imersão no campo de estudo como professor voluntário. A observação de somada à convivência com a comunidade escolar e entrevista a alguns professores de alunos com deficiência compôs um conjunto de resultados que puderam mostrar a importância da interpessoalidade, para a formação de vínculos positivos que podem agir como superação de barreira atitudinal. Destaca-se o compromisso de todos, e a dialética de direitos e deveres da família, da escola e do Estado. A inclusão de esperança contida na aproximação entre as pessoas se contrapõe o que antes era apenas reclamação e/ou demanda, pois assume agora um consenso de reivindicação.

Segregação, Interpessoalidade, Inclusão.

Comunicação oral

### **UM ESPAÇO DE TROCAS: SAMBA E CORPO ENQUANTO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE DO MORRO DA 94'**

Santa Ernestina Ramalho dos Santos  
Universidade Federal Fluminense

O projeto “ Espaço de trocas: samba e corpo enquanto território de resistência na comunidade” é parte das inquietudes que tem surgido, na tentativa de compreender as formações de identidades negras e dos lugares de resistência na perspectiva afro brasileira em Niterói. Este Projeto, tem como ponto de partida a trajetória vivida na graduação por uma aluna negra e cantora de samba. Tem portanto sua ancoragem no percurso desta aluna na graduação em Antropologia na UFF e enquanto cantora e fomentadora cultural que tem possibilitado o contato instrumental com projetos de formação que se sustentam na oralidade. Com isso teremos como alvo para adentrar os encontros com a comunidade do morro 94, as escrituras e aquilombamentos artísticos existentes desde o pós abolição, como a casa de tia Ciata e outras tias baianas. O intuito é fazer um desdobramento de músicas, documentários dentre outras produções audiovisuais que dá visibilidade a diversas experiências culturais afro brasileiras e afrodiaspóricas, e também como lugar elementar na luta contra o racismo no campo audiovisual e na sociedade brasileira de forma geral. As ações culturais serão realizadas no morro da 94 em Niterói. A intenção é sensibilizar sobre a contribuição fundamental das ações e dos enfrentamentos do corpo feminino negro. O objetivo central é o ter o samba e o cinema como ponto de partida abrindo a discussão para outros temas como o sexismo e a violência contra a mulher.

samba, corpo, mulher, resistencia, Comunidade Local

Comunicação oral

## Eixo 9

### Currículo, Práticas Pedagógicas e Interculturalidade

#### **“HOJE VOCÊ SÓ VAI PRA CASA QUANDO ACABAR DE ESCREVER DIREITINHO” A ANTECIPAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Yaçanã Torres do Amaral Sant' Anna  
UERJ

O presente trabalho é baseado na minha vivência como Coordenadora Pedagógica de um colégio particular de médio porte (450 alunos) no bairro de Paciência – RJ, por questões éticas mantereí o nome da escola em sigilo. A Instituição observada trabalha com todos os seguimentos educacionais, da Educação Infantil (iniciando no Maternal I) ao Ensino Médio. O foco desse relato se deu pela discrepância entre meus estudos sobre a infância e a observação do currículo aplicado pela escola aos alunos da EI.. Em termos teórico metodológicos, esse trabalho se baseou na pesquisa de campo participativa e pesquisa bibliográfica a partir de alguns documentos legais no campo da educação Infantil, sendo um deles o “Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças” (2009) que orienta como deve ser o espaço e o atendimento as crianças. A análise busca refletir o compromisso desmedido com o conhecimento e a permanente antecipação da alfabetização que são evidenciados no plano de curso, assim como nos demais planejamentos estabelecidos pelas diretoras da Instituição. Em desacordo com os documentos legais citados acima nas turmas do maternal I e II por exemplo o tempo de atividade livre no parquinho se resume aproximadamente 30 minutos 3 vezes por semana, para que sobre tempo em sala para as crianças reconhecerem e saberem reproduzir em folha as vogais e alguns numerais. No Pré I, a expectativa é que as crianças consigam ler e escrever com letra de forma estilo caixa alta, e o tempo para o livre brincar aqui é mais curto ainda. No Pré II, as exigências aumentam, a expectativa é que as crianças consigam entender o que leem com letra cursiva e consigam acompanhar essa escrita. A partir disso, leio a educação assim como outros aspectos da sociedade tendo como uma de suas características o perfil de “arena de lutas por poder” (LOPEZ & MACEDO, 2011), e o currículo dessa instituição legitima a antecipação dos conteúdos por acreditar que isso é o melhor a ser oferecido as criança.

Educação infantil, Alfabetização, Currículo

Comunicação oral

**A CULTURA DO FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS/AM: UMA ESTRATÉGIA PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DA GEOMETRIA PLANA NO 7. ANO**

Wanderson Fernandes da Cruz

Clodoaldo Pires Araújo

Tatiana Paixão de Souza

Ruth Cristina Soares Gomes Araújo

Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Este estudo tece uma análise acerca dos conhecimentos presentes na construção das alegorias do Festival Folclórico de Parintins demonstram noções matemáticas. Teve como objetivo apresentar a construção das alegorias como elemento didático para o ensino de geometria plana no 7º ano do ensino fundamental. O percurso metodológico foi centrado na natureza de pesquisa qualitativa, tendo como método de abordagem o fenomenológico, sustentado no método de procedimento estudo de caso e como técnica de coleta de dados a observação participante e entrevista aberta e fechada. Sendo sujeitos da pesquisa 02 artistas do Boi Bumbá Caprichoso e 27 alunos de 01 turma de 7º ano do ensino fundamental em uma escola pública estadual de Parintins, Amazonas. Sendo possível compreender que os professores apresentam dificuldades de assimilação e transposição da geometria plana; constatando que os artistas utilizaram inconscientemente estes conteúdos na construção das alegorias; identificando noções matemáticas como geometria plana e espacial, medidas, cálculos, dentre outros; alcançando assim nosso objetivo de utilização destas alegorias como potencializador do ensino de geometria plana. Concluindo que este ensino precisa ser mais explorado em âmbito escolar através da contextualização e aplicação de materiais que despertem o interesse dos alunos, visto posto que, desenvolve habilidades, competências e corrobora para uma aprendizagem significativa.

Construção das alegorias, recurso didático, geometria plana.

Comunicação oral

**A DISPUTA EM TORNO DA APLICAÇÃO DOS CURRÍCULOS DE SOCIOLOGIA EM UM CURSO DE PEDAGOGIA**

Nevaldo Leocádia Bastos Júnior

Universidade Federal Fluminense

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a disputa em torno da aplicação do currículo de Sociologia no curso de Pedagogia de uma instituição pública de ensino superior. Além disso, temos como objetivos específicos examinar as razões para tal disputa, analisar os currículos das disciplinas em questão e avaliar as implicações para a formação acadêmica do corpo discente. Justificamos esta pesquisa pelo fato da Sociologia ser considerada, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Pedagogia, uma das ciências que dão sustentação à formação dos pedagogos. Investigar como tal conteúdo é apresentado aos futuros educadores é fundamental para compreender os impactos dos conhecimentos sociológicos na prática pedagógica dos mesmos. Metodologicamente nos filiamos à sociologia compreensiva de Max Weber, utilizando como técnica de pesquisa a observação participante. Durante quatro semestres letivos consecutivos estivemos imersos na observação das duas disciplinas de Sociologia de caráter obrigatório do curso de pedagogia em questão. Nossas observações nos levaram a concluir que as convicções políticas dos dois professores influenciam a ênfase dada a determinado autor, mas sem prejuízos à efetiva aplicação dos principais autores presentes no currículo.

Formação acadêmica, Prática pedagógica, Sociologia compreensiva.

Comunicação oral

**A DIVERSIDADE COMO CURRÍCULO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ESCOLA COMUNITÁRIA CIRANDAS.**

**GABRIELA DA SILVA DEZIDÉRIO**

Felipe Gonçalves de Oliveira Raposo

Escola Comunitária Cirandas

Este trabalho visa apontar as particularidades e desafios de uma educação com foco individualizado, a exemplo do que ocorre na Escola Comunitária Cirandas, em Paraty, onde o planejamento é feito respeitando os interesses individuais e níveis de desenvolvimento variados. A escola se organiza em turmas multiseriadas, equivalentes ao primeiro e segundo ciclo, possui habilidades socioemocionais em seu currículo, e atividades de manutenção do espaço na rotina dos educandos e educadores. Levando em conta que é a própria equipe que constrói através da experimentação, metodologia e aparatos pedagógicos, este trabalho vai adotar os relatos de dois membros da equipe como referência para este estudo de caso.

educação transformadora, currículo individualizado, metodologia aberta.

Comunicação oral

**A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO EM PRÁTICAS NÃO ESCOLARES**

**SUZIANE DE OLIVEIRA DOS SANTOS GONÇALVES**

Universidade Federal Fluminense

Este artigo tem como objetivo principal discutir a formação nos cursos de Pedagogia com foco na atuação em espaços não-escolares. Identificar os desafios e possibilidades de uma formação mais ampla para atuação nesses espaços. Como Libâneo (2002, p.61) menciona, os focos de atuação e as realidades são muito distintos e isso justifica uma formação de profissionais da educação não diretamente docentes pois existem vários níveis de prática pedagógica e portanto o pedagogo precisa conhecer essa variedade de agentes pedagógicos e requisitos específicos para exercer sua profissão em todos os espaços. Para isso, será avaliado o Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia na Universidade Federal Fluminense no campus de Angra dos Reis (IEAR). A escolha se deu devido a este campus possuir uma matriz curricular que contempla uma disciplina obrigatória de Educação Não Escolar e um estágio também de caráter obrigatório fora dos muros escolares. Será realizada uma análise crítica do currículo em relação à possibilidade da formação dos pedagogos para as atuações em outros espaços para além da escola. A pesquisa parte do entendimento que são os projetos pedagógicos e a construção dos planos curriculares que atuam como influenciadores do processo de formação, constituindo-se também como geradores de oportunidades de adquirir conhecimentos ligados à educação em organizações não escolares. É central a essa tarefa de investigação do currículo oficial uma perspectiva que tenha um foco histórico (MOREIRA; SILVA, 2002, p. 31). A análise dos componentes curriculares será necessária para discutir o currículo, percebendo o mesmo como um campo de disputa de poder. O método de triangulação de dados foi escolhido com uma abordagem qualitativa. Quando não assumida em sua complexidade, a Pedagogia deixa de provocar reflexões e de buscar respostas para os problemas que dinamizam os processos da formação humana na contemporaneidade, deixando de cumprir com sua finalidade

social: problematizar os aspectos que configuram os diversos dispositivos de educação em tempos e espaços sociais distintos(SEVERO,2015)

Formação do Pedagogo , Educação Não-Escolar , Currículo

Comunicação oral

### **A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO AMBIENTE ESCOLAR DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Salvador Cesar de Oliveira

Luane Bento dos Santos

SEDUC/RJ

SEDUC/RJ - PUC/RJ

A legislação brasileira reconhece a importância da diversidade cultural a partir das contribuições africanas, indígenas e europeias, principalmente para superar os equívocos instaurados a partir da cosmovisão colonialista implementada pela terceira, que através da imposição reducionista de essencialidade forjou uma sociedade totalmente embrutecida em relação aos africanos e os indígenas no respeito a sua dignidade e respeito a uma cosmovisão totalmente fora dos padrões eurocêntricos. Levando-se em consideração o cenário em questão, propomos a atividade interdisciplinar no Curso de Formação de Professores nas disciplinas de Filosofia, Sociologia e Mídias, tendo como ponto de partida o artigo do professor pesquisador Renato Nogueira – “Afrocentricidade e educação: os princípios gerais para um currículo afrocentrado”. Para a elaboração da pesquisa em três partes; trabalho escrito, entrevista e elaboração de cartaz. Da culminância da atividade constatou-se que no ambiente escolar o desconhecimento da Lei 10.639/2003 nas diversas disciplinas que compõem o currículo escolar por partes dos docentes, quando os jovens ficam surpresos por não lhes serem apresentados informações a respeito da presença do negro na construção da sociedade brasileira. Também constataram observam uma série de situações correntes vividas cotidianamente, que tratam o negro de forma desqualificada nos diversos espaços sociais e por autoridades constituídas que deveriam tratar a todos com respeito e dignidade. O ambiente escolar ao desrespeitar a Lei que o ambiente escolar ainda não oferece con10.639/03 potencializa veladamente o racismo institucional forjando uma sociedade desigual, que ainda não trata a população negra e mestiça nos preâmbulos legais como assegura a constituição federal, título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, em seu Capítulo - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Palavras-chave: Lei 10.639/03 – Ambiente Escolar - Práticas Pedagógicas.

Lei 10.639/03 – Ambiente Escolar - Práticas Pedagógicas

Comunicação oral

**A LEI 10639/2003 NA BIBLIOTECA ESCOLAR: UM ELEMENTO IMPORTANTE PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA E DO JOVENS NEGROS**

Rita de Cássia Lima de Moraes

Secretaria Municipal de Educação / Prefeitura Municipal de Paraty

O trabalho pretende demonstrar a contribuição da lei 10369/2003 na constituição de acervos equitários nas bibliotecas escolares e o impacto da literatura paradidática na construção e afirmação positiva da criança e do jovem negro. A lei, fruto da luta do Movimento negro, resgata e fortalece a importância da diversidade étnico-racial no desenvolvimento de nosso povo. Os negros, discriminados, sempre foram tratados ou representados de forma estereotipada e pouco saudável nos segmentos da literatura brasileira. Personagens hipersensualizados, de razoável ou nenhuma inteligência, valorizados ou valorados apenas pela força física, ocupando posições sociais menores e descritos com adjetivos pejorativos e negativos. E neste panorama eurocêntrico, a criança e o jovem negro, carentes de referenciais e de representatividade construtiva em nossa sociedade, interiorizam a imagem negativa do que é ser negro. A construção identitária deles, portanto, fragiliza-se, já que “ser negro é ruim”. Nesta perspectiva urge a necessidade de descolonizar nossas escolas, ações e práticas pedagógicas reconhecendo a importância da literatura na construção do ser humano. O reconhecimento da diversidade étnica-racial e o resgate da memória da população negra atinge a todos: brancos, não-brancos, e, principalmente aos negros. Apresentar às crianças e jovens negros a sua história, eliminando o perigo de “história única” é papel da escola e de suas práticas pedagógicas. A biblioteca torna-se um elemento de apoio para a descolonização destas práticas históricas. A lei 10639/2003 movimentou o mercado editorial brasileiro, promovendo autores negros, vozes, e histórias negras. A temática afro-brasileira adquire novos contornos e a descoberta e fortalecimento da identidade étnica promovem o pertencimento e orgulho racial. A comunidade negra passa a ter representatividade positiva na literatura, inclusive e principalmente no segmento infanto-juvenil. Os programas federais de apoio e incentivo à leitura colaboram para a disseminação dos novos títulos formando acervos em bibliotecas públicas escolares capazes de contemplar a questão racial de maneira construtiva e possibilitando a construção de uma identidade racial positiva.

Lei 10639/2003. Biblioteca escolar. Literatura infanto-juvenil afro-brasileira. Identidade racial. Crianças e jovens negros.

Comunicação oral

**A POLÍTICA CURRICULAR EM ANGRA DOS REIS E A PRODUÇÃO DA BNCC: PROCESSOS DE CENTRALIZAÇÃO CURRICULAR E A DIFERENÇA**

Simony Valim da Rocha

William de Goes Ribeiro

Prefeitura Municipal de Angra dos Reis

Universidade Federal Fluminense

Nesta comunicação temos o objetivo de analisar a construção da política curricular em Angra dos Reis, enfocando as décadas de 1990 e 2000, fazendo um paralelo com a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Elaboramos a nossa análise a partir dos textos das diferentes versões da BNCC e de documentos curriculares municipais, compreendendo-os como tentativas de produção de sentido, aspectos relevantes de políticas curriculares que possibilitam o pensar com os discursos e como se tornaram possíveis. Iniciamos a comunicação abordando a trajetória curricular em Angra dos Reis ao mesmo tempo em que fazemos um paralelo com o processo que



levou à elaboração da BNCC, enquanto articulamos o referencial teórico e a questão da centralização curricular. Ao longo do trabalho, defendemos que a BNCC, enquanto política curricular de caráter centralizador, coloca a diferença à margem, com efeitos no cotidiano escolar. Há uma tentativa de hegemonização e fechamento de sentidos acerca do que se entende por educação de qualidade e Base Nacional Comum. Na pesquisa, observamos que houve experiências interessantes de descentralização na rede municipal angrense e consideramos que retomar essa trajetória é importante para que essa rede pense o que já foi produzido de proveitoso, enquanto reelabora o seu planejamento. Encerramos a comunicação defendendo que a diferença é posta à margem em distintas políticas e governos, uma vez que trabalham com um sentido de diversidade no qual há “algo comum” que nos une. O contraste é que a diferença é um dos pontos principais, ainda que posta à margem no discurso, a despeito dos desdobramentos distintos. Como um dos efeitos de sentido em tal abordagem, a padronização e a colonização das práticas educativas caminham rumo à responsabilização, ainda mais fortemente na BNCC, frente ao embate inevitável com o imponderável e a alteridade, subsumido pelos exames standardizados. Nossa defesa caminha em outra direção: por políticas públicas responsáveis em educação, isto é, que enfrente a difícil tarefa de responder ao que chega localmente.

BNCC, diferença, currículo.

Comunicação oral

### **ANÁLISES DE PRÁTICAS CURRICULARES DE MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM OLHAR SOBRE AS REVISTAS**

Elisama Mamede da Silva  
Ana Beatriz da Silva Carvalho  
Gabriela Letícia Silva Castilho  
Gilzy Virissimo Ferreira Pacheco  
Adriano Vargas Freitas  
IEAR/UFF

O objetivo geral desta apresentação é mostrar os resultados parciais de nossas investigações. Em nossa pesquisa buscamos compreender como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), em específico suas práticas e metodologias em matemática, são abordadas em revistas voltadas às pesquisas em educação. Delimitamos nosso escopo aos textos (artigos, resumos, resenhas etc) voltados à matemática para jovens e adultos. Entendemos que nossa pesquisa possui relevância por realizar um levantamento bibliográfico sobre as produções voltadas a essa modalidade de ensino. Dessa forma, podemos identificar o nível de atenção dirigido à EJA e sua presença em periódicos de importância comprovada. Nossa metodologia utilizou os pressupostos do estado da arte e, a partir disso, nos concentramos em periódicos relevantes dentro da área da educação. Destacamos, por exemplo, a Revista Movimento, periódico da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, cujos resultados nos levam a apontar que pouco foi abordado, nesta revista, sobre a matemática voltada à Educação de Jovens e Adultos apesar de considerável número de publicações direcionadas a esta modalidade de ensino.

EJA, Educação Matemática, Práticas Curriculares

Comunicação oral

**ARTE AFRODIASPÓRICA PARA O ENSINO DO RENASCIMENTO CULTURAL EUROPEU: UMA DISCUSSÃO HONESTA E INTERCULTURAL SOBRE A MODERNIDADE**

Jacques Ferreira Pinto  
SEEDUC/RJ

Este trabalho tem por objetivo analisar mobilizações de arte afrodiaspórica no ensino de História por uma perspectiva calcada na interculturalidade crítica. Essa pesquisa tem como princípio as práticas pedagógicas do autor realizadas com turmas do 1º ano do Ensino Médio do Colégio de Aplicação da UFRJ no ano de 2018. Dessa maneira, o objeto do estudo se centra na experiência pedagógica de uso de arte afrodiaspórica contemporânea no ensino de História da Europa no que tange o Renascimento Cultural Europeu (séc. XV – XVI) em conformidade com o estabelecido pelas leis 10.639/03 e 11.645/08. A análise dessa experiência escolar tem como plataforma teórica-metodológica conceitos e ideias oriundos de estudos antirracistas, produzidos principalmente por intelectuais negros e negras no Brasil, e do programa decolonial ligado ao grupo latino-americano “Modernidade/Colonialidade”. O trabalho se estrutura numa tríade composta de relato de experiência, análise teórica e proposição pedagógica, visto que essa produção se constrói à princípio nos espaços de educação básica e é voltado para os mesmos lugares. Enquanto resultados, o processo de pesquisa conseguiu evidenciar por meio da produção discente escrita, oral e imagética que a mobilização de arte africana e afrodiaspória contribui para a denúncia do racismo na produção de conhecimento e arte, torna visível o protagonismo negro nessas áreas por meio da estética e impacta na subjetividade de educandos com destaque para estudantes negros e negras.

Interculturalidade; arte afrodiaspórica; ensino de História.

Comunicação oral

**AS MATEMÁTICAS DE “CABEÇA” E DE “CANETA” NA EJA: DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES CURRICULARES**

FRANCISCO JOSIMAR RICARDO XAVIER  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Este texto discorre sobre uma pesquisa de Mestrado em Educação, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação do professor doutor Adriano Vargas Freitas. A mesma envolveu as áreas de pesquisa Educação Matemática e Educação de Jovens e Adultos (EJA), trazendo a especificidade de uma escola situada na zona rural de Sobral, Ceará. Seu objetivo foi compreender as influências das práticas pedagógicas matemáticas construídas pelas professoras da EJA sobre as permanências dos estudantes na escola. Como instrumento de coleta de dados, utilizamos entrevistas semiestruturadas, realizadas com professoras e estudantes, além de observações participantes em duas turmas de EJA, durante o horário das aulas de Matemática. Os materiais construídos em campo foram analisados por meio da técnica de Análise Textual Discursiva. Dentre os resultados, a verificação de que, embora as professoras utilizem estratégias variadas nas aulas de Matemática, ainda assim, suas práticas pedagógicas centram-se em ser mais uma ação de ensinar o conteúdo escolar do que reconhecer e construir, junto com as estudantes, seus saberes matemáticos. No que diz respeito às estudantes, verificou-se que as mesmas detêm saberes de suas vivências, enquanto mulheres moradoras da zona rural que lidam com a palha de carnaúba. Tais saberes estão articulados a processos de

organização e quantificação, e são entendidos pelas estudantes como sendo uma matemática “de cabeça”. Já o saber escolar, elas dizem ser uma matemática “de caneta”. De uma maneira geral, as análises realizadas apontam para a compreensão de que as relações de afetividade construídas no convívio na turma de EJA e o “gostar” de aprender, influenciados, sobretudo pelo “ensino” da matemática da “professora”, são alguns fatores que incidem sobre a permanência das estudantes na EJA da zona rural de Sobral.

Educação de Jovens e Adultos, Matemática, Práticas pedagógicas, Currículo, Permanência

Comunicação oral

### **AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS LUTAS PARA ALUNOS DO SEGUNDO SEGMENTO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE ANGRA DOS REIS – RJ**

Thiago de Sousa Rosa

Denis Naiff

Ricardo Ruffoni

UFRRJ

O estudo das representações sociais busca analisar os saberes de diferentes grupos através da relação entre o sujeito e o objeto, identificando a forma de conhecimento (reificado ou consensual) predominante na interpretação de determinada realidade. No campo da educação as representações sociais são importantes elementos na práxis do ensino-aprendizagem, devendo ser observada atentamente pelo professor na adequação do conteúdo formal em seu planejamento de ensino. As lutas são um importante elemento da cultura corporal do movimento, encontrando significado nas expressões mais primitivas de nossos alunos. Apesar disso esse conteúdo é comumente negligenciado por professores que abrem mão de seu papel interventor diante dessa relevante vivência. Dessa forma o presente estudo tem por objetivo identificar as representações sociais que alunos de educação física, do segundo segmento do ensino fundamental, da rede pública do município de Angra dos Reis – RJ, possuem acerca das lutas. A amostra foi composta por 219 indivíduos (110 masculinos e 109 femininos), coletada nas turmas de oitavo e nono ano de cinco (5) escolas da área urbana de Angra dos Reis. Os resultados apontam como núcleo central (Força; Porrada; Soco; e Sangue) elementos relacionados a agressividade hostil e violência, independente do gênero ou da vivência com a modalidade. No grupo feminino esses elementos apresentam-se relacionados mais a consequências do que ações de comportamentos violentos. Vale ressaltar que o comportamento agressivo se manifesta nesse gênero, predominantemente, de forma não física, podendo esses sentimentos serem decorrentes de frustrações na prática. A relação dos alunos com a luta mostra-se baseada principalmente nas exibições televisivas da MMA e em segundo plano, baseada na prática extraescolar do Jiu-jítsu. É importante ressaltar que a literatura aponta como uma das principais justificativas dos professores de Educação Física que negligenciam esse conteúdo, a violência. A exposição a violência gera comportamentos violentos, sendo importante destacar que a violência é um fenômeno cotidiano na sociedade, principalmente em áreas mais carentes. Exatamente por isso ela deve debatida pela escola, que não pode de forma alguma ignorar o tema buscando distanciamento dele. A instrumentalização da agressividade é fundamental para o controle epidêmico da violência.

Representação Social, Lutas, Violência, Agressividade, Educação Física

Comunicação oral

### **ATRAVESSAMENTOS DISCURSIVOS ENTRE A FORMAÇÃO DOCENTE E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA/ESPECIAL**

Rafaela de Sousa Paiva  
UERJ

Este estudo é fruto da preocupação sobre as novas produções de sentidos que permeiam as legislações de Educação Inclusiva/Especial e as recentes políticas curriculares nacionais para formação docente. O debate acerca dessa modalidade educacional vem sendo pensado e debatido no Brasil desde o início dos anos 1960. Com a redemocratização do estado brasileiro, ao final da Ditadura Civil Militar (1964-1988), a Constituição Federal (BRASIL, 1988) foi um dos primeiros textos oficiais que designou a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas. Além deste, na década seguinte, legislações nacionais e internacionais também assinalaram e reforçaram sobre a questão da inclusão, sendo elas a Declaração de Salamanca (1994), a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994) e a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (BRASIL, 1999). Estas legislações promoveram a possibilidade de ressignificar a educação, o ambiente escolar e a atuação docente, no que diz respeito à Educação Inclusiva/Especial. Entretanto, devido as contingências do cenário político brasileiro na última década, em tempos em que uma Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) é homologada e há também uma política para formação docente, derivada da BNCC, a Base Nacional Comum para Formação Docente (BNC FP, 2018), considero importante refletir e questionar sobre as relações discursivas que atravessam a formação docente e a Educação Inclusiva. Por compreender que o currículo é texto; é produção discursiva (Lopes e Macedo, 2011), defendo que os documentos citados são constituídos por processos contínuos de produção de sentidos, logo, ancorada na perspectiva curricular pós-estrutural, compreendo-os como currículo. Essa pesquisa terá como pressupostos teórico-estratégicos os aportes teóricos pós-estruturais e a Teoria do Discurso, questionando a hegemonização dos discursos que atravessam as políticas acerca da formação docente na Educação Inclusiva/Especial. Considero potente a apropriação da perspectiva pós-estrutural pelo fato de seus princípios oportunizarem o rompimento com concepções verticalizadas de investigação dos fenômenos sociais.

Formação docente, Educação Inclusiva, Políticas curriculares, Currículo.

Comunicação oral

### **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O DISCURSO DA IMPLEMENTAÇÃO**

Iris Aniceto Barros  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a BNCC a partir da Resolução CNE/CP nº 2, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Questiono em que medida os discursos que supõe a possibilidade de implementação da BNCC desconsideram a constante produção de política que ocorre nos contextos escolares. Além disso, viabiliza a legitimação das avaliações em larga escala, visto que a base é utilizada como pressuposto para inferir a qualidade da educação, pois supostamente todas as escolas do país possuem o mesmo conteúdo a ser transmitido em cada período e em cada disciplina. Políticas curriculares centralizadoras, como a BNCC, tentam construir hegemonias entorno dos sentidos de

currículo e dissolver as contingências que são inerentes à produção das políticas. O discurso de implementação e/ou implantação frequentemente utilizado pelos organismos governamentais que visam difundir a BNCC desconsideram professores e gestores como ativos na produção das políticas curriculares. Pois, ao delimitar os conteúdos “essenciais” e considerar que proporcionam a qualidade da educação desconsideram que todo discurso está aberto à interpretação, significação e ressignificação. Desse modo, interpreto que o discurso da implementação reforça o paradigma do contexto escolar como um receptáculo das políticas curriculares. Organismos governamentais e não governamentais na diligência pelo controle das ações dos sujeitos nos contextos escolares desconsideram a complexidade e as relações de poder que é inerente ao contexto de toda ação política.

Base Nacional Comum Curricular, Implementação, Política Curricular, Currículo.

Comunicação oral

### **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UMA TENTATIVA DE CONSTRANGER A POLÍTICA EDUCACIONAL**

Bruno Silva Godoy

Camila Costa Gigante

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Este estudo pretende investigar uma política curricular (enquanto produtora de significações de conhecimento, educação, nação, aluno, professor, entre outras) de grande visibilidade no cenário brasileiro: a Base Nacional Comum Curricular. Homologada em 2017, visa ser considerada em nível nacional por seus idealizadores como um documento normativo que institui um conjunto de aprendizagens pré-estabelecidas e julgadas essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica. Propomos uma interpretação deste documento a partir de contribuições da Teoria do Discurso proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (LACLAU, 1990; LACLAU, 2011; LACLAU, MOUFFE, 2015), problematizando a produção do conhecimento e a questão da constituição da identidade/processos de identificação relacionadas a uma ideia de base comum nacional. Defendemos que competências pré-determinadas nacionalmente constrangeriam a construção do conhecimento enquanto produção discursiva, perspectiva que defendemos ao operar com os efeitos da indecidibilidade e do deslocamento nas identificações. Ponderamos que uma totalidade, caracterizada nesta política por uma base nacional comum, deve ser relativizada e compreendida como fluida, pois não há uma forma única de determinação do social. Ao pensarmos nos discursos sobre constituição da identidade, que envolvem processos de significação em torno da produção de particularismos e universalismos, argumentamos que se constituem contínua e ininterruptamente na relação com as diferenças, com a alteridade. Portanto, não é possível determinar de uma vez por todas o que ensinar, nem definir a priori os elementos que terão centralidade nos mais diversos contextos escolares. Pensamos que a estabilidade de sentidos é sempre precária e inviabiliza a potencialização de novas formas de significação e respeito às diferenças. Com isso, não defendemos um particularismo para ser sobreposto a esse universal apresentado pela BNCC, tampouco defendemos a antecipação da decisão pelo outro, mas sim a necessidade de tornar o jogo político educacional produzido, contingencialmente, na prática.

Base Nacional Comum Curricular, Teoria do Discurso, Diferença.

Comunicação oral

### **BNCC E A POLÍTICA CURRICULAR AFRO-BRASILEIRA**

Maria do Socorro dos Santos  
Doutoranda ProPEd/UERJ

Deste a aprovação da base nacional curricular comum do ensino fundamental (BNCC), em 2017, o momento na política curricular é interpretar como está ocorrendo a implementação de uma normativa que discursivamente se apresenta como comum em uma rede em que todos são diferentes. Hegemonizar o currículo, a escola, o ensino, o conhecimento é algo central na base. Mas se os possíveis interpretativos desta base caminha na contramão de um discurso homogeneizador, sobretudo por seus sentidos está sempre em movimento, a sua implementação então, que tenta reforçar o reconhecimento as diferenças, me parece rachado. E segue rachando quando na discussão da aprovação e implementação de uma base para o ensino médio [em andamento], torna a disciplina de história, de acordo com a Medida Provisória de nº 746/2016, referente a reforma do Ensino Médio brasileiro, uma disciplina eletiva. Ao referenciar esta disciplina trago ao debate a lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatória a inclusão no currículo oficial da rede de ensino brasileira, pública e privada, o ensino e a aprendizagem da História e Cultura Afro-brasileira. A ausência da disciplina acena para um apagamento do debate ao que propõe a lei nº 10.639/03: que os conteúdos sejam ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira. É certo que a indicação do trabalho da lei faça referência também ao ensino fundamental, mas pensar como a falta do debate no ensino médio afeta a circulação de um conhecimento de cultura de história afro-brasileira, me parece ser um início de uma conversa complicada (PINAR, 2011). Complicada porque vai tornando ausente a discussão do mito de democracia racial no Brasil, de raça e racismo, ações de preconceito e discriminação, entre outros. Tornar a disciplina eletiva e não permanecê-la como sendo obrigatória é de certa forma dar sumiço as especificidades e diferenças do grupo negro, este que as vezes, “só pode ser percebido “enquanto tal” dentro de um contexto discursivo específico” (GABRIEL, 2017, p. 517). E se há um caminho que não limite o debate de qualquer diferença, penso que este já seja uma proposta: de tornar o debate BNCC e política curricular afro-brasileira, possível. Então, comecemos por aqui!

BNCC. Política Curricular. História. Cultura Afro-brasileira.

Comunicação oral

### **CED, SISTEMATIZANDO UM EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO AUTONOMA**

Vitor Oliveira de Araujo Rocha  
UFRRJ

O bairro do Bracuí em Angra dos Reis-RJ era tradicionalmente ocupado por quilombolas, caiçaras e indígenas, entretanto a partir do governo militar, empreendimentos estatais e privados como BR101, usinas nucleares e especulação imobiliária atingiram esse território e esses povos, trazendo consigo novos habitantes e novas lógicas socioculturais, com eles, conflitos culturais e de ocupação territorial. Hoje em 2019, está em curso a guerra civil entre facções criminosas e o estado/milícia no município. Se agrava o desemprego ao mesmo tempo que se espalha a ideia de que é um atraso trabalhar na roça. Com isso, nessa área rural a terra passa a ser apenas objeto de compra e venda, e o crime cada vez mais uma opção de fonte de renda, enquanto as escolas públicas, sofrem com o desmonte do estado, indo de precarização de espaços

e condições de trabalho a fechamento de escolas. Dentro deste contexto surge o projeto CED - Centro de Educação Diferenciada, montado por um grupo de comunitários, professores, artistas e outros voluntários com o objetivo de construir no Bracuí, um espaço de cursos e encontros promovendo ideais de respeito, coletividade e autonomia, enfrentando o cenário de forma pedagógica. A presente pesquisa se propõe a sistematizar as experiências do projeto CED, a partir das escritas de si (JOSSO, 2007), palavra mundo (FREIRE, 1985) em redes temáticas e portfólio, de forma que seus participantes possam se ver em seus próprios aprendizados ao longo do processo, e também, ao sistematizar os desafios enfrentados e soluções encontradas, sirva de incentivo e ajuda a outros coletivos que se disponham a realizar projetos semelhantes a este. Esta sistematização tem contribuído para a auto crítica dos participantes, fortalecendo o processo pedagógico no ato de construir um projeto de educação autonomista e diferenciada, bem como na organização em grupos de trabalhos. O produto das sistematizações possibilitou ao projeto acessar escolas, universidades e outros espaços com clareza de ideias, documentos e narrativas que relatam os resultados do projeto, sendo portanto, uma contribuição fundamental aos objetivos de um centro pedagógico e sem muros.

educação diferenciada, educação autonomista, educação libertária, sistematização de experiências, Bracuí.

Comunicação oral

### **CONTANDO COM BALÕES**

Maylla Velloso Vallone

Flaviane Marques da Silva

Instituto de Educação de Angra dos Reis- IEAR

Apresentamos uma atividade pedagógica que visa promover a construção do conhecimento por parte do estudante dos significados de numeral, de número, e de contagem. A atividade apresentada foi desenvolvida a partir de uma proposta feita pelo Professor Adriano Vargas durante a aula de Matemática: Conteúdo e Método, envolvendo o processo de numerização, especialmente da criança. O formato metodológico da proposta se inicia com a elaboração de balões contendo, dentro de cada um, conjunto de objetos de diferentes formatos. Esses balões são fixados na lousa. Em seguida, são distribuídas plaquinhas com os numerais de um a dez entre os estudantes. Cada estudante, por sua vez, vai até a lousa e escolhe um dos balões para ser estourado. Ela deverá contar a quantidade de figuras que cairão do balão escolhido, e terá que achar na sala o aluno com a plaquinha que contém o número da sua respectiva quantidade, tendo assim a percepção de conservação de quantidade e número. O aluno com a plaquinha do número encontrado seguirá com a atividade, e, assim sucessivamente, até que o(a) docente obtenha a participação de todos da turma. A avaliação será feita através da participação do aluno e compreensão do mesmo.

Significados de numeral, de números, contagem, matemática

Poster

**CURRÍCULO, FAMÍLIA E CONTEMPORANEIDADE: PRÁTICAS DISCURSIVAS SOBRE O SIGNIFICANTE “FAMÍLIA” EM POLÍTICAS CURRICULARES**

Tatine Penariol de Rosato  
Ozerina Victor de Oliveira  
Denise de Souza Destro  
Silvana de Alencar Silva  
Universidade Federal de Mato Grosso  
Universidade do Estado de Mato Grosso  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora  
Instituto Federal de Mato Grosso

Esta pesquisa está sendo desenvolvida na Linha de Pesquisa Organização Escolar, Formação e Práticas Pedagógicas, do Programa de Pós-graduação em Educação da UFMT. Nela se problematiza discursos em torno da família em políticas de currículo. Indaga-se como concepções hegemônicas de “família” tem se imbricado nas políticas curriculares. Há indícios de uma “defesa” generalizada da “família” por meio de organizações da sociedade civil, como as de promoção da cidadania LGBTI e as de promoção de dogmas religiosos. Os significados de “família” parecem inconciliáveis entre noções tradicionalistas pautadas na heteronormatividade (BUTLER, 2010) e noções voltadas para novas configuração familiar, a exemplo da família de parentalidade não-heterossexual. Há uma ambivalência presente na “defesa da família”, pois seu significado não se fixa na linguagem dos embates políticos, ao contrário, produz a diferença entre os significantes defendidos pelos grupos envolvidos e entre as identidades envolvidas no processo. Entende-se currículo como produção cultural, como lugar de enunciação de identidades por meio da diferenciação (MACEDO, 2006). Teórica e metodologicamente a teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1987; MENDONÇA, 2009; BURITY, 2010) vem ao encontro desta pesquisa por compreender construções discursivas que buscam se objetivar em torno do significante “família”, tendo em vista seu potencial de ser uma ferramenta de compreensão do social (MENDONÇA, 2009, p.153). A materialidade discursiva é abstraída de legislações e documentos de associações e partidos políticos. Grupos fundamentalista-religiosos, presentes em instâncias legislativas brasileiras, entram nesta disputa, visando a legitimação de seus ideais de família nuclear heterocentrada e cisnormativa, tensionando combativamente a busca por igualdade de direitos reivindicada pela população LGBTI. Há indícios de um agonismo ético tangencial à disputa por uma noção de família, pois a matriz desta rusga ainda nos leva à uma disputa em torno do humano, de quem merece ser considerado como tal e igualado em direitos civis.

Política de Currículo, Práticas discursivas, Família, LGBTI.

Comunicação oral

**CURRÍCULO: REPENSAR A NEUTRALIDADE E AFIRMAR-SE COMO ATO POLÍTICO-DEMOCRÁTICO**

Vanderson de Sousa Silva  
UNIRIO/PPGEdu

O currículo é um campo de pesquisa que pelas vicissitudes inerentes à realidade educacional constantemente exige ser (re)visitada de forma a (re)pensá-lo sob a égide de novas facetas. Não há neutralidade, qualquer ação é ideológica, portanto, o currículo também participa da construção identitária e ideológica das pessoas; na perspectiva da teoria do currículo, as políticas e as propostas curriculares estão repletas das relações



e conexões entre saber, identidade e poder. Por tanto, a verdade passa – na nova epistemologia, afeita aos afetos e inclusiva – a ser relativizada em sua constituição como fruto de uma construção discursiva, histórico-social, e que serve a determinados interesses, nem sempre puramente científicos, mas que promovem/reforçam estigmas e exclusões. Negar a lugar político do currículo revela ingenuidade – algo difícil de estabelecer – ou, o que considero mais adequado, é também uma posição política. A educação é um ato político, assevera Paulo Freire (FREIRE, 2011). A neutralidade, como projeto positivista na modernidade, caducou-se, não há ação desvinculada de ideologia e posição política. O currículo escolar, os professores, os livros didáticos, em suma, a escola, promove um projeto político-social, assim, não há uma pedagogia/currículo apolítico, neutro e desinteressado. Repensar o currículo em sua pretensa neutralidade provoca uma mudança epistemológica, no sentido de que o real, ao ser concebido pela ótica das implicadas relações de saber/poder, forja possibilidades de resistências, inconformidades e insurreição, diante do posto, como neutro. Há, sem dúvidas, um desvelamento e tomada de consciência perante o currículo, que constantemente será (re)visitado e contestado como não representativo de sujeitos determinados. No fundo, qualquer opção curricular será uma tomada de posição político-ideológico, mas, a questão de fundo, sempre será: inclui ou exclui tal currículo? Para responder a questão, faz-se necessário ponderar: o currículo, ora analisado, está impregnado de cultura popular, produções estéticas plurais, conhecimentos que questionam o status quo, há presença de autores, escritores, pensadores representativos dos múltiplos sujeitos e subjetividade, em suma, é multicultural? Caso a constatação seja positiva, certamente, tal currículo está impregnado da vida, dos sujeitos, das resistências e dos inconformismos, portanto, inclui.

Currículo, Educação política, Currículo pós-crítico

Comunicação oral

**DO SILVA A ÁGATHA: SE A MORTE É CERTA, A EDUCAÇÃO É A RESPOSTA. DECOLONIZANDO E TECENDO NA APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03.**

JACQUELINE DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA

JULIO CESAR ARAUJO DOS SANTOS

FEBF/UERJ

UFRRJ

Neste trabalho buscamos socializar nossas preocupações sobre a contundente importância do pensamento fanoniano atravessada na noção da necropolítica de Mbembe para compreender as lógicas de violência presente nos espaços periféricos e os reflexos sobre as tensões vivenciadas no espaço escolar. Visto que, na atualidade a violência tem se manifestado nesses espaços como submissa ao poder da morte, reproduzindo o retrato mais cruel da nossa colonialidade. Nosso empenho é oferecer, dentro desse escopo, uma análise do espaço escolar, ambiente marcado sob a dimensão da racionalidade, onde transitam saberes supostamente “legítimos” e “inabaláveis” em relação a propostas de trabalhos “Outros”, que quando apresentadas fazem emergir enfrentamentos às narrativas privilegiadas. Em vista disso, o exercício de reflexão permite também teorizar sobre colonialidade, modernidade e os fenômenos da violência social e as hierarquias epistêmicas que posicionam os sujeitos e suas culturas a partir de um padrão de poder vinculado à um imaginário cultural e político. Com efeito, O objetivo dessa comunicação é apresentar estratégias pedagógicas fundamentadas em experiências de trabalhos desenvolvidos em escolas da rede pública estadual e municipal na região da Baixada Fluminense no Estado do Rio de Janeiro articuladas com a prática pedagógica associada aos processos formativos com perspectivas decoloniais.

É necessário entender e dizer que a Baixada Fluminense está vinculada a experiência colonial, portanto, numa percepção Fanoniana, Locus de representações hegemônicas e narrativas privilegiadas, onde há total ausência de fala dos condenados da terra e palco concreto da violência. Assim, as atitudes, procedimentos e conceitos pensados nessa comunicação privilegiam múltiplas linguagens, permitindo construções significativas sobre as implicações das propostas curriculares. Nesse contexto, procuramos estabelecer nessa comunicação, um diálogo com as Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, e a ampliação de uma reflexão constante sobre colonialidade/modernidade/genocídio e a Interculturalidade Crítica. A partir dessas considerações, que permitem novas (re)interpretações das práticas do racismo epistêmico (Grosfoguel, 2007), oferecendo também um suporte para diálogos que tenham como chaves de interrogação um Pensamento-Outro e mudanças para uma luta antirracista e genocida em oposição à perspectiva epistemológica eurocêntrica presente nos currículos escolares e na instituição de formação.

Colonialidade, Genocídio, Educação Decolonial, Abayomi.

Comunicação oral

### **EDUCAÇÃO DOMICILIAR: POR QUEM E PARA QUEM?**

Josiene Mazzini da Costa

John Kennedy

UFF - IEAR

Este trabalho visa discutir o Projeto de Lei (PL) nº 2401/19 que dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar. O PL altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/90) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) e foi encaminhado este ano ao Congresso pelo atual governo. Considerando possíveis problemáticas que podem advir da eventual aprovação e promulgação desta política educacional, propomos uma reflexão com ênfase no currículo e na escola com um olhar para a diversidade e para a diferença. Para nós, é importante que se reconheça e se compreenda que existem diferentes sentidos sendo constantemente atribuídos àquilo que chamamos de currículo. A maneira como este é interpretado pode provocar diferentes formas de olhar para ele e lidar com as suas muitas questões. Assim como o significado e a função social da escola. Em outras palavras, pensando em consonância com alguns autores pós-estruturalistas, a maneira como o currículo e a escola são tratados é fruto da interpretação e significação que a eles são atribuídos. Hoje o Brasil não possui legislação específica para a educação domiciliar, de modo que aqueles que desejam ensinar crianças e adolescentes no contexto domiciliar precisam recorrer à justiça para tentar obter autorização. Por sua vez, países como Paraguai, Chile, Colômbia, Equador, Portugal, França, Inglaterra, Escócia, Irlanda, Itália, Suíça, Bélgica, Holanda e Finlândia permitem o ensino domiciliar. Já outros como a Argentina e o México ainda estão em busca da regulamentação. Diante do que foi brevemente exposto, ressaltamos que este estudo objetiva enfatizar os processos de disputa política em torno do currículo e da escola, bem como o seu papel, no contexto de produção de uma proposta de educação domiciliar que atende a interesses de determinadas classes, o que fortalece as desigualdades sociais. Além disso, buscamos reforçar a intrínseca necessidade e relevância da escola em suas muitas dimensões, compreendendo, a educação enquanto um processo subjetivo.

Educação Domiciliar, Currículo e diferença, Disputas pela educação

Comunicação oral

## **ETNOGRAFIA DE REDES E AS POLÍTICAS CURRICULARES**

Hellen Gregol Araujo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

O presente trabalho tem por objetivo problematizar o uso da etnografia de redes, como possibilidade metodológica para análise nas políticas curriculares. Faz parte deste trabalho desenvolver um levantamento acerca de como a etnografia de redes tem se apresentado nos trabalhos que envolvem o campo educacional no ano de 2018 e 2019. O levantamento ocorreu no banco de dados da Capes e Scielo, por possuírem um número expressivo de acervo. Foram identificados 30 artigos que envolvem o referido assunto, não especificamente sobre o campo do currículo, mas o campo educacional, o que levou ao questionamento do quão potente poderia ser discutir como a etnografia de redes pode auxiliar na compreensão do contexto político que desencadeia na formulação de determinadas políticas. Opero em uma perspectiva pós-estruturalista, na qual compreende o social como constituído discursivamente, e isso traz implicações para análise das redes, pois compreendo que o discurso é sempre mais amplo que se possa mapear. As relações são entendidas como turvas e envolvem setores, organizações, pessoas, eventos e tudo que possa colaborar para significação de determinada política. Defendo que a etnografia de redes só é potente em uma perspectiva pós-estrutural se o pesquisador trabalhar de modo a explorar o contexto que não pode ser definido previamente e é por isso que o que o pesquisador nomeia de “uma relação” precisa ser justificado. Razão pela qual, a relação de A com B nem sempre será direcional ou unidirecional, ou seja: “A” pode ter sido contatado para prestar um serviço, “A” pode se relacionar com “B” para estabelecer uma crítica, “A” pode estar comprando algo de “B”, ao acaso. Explorar os dados, de modo argumentativo é fundamental para que as redes colaborem no entendimento do que vem configurar as políticas curriculares. A não exploração dos dados pode levar a um relativismo, na qual, se “A” aparece relacionado com “B” é porque estão corroborando juntos para defender determinada política e neste estudo quero fugir deste ponto de vista.

etnografia de redes, currículo, política, metodologia

Comunicação oral

## **ETNOMATEMÁTICA E A BNCC**

Micaelle Rodrigues de Moraes

IEAR UFF

Apresentamos um recorte de pesquisa monográfica em andamento no curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR-UFF). A questão central da pesquisa é: “Quais os espaços na BNCC para que as práticas docentes da educação básica possam estar embasadas em etnomatemática?” Uma de suas justificativas é o fato de que a Matemática está presente ao longo de nossas vidas, tendo um papel tão importante como qualquer outra disciplina que temos no currículo. Além disso, a percepção de que hoje, um dos nossos grandes problemas na EJA, é que a educação não reflete o cotidiano dos seus estudantes. A partir dessas constatações, propomos o diálogo com a Etnomatemática, uma proposta que tem a finalidade de conhecer aquela cultura, aquele meio para quem, assim, o professor tenha a possibilidade de fazer uma aula que se adeque ao que eles convivem. Logo, trazendo autonomia ao trabalho do Professor e fazendo com que os alunos se sintam mais próximos daquelas aulas, disciplinas e matérias. Temos observado que a Base Nacional Comum Curricular foge dessas e de outras questões sociais do Currículo. Ela não ressalta a importância

do contexto social dos alunos e professores, onde e como estão inseridos. Além disso, parece retirar as responsabilidades do Estado com relação as problemas escolares. Ignorando que se há baixo rendimento, problemas estruturais, muitos são ocasionados por desigualdades e exclusões sociais e culturais. O que nos leva a retomar a importância da Etnomatemática em nossas escolas, especialmente da EJA, que envolve estudantes que sofreram “fracassos escolares” anteriores, ou que nem foram para a escola, e que hoje sofrem o esquecimento das políticas públicas educacionais.

EJA, BNCC, Currículo, Etnomatemática, Matemática

Poster

### **EXPLORANDO A INTERCULTURALIDADE E OS SABERES PRÉVIOS ATRAVÉS DA METODOLOGIA ATIVA PEER INSTRUCTION (PI)**

Kleber Mendes Pereira Dias

Claudio Mendes Dias

CEFET -RJ

Colégio Pedro II

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é desafiadora na procura constante da melhor reinserção e na manutenção do indivíduo no ambiente escolar. Esses desafios estão relacionados à superação das causas que os afastaram da escola na idade regular somadas às causas específicas de dificuldades do aluno adulto, podendo ser divididos entre os desafios da escola e os na escola. Os desafios da escola estão relacionados, por exemplo: à oferta de uma escola de fácil acesso; com transporte gratuito; que o horário seja flexível; que ocorra oferta de merenda escolar; que o currículo e o processo de avaliação estejam adaptados a atender às necessidades dos discentes e da sociedade, entre outros. Já os desafios na escola estão relacionados com métodos de ensino desmotivadores; a não promoção da interação entre os alunos e entre os alunos e o professor; a possível baixa autoestima dos alunos; a insegurança relacionada ao fracasso escolar na idade regular; falta de apoio dos colegas e da família; a não valorização das experiências, culturas e saberes prévios, etc. O trabalho aqui apresentado tem como premissa uma adequação do currículo de matemática alinhado com a cultura e linguagem, contemplando assim, as diversidades e diferenças dos sujeitos. Nesse sentido, a experiência aqui relatada baseia-se na utilização da metodologia ativa Peer Instruction (PI) em duas turmas iniciais do ensino médio da modalidade PROEJA do Campus Centro do Colégio Pedro II. Com o objetivo de suprir parte dos desafios existentes na escola, a literatura mostra que o PI tem influência direta nas crenças e atitudes dos alunos fazendo que se sintam mais engajados; que aprendam mais; que se motivem em ir à aula e que participem ativamente da mesma; que interajam mais com os colegas e professores; e que tenham seus saberes e culturas respeitados. Por isso, iniciamos a proposta conhecendo e tendo uma escuta mais sensível no que diz respeito aos saberes, as culturas e experiências já incorporadas no seu dia a dia. Nesse sentido, adotamos a prática do PI adaptada à realidade e à necessidade do PROEJA para enriquecer a prática docente. O algoritmo utilizado no método prevê a realização de exercícios conceituais, que foram enxertados a partir das experiências prévias, saberes e cultura dos alunos. O trabalho está em andamento e nos encontramos na análise das primeiras avaliações.

PROEJA, Peer Instruction, Matemática, Cultura, Currículo

Comunicação oral

## **FEIRA CULTURAL ESCOLAR- POPULAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL, NÚMEROS E REDUÇÃO**

Laura de Almeida Lacerda  
Andresa de Souza Arantes Ramos  
Maria Beatriz Teixeira dos Santos  
Universidade Federal Fluminense- IEAR

Esse trabalho apresenta proposta pedagógica interdisciplinar para a educação básica, envolvendo tema voltado para a diversidade cultural e social. Enfoca a realização de uma Feira cultural, com o objetivo de apresentar a história das etnias indígenas brasileiras e a compreensão dos motivos e causas da redução desses povos no solo brasileiro. A atividade é voltada para turma de 6º ano do ensino fundamental, com conteúdos das áreas de História, Geografia, Matemática e Língua Portuguesa. Ressaltamos que, estudar sobre a história dos povos indígenas brasileiros é muito importante para encontrarmos a nossa identidade cultural, e, além disso, entender o impacto dessa cultura na nossa sociedade, percebendo os fatores que envolvem e afetam a redução da terra indígena e de seus povos. Neste sentido, a feira cultural é importante para o desenvolvimento social, intelectual, e a interação entre os estudantes e professores, e estes com a comunidade escolar, dentro e fora do ambiente da escola. Como etapas metodológicas, destacamos a elaboração de mapas, painel com fotos e imagens antigas e recentes da população indígena, apresentação de teatro, apresentação de músicas das tribos, apresentação de cálculos a cerca da quantidade de povos existentes. A avaliação será feita de modo somativa, em todas as etapas da atividade.

Feira cultural, Indígenas, Interculturalidade, Currículo, Identidade Brasileira

Poster

## **INTERFACES ENTRE CURRÍCULOS E ENSINO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE**

Eliane Lopes Werneck de Andrade  
Universidade Federal Fluminense

Neste texto, apresentam-se possíveis rumos que nortearão uma pesquisa de doutorado, sob orientação do Prof. Adriano Vargas Freitas, em fase de construção e vinculada à Linha de Pesquisa Diversidade, Desigualdades Sociais e Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. A questão central da investigação é conhecer “Quais interfaces entre currículos e ensino na EJA influenciam a produção de subjetividades dos sujeitos que nela estudam?”. A pesquisa sobre estes processos interessa-nos sobremaneira visto que as dimensões “estrutura curricular” e “ensino” estão intrinsecamente relacionadas entre si e às aprendizagens construídas por estudantes. E por isso, sob nossa ótica, interferem na produção de subjetividades dos sujeitos envolvidos nas práticas pedagógicas escolares. A priori, para tratar de recortes dessa complexidade, propõe-se, inicialmente, o trabalho com dois suportes diferentes. O primeiro deles, são Teses/Ciências Humanas/Educação contidas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES para coletar dados e sistematizar o que tem sido investigado e compreendido por pesquisadores da EJA, a partir de leituras de análises de resultados nelas contidas. O segundo, trata-se de considerações de professores da EJA sobre o que pensam a respeito do tema a partir de narrativas de suas próprias experiências e expectativas. Tendo em mente que os relatos são fontes primárias, é possível ampliar a compreensão dos sentidos de tais textos em função de

práxis investigativa proveniente de atuação participante dos narradores em coprodução de parte das análises que serão realizadas. A opção ocorre, porque intenciona-se, em diferentes etapas da pesquisa, aprofundar os diálogos travados entre professores de EJA e a pesquisadora, visto que há possibilidade de que as construções discursivas contidas nos relatos, discutidas de forma cooperativa, possam resultar em maior percepção sobre como as interfaces entre currículo e ensino na EJA podem influenciar a produção de subjetividades dos sujeitos que nela se formam.

EJA; Currículo; Ensino; Subjetividades.

Comunicação oral

### **INVESTIGAÇÃO DAS QUESTÕES DE GÊNERO NA ATUAÇÃO DOS COORDENADORES DE NÚCLEO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO DE CONTAGEM/MG.**

SHEYLARTH PRESCILIANA RIBEIRO  
FABIANE DOS SANTOS SILVA  
UEMG

Tendo em vista as exclusões de gênero nas práticas esportivas e na sociedade, nota-se uma certa desigualdade no que se diz respeito às mulheres, sejam elas no lazer ou em outras dimensões da vida. Portanto, a presente pesquisa tem por finalidade analisar se os direitos dos participantes do programa Segundo Tempo Legado Da Copa, existente na cidade de Contagem-MG no que se diz respeito à participação irrestrita, com ênfase na relação de gênero existentes dentro nos locais onde acontecem as atividades desenvolvidas no programa. Para tal análise foi aplicado um questionário para onze coordenadores de núcleo a fim de obter respostas sobre a referida temática. Com a aplicação do mesmo foi possível identificar um número expressivo de meninos frequentadores dos núcleos em relação ao número de meninas, bem como algumas barreiras culturais que influenciam para que essa diferença ocorra.

Programa Segundo tempo, Gênero, exclusão

Comunicação oral

### **LANTERNA DOS NÚMEROS - UMA ATIVIDADE MATEMÁTICA**

Aline Azeredo Barth  
Gabriella Small Brasil de Oliveira  
Marcela da Silva Reis  
Cassiane Luiz de Paula  
UFF / IEAR

A atividade foi desenvolvida durante a disciplina Matemática Conteúdo e Método, do curso de Pedagogia do IEAR/UFF, com Prof. Adriano Vargas Freitas. A partir da proposição de apresentar uma atividade que facilitasse o processo de numerização da criança, passamos a efetuar uma pesquisa. Colhemos algumas informações na internet, inclusive fotos, e construímos a prática "A Lanterna dos Números". O objetivo principal desta proposta é proporcionar aprendizagem envolvendo o entendimento do numeral e o número, como identificação de símbolos e correspondência da quantidade, além de trabalhar a coordenação motora. Para isso, utilizamos a seguinte metodologia: Cada criança vai retirar um cartão da caixa dos números e deverá contar as bolinhas que estão no cartão com isso identificando o número que está escrito no cartão (ao lado das

bolinhas). Após identificar o número, a criança deverá pegar a lanterna e encontrar o número no painel. O tempo de atividade é livre, as crianças podem repetir o processo podendo retirar um novo cartão da caixa. Em média a duração é de 40 minutos. Caso o professor, conhecendo a turma, deseje prorrogar a duração da atividade pode ser feito o processo inverso: a criança localiza um número qualquer com a lanterna e depois identifica qual cartão corresponde àquele número. O processo de avaliação pode ser feito pelo professor durante a atividade, observando a compreensão que os alunos desenvolveram a respeito dos conceitos de numerização (numeral e a quantidade referente).

Pré-escola, Matemática, Numerização, Atividade

Poster

### **MAÇÃ TEMÁTICA**

Isabel Inacio Leite Nicolau Brandão  
Quezia Beatriz da Costa de Matos  
Vivian Ferreira Ladislau da silva  
IEAR-UFF

A presente atividade visa integrar estudantes com conhecimentos da área da matemática de maneira lúdica, interativa e integradora. Denominada de “maçã temática”, ela envolve as noções básicas de numerização para turmas do Pré 1. Visa estimular a construção dos números, através da contagem feita pelo esquema um a um. Dessa forma, pode proporcionar a construção do conceito de número, de ordenação, e, em especial, o reconhecimento de quantidades e os símbolos que as representam. Seu desenvolvimento pode ser feito em uma aula, e se inicia com o docente propondo que todos os estudantes façam uma roda. Em seguida, serão distribuídos cartões com números de 1 a 20, aleatoriamente. Seguindo a ordem de sorteio, o aluno irá até a árvore e acrescentará mais uma maçã, que corresponderá a quantidade de maçãs representada em seu cartão. Após a colocação de cada maçã, a quantidade de maçãs colocadas na árvore será recontada; fazendo assim sucessivamente, até todos os alunos participarem da atividade. A avaliação será feita a partir da participação do aluno, através da observação da criança no desempenho e compreensão dos conceitos que serão aplicados durante a atividade, os alunos serão acompanhados e orientados durante todo o desenvolvimento da atividade.

Maçã, Matemática, Numerização, Contar e Número.

Poster

### **OS MALES DO EXCESSO DE AÇÚCAR NO ORGANISMO**

Mateus Gabriel dos Remedios  
Thamires Souza dos Reis Gonçalves  
Maria Eduarda Silva Chagas Passigatto  
Luciana Lage de Souza  
IEAR UFF

O presente trabalho, sobre o excesso do açúcar no sangue, tem como o intuito conscientizar e educar as pessoas sobre os males que o excesso de açúcar na alimentação pode ocasionar, inclusive com algumas consequências sendo irreparáveis. Ele envolve, de forma interdisciplinar, as áreas de saúde, biologia e matemática.

Destacamos os seus males (Fadiga, dependência, alterações gastrointestinais etc) e possíveis doenças obtidas através de hábitos não-saudáveis, como diabetes, obesidade, colesterol alto, pressão alta entre outras. Em seguida, analisamos como o açúcar atua no corpo humano. Para isso, contamos com falas de nutricionistas vinculadas à Associação Brasileira de Estudos Sobre a Obesidade, a respeito de como o açúcar estimula a dopamina e desenvolve o vício. Contamos também com vídeo do Doutor Dráuzio Varella que conta como foi sua experiência de cortar a ingestão de açúcar em busca de uma vida mais saudável. Por fim, trazemos tabelas onde são mostradas as quantidades de açúcar que possuem os alimentos do cotidiano para que seja estabelecida uma noção pessoal de quanto açúcar se ingere diariamente. As atividades de matemática envolvem problema matemático e uma atividade de porcentagem onde se é discutido como calcular a média diária de açúcar consumido em relação a média diária recomendada pela Organização Mundial da Saúde. Concluimos destacando a recomendação do Documentário “Muito Além do Peso” que discute a obesidade infantil, tanto em âmbito nacional brasileiro como internacional, que muito é relacionada ao açúcar na infância e seus excessos.

Matemática, Biologia, Saúde, Interdisciplinar, Açúcar .

Poster

### **PAISAGENS E FLUXOS CURRICULARES PATAXÓ: PROCESSOS DE HIBRIDIZAÇÃO E BIOPOLÍTICA**

Paulo de Tássio Borges da Silva  
UFSB

A proposta trata da minha inserção no campo pós-estrutural com a temática indígena e com os estudos de currículo, das reflexões sobre os processos de hibridização e biopolítica em torno da categoria indígena e das políticas educacionais e curriculares da Educação Escolar Indígena. O trabalho se propõe a discutir as paisagens (APPADURAI, 2004) e os fluxos curriculares pataxó, com suas rasuras nas redes discursivas em que se constroem as políticas curriculares no Brasil e no Estado da Bahia, sendo pensadas a partir do “ciclo de políticas” de Ball (2001). Para tanto, insere-se em intersecções com os processos de hibridização e biopolítica, percorrendo um diálogo com proposições de dispositivos (Território, Sexualidades, Língua e Religião) que circundam a questão indígena, não sendo dispositivos aplicáveis a todos os contextos, tratando-se de reflexões de um caminhar que não se propõe como métrica, mas como problematizações em torno de normalizações e engessamentos. O diálogo caminha numa perspectiva de composição de paisagens étnicas e curriculares, tendo a etnografia pós-estrutural como registro metodológico, apresentada em assemblages desordenadas, por entender que as tentativas de um caminhar metodológico pós-estrutural e pós-colonial só poderia se dar em meio aos escapes e às bifurcações. Neste sentido, são problematizadas possibilidades de ficções, tensionando os itinerários a partir da (auto)biografia, de projetos interculturais e decoloniais para a escola Pataxó.

Hibridização. Paisagem. Currículo. Biopolítica. Pataxó.

Comunicação oral



### **PERCURSO FORMATIVO: UMA NOVA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Luciana Salles da Costa

Jéssica dos Santos Araújo

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Este trabalho apresenta e debate as experiências no processo de experimentação da metodologia Percurso formativo; resultado do amadurecimento teórico feito , durante a disciplina de Educação Popular e EJA, no curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (LEC/UFRRJ). Apresentaremos o conceito construído coletivamente sobre esta metodologia, baseado na trajetória de práticas e reflexões, e num segundo momento, passaremos aos relatos das autoras, enquanto educandas na disciplina Educação Popular e EJA, ocorrida no segundo semestre letivo do ano de 2017 , elucidando suas experiências pessoais com a metodologia em questão.

Percurso Formativo. Auto-Formação. Histórias de vida. Educação Popular.

Comunicação oral

### **PLANO DE AULA ATIVIDADE DE NUMERIZAÇÃO**

Paloma Sacramento de Souza sá de oliveira

Rosemary da silva jordão araújo

Aline da conceição rodrigues de jesus

Universidade Federal Fluminense/ Angra dos Reis.

O presente trabalho apresenta proposta de prática pedagógica voltada à integração dos estudantes da educação infantil (4-5 anos de idade), de modo a aproximá-los dos conhecimentos relacionados a numerais, e sistemas de numeração. Denominada de “pizza de numerais”, envolve também o desenvolvimento da coordenação motora da criança. Ela se inicia com agrupamentos de 4 crianças. Estará disponível para cada um desses grupos, pizzas feitas em material E.V.A., dívidas em 4 partes. O(a) professor(a) deverá explicar para os alunos que cada um deverá escolher um numeral da pizza e falar em voz alta o número que escolheu. Feito isso, estará disposto para cada grupo um recipiente com bolinhas de E.V.A. Cada aluno terá que pegar no recipiente a quantidade de bolinhas referente ao numeral que escolheu. Nesse momento será disponibilizado cola e tesoura e cada aluno irá rechear e cortar o pedaço de pizza que escolheu (um de cada vez). Ao final da atividade será necessário fazer outros grupos. O grupo dos alunos que escolheram o número um, os dos que escolheram o número dois e assim por diante até chegar aos que escolheram o número 4 e convidar cada grupo a ir a frente falar em voz alta: qual número do seu grupo e quantos alunos há em cada grupo. Acreditamos que a proposta proporcionará agradáveis aulas de estudo e aproximação maior com a área da matemática.

Numerização, educação infantil, pizza dos numerais, desenvolvimento da coordenação motora fina.

Poster

## **PORQUE A ETNOMATEMÁTICA E O PRINCÍPIO EDUCATIVO DO TRABALHO FORAM DESCARTADOS DAS ATUAIS "REFORMAS" EDUCACIONAIS?**

Claudio Fernandes da Costa  
UFF

Este texto traz como contribuição o resultado de uma pesquisa que buscou relacionar a Etnomatemática, como formulada por D'Ambrosio, à categoria trabalho, como princípio educativo, concepção do campo Trabalho e Educação adotada centralmente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - DCNEM (2012), mas descartada ou desfigurada tanto na Base nacional Comum Curricular - BNCC (2017, 2018) quanto na reforma do ensino médio (2016). Este trabalho teórico indica, principalmente no campo ontológico, aproximações entre as duas concepções, o que nos leva a considerar que a Etnomatemática, como área da Educação Matemática, tem uma importante contribuição a oferecer na "formação humana", entendendo a humanização como satisfação de pulsões de sobrevivência e transcendência, sobretudo quando vincula a realização do "triângulo da vida" d'ambrosiano ao princípio educativo do trabalho. Ou seja, para além da necessidade imperativa, imediata e historicamente determinada de sobrevivência, tal formação implica considerar mitos, artes, religiões e ciência, ou o cultural, social, estético, simbólico, lúdico e afetivo. Dito de outra maneira, ao vislumbrarmos, na perspectiva D'ambrosiana, a essência do trabalho na produção imediata e mediata da vida humana, evidenciamos também o seu princípio educativo, na medida em que, como atividade (ação) vital, requer e implica a criação e desenvolvimento de instrumentos materiais e intelectuais, de reflexão e de observação (Ticas), para explicar, entender, conhecer, aprender para saber fazer (Matema), como resposta a necessidades de sobrevivência e de transcendência em diferentes ambientes naturais, sociais e culturais (Etnos). Neste sentido, é possível estabelecer uma crítica ontológica ao arcabouço teórico que sustenta o modelo atual de ciência, incluindo-se aí a Matemática. Mais que isso, vislumbramos na aproximação Etnomatemática-Trabalho, além da necessidade de criticar, a possibilidade de desvelar a objetividade, o enraizamento e a eficácia social das idéias dominantes na sociedade, bem como o caráter histórico e, por isso, também transitório, não só dessas idéias, mas das estruturas sociais que as engendram. A ausência da categoria Trabalho e da própria Etnomatemática nas "reformas" recentes, indica, apesar do discurso em contrário, a opção por uma formação escolar distante dos interesses e da vida da maioria dos estudantes da classe trabalhadora.

Etnomatemática; Princípio educativo do trabalho; Formação humana; "Reformas" educacionais

Comunicação oral

## **PREGANDO NÚMEROS**

Giovanna fazolo da silva limas  
Universidade Federal fluminense

Apresentamos relato de proposta de atividade pedagógica que visa proporcionar ao estudante da educação básica maior aproximação com os significados de contagem e de números. Denominada de "pregando números", ela envolve noções básicas de numeração e quantidade, assim, pode fazer com que o(a) estudante relacione os algarismos à sua quantidade. Para isso, são escritos algarismos na parte da frente das "roupinhas" que serão penduradas em um varal. A quantidade de pregadores a serem utilizados para isso deve ser igual a este algarismo. Desta forma, a atividade pode estimular o processo inicial de numeração, de quantidade, além de contribuir para a

construção do raciocínio lógico. Para a execução desta atividade é necessário um espaço para que uma corda seja pendurada, representando um varal, a permitir que as peças de roupas sejam penduradas e em seguida separar em um recipiente para os pregadores e para as peças de roupas: um cestinho organizador. No segundo momento, é necessário que o educador apresente as peças de roupas para os alunos e questione, juntamente com eles, quantos pregadores serão necessários para pendurar aquela peça, visto que a mesma tem um número descrito na frente. Sugerimos que a avaliação seja feita a partir do acompanhamento da participação de cada estudante, verificando o seu desempenho.

Números, quantidade, atividade, matemática, lógica.

Poster

### **PROCESSOS DE TRADUÇÃO NAS POLÍTICAS CURRICULARES CONTEMPORÂNEAS: UM OLHAR ÀS PRODUÇÕES DE MATO GROSSO**

Geniana dos Santos

Brígida Couto Mendes

Denise Destro

UFMT

SEDUC MT

UERJ

O presente texto focaliza os processos de tradução curricular em torno da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em um processo de ressignificação das projeções de identidade propostas. A BNCC é definida neste trabalho como uma política de centralidade curricular cuja sistematização do conhecimento possui destaque. No atual cenário educacional, seu caráter normativo tem sido encarado de diferentes formas no contexto dos estados e municípios da federação. Atualmente, o processo de implementação tem focalizado a formação de equipes regionais para realização do trabalho de formação de professores, em um formato de cascadeamento, conforme proposto pelo Ministério da Educação (MEC). O objetivo deste texto é discutir a sistematização do conhecimento no Documento de Referência de Mato Grosso, destacando-se que a reformulação derivada das discussões da Base, manteve ordenamentos para o estado no Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC/MT) e fez surgir outros como exemplo a inserção da filosofia para o pensar e os direitos humanos como tema integradores para nortear as práticas pedagógicas locais. Por meio da Teoria do Discurso incorporada pelo campo do currículo, defendemos que a BNCC enquanto uma política de centralidade curricular está sujeita a traduções em seu processo de implementação, permitindo a articulação de demandas curriculares locais no processo de disputas pela sistematização do conhecimento. O DRC/MT apresenta em seu texto o fazer pedagógico do estado, assumindo o currículo como prática e alocando o documento no âmbito das dimensões da produção curricular. Além de apresentar a sistematização trazida pela BNCC, tem-se partes significativas do DRC/MT tanto em relação a direcionamentos didático-metodológicos, focados no método ativo quanto da inclusão de conhecimentos que não foram sistematizados pela Base. Assim, no diálogo com a BNCC, o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso opta pelo enfoque nas habilidades socioemocionais e na formação focada no acolhimento, na empatia e na dignidade humana, elementos que noticiam a resistência/permanência de uma organização curricular para a formação humana, presente no estado há quase vinte anos.

Currículo. BNCC. Formação Humana.

Comunicação oral

### **PROJETO CULTURA CAIÇARA**

Débora Ramos Judice

E.M. Prefeito Toscano de Britto

Caiçaras, mulheres e homens nascidos e criados entre a serra e o mar são detentores de um rico Universo de saberes herdados dos indígenas, originários da nossa terra, dos europeus e dos africanos, constituindo uma importante Matriz identidade brasileira. A ciranda, singular expressão musical desse povo, traduz valores que sustentam essa identidade: a oralidade, a circularidade, a solidariedade no entrelaçar das mãos, a alegria... Assim como a construção das canoas, a confecção das redes de pesca, o conhecimento dos Caprichos do mar, o respeito e a ligação íntima com a natureza. O Projeto Cultura Caiçara nasceu do amor pela própria origem e se propõe, no trabalho com crianças de 4 a 8 anos (Turmas do pré-escolar 4 e 5 anos e 2º ano do ensino fundamental) da escola Municipal Prefeito Toscano de Brito, a valorizar e difundir a cultura Caiçara e a partir desse trabalho identificar e valorizar outras culturas que fazem parte da história da vida de nossas comunidades, como a cultura dos povos indígenas e quilombolas. Proporcionado assim, a curiosidade e investigação sobre os costumes e as características dos povos, a pesquisa sobre histórias e lendas da nossa cidade, o intercâmbio por meio da correspondência entre alunos nossa escola e alunos da comunidade da CETI Monsenhor Pinto de Carvalho na Ilha Grande ( e outras comunidades), a reescrita de livros e Contos, a visitação e troca de saberes nas comunidades Caiçaras, indígenas e quilombolas, experimentos culinários, oficinas e entrevistas com membros das Comunidades entre outras atividades.

Cultura , memória, caiçara

Comunicação oral

### **PROJETO DE INTERVENÇÃO: CURSO DE AGENTES MULTIPLICADORES EM MEIO AMBIENTE NO (CE) JOÃO PESSOA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ**

Jéssica Evelyn Vasconcelos Alves

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Esse projeto de cunho extensionista e interdisciplinar, iniciado em agosto e ainda em execução em coocorrência da disciplina de estágio II na UENF, visando a formação de agentes multiplicadores de conhecimento em meio ambiente a partir da formação dos alunos do 7º ano do ensino fundamental II do Centro Educacional João Pessoa (CEJOPA) na cidade de Campos dos Goytacazes – RJ. As atividades estão sendo desenvolvidas na horta localizada no terreno do (CEJOPA) e estão inseridas na ótica transformadora e emancipatória que são os pilares da educação ambiental (EA) crítica com o intuito de promover a autonomia e emponderamento dos alunos frente a sua organização e produção de conhecimento, mantendo assim um ciclo de cuidados com a horta, de importância ao meio ambiente e praticas que possibilitem a mudança no seu cotidiano, questionando suas praticas alimentares e a questão ambiental. A metodologia adotada foi a Educação entre Pares (Peer educator) que tem como objetivo a disseminação de informações qualificadas pelos agentes multiplicadores, através dos conceitos de Justiça Socioambiental, Consumo Consciente e Sustentabilidade. A priori, foi elaborado um plano de ação que conta com três etapas, na primeira etapa executada no mês de agosto foi feito o levantamento das referências bibliográficas, seguido pela

elaboração de projeto prévio sendo apresentado a equipe pedagógica do (CEJOPA) e aos alunos. Na segunda etapa realizada no mês de setembro escolheu-se as variedades de plantas a serem cultivadas e a preparação adequada do solo. E na última etapa, ainda em andamento, as aulas práticas e teóricas por meio de metodologia ativa, totalizando dez aulas com duração de 180 minutos, ministradas por convidados especializados nos temas, pelo grupo de estágio e com a colaboração dos professores das matérias de geografia e ciências. Buscando despertar a mudança no cotidiano dos alunos, da família e comunidade escolar, o curso de agente multiplicadores em meio ambiente com a “Horta dos cultivadores” mostra-se um mecanismo eficiente de integração, de reflexão de hábitos alimentares e de consumo e na construção de práticas de cuidado com o meio ambiente.

Justiça socioambiental, Educação ambiental crítica, Sustentabilidade, Consumo consciente, Educação entre pares

Comunicação oral

**PROJETO MEU MUNDINHO VERDE: CAMINHOS PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SOBERANIA ALIMENTAR.**

Maria Eduarda S. De Souza

Raiane Castro Vitor

Mikaela Mendes Peres

Laura A. Lacerda

UFF- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE / IEAR

Visto que no momento contemporâneo se obtém a necessidade de que tudo seja imediato, a alimentação também passou a ser adequada para este novo modelo de cotidiano. Com isso as refeições se tornaram processadas com acúmulo grande de corantes artificiais que são responsáveis por algumas doenças tal como, alergias e câncer. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo educar logo no início da formação e desenvolvimento infantil a importância de uma alimentação saudável mediante a elaboração de uma horta no espaço escolar e proporcionar uma construção compreensiva sobre corpo e suas necessidades nutricionais. Além disso, o processo elucida vários outros conhecimentos como sistema de medidas e práticas sociais de leitura e escrita para as crianças por intermédio de atividades avaliativas. A proposta desenvolvida mostrou-se bastante eficiente na medida em que as crianças entusiasmadas por plantar também assim ficavam para colher e comer os vegetais, possibilitando uma rica nutrição e descoberta sobre sabores, texturas e o próprio corpo. Em conclusão, este projeto se mostra adaptável a diversas culturas e espaços sociais, respeitando até mesmo o tipo de clima e vegetação predominante em cada região e países.

Horta, alimentação, soberania alimentar, nutrição, educação

Poster

## **REFAZENDO OS LAÇOS: RESSIGNIFICANDO OS AFETOS NO REFORÇO ESCOLAR**

Thaís Xavier de Assumpção  
UFRRJ

Este resumo consiste em um relato de experiência de atividades de estágio no Programa Educação em Tempo Integral na Prefeitura de Nova Iguaçu. A escola pertence a rede municipal de educação e fica situada em Marapicu. O território é caracterizado por forte presença de grupos paramilitares. A grande maioria dos estudantes é de baixa renda e muitos oriundos de famílias com histórico de violências e abandono parental. O índice de evasão da escola é alto e as relações entre professores e alunos conflituosas. A partir dessa primeira análise o trabalho consistiu em três momentos importantes para amadurecer e dar novos significados a escola e seus membros. Foi visualizado que a pouca confiança e baixa autoestima dos estudantes era um fator problemático para que eles se vissem enquanto sujeitos do processo de aprendizagem. Como o foco do reforço escolar era a alfabetização (demanda interna da escola), a primeira atividade das três foi a construção de cordéis autobiográficos feitos pelos alunos. Treinamos uma escrita significativa, escreviam sobre si mesmos, trabalhamos questões como gênero e etnicorraciais. Nesse sentido, o exercício da escrita esteve relacionado a valorização da identidade dos estudantes. Num segundo momento foi trabalhada as relações interpessoais e como atividade os estudantes treinaram a escrita fazendo cartas positivas aos membros da escola. Nessa atividade o uso da alfabetização e da escrita protagonizou um processo de ressignificação das relações no ambiente escolar. Por conseguinte, num terceiro momento, foi feita uma visita guiada a UFRRJ, universidade próxima à escola, porém desconhecida pelos estudantes, o intuito da visita foi mostrar possibilidades de futuro e, por conseguinte uma das muitas importâncias da escola. Para concluir podemos inferir que tais momentos foram fundamentais para estimular um ambiente escolar afetivo e relações horizontais no trato da aprendizagem.

Práticas Pedagógicas, Educação Socioemocional, Pedagogia Afetiva

Comunicação oral

## **REFLETINDO SOBRE O ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA**

Sheila Aparecida da Mota Pereira  
UFF/IEAR

Toda esta discussão é fruto do trabalho realizado com a contribuição do Núcleo de Estudos em Políticas Curriculares da Universidade Federal Fluminense, e também vem de leituras e discussões feitas com o professor William de Goes Ribeiro pois ele me orientou na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Hoje, a escola enquanto instituição formativa tem sido pensada como um local de acolhimento à diversidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) tem impulsionado tal debate pois, em seu artigo 33º, determina que a educação religiosa nas escolas públicas assegure “o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”. Portanto é necessário que a escola respeite a religião do aluno não interferindo e nem incentivando sua escolha. Sendo assim, precisamos estar atentos para a questão da laicidade que foi uma conquista que nós cidadãos brasileiros tivemos ao longo da história. Sendo assim precisamos refletir sobre o impacto que o ensino religioso pode ter sobre os alunos do ensino fundamental das escolas públicas e procurar entender porque determinados discursos mais conservadores de determinadas matrizes religiosas continuam presente nos dias atuais.

Precisamos refletir como as disputas religiosas ocorreram ao longo da história dentro da sociedade brasileira e qual impacto que hoje isso tem na vida das pessoas e conseqüentemente dentro do que é considerado currículo. Esse assunto merece atenção porque essa é uma temática que hoje está presente de maneira intensa em todo lugar e isso inclui o contexto escolar público e privado independente da escola possuir oficialmente ou não em seu currículo a disciplina de ensino religioso. Diante deste contexto precisamos pensar no que significa o estabelecimento de uma BNCC e o que significa o ensino religioso fazer parte das ciências sociais dentro dela.

Currículo, Laicidade, Conservadorismo

Comunicação oral

### **SENTIDOS DE CURRÍCULOS EM MATEMÁTICA ENUNCIADOS POR PROFESSORES E ESTUDANTES DA EJA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SOBRAL**

FRANCISCO JOSIMAR RICARDO XAVIER

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Nossa experiência como docente na Educação Básica nos permite afirmar que, por vários motivos, o ensino de Matemática ainda tem sido um desafio nas escolas brasileiras. Entendemos que este desafio se intensifica em turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde, em geral, predominam propostas curriculares inadequadas ou adaptadas de outras etapas de ensino. Acreditamos que essa predominância pode ser resultante do entendimento do que seja currículo, por parte de alguns sistemas de ensino. Neste texto discorreremos sobre uma proposta de uma pesquisa de Doutorado em Educação, a ser desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, e que está sob a orientação do professor doutor Adriano Vargas Freitas. Destacamos que um fator que impulsionou a proposta deste estudo foi uma pesquisa iniciada no curso de Mestrado em Educação, na qual discutimos sobre as temáticas: Práticas pedagógicas, Currículo, Permanência, Educação Matemática e Etnomatemática na EJA. Os resultados obtidos com a mesma sinalizaram haver aproximações e distanciamentos entre as práticas pedagógicas matemáticas propostas às docentes da EJA nos espaços de Formação de professores e Planejamentos pedagógicos por elas frequentados, e as estratégias didáticas que as mesmas colocavam em prática em sala de aula, para ensinar os conteúdos escolares aos estudantes. Estas análises nos permitiram observar a existência de convergências e divergências entre sentidos de currículos. Isso nos incentivou captar os sentidos de currículos em Matemática enunciados pelos professores e estudantes da EJA das escolas municipais de Sobral. Nestas perspectivas, para o estudo do doutorado vislumbramos responder a seguinte questão de pesquisa: Que sentidos de currículos em Matemática são produzidos na EJA do sistema municipal de ensino de Sobral?

Educação de Jovens e Adultos, Currículos, Matemática

Comunicação oral

### **TEATRO NA ESCOLA - A FUNÇÃO SOCIAL DO JOGO ATRAVÉS DA ABORDAGEM DE VIOLA SPOLIN**

Juliana Gomes de Andrade  
IEAR - UFF

Mais que um método para atores e também para o ensino de teatro para crianças, o trabalho de Spolin pode ser considerado altamente social. Nascida em 1906, em Chicago, Viola Spolin foi uma das pioneiras do teatro improvisacional. Spolin percebeu a necessidade de um sistema de treinamento teatral que fosse de fácil entendimento e que pudesse superar as barreiras culturais e étnicas. O sistema de Jogos Teatrais desenvolvido por Viola é estendido até hoje a um número cada vez maior de áreas de conhecimento e ações sociais, sendo utilizados tanto para a formação de atores (amadores e profissionais), quanto na educação de crianças e adolescentes, em escolas e instituições sociais, programas voltados para saúde mental e centros de reabilitação. Em uma realidade altamente individualista e segregacionista, o teatro alimenta outros valores e se esforça em manter viva a importância do trabalho coletivo. O Método Spolin pretende desenvolver a autonomia dos “jogadores” e a atitude de colaboração entre o grupo. O presente trabalho pretende, assim, contextualizar o método criado por Viola Spolin, detalhando sua metodologia e trazendo para o debate a importância do teatro como prática pedagógica no currículo escolar.

Teatro, método, jogo, currículo

Comunicação oral

### **TRABALHO DE CAMPO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOÃO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA**

Victoria Alves de Oliveira  
Universidade Federal Fluminense

O trabalho de campo é uma rica ferramenta pedagógica, pois desempenha papel primordial no processo de aprendizagem do aluno. A proposta e execução do trabalho de campo complementam as atividades teóricas desenvolvidas anteriormente em sala de aula e ajudam na consolidação do conhecimento. Além de propiciar uma capacidade de reflexão, instiga a curiosidade e acrescenta conhecimentos à formação do aluno. O presente relato tem por finalidade apresentar as práticas pedagógicas utilizadas no trabalho de campo realizado na Bacia do rio São João, localizada no estado do Rio de Janeiro. Que abrange os municípios de Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Casimiro de Abreu, Araruama, Cabo Frio, Rio das Ostras e Silva Jardim, em seu médio e baixo curso, praticado na disciplina de Hidrogeografia, no 1º semestre do ano de 2018, com a turma do 3º período do curso de Geografia. A atividade de campo foi iniciada na APA da Bacia do rio São João, unidade de conservação da Reserva Biológica do Poço das Antas, no município de Silva Jardim. Após a chegada na Área de Proteção Ambiental, houve uma palestra ministrada aos alunos por monitores da Unidade de Conservação, com o objetivo de localizá-los geograficamente, apresentar a área de estudos a ser investigada, com dados da Mata Atlântica, fauna e flora presentes na região. Também foi realizada trajetória com a professora e os alunos na trilha interpretativa Boi Branco da APA, em que os mesmos puderam perceber aspectos do ciclo hidrológico. No médio curso da Bacia Hidrográfica do rio São João, realizou-se uma parada às margens da Lagoa de Juturnaíba, localizada entre os municípios de Silva Jardim e Araruama, a qual sofreu processo de represamento nos anos 50, para fins de captação de água e abastecimento hídrico. Neste ponto, os alunos puderam refletir a partir das consequências da construção de uma barragem, além das modificações na dinâmica geomorfológica fluvial



da bacia. O baixo curso da Bacia Hidrográfica do rio São João, na foz do rio, compreende uma região estuarina que concebe o encontro do rio de água doce, com o mar proveniente de água salgada. Área de transição com especificidade ecológica de restinga e manguezal, ecossistemas indispensáveis à Mata Atlântica. Os alunos puderam visualizar as faixas azuis referentes à água do mar, e as faixas de tonalidade marrom, pertinentes ao transporte de sedimentação das águas do rio.

Bacia hidrográfica, trabalho de campo, rio São João

Poster

### **TRAJETÓRIA DE SUBJETIVAÇÃO E IMPACTO DAS PRÁTICAS CURRICULARES NA ESCOLARIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS UNIVERSITÁRIAS**

João Paulo Lopes dos Santos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O estudo traz reflexões sobre as trajetórias de subjetivação de quatro estudantes negras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB, campus de Vitória da Conquista. Foi questionado como as práticas curriculares impactaram suas trajetórias de escolarização. Para isso se fez imprescindível considerar a plataforma das incidências de gênero, raça e classe nesse processo. Utilizei, como possibilidade metodológica, o conceito de trajetória de Bourdieu (2015) para dizer que as realidades dos sujeitos se entrecruzam nas dinâmicas sociais, se (re)produzindo mediante novas compreensões de mundo num jogo relacional. Nesse ínterim, discutir sobre mulher negra universitária exige considerar os marcadores gênero, raça e classe, os quais permitem expor a condição de opressão ou não, vivenciada por ela. Nesse sentido, é importante ressaltar as contribuições do feminismo negro, as quais viabilizaram “[...] a ampliação das perspectivas sobre as múltiplas facetas da opressão que é experienciado em distintas relações de poder” (CARVALHO; MAYORGA, 2017, p. 109). As estudantes negras universitárias que colaboraram com esta pesquisa têm suas origens em famílias provenientes das camadas populares. A inserção dessas mulheres na universidade se deu mediante um conjunto de circunstâncias práticas e possibilidades financeiras de vivência. Ao analisar suas narrativas, sobre em que medida as práticas curriculares dos professores impactaram o desenvolvimento de suas escolarizações, obtivemos respostas que apontaram para práticas opressoras e arbitrarias de imposição, naturalizadas como legítimas e que refletiram na evolução da formação universitária. As práticas curriculares, no contexto deste estudo, muitas vezes oportunizaram caminhos para um movimento excludente, o que contribuiu para que as estudantes se sentissem pré-julgadas, descaracterizando, assim, as adversidades ao invés de promovê-las. As estudantes negras ressignificaram suas subjetividades ao reafirmar, como ato político, a vontade de permanecerem na universidade. Como tem sido característico das mulheres negras, elas seguem resilientes e se (re)construindo. Se contraponto, portanto, à “ordem natural” das coisas.

Escolarização, Mulheres negras universitárias, Práticas curriculares, Trajetória de subjetivação

Comunicação oral

## **UM ALUNO DO PAÍS? PENSANDO OS ASPECTOS DE IDENTIDADE EM CURRÍCULOS NACIONAIS**

Nivia Cursino Faria

Nataly da Costa Afonso

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Com a formulação de currículos nacionais, os discursos em torno de uma identidade discente ganham centralidade. Em discussão recente sobre a formulação dos currículos do Rio de Janeiro, o discurso sobre os alunos serem, antes de tudo, “alunos do país” denota a centralidade de uma identidade nacional que perpassa a formulação das políticas centralizadoras. Portanto, este trabalho busca estabelecer uma reflexão acerca da noção de identidade apresentada em políticas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) embasando-se nas discussões de Homi Bhabha (2013) a respeito da temática. Destaca-se o ensejo de um currículo único que se faz possível a partir de um sujeito universal, “o aluno do país” e, portanto, inexistente. Defende-se que o sujeito não se cristaliza em uma identidade absoluta, mas se dá enquanto processos de identificação (BHABHA, 2013) que são híbridos, múltiplos e infinitos. A identidade do sujeito se constitui através de sua ausência/invisibilidade na construção de seu trajeto que perpassa por muitos espaços e cria um lugar de presença e incompletude onde não há fixação e sim identificações as quais o sujeito se constitui a todo o tempo. Portanto, a identidade torna-se instrumento estratégico criador de uma imagem, que marca o lugar da ambivalência: torna presente algo que está ausente e é temporalmente adiada, não deve ser lida como representação da realidade. Ao instituir uma ideia de sujeito genérico para todos os alunos do país, o aluno ideal que deve desenvolver uma série de competências e habilidades para ser considerado o “bom aluno”, considera-se que a BNCC não é capaz de retratar a realidade e, conseqüentemente, evoca um parâmetro para exclusões e fracassos escolares. Tal afirmativa está baseada no entendimento de que a identidade articula os diferentes sujeitos os quais deixam rastros num movimento de processo de identificação. Entretanto, não deixam para trás as relações de poder, e a construção de sentidos e práticas institucionais, refletindo produções simbólicas e discursivas contínuas e incompletas.

Identidade, currículos nacionais, políticas curriculares.

Comunicação oral

## Eixo 10

### Infância e Diversidade

#### **SOBRE EXPERIÊNCIAS QUE FORMAM E TRANSFORMAM: O PIBID É A UNIVERSIDADE NA ESCOLA**

Maria Onete Lopes Ferreira  
Antonia de Saouza  
Thamara Maciel Lins de Souza  
Universidade Federal Fluminense  
Colegio Municipal Cornelis Verolme

Consideramos importante divulgar nossas reflexões sobre os ganhos que observamos ao longo da experiência proporcionada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que vem desenvolvido nos espaços da escola municipal Cornelis Verolme. Especialmente destacamos o significado do estreitamento do vínculo entre a universidade e a escola pública. Este vínculo é extremamente importante, pois proporciona uma relação de aprendizado mútuo entre alunos formandos das universidades, professores supervisores das escolas básicas, alunos do ensino básico e professores da universidade que participam das atividades desenvolvidas. Nesse sentido, universidade e escola interagem numa relação de troca de saberes de forma democrática e necessária. Os alunos se divertem com a diversidade das atividades que trazem, primordialmente aspectos de uma aula diferenciada. Sendo assim, o projeto tem desempenhado o papel de aperfeiçoar as experiências formativas dos licenciandos, ao integrá-los na escola, de enriquecer o dia-a-dia escolar dos alunos da educação básica com atividades especiais desenvolvendo a arte e o pensamento, assim como de contribuir para uma formação em exercício tanto dos professores da universidade como os da escola básica que vivenciam juntos práticas e vivências de leitura, reflexão e criação de pensamentos e atitudes em relação ao mundo. O projeto leva o estudante da universidade a experimentar, a partir das teorias e reflexões sobre práticas nos estudos das disciplinas, iniciativas enriquecedoras para seu caminho pedagógico. Do mesmo modo, mediante trocas de experiências entre os professores coordenadores e supervisores do projeto acontecem momentos de enriquecimento dos saberes sobre escola e sociedade, os quais são como um despertar da consciência sobre a necessidade de novas práticas de sala de aula, especialmente na escola básica. O PIBID contribui para estudos e saberes que são uniões de experiências enriquecedoras para o currículo das escolas. O projeto, é portanto, a práxis que complementa o cotidiano da sala de aula. E, por isso, desperta nos alunos da escola o interesse pelas práticas de leitura e escrita. É um marco que qualifica a relação entre escola e universidade.

PIBID, poesia, literatura

Comunicação oral

## **A EDUCAÇÃO INFANTIL E O DIREITO DA CRIANÇA: OLHARES E PERSPECTIVAS DE PROFESSORES ARTICULADORES**

Joana Possidônio Rosa Laranjeira

PROPED \ UERJ - Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro de

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Segundo a LDBEN/96 em seu artigo 11, os municípios incumbir-se-ão de oferecê-la em creches e pré-escolas. O Art. 30 diz: A educação infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas para crianças de quatro a cinco anos de idade. Na cidade do Rio de Janeiro o aumento do número de unidades construídas entre 2010 e 2016, com ampliação do número de vagas para as crianças nesta etapa da Educação Básica, amplificou os desafios para os sistemas de ensino, instituições e profissionais que atuam diretamente na Educação Infantil. Verifica-se um grande percentual de crianças ainda sem acesso à creche e pré-escola, mesmo sendo um direito assegurado em diferentes dispositivos legais dentre elas a Constituição Federal. A presente pesquisa busca discutir questões relativas ao direito da criança à Educação, problematizando elementos relacionados à sua ampliação, mudanças de paradigmas, transformações ao longo dos anos e o reconhecimento da criança como sujeito histórico e de direitos. A investigação dialoga com Professoras Articuladoras (PA) de creches e Espaços de Desenvolvimento Infantil da 7ª CRE (SME-RJ). Buscamos conhecer o olhar e as perspectivas das PA, quanto as questões relacionadas ao direito à Educação Infantil, em especial para os bebês. Para isso analisaremos em que contexto se originou o novo cargo, quais dispositivos legais legitimam e fundamentam suas práticas, quais os critérios de escolha das mesmas para o cargo, atribuições esperadas e campo de atuação desses profissionais. Nossa estratégia metodológica é a abordagem qualitativa com alguns elementos da pesquisa quantitativa, tendo como referência a análise documental, entrevistas e pesquisa de campo. Num primeiro momento, realizaremos um levantamento de dados com o objetivo de buscar informações relativas a origem e atuação das PA da Rede Municipal, objetivando reflexões sobre o cargo e sua relevância no processo de desenvolvimento infantil junto aos diferentes segmentos. Vamos construir um banco de dados utilizando questionários com informações sobre as PA, com o intuito de conhecer o perfil desses profissionais.

Educação Infantil, Direito da Criança, Professores Articuladores.

Comunicação oral

## **ESCOLAS DEMOCRÁTICAS E A CRIANÇA COMO ATOR SOCIAL**

Eduarda Almeida Fonseca Ferreira

Juliana Gomes de Andrade

IEAR - UFF

O presente trabalho visa fazer uma relação entre as escolas democráticas e as abordagens dos estudos sociais da infância que compreendem a importância do tratamento das crianças como atores sociais. A partir de diversas perspectivas da sociologia da infância e seus autores, podemos entender as crianças como participantes ativas na sociedade. São agentes no processo de socialização, influenciando e sendo influenciadas por qualquer pessoa que estabeleçam contato. Dessa forma, entende-se que a criança socializa outras crianças, adultos e a si própria nessas relações. São também, direta e indiretamente, atingidas por decisões amplas, nos âmbitos econômicos, políticos, educacionais, etc. A presença

da infância modifica os planos dos pais, professores e do mundo social. Sob novas perspectivas sobre a infância e o papel da criança na sociedade, surgem, com mais força nos anos 70, as chamadas Escolas Democráticas. Baseadas na Pedagogia Libertária, essas escolas pretendem garantir uma total participatividade e autonomia dos alunos em todos os setores da instituição. A partir dessa discussão, compreendemos ser importante repensar os modelos pedagógicos e os espaços destinados às crianças, para que, quem sabe um dia, elas sejam realmente vistas como seres íntegros, ativos e respeitados nas suas culturas e peculiaridades.

Infância, escola, democracia, autonomia, protagonismo

Comunicação oral

### **INFÂNCIA: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL**

Viviane Laureano dos Santos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

O referente trabalho apresentará uma reflexão sobre o olhar historicamente construído para a criança, com o intuito de entendermos a nossa participação nesta construção social. Sendo assim, em nossa sociedade a criança na maioria das vezes foi vista como um ser humano que ainda não tornou-se nada, porém esse pensamento é uma construção histórica, Philippe Ariès (2011), retrata que através da arte o mesmo consegue identificar que em um determinado período da história a visão de infância era de um adulto em miniatura. Deste modo, podemos entender que antes do séc XIII, a criança era vista como um adulto ao qual pode realizar as mesmas tarefas, não existia ainda a noção de infância que temos atualmente, o fato que mais aproxima da nossa realidade é a primeira representação afetiva entre mãe e filho apresentado na imagem do Menino Jesus e de Nossa Senhora, ao qual o menino está em seu colo e com o rosto junto ao seu, essa imagem específica foi um dos principais pontos que elevou para outro nível o olhar para a criança. Em outro momento surge uma visão diferenciada da criança, a mesma passa a ser representada em obras de arte, a morte e a alma humana, a representação era de uma criança assexuada. Até o final do séc XIX, as pinturas passavam a ideia de que as crianças têm o mundo delas e os adultos os seus, mas esses mundos nunca se misturavam, porém o pensamento moderno de infância surge dentre a sociedade. A partir disso, podemos entender que a ideia de que a criança não pode se impor como cidadão surge desta bagagem histórico-social, porém passado anos, temos em nosso país leis que reconhecem a criança como cidadão plural, munido de direitos e isso é um grande avanço. As décadas de 1980 e 1990, foram marcadas por embates e conquistas como a Constituição Federal de 1988, a Lei 9394/96 (LDB), Lei 8069/90. Hoje legalmente toda criança deve estar devidamente matriculada em uma instituição de ensino, sendo caracterizado como crime toda e qualquer forma de discriminação dentro e/ou fora da instituição que a impeça de frequentar. Portanto, conclui-se que, como educadores devemos lutar pela garantia dos direitos dos nossos discentes, assumindo como prática uma educação emancipadora, tanto política quanto humana, para que o aluno possa empoderar-se criticamente, com empatia conseguindo respeitar e valorizar as diferenças existentes entre os indivíduos.

pluralidade, direitos, educação, infância

Comunicação oral

## **PASSADO E PRESENTE: UMA DISPUTA DE INFÂNCIAS**

Mariana Ramalho de Sousa

Viviane Laureano dos Santos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

O presente texto tem como objetivo produzir uma crítica reflexiva sobre a infância de nossas crianças, atualmente é comum ouvir que a nossa infância foi melhor do que as das crianças de hoje em dia. Novas brincadeiras vão surgindo e brincadeiras antigas vão sendo adaptadas para o tempo presente, assim devemos entender que a nossa sociedade é plural, e as nossas crianças também são e com isso não podemos trabalhar com apenas uma única concepção de infância. Jader Lopes (2008) afirma que “é possível falar em infâncias e não apenas numa infância” (LOPES, 2008, p.79) não podemos pensar somente em um padrão de infância desconsiderando o contexto histórico-cultural produzido pelas mesmas ao falarmos que a nossa suposta infância tivera sido superior por diversos motivos, anulamos a atuação das crianças sobre a produção de culturas e brincadeiras, e a colocamos como sujeitos de reprodução contínua, o que contraria a realidade. É no ato de brincar que a criança desenvolve aspectos como lateralidade e coordenação motora, por exemplo. O aumento dos índices de violência urbana acabou afastando as crianças do brincar nas ruas, algo que era comum nas décadas de 1990 e 2000 hoje em dia torna-se quase inviável. Atualmente, a tecnologia entrou nos lares e acabou modificando as rotinas. Nos jogos virtuais de celulares e video- games, as crianças encontram refúgio para brincar em segurança, e os mesmos auxiliam no desenvolvimento integral do indivíduo. As crianças não eram consideradas produtoras do espaço em que vivem e atuam, a partir dos anos de 1990, com conquistas legais e o auxílio de diversos autores colaboraram com o reconhecimento do papel da criança na produção de cultura e subjetividade social. Atualmente o brincar tornou-se um direito para todas as crianças o que modifica de maneira significativa o sentido de infância. Tendo em vista que, diversas mudanças político-sociais ocorreram que levou a uma modificação de visão de infância para "infâncias" considerando a diversidade existente em nossa sociedade. Por fim, concluímos que “a infância deve ser compreendida e interpretada como uma construção social” (LOPES, 2008, p.79) a criança se desenvolve de acordo com a sociedade na qual está inserida. Com isso, são criadas diferentes infâncias que devem ser reconhecidas e não silenciadas como muitas vezes acontece. Não deve-se tomar uma única infância como referência sabendo que a sociedade é construída pluralmente.

passado, infâncias, brincar

Comunicação oral

## **QUEM SOU EU?**

Adalmario Vianna

Educador social/Belem/autônomo

Se não interferimos na formação da identidade nas crianças, adolescentes e porque não nos jovens, encontraremos no adulto, pessoas desorganizadas, perdidas entre o que ser e o que fazer...geralmente são pessoas descoladas, cheias de experiências de vida mais que nem sempre chegam em algum lugar. Amargamente, percebo que a desorganização, a falta de compromisso e responsabilidades, ficam longes do que batalhamos para impregnar nas cabeças vazias desses educando... foi a partir desse minha frustração pessoal e por estar acompanhando alunos que deixaram de frequentar a escola, que pensei numa maneira de sensibilizar a comunidade do Bairro Belém, ...que

vive as margens da vulnerabilidade social e violência social, o quem SOU EU..Diálogo entre o Negro e Branco, tendo eu como mediador...Texto livre, apresentação teatral, que possibilitará abrirá para um papo aberto com os presentes...é isso tudo.

Quem Sou Eu? Diversidades.

Comunicação oral